DEREC, S.L.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

*EVALUACIÓN DEL DESARROLLO TURÍSTICO DE PORTO SEGURO. ESTADO DE BAHIA. BRASIL*

DOCUMENTO DE TRABAJO:

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO ECONÔMICO DO**

**DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO EM PORTO SEGURO**

Maio/2001

**RESUMO EXECUTIVO**

O presente estudo objetiva mensurar os impactos econômicos advindos das intervenções do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE, realizado através de financiamento do Banco do Nordeste - BN e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, na região denominada Costa do Descobrimento, no Estado da Bahia.

A fonte de dados deste trabalho é composta de pesquisas em órgãos oficiais de turismo (Sudetur, Bahiatursa) e planejamento estadual, na cidade do Salvador, em entrevistas com representantes de vários setores econômicos nas cidade de Porto Seguro, Belmonte e Santa Cruz Cabrália e também na bibliografia existente sobre o tema turismo.

Os estudos realizados abrangem uma pesquisa sobre multiplicadores de renda e emprego existentes para o setor turismo, estimativas da relação entre investimento público e alavancagem dos investimentos privados na região, estimativa de gastos turísticos, taxa de captura, avaliação econômica das ações do PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento, impacto do Prodetur nos setores econômicos e um breve resumo sobre qualificação da mão de obra.

Os resultados apontam para um impacto expressivo dos investimentos do PRODETUR/NE na economia regional, gerando, no ano de 1999, um gasto turístico incremental da ordem de US$28,3 milhões.

A relação investimentos públicos *versus* privado é significativa, uma vez que considerando o período 1991 à 2012, para cada US$1,00 aplicado pelo setor público, ao setor privado corresponde aplicar mais US$7,264.

Quanto à geração de empregos devido ao PRODETUR/NE, deve-se desagregar o efeito dos investimentos públicos do programa, que ocasionaram 3.749 empregos diretos, e os empregos gerados pelos gastos dos turistas incrementais, que resultaram em 1.230 empregos diretos.

Um conceito inovador apresentado neste trabalho refere-se a taxa de captura. Seu objetivo é medir a proporção dos gastos dos visitantes que provém à região como demanda final. Para o caso da Costa do Descobrimento, o resultado foi de 38%, revelando que para cada US$1,00 gasto na região pelos turistas, US$0,38 ficam no local de origem dos gastos, traduzido como efeito direto.

A avaliação econômica do PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento foi realizada considerando como benefício as vendas capturadas incrementais e como custos os investimentos públicos acrescidos de uma estimativa dos custos de operação e manutenção. Verificou-se sua viabilidade ao apresentar uma taxa interna de retorno de 27,1%.

Vale mencionar, que apesar de todo o esforço realizado no desenvolvimento do trabalho aqui apresentado, ressente-se de informações estatísticas mais específicas sobre o tema turismo, ressaltando matriz insumo produto específica para a região, pesquisa de estrutura de gastos dos turistas por categoria econômica em Porto Seguro, entre outros.

Pela análise realizada, concluiu-se que o PRODETUR/NE foi e continua sendo um elemento importante na dinâmica econômica regional. A consolidação do setor turismo, propiciada por obras na infra estrutura local financiadas pelo PRODETUR/NE, permitiu possibilidades econômicas na Costa do Descobrimento, garantindo-lhe maior sustentabilidade.

Entretanto, um dos benefícios trazidos pela expansão do turismo municipal, que seria a geração de empregos, embora necessária para ampliar a renda per capita, atuou como fator de atração de correntes migratórias, conduzindo à acumulação da pobreza na periferia das cidades, especificamente Porto Seguro.

O grande desafio agora é criar mecanismos para diversificar a estrutura produtiva local, não permitindo a continuidade extremada da “monocultura turística” e melhor qualificar a mão de obra disponível na área, pois, de acordo com Gottschall, “apenas a atividade turística, *a priori*, não é capaz de resolver a questão da desigualdade social e da concentração de renda, problemas comumente encontrados nos países de terceiro mundo”[[1]](#footnote-1).

**SUMÁRIO**

1 Introdução 6

2 Histórico 8

3 Investimentos 10

3.1 Investimentos Públicos 10

3.2 Investimentos Privados 12

4 Fluxo de Turistas 14

5 Receita Turística 15

6 Geração de Renda e Emprego Devido ao PRODETUR/NE 16

6.1 Introdução 16

6.2 Metodologia 16

6.3 Multiplicadores e Indicadores 18

6.4 Impacto Econômico do Investimento do Setor Público 19

6.4.1 Renda 19

6.4.2 Emprego 19

6.5 Impacto Econômico do Investimento do Setor Privado 21

6.5.1 Renda 21

6.5.2 Emprego 21

6.6 Impacto Econômico do Gasto do Turista 22

6.6.1 Incremento de Turista devido ao PRODETUR/NE na Costa do

Descobrimento 23

6.6.2 Execução do Modelo MGM2 26

6.6.3 Inconsistências 35

7 VIABILIDADE ECONÔMICA DO prODETUR/NE NA COSTA DO DESCOBRIMENTO 37

7.1 Pressupostos 37

7.1.1 Benefícios 37

7.1.2 Custos 37

7.2 Fluxo de Caixa 37

8 Qualificação da Mão de Obra 39

9 Finanças 40

10 Setores Econômicos Associados ao Turismo 47

10.1 Industria e Comércio 47

10.2 Artesanato 50

10.3 Agropecuária 51

10.4 Conclusão 54

11 Competitividade e fonte de financiamento da atividade turística 55

11.1 Competitividade da Indústria Turística 55

11.2 Fontes de Financiamento 56

12 Comentários FINAIS 59

13 Bibliografia 61

# Introdução

O turismo é um eixo fundamental da sociedade de serviços, por apresentar um produto fragmentado e integrado a outros setores. O alcance dos seus investimentos e consumos afeta diversos setores da economia, ocasionando invejável impacto quando comparado ao exercido por outras atividades.

Além dos efeitos diretos, ao exercer influência sobre outras atividades, o turismo gera também impactos positivos indiretos sobre o nível de emprego, de renda e de qualidade de vida, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico. A dinâmica da atividade turística envolve desde os grandes segmentos hoteleiros até pequenos artesãos.

No Brasil, embora reconheça-se o grande potencial turístico dada a qualidade e diversidade dos atrativos turísticos, como a beleza de suas praias, cidades históricas de estética inigualáveis, variada gastronomia, entre outros, esta atividade ainda é pouco desenvolvida. A participação brasileira, no conjunto dos dados mundiais de estatísticas sobre o turismo, é muito tímida.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o fluxo internacional de turistas no Brasil em 1997, da ordem de 3,2 milhões de turistas, representou somente 0,5% do total mundial. A receita gerada por estes turistas, US$2.595 milhões, representou 0,6% da receita turística mundial. Na mesma direção, a Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV), apontou que, em 1992, dos 192 milhões de empregos gerados em todo o planeta com a indústria do turismo, apenas 5,6 milhões correspondiam a parcela brasileira, ou seja, menos de 3%.

A fim de dinamizar e otimizar a exploração turística do Nordeste Brasileiro, promovendo o desenvolvimento sócio-econômico da região, foi criado em 1991 o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste (PRODETUR/NE).

O PRODETUR/NE é uma parceria do Governo Federal, dos Governos Estaduais do Nordeste e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e destina-se a melhorar as condições de infra-estrutura de apoio em áreas definidas de expansão turística. Contempla obras múltiplas em saneamento, transportes, preservação ambiental, recuperação do patrimônio histórico e desenvolvimento institucional, beneficiando tanto a população local quanto os turistas.

O total de recursos destinados ao programa, US$670 milhões, já foram comprometidos, e face a sua boa performance, está sendo pleiteado junto ao BID uma segunda fase de investimentos, PRODETUR/NE II, quando o aporte de recursos será de mais US$800 milhões, sendo metade financiada pelo BID e a outra metade tendo como contrapartida os Tesouros Estaduais da região nordeste. Nesta segunda fase, o programa terá como foco principal a modernização e diversificação dos equipamentos turísticos.

Entretanto, para a viabilização desta segunda fase, uma análise ex-post da primeira fase do PRODETUR/NE deverá ser realizada. Embora sabendo-se que os efeitos totais do programa não são imediatos, e que eles acontecerão ao longo dos próximos anos, esta análise reunirá subsídios que comprovem a sua eficácia.

Para isto elegeu-se a região da Costa do Descobrimento como amostra da análise dos impactos do PRODETUR/NE. À região compreende os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte, incluindo-se as suas respectivas sedes e distritos.

Esta região é o segundo pólo turístico do Estado da Bahia, com um fluxo turístico consolidado, mas que apresentava falta de infra-estrutura básica compatível. Nela foram injetados pelo PRODETUR/NE cerca de US$84 milhões distribuídos em obras de: a) saneamento; b) transporte; c) recuperação do patrimônio histórico; d) preservação ambiental e e) desenvolvimento institucional.

Este documento tem como objetivo apresentar o impacto econômico do desenvolvimento turístico na Costa do Descobrimento decorrente das obras do PRODETUR/NE na região.

# Histórico

A atividade turística na Costa do Descobrimento teve início espontâneo nos anos 70, com empreendimentos de pequeno porte destinados ao atendimento de turistas desvinculados a pacotes organizados por agências. Publicações atestam que Porto Seguro, em 1974, recebeu 30.131 turistas, sendo que, deste total 90% das visitações foram por motivos históricos.

As facilidades de acesso proporcionadas pela implantação da BR 101 muito contribuíram para o crescimento da demanda na região da Costa do Descobrimento.

A partir da década de 80, o fluxo de turistas incrementou-se, transformando a região num pólo turístico de destaque nacional e Porto Seguro como a “Terra da Lambada”[[2]](#footnote-2). Desta forma, operadores turísticos nacionais passaram a trabalhar Porto Seguro, aumentando os empreendimentos hoteleiros em número e escala.

O número crescente de turistas ocasionou grande pressão sobre a limitada infra-estrutura local, pois : a) não havia sistema de esgotamento sanitário, colocando em risco a qualidade dos rios e balneabilidade das praias; b) o sistema de abastecimento de água era deficiente e entrava em colapso principalmente na alta estação; c) o aeroporto não apresentava capacidade para atender a demanda de aeronaves e passageiros; d) as estradas eram precárias; e e) o patrimônio histórico estava sendo degradado assim como o meio ambiente.

Junta-se aos fatos, a expressiva migração urbana, não só da população rural regional mas também de pessoas de outros estados motivadas pela expansão do turismo na região, elevando o contigente populacional. Enquanto o turismo gerava oportunidades de investimentos e oferta de emprego, a agricultura, atividade predominante na região até então, passava por um processo de enfraquecimento, principalmente no que diz respeito a economia cacaueira, provocando grande fluxo migratório para a região.

Com o fluxo de turistas cada vez mais crescente e uma ocupação urbana desordenada, o cenário apontava para uma deterioração do destino turístico.

Conforme Butler, um destino turístico apresenta um ciclo de vida caracterizado por oito estágios[[3]](#footnote-3): 1.Exploração, 2.Envolvimento, 3.Desenvolvimento (decolagem); 4.Consolidação; 5.Estagnação; 6.Declínio; 7.Estabilidade; 8.Rejuvenecimento.

A Costa do Descobrimento, que certamente já havia ultrapassado a segunda fase deste ciclo e apresentava-se provavelmente na terceira fase, apontava sinais de esgotamento da infra-estrutura e capacidade de carga local. Era perceptível, com o fluxo crescente de turistas e a imigração, o agravamento da degradação ambiental, a descaracterização do patrimônio histórico, a falta de saneamento básico e a precariedade do sistema viário.

Assim, caso as obras voltadas para a melhoria da infra-estrutura não fossem realizadas, os efeitos deste esgotamento se manifestariam e a redução da qualidade dos serviços ficaria evidenciada, alcançando-se precocemente o sexto nível do ciclo de vida do turismo.

Evitando o agravamento deste quadro e impedindo o declínio da atividade turística na região, o Governo do Estado da Bahia, acreditando na indústria do turismo como agente de desenvolvimento econômico e na vocação da Costa do Descobrimento para esta atividade, implementou, a partir da década de 90, obras de infra-estrutura nesta região.

Grande parte das obras foram financiadas pelo PRODETUR/NE, destacando-se a atuação nas seguintes áreas: a) saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem; b) transporte: ampliação do aeroporto, pavimentação de rodovias e reforma/ampliação de atracadouros; c) recuperação do patrimônio histórico; d) proteção ambiental: recuperação de matas ciliares e implantação de APA’s; e e) fortalecimento institucional.

A expectativa foi criar condições para que o turismo na região se desenvolvesse a partir de uma base sustentável, de forma ordenada, podendo atender ao fluxo crescente de turistas, gerando emprego e renda.

# Investimentos

## Investimentos Públicos

O Quadro 1 a seguir apresenta as intervenções realizadas pelo Governo do Estado da Bahia através do PRODETUR/NE.

**Quadro 1**

**Investimentos Públicos na Costa do Descobrimento**

**Financiados pelo PRODETUR/NE**



Observa-se que grande parte das obras propostas estão concluídas e as não concluídas serão finalizadas até 2001.

O Governo do Estado da Bahia, frente a expansão do turismo na Costa do Descobrimento, não se limitou apenas a executar os projetos que dispõem de financiamento pelo PRODETUR/NE. Outras fontes de recursos têm sido utilizadas e um volume significativo de projetos e obras, que são igualmente importantes para o desenvolvimento do turismo na região, têm sido realizados. Os recursos destas obras são próprios ou advindos de financiamentos junto ao BNDES, Governo Federal, Caixa Econômica Federal, Banco Mundial, Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR). O Quadro 2 a seguir apresenta a relação destas obras.

**Quadro 2**

**Investimentos Públicos na Costa do Descobrimento**

**Financiados por Outras Fontes**



Ainda estão em fase de projeto as seguintes intervenções apresentadas no Quadro 3, a seguir.

**Quadro 3**

**Investimentos Públicos na Costa do Descobrimento**

**Em Fase de Projeto**



## Investimentos Privados

O setor privado tem correspondido aos esforços do setor público no melhoramento da infra-estrutura turística na Costa do Descobrimento, e tem também realizado investimentos, principalmente na implantação e expansão da rede hoteleira, aumentando a oferta receptiva da região.

O Quadro 4 a seguir apresenta as expansões das unidades habitacionais na Costa do Descobrimento, mostrando também o aporte de recursos gastos.

**Quadro 4**

**Investimentos Privados na Costa do Descobrimento, a partir de 1991**

**Concluídos, em Execução e em Fase de Projeto**



Observa-se que a cada US$1,00 de investimento público há uma resposta de US$7,264 do setor privado[[4]](#footnote-4). Este resultado importante da relação investimento privado *versus* público será denominada aqui de RIPP.

Se compararmos este indicador com o verificado com as ações para a revitalização do Bairro do Recife[[5]](#footnote-5), que demonstrou que “para R$1,00 de investimento público no Bairro do Recife, o setor privado investiu pelo menos R$1,07 no Pólo do Bom Jesus”, nota-se que o indicador da Costa do Descobrimento é bastante superior. Entretanto, estudo realizado na Inglaterra[[6]](#footnote-6) revela que o multiplicador investimento privado/público pode variar muito, devido a dificuldades metodológicas de separar os dois tipos de investimento.

Observa-se também, uma sensível melhoria da qualidade dos serviços ofertados, dado que os recursos despendidos por unidade habitacional é cada vez maior. O investimento por unidade habitacional, no período de 1991/1994, era de US$20.762,03. Já no período de 1999/2012 estima-se este parâmetro em US$217.609,23, cerca de 10 vezes maior.

# Fluxo de Turistas

Com a melhoria da infra-estrutura local e com a expansão da oferta turística, o fluxo de turistas à Costa do Descobrimento apresenta contínuo crescimento.

O Quadro 5, a seguir, apresenta o fluxo anual de turistas na Costa do Descobrimento e no município de Porto Seguro, no período de 1993 à 1999.

**Quadro 5**

**Fluxo Anual de Turistas**



A taxa de crescimento média do fluxo de turistas, no período de 1993 à 1999, em Porto Seguro foi de 8,12%aa e para a Costa do Descobrimento de 10,06%aa.

Verificando-se a relação do fluxo de turistas em Porto Seguro com o fluxo de turistas na Costa do Descobrimento (%b/a), verifica-se que os investimentos realizados na região contribuíram para o aumento da participação dos demais municípios da Costa do Descobrimento na recepção de turistas, uma vez que a participação de Porto Seguro no total de turistas vem caindo ao longo da série histórica.

# Receita Turística

O Quadro 6, a seguir, apresenta a receita turística gerada pelas pessoas que visitaram a Costa do Descobrimento e o município de Porto Seguro, período de 1993 à 1999.

**Quadro 6**

**Receita Turística, US$1.000,00**



A taxa de crescimento média da receita turística, no período de 1993 à 1999, em Porto Seguro foi de 10,88%aa e para a Costa do Descobrimento de 13,03%aa.

Também neste caso, constata-se que houve uma melhor distribuição da receita turística total entre os municípios da Costa do Descobrimento, já que a participação da receita turística de Porto Seguro reduz-se de 92% em 1993 para 82% em 1999.

# Geração de Renda e Emprego Devido ao PRODETUR/NE

## Introdução

Uma análise de impacto econômico do turismo estima as mudanças na atividade econômica de uma região, mudanças estas resultantes de alguma **ação** inicial. Para recreação e turismo, a **ação** para a qual são calculados impactos econômicos pode ser a abertura ou fechamento de uma facilidade, ou mais geralmente, alguma mudança na quantidade ou qualidade da infra-estrutura ou esforços de comercialização que alterariam o número de visitas, tipos de visitas e consumo na região. Como em qualquer análise de impacto, necessita-se de uma estimativa das mudanças comparando as situações “*COM*” *versus* “*SEM*” a **ação**.

A região de interesse pode ser uma área local, uma região composta de vários municípios, um ou mais estados e até mesmo o país inteiro. Quando avalia-se impactos econômicos locais, geralmente é definida a região de interesse a partir de um determinado raio do destino principal. Neste estudo, definimos a **ação** como sendo os investimentos provenientes do PRODETUR/NE na região da Costa do Descobrimento, tendo o município de Porto Seguro como epicentro das análises e as localidades de Santa Cruz de Cabrália e Belmonte como regiões que sofrem influência direta das atividades econômicas geradas pelo turismo receptivo em Porto Seguro.

Podem ser geradas várias medidas das mudanças na atividade econômica. As medidas mais amplamente utilizadas são as mudanças no volume de vendas (ou gastos), mudanças na renda regional e geração de empregos. Os investimentos públicos e privados e os gastos dos turistas dentro da região implicam em maiores vendas e receitas para os negociantes locais ou para as organizações que vendem produtos e serviços aos visitantes. Renda é a soma dos salários e benefícios que recebem os trabalhadores envolvidos nestes negócios, os aluguéis e os lucros dos proprietários. Emprego é o número de trabalhos suportados por um determinado nível de vendas.

## Metodologia

Como trata-se de um setor da economia com fortes relações de compra e venda com os demais setores desta mesma economia, torna-se necessário, ao estimar o significado econômico da indústria do turismo, a aplicação de mecanismos que envolvam a inter-relação direta e indireta existente entre os setores.

Sendo assim, não se pode descartar na avaliação da atividade turística, os métodos de análise inter-setorial. A ferramenta econômica que se encaixa nestes fundamentos é a Matriz de Insumo-Produto.

Um modelo de insumo-produto é uma representação dos fluxos de atividade econômica dentro de uma região. O modelo captura o que cada negócio ou setor tem que comprar de todos os outros setores para produzir o preço unitário de bens ou serviços. Usando tal modelo, podem ser localizados fluxos de atividade econômica associados com qualquer alteração nos gastos para frente (gastos que geram renda que induz gastos mais adiante) ou para trás (visitante compra comida de restaurantes que faz compra adicional de insumos: mantimentos, utilidades, etc.). Neste instrumento econômico de análise é destacado a estrutura dos sistemas produtivos, mostrando a maneira pela qual os componentes da economia se interagem e a interdependência econômica existente entre eles. A partir dela são estimados os multiplicadores que captam os efeitos secundários de uma ação.

O mecanismo sócio-econômico que gera os efeitos secundários pode ser descrito como uma cadeia de interações que inicia-se com um primeiro dispêndio de recursos que demanda produtos e serviços de alguns setores econômicos. Este dispêndio de recursos diretos em um setor apresenta efeito renda quando pagam salários, compram insumos e produtos de outros setores, que por sua vez compram outros produtos finais, insumos primários e produtos intermediários de ainda novos setores, e assim por diante, configurando os efeitos secundários da renda/produção. A cada nova interação inter-setorial os efeitos secundários decrescem, tendendo a zero.

Portanto os efeitos secundários são de dois tipos: o indireto e o induzido.

Efeitos indiretos são as mudanças em vendas, renda ou trabalhos em setores dentro de uma determinada região que provê bem e serviços. As vendas aumentadas em firmas de provisão de roupas de cama são o resultado de mais vendas de diárias de hotelaria e são um efeito indireto.

Efeitos induzidos são as vendas aumentadas dentro de uma determinada região, oriundos dos gastos dos residentes por aumento da renda. Empregados gastam a renda que eles ganharam em roupas, utilidades, mantimentos, etc. Estes representam efeitos induzidos.

Os multiplicadores capturam o tamanho dos efeitos secundários, geralmente expressos como uma proporção dos efeitos totais para efeitos diretos. Efeito total é igual a efeitos diretos mais os efeitos secundários. Um multiplicador de vendas de 2,0, por exemplo, indica que para todo dólar recebido, outro dólar em vendas é criado dentro de uma região por efeito indireto e induzido.

Em função da inexistência de uma matriz de insumo-produto da região da Costa do Descobrimento, realizou-se um levantamento dos multiplicadores e indicadores voltados para a atividade turística desenvolvidos em pesquisas do Banco do Nordeste, da FIPE, da Embratur/OMT e do IPEA, e que serão listados no próximo item deste capítulo.

Para a presente análise, constatou-se que três principais atores provocam impactos sobre a renda e emprego na Costa do Descobrimento, quais sejam: a) o setor público; b) o setor privado; e c) os turistas. Os dois primeiros em função dos seus investimentos e o último em função dos seus gastos.

Como este estudo deseja medir o impacto exclusivamente do PRODETUR/NE nas variáveis de renda e emprego, torna-se necessário isolar a contribuição deste programa no crescimento da atividade turística na Costa do Descobrimento.

Assim, para medir o impacto sobre renda e emprego considerou-se apenas:

* Os investimentos públicos realizados na Costa do Descobrimento com recursos do PRODETUR/NE (apresentados no Quadro 1);
* Os investimentos privados motivados exclusivamente pelos investimentos públicos realizados com recursos do PRODETUR/NE, na Costa do Descobrimento;
* Os gastos dos turistas incrementais devido ao PRODETUR/NE, na Costa do Descobrimento.

A seguir, são apresentados os multiplicadores e indicadores anteriormente mencionados e, na continuação, a estimativa dos impactos econômicos do PRODETUR/NE pelo setor público, pelo setor privado e pelos gastos dos turistas.

## Multiplicadores e Indicadores

* **determinados pelo Banco do Nordeste[[7]](#footnote-7):**

Conforme informações de técnicos do Banco do Nordeste, os multiplicadores calculados por esta instituição foram “gerados pelo Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto para a Região Nordeste, que é baseado na matriz de insumo-produto do Nordeste de 1992, acoplada a um modelo econométrico (montado com base numa série histórica de 27 anos), o qual é utilizado pelo Banco do Nordeste, dentre outros objetivos, para a mensuração de impactos de investimentos na região”. Foi fornecido à esta consultora as seguintes informações:

* Ao nível Nordeste, para hotelaria e alimentação, o multiplicador de gasto é de 2,19 e de emprego de 3,41;
* Para os investimentos do PRODETUR/NE o multiplicador de renda é de 1,82 e de emprego de 1,72;
* O multiplicador para investimentos privados é de 1,81 para renda e 1,71 para emprego.
* **determinados pela FIPE:**
* Multiplicador dos gastos internacionais para o Brasil situa-se próximo de 2,85[[8]](#footnote-8);
* Multiplicador de renda para turismo interno de 1,88[[9]](#footnote-9);
* Multiplicador de renda para turismo internacional de 1,96[[10]](#footnote-10);
* Cada unidade habitacional gera 1,5 empregos diretos[[11]](#footnote-11);
* A cada emprego direto gerado no turismo correspondem 5,5 empregos no total[[12]](#footnote-12).
* **determinado pela Embratur/OMT:**
* A estimativa de renda turística nacional, direta e indireta, encontrou um efeito multiplicador para 1988 igual a 1,75 (aplicado aos gastos turísticos de brasileiros)[[13]](#footnote-13).
* **determinados pelo IPEA:**

Levantou-se também a informação do número de empregos gerados a partir de um aumento de R$1milhão na demanda final por setor econômico, obtido na publicação “Demanda setorial por trabalho: uma aplicação do modelo de geração do emprego”,[[14]](#footnote-14). Os autores, através da Matriz de Insumo-Produto do Brasil de 1992, determinaram os setores produtivos com maior capacidade de gerar empregos. O Quadro 7, a seguir, apresenta os resultados de empregos gerados em alguns destes setores, os quais serão utilizados no decorrer desta análise.

**Quadro 7**

**Empregos Gerados na Economia Brasileira**

**a partir de um aumento de R$1milhão na demanda final, por setor**



Assim, simulando-se um choque na demanda final do setor Construção Civil no valor de R$1milhão, tem-se a geração de 42 empregos diretos, 29 indiretos e 89 por efeito-renda, totalizando 160 empregos gerados na economia brasileira.

## Impacto Econômico do Investimento do Setor Público

Utilizou-se, para a estimativa de renda e empregos gerados pelos investimentos públicos realizados através do PRODETUR/NE, as informações do Banco do Nordeste de que para os investimentos do PRODETUR/NE o multiplicador é de 1,82 para renda e de 1,72 para emprego.

Optou-se pela utilização destes multiplicadores por serem específicos do Nordeste e calculados para investimentos do PRODETUR/NE.

### Renda

Dado que os investimentos públicos realizados com recursos do PRODETUR/NE somam US$84.375 mil, estima-se que a renda total gerada na economia nordestina tenha sido de US$153.563 mil[[15]](#footnote-15).

### Emprego

Para a estimativa de empregos diretos gerados pelos investimentos públicos realizados com recursos do PRODETUR/NE, utilizou-se os resultados da publicação “Demanda setorial por trabalho: uma aplicação do modelo de geração do emprego”, que foram apresentados no Quadro 7.

O Quadro 8, a seguir, apresenta a distribuição dos investimentos públicos em cinco principais setores de atuação do PRODETUR/NE, assim como sua conversão de dólares americanos para reais, já que os dados no mencionado estudo são calculados em moeda nacional.

**Quadro 8**

**Investimentos Públicos na Costa do Descobrimento**

**Financiados pelo PRODETUR/NE**

****

Considerando-se que os investimentos na área de saneamento sejam direcionados ao setor Serviços da Indústria de Utilidade Pública, na área de transporte ao setor Transporte, na área de preservação ambiental e desenvolvimento institucional ao setor Administração Pública, e na área de patrimônio histórico ao setor Construção Civil, e fazendo-se uso apenas dos empregos diretos gerados na economia brasileira, conforme apresentado no Quadro 7, tem-se a estimativa de empregos diretos que foram gerados pelo PRODETUR/NE a partir dos investimentos públicos. O Quadro 9, a seguir, apresenta os resultados.

**Quadro 9**

**Empregos Diretos Gerados na Economia Brasileira**

**a partir dos Investimentos Públicos na Costa do Descobrimento Financiados pelo PRODETUR/NE**



Para a estimativa do total de empregos gerados, diretos e indiretos, optou-se por utilizar o multiplicador de emprego do Banco do Nordeste, qual seja, que para os investimentos públicos realizados através do PRODETUR/NE o multiplicador de emprego é de 1,72. Assim, o total de empregos gerados na economia brasileira, a partir dos investimento públicos realizados com recursos do PRODETUR/NE, foi de 6.449.

No Quadro 10, a seguir, é apresentado uma síntese dos impactos dos investimentos públicos na Costa do Descobrimento realizados com recursos do PRODETUR/NE.

**Quadro 10**

**Síntese de Renda e Empregos Gerados**

**a partir dos Investimentos Públicos na Costa do Descobrimento Financiados pelo PRODETUR/NE**

****

## Impacto Econômico do Investimento do Setor Privado

Utilizou-se, para a estimativa de renda e empregos gerados pelos investimentos privados motivados pela realização dos investimento públicos através do PRODETUR/NE, as informações do Banco do Nordeste de que para os investimentos privados o multiplicador de renda é de 1,81 e de 1,71 para emprego.

### Renda

Visando identificar a alavancagem de investimentos privados motivados pelos investimentos públicos realizados com recursos do PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento, multiplicou-se a RIPP (relação investimentos privados totais / investimentos públicos totais) pelos recursos do PRODETUR/NE destinados a Costa do Descobrimento. Uma vez que esta relação é de 7,264, ou seja, os investimentos privados correspondem a 7,264 vezes aos investimentos públicos realizados[[16]](#footnote-16), e que os investimentos públicos com recursos do PRODETUR/NE somam US$84.375 mil, estima-se que os investimentos privados motivados *exclusivamente* pelo PRODETUR/NE sejam de US$612.912 mil[[17]](#footnote-17).

Aplicando-se o multiplicador de renda (1,81) sobre o montante de US$612.912 mil de investimentos privados motivados exclusivamente pelo PRODETUR/NE, tem-se uma geração de renda total na economia nordestina de US$1.109.370 mil.

Uma vez que, de acordo com o Quadro 4, aproximadamente 79% dos investimentos privados encontram-se em fase de projetos, não tendo sido ainda realizados o volume de US$612.912 mil em obras privadas, conclui-se que a geração de renda total na economia nordestina citada acima, ou seja de US$1.109.370 mil, deverá acontecer ao longo dos próximos anos até 2012, à medida em que os projetos privados previstos forem implantados.

### Emprego

Para a estimativa dos empregos diretos gerados pelos investimentos privados, também foram utilizados os dados do Quadro 7.

Considerando-se que os investimentos privados motivados exclusivamente pelo PRODETUR/NE, na Costa do Descobrimento, sejam de US$612.912 mil, ou em moeda local R$1.103.241.008,80, e, admitindo-se que a maioria dos gastos sejam no setor Construção Civil, do qual a cada R$1.000.000,00 na sua demanda final gera 42 empregos diretos, tem-se que os investimentos privados irão gerar na economia brasileira 46.336 empregos diretos.

Dado que o multiplicador de emprego dos investimentos privados é de 1,71, o total de empregos gerados na economia brasileira será de 79.235.

Assim como a geração de renda, a efetivação dos empregos gerados pelos investimentos privados está condicionada a realização de US$612.912 mil em obras privadas, o que deverá ocorrer ao longo dos próximos anos até 2012.

No Quadro 11, a seguir, é apresentado uma síntese dos impactos dos investimentos privados motivados pela realização dos investimentos públicos na Costa do Descobrimento, financiados pelo PRODETUR/NE.

**Quadro 11**

**Síntese de Renda e Empregos Gerados – até 2012**

**a partir dos Investimentos Privados na Costa do Descobrimento motivados pela realização dos investimentos públicos financiados pelo PRODETUR/NE**



## Impacto Econômico do Gasto do Turista

Esta seção apresenta as estimativas do impacto econômico dos gastos dos turistas incrementais na região da Costa do Descobrimento, decorrentes da ação PRODETUR/NE. São apresentadas as premissas utilizadas, bem como as inconsistências de informações utilizadas no modelo aplicado. Adotou-se como base de desenvolvimento dos estudos o Modelo de Estimativa de Impactos Econômicos denominado MGM2 – Money Generation Model – Versão 2, desenvolvido na Michigan State University[[18]](#footnote-18).

O propósito primário do modelo é estimar impactos econômicos locais provenientes dos gastos dos turistas na região da Costa do Descobrimento. Isto é levado a termo em um modelo elaborado em planilha eletrônica, o qual aplica-se o perfil de gastos dos turistas para o número e tipos de visitantes na região da Costa do Descobrimento. Os gastos totais dos turistas são aplicados então a um jogo de relações econômicas e multiplicadores para estimar os impactos diretos e totais na economia local em termos de vendas, trabalhos, renda pessoal e valor adicionado.

O modelo em planilha eletrônica oferece várias opções para entrada de dados para número de visitas, gastos médios e multiplicadores, visando refletir a região da Costa do Descobrimento. Todos os cálculos são automatizados na planilha e os resultados são apresentados em quadros e tabelas padronizados. Os dados utilizados na alimentação do modelo são todos oriundos de fontes secundárias fornecidas por organismos públicos, estudos sobre o turismo na região e pesquisas de turismo receptivo aplicadas na região avaliada. No decorrer desta seção, à medida que a informação for apresentada será feita a devida anotação da fonte e do ano a que se refere, assim como a justificativa para utilização da informação e, se for o caso, mencionar sua inconsistência.

### Incremento de Turista devido ao PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento

Parte dos turistas que visitaram a Costa do Descobrimento a partir de 1997 o fariam mesmo que as intervenções do PRODETUR/NE não viessem a ser realizadas. O que se pode dizer é que este número de visitas poderia, com o passar dos anos, crescer a taxas menores ou até mesmo a taxas negativas, devido ao esgotamento da capacidade de oferta turística da região.

Desta forma, na estimativa do impacto econômico gerado a partir dos gastos dos turistas, apenas o fluxo de turistas incrementais devido ao PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento deve ser considerado, isolando desta maneira a **ação** PRODETUR/NE e seus respectivos efeitos na região.

O número de visitantes que afluíram à Costa do Descobrimento em virtude do PRODETUR/NE é a principal e talvez a mais delicada de todas as suposições realizadas neste estudo.

Isolar o número de turistas na Costa do Descobrimento em razão do PRODETUR/NE é tarefa difícil e extremamente complexa, mesmo que houvesse uma pesquisa detalhada junto ao turista, instituições públicas, empresários e população em geral. Mais difícil ainda é isolar esta variável a partir de informações obtidas de fontes secundárias e que não foram preparadas com este objetivo específico.

Desta forma, a metodologia adotada para estimar o número de turistas e consequentemente o impacto econômico derivado da ação PRODETUR/NE é uma hipótese aberta às mais variadas interpretações e concepções técnicas, sendo esta que se apresenta apenas mais uma entre inúmeras possibilidades.

Primeiramente, considerou-se que as obras do PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento refletiram em aumento do fluxo turístico somente a partir de 1998, ou seja, um ano após a conclusão das primeiras intervenções, especificamente quanto ao término da segunda ampliação do aeroporto, que data de dezembro/96.

Foram analisados os dados de comportamento do fluxo turístico da região, para o período de 1993 a 1999. O ano de 1993 constitui-se no marco inicial para a pesquisa de turismo receptivo feita pela Bahiatursa na região da Costa do Descobrimento. O Quadro 12 a seguir apresenta os dados históricos do turismo receptivo na Costa do Descobrimento.

**Quadro 12**

**Fluxo Turístico Histórico**

**Costa do Descobrimento - BA**



Fonte: Mendonça, Jr., Érico et al. “Turismo e Desenvolvimento Sócio Econômico – O Caso da Costa do Descobrimento

Conforme pode ser verificado, há um crescimento significativo no número de turistas para a região em análise, apresentando um crescimento médio anual de 10,06%.

Vários fatores contribuíram para a performance observada. O turismo na região vem crescendo de forma contínua desde a década de 70, com a construção da BR101, por possibilitar um melhor acesso de visitantes ao município. A década de 80, com a redescoberta dos encantos de Porto Seguro e a exploração da lambada, deu novo fôlego ao turismo local. Na década de 90, a primeira ampliação do aeroporto, gastos com promoção e marketing e o PRODETUR/NE constituem-se nos novos marcos para a expansão da atividade.

Através do Quadro 12, percebe-se um incremento de turistas entre 1993 e 1994 e um recuo no ano seguinte. A justificativa para este declínio reside na política monetária mais restritiva do governo federal, implantada após o Plano Real, refletindo na redução dos prazos de financiamento e aumento dos juros, ocasionando uma retração no movimento turístico interno.

A partir de 1996, ocorre uma certa estabilização econômica na economia nacional, possibilitando à população um planejamento maior de seus gastos, entre eles as viagens de férias.

Desta forma, resolveu-se considerar o período compreendido entre 1995 e 1999, para elaborar uma análise do impacto do PRODETUR/NE no incremento do número de turistas. Apesar da série histórica conter poucas observações, foi realizada uma análise de regressão múltipla, incorporando uma variável "dummy" que representasse a presença das obras do PRODETUR/NE nos dados analisados.

Além disto, utilizou-se uma função auto regressiva, onde o número de turistas verificado no ano anterior ***(t-1)*** é considerado como uma variável explicativa para a determinação do número de turistas no ano em análise ***(t)***. Na função auto regressiva a variável dependente tende a apresentar um limite superior, ou seja não cresce indefinidamente, o que assemelha-se ao comportamento mais freqüente quando se analisa a demanda turística. Para isto, o parâmetro da variável explicativa correspondente ao número de turistas do ano anterior tem que ser positivo e menor que 1.

Através de simulações realizadas, o modelo que apresentou melhor nível de significância está apresentado a seguir.

**NTt = 396.166,55 + 74.660,16 \* DP + 0,570853 \* NT(t-1),**

Sendo:

DP = variável dummy que assume valor igual a um (1) quando a informação refere-se ao período após implantação do PRODETUR/NE e zero (0) caso contrário;

NT(t-1) = número de turistas do ano anterior ao considerado.

A seguir o Quadro 13 apresenta os principais parâmetros da regressão realizada.

**Quadro 13**

**Modelo Projeção Selecionado**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Variáveis** | **Coeficiente** | **Standar Error** | **T** | **Sig T** |
| Constante | 396.166,55 | 29.344,02 | 13,50 | 0,0471 |
| DP | 74.660,16 | 9.733,31 | 7,67 | 0,0825 |
| NT(t-1) | 0,570853 | 0,0423 | 13,47 | 0,0472 |
| Rsquare | 0,99930 |  |  |  |
| Standard Error | 5.233,75 |  |  |  |
| Test F | 717,29 |  |  |  |
| Signif F | 0,0264 |  |  |  |

Fonte: Cálculos próprios.

A significância estatística da variável DP mostra que há uma mudança no comportamento do fluxo turístico após PRODETUR/NE.

Com esta constatação, procedeu-se a uma previsão do fluxo de turistas, através da utilização do modelo acima, considerando-se dois momentos: ***sem*** e ***com*** o PRODETUR/NE. Para a situação ***sem*** PRODETUR/NE realizou-se a projeção a partir do ano de 1998, utilizando para os anos anteriores os dados observados. Já para a situação ***com*** PRODETUR/NE realizou-se a projeção a partir do ano 2000, utilizando-se para os anos anteriores os dados observados. Os resultados[[19]](#footnote-19) encontram-se no Quadro 14, a seguir.

**Quadro 14**

**Fluxo Incremental de Turistas Devido ao PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento**



Tendo em vista que o incremento de turistas inclui efeitos de obras realizadas com outras fontes de financiamento, adotou-se que o efeito exclusivo de incrementos de turistas em decorrência do PRODETUR/NE é proporcional ao percentual do investimento do PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento, o qual atinge 62,7% dos investimentos públicos totais no período 1991/2012[[20]](#footnote-20).

Os dados acima deverão ser considerados como a capacidade de crescimento da Costa do Descobrimento devido às ações exclusivas já implantadas e induzidas pelo PRODETUR/NE, não demonstrando em hipótese alguma a capacidade de saturação do sítio turístico.

### Execução do Modelo MGM2

Embora análises de impacto econômico possam ser bastante complexas, o procedimento básico é bastante simples. Necessita-se calcular primeiro a mudança no número e tipos de visitas associados com a política ou ação que é avaliada. As visitas são traduzidas em valores econômicos, calculando-se o valor dos gastos realizados por estes visitantes na região avaliada. O gasto pode ser aplicado então a um modelo da economia da região para calcular os efeitos em termos de vendas, renda e empregos, isto é, efeitos diretos. São usados multiplicadores econômicos para calcular os efeitos secundários de gastos dos visitantes. Formalmente, o impacto econômico pode ser definido pela equação:

**Impacto econômico = número de visitantes \* gasto médio por visitante \* multiplicador**

Este modelo é desenvolvido neste estudo da seguinte forma:

1. Dividindo visitas em segmentos distintos com padrões de gastos diferentes. Neste estudo, em virtude da limitação das fontes secundárias de dados, somente foi possível diferenciar dois segmentos: turistas nacionais e turistas estrangeiros;
2. Medindo os gastos em categorias distintas. Em virtude das limitações das informações, distinguiu-se apenas as seguintes categorias de gastos: hospedagem, alimentação, transporte, diversão, compras e entretenimento;
3. Alocando os gastos aos setores econômicos que os recebem e aplicando rateios e multiplicadores para esses setores.

Freqüentemente, multiplicadores são mal entendidos e mal utilizados devendo ser aplicados em um contexto de modelos de insumo-produto do qual eles são derivados. A maioria dos estudos provavelmente deveria evitar completamente multiplicadores e deveriam enfocar em obter boas estimativas de gastos de visitantes e seus efeitos diretos na economia da região. Não deveriam ser utilizados multiplicadores de fontes secundárias ou estudos prévios e não deveriam ser aplicados a situações novas sem um bom entendimento do que eles representam. Os enganos mais comuns são a aplicação de multiplicadores estaduais/regionais para micro-regiões locais, e aplicação de multiplicadores de proporção de gastos para os gastos de visitantes. Uma discussão completa de multiplicadores está além da proposição deste trabalho, entretanto é necessário clarificar as fontes mais comuns de abuso no seu uso, discutindo diferenças entre os tipos básicos de multiplicadores e introduzindo o conceito de "*taxa de captura*”.

Multiplicadores geralmente não deveriam ser utilizados para multiplicar diretamente os gastos totais dos visitantes. Um multiplicador de gastos é multiplicado por uma alteração na demanda final dentro da região para obter a alteração total nas vendas incluindo efeitos diretos, indiretos e induzidos. Devido ao modo que são estruturados modelos de insumo-produto, todo os gastos dos visitantes não provem à região como demanda final. O problema primário está em compras de bens de varejo. Para bens que são fabricados fora da região, só a margem de varejo e talvez alguma porção da margem do atacadista do setor de transportes aparecem como demanda final para a região. O custo do bem (preço do produtor) para o varejista ou atacadista sai imediatamente para fora da economia da região.

Desta forma, a “*taxa de captura*”, conceito fundamental neste trabalho, mede a proporção dos gastos dos visitantes que provem à região como demanda final. Só o gasto que é retido pela economia local deveria ser multiplicado por um multiplicador de gastos.

Um exemplo serve para ilustrar este conceito: considere a compra de uma máquina fotográfica de $100 por um turista, enquanto em uma viagem para a região. Assume-se que a margem de varejo é 30%, ou $30. Do mesmo modo, assume-se que o atacadista e distribuidor estão estabelecidos fora da região, como também a companhia que fabricou a máquina fotográfica. O efeito direto ou mudança de demanda final na região local são só $30, enquanto os outros $70 vão imediatamente para fora da região para cobrir o valor do bem, fretes e venda por atacado. Os $30 que provem à região são colocados no setor de comércio de varejo.

O modelo de insumo-produto examina os negócios da loja de varejo, que compra bens e serviços, para calcular efeitos indiretos, e usa a proporção dos $30 que vai para salários e benefícios dos empregados para calcular os efeitos induzidos.

Assuma que um multiplicador de gastos brutos para o setor de comércio de varejo que inclui ambos os efeitos, indiretos e induzidos seja 2,0, isto é, todo dólar de vendas em comércio de varejo cria outro dólar de gasto por efeitos secundários. Adverte-se que o impacto total na região não é duas vezes os $100 originalmente gastos, mas ao invés disso, duas vezes os $30 capturados pela economia local = $60. O procedimento correto é multiplicar os gastos dos visitantes pela “*taxa de captura*” e pelo multiplicador de gastos. Além de multiplicadores de gastos, poder-se-á obter também multiplicadores de renda e de emprego.

#### Segmento Turístico

Segundo dados da Pesquisa de Turismo Receptivo realizada pela Bahiatursa, o percentual de turistas nacionais era de 96,6% e de turistas estrangeiros de 3,4%, em 1999, e a permanência média era de 7,17 dias para os turistas nacionais e 9,2 dias para os turistas estrangeiros. Baseado nestas informações foi elaborado o Quadro 15 para continuação do desenvolvimento do Modelo MGM2.

**Quadro 15**

**Número de Visitantes e Diárias Incrementais Devido ao PRODETUR/NE**

**Costa do Descobrimento - 1999**



Fonte: Cálculos próprios e Pesquisa de Turismo Receptivo Porto Seguro - Bahiatursa, 1999

#### Gasto Turístico por Categoria (Estrutura de Gasto do Turista)

Os dados de gastos são organizados em 5 categorias (hospedagem, alimentação, transporte, diversão e compras) e dois segmentos de turistas (nacional e estrangeiro). No Quadro 17 são utilizados os gastos médios dos turistas nacionais e estrangeiros em Porto Seguro, no ano de 1999, qual seja, US$52,92 para nacional e US$46,90 para estrangeiro, adaptados à estrutura de gastos (categorias) de Salvador para o ano de 2000, conforme apresentado no Quadro 16. Como não há informações sobre a estrutura de gastos dos turistas na Costa do Descobrimento, utilizou-se como solução para o impasse, a transferência da estrutura de gastos de turistas em Salvador para os gastos médios dos turistas na Costa do Descobrimento. Foram utilizados os percentuais de gastos em cada categoria de Salvador aos gastos médios diários dos turistas da Costa do Descobrimento.

Salienta-se ainda, que foram adotados os dados de gastos médios do ano de 1999, em razão das informações mais recentes de fluxo turístico na região da Costa do Descobrimento referirem-se a este ano.

**Quadro 16**

**Estrutura de Gastos do Turista – Salvador 2000**



Após a estimativa do número de visitantes, foi necessário estimar os gastos médios por segmento e por categoria. No Quadro 17 são apresentadas as informações de gastos turísticos utilizadas na formulação do modelo de impacto econômico a partir da estrutura de gastos de Salvador, adaptada à Porto Seguro. Ressalta-se que o percentual apresentado na categoria “Outros” foi incorporado à categoria “Compras”.

**Quadro 17**

**Gastos Turísticos por Categoria**

**Costa do Descobrimento - 1999**



Fonte: Sinopse Pesquisa de Turismo Receptivo –Porto Seguro- Jan-Jul/1999;Bahiatursa.

Estrutura de Gastos Salvador – Bahiatursa; 2000 – Dados preliminares.

No Quadro 18, apresentado a seguir, são tabulados os resultados preliminares dos gastos turísticos devido ao PRODETUR/NE na região da Costa do Descobrimento, divididos em segmentos e categorias de gastos. O total dos gastos turísticos por categoria é o produto da multiplicação do número de visitantes (Quadro 15) pelo gasto por categoria (Quadro 17) e pela permanência média (Quadro 15).

**Quadro 18**

**Totalização de Gastos Turísticos Devido ao Prodetur/NE por Categoria**

**Costa do Descobrimento – 1999 – US$1.000**



Fonte: Cálculos próprios a partir de dados Bahiatursa

Considerando-se somente o impacto econômico proporcionado pelo PRODETUR/NE, verifica-se que os gastos totais na região da Costa do Descobrimento seriam de US$28,3 milhões em 1999.

Os gastos totais sem impostos é explicado no item seguinte.

#### Impacto Fiscal

A estimativa de impostos gerados é aproximativa e foi realizada como produto das alíquotas médias de impostos sobre os gastos diretos dos turistas. Utilizou-se a alíquota média de 18% para as receitas estaduais (ICMS – Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços); de 5% para as receitas municipais (ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza) e de 4,65% para impostos federais, sendo que para este último, a estimativa consistiu apenas para os impostos que incidem sobre a receita bruta (PIS= 0,65%, COFINS=2,0% e Contribuição Social=2,0%). Não foi estimado imposto de renda, o qual deveria ser estimado considerando ajustes que reflitam deduções típicas e grupos de contribuintes com imposto a pagar, entre outros dados, que não são possíveis de estimar para a região, senão em estudo específico.

No caso dos impostos estaduais (ICMS), a alíquota de 18% foi distribuída em 13,5% para o Estado e 4,5% para o município (participação do município na arrecadação do ICMS), conforme está definido na Constituição Federal de 1988. Na categoria de “hospedagem”, como trata-se de setor caracterizado majoritariamente por prestação de serviços estimou-se apenas geração de impostos para a esfera municipal, ou seja ISS. No Quadro 19 estão apresentados os resultados do impacto fiscal nas três esferas de governo, estimados sobre os gastos diretos dos turistas, conforme as premissas descritas anteriormente.

**Quadro 19**

**Impacto Fiscal dos Gastos Turísticos Devido ao Prodetur/NE**

**Costa do Descobrimento – 1999 – US$1.000**



Fonte: Estimativas próprias

Deve-se salientar, que a estimativa de impacto fiscal sobre as vendas diretas é apenas indicativa, pois o cálculo preciso desta informação depende de estudos específicos que considerem deduções, incentivos e alíquotas diferenciadas para cada setor econômico, considerando-se ainda as peculiaridades de cada município na região da Costa do Descobrimento, bem como a estrutura de gastos dos turistas, que aqui foi considerado como uma “proxi” de Salvador-BA.

Comparando-se o valor estimado com o valor efetivamente arrecadado em 1999 (ver Quadro 32a), observa-se que o valor referente à estimativa para o impacto fiscal gerado pelos gastos turísticos é, como era de se esperar, menor do que a arrecadação municipal para aquele período, uma vez que os dados de arrecadação municipal consideram todos os setores econômicos do município e não somente o setor turismo.

A partir dos dados estimados de impacto fiscal gerado pelo setor turismo, pode-se obter um indicador dos impostos gerados a partir dos gastos turísticos, considerando-se a estrutura de gastos e a incidência de impostos sobre estes setores. Tendo em vista o gasto total dos turistas estimado, para 1999, em US$28,3 milhões (considera somente efeito PRODETUR/NE) e o valor dos impostos gerados, no valor de US$4,782 milhões, tem-se que para cada US$1,00 gasto pelos turistas, US$0,1689 representam impostos gerados, ou seja, aproximadamente 17% dos gastos significam impostos potenciais para a região.

Ressalta-se que tal indicador deve ser avaliado à luz de todas as premissas adotadas no estudo de impacto econômico, principalmente aquelas definidas para a estrutura de gastos, o número de turistas decorrentes do PRODETUR/NE e a estrutura tributária incidente sobre o setor turismo.

#### Efeitos Secundários, Multiplicadores e Empregos Gerados

Para medir os efeitos secundários dos gastos dos turistas incrementais devido ao PRODETUR/NE na região da Costa do Descobrimento, foi utilizado o multiplicador de gasto desenvolvido pelo Banco do Nordeste. Como citado anteriormente, há o inconveniente de se utilizar este multiplicador regional em estudo específico para a região da Costa do Descobrimento. Além disso, este multiplicador foi utilizado de maneira uniforme em todas os setores econômicos, não havendo estimativas específicas para cada segmento econômico. O ideal para estimar os efeitos secundários do Programa seria a construção de uma Matriz Insumo-Produto específica para a região. Tendo em vista a impossibilidade de utilização de multiplicadores específicos para a região da Costa do Descobrimento, assumiu-se que o multiplicador de gastos da Costa do Descobrimento é igual ao multiplicador de gastos estimado para a região Nordeste, conforme apresentado no Quadro 20, a seguir.

**Quadro 20**

**Multiplicador Utilizado no Modelo de Impactos Econômicos**

**Costa do Descobrimento**

|  |  |
| --- | --- |
| Multiplicador | Utilização |
| Gastos = 2,19 | Efeito multiplicador sobre os gastos turísticos |

Fonte: Multiplicador estimados pelo Banco do Nordeste para a Região Nordeste.

A utilização do multiplicador de gastos foi precedida de estimativas de geração de renda e empregos a partir dos gastos turísticos na região da Costa do Descobrimento. O primeiro passo no sentido de estimar os efeitos diretos dos gastos turísticos na região foi calcular a “taxa de captura” destes gastos, ou seja, identificar qual o percentual destes gastos ficam efetivamente retidos na região.

Neste sentido, o Quadro 21 apresenta as premissas utilizadas para estas estimativas, considerando-se os setores econômicos desagregados.

**Quadro 21**

**Taxa de Captura sobre Gastos de Turistas Incrementais Devidos ao Prodetur/NE**

**Costa do Descobrimento – 1999 – US$1.000**



Fonte: Cálculos próprios a partir de dados Bahiatursa

Vale salientar que a taxa de captura dos gastos de 46% está estimada tendo como base o percentual dos gastos turísticos (sem impostos) que representam a produção local. Como não há estudos que forneçam informações sobre a estrutura de produção local, adotou-se, com base no Estudo “Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico: O Caso da Costa do Descobrimento”[[21]](#footnote-21), os percentuais de produção local para cada setor econômico. Para os setores de hospedagem e diversão, considerou-se que a produção é 100% local e para os demais setores adotou-se 20% como índice de produção local. A adoção destes percentuais foi ratificada pela equipe de analistas, através de entrevistas informais com empresários e líderes locais, que informam que a maioria dos produtos vendidos na região são importados de outras regiões do País.

O índice para a taxa de captura de 46% foi estimado, neste primeiro momento, da relação entre valor capturado *versus* total de gastos sem impostos. Ao se estimar este índice através da relação valor capturado *versus* gastos totais com impostos, o índice será ainda menor, como se verá mais adiante. Isto ocorre devido ao efeito de transferência de impostos arrecadados no local que são transferidos para outras esferas de governo, principalmente o ICMS.

O número de empregos gerados foi estimado a partir da relação de incremento da demanda em R$1 milhão. Foram utilizados dados calculados no estudo “Demanda setorial por trabalho: uma aplicação do modelo de geração de emprego[[22]](#footnote-22)”, da seguinte forma:

**Quadro 22**

**Empregos gerados a partir de aumento de R$1 milhão na demanda final**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Setor | Total | Emprego direto | Emprego indireto | Emprego efeito renda | Multiplicador |
| Comércio | 232 | 120 | 17 | 95 | 1,93 |
| Transportes | 138 | 39 | 18 | 81 | 3,54 |

Fonte: Najberg, Sheila, Vieira, Solange Paiva – Pesquisa de Planejamento Econômico, volume 27 - abril/1997, IPEA

Para estimar o número de empregos por setores, utilizaram-se os dados do setor transporte para a categoria transporte e os dados do setor comércio para as demais categorias[[23]](#footnote-23). Em virtude dos dados originais serem referenciados a 1997, adotou-se que R$1 milhão é igual a US$1 milhão.

No Quadro 23 são apresentados os efeitos diretos a partir dos gastos turísticos retidos na região da Costa do Descobrimento. Os empregos diretos foram distribuídos por setor econômico a partir da relação “*milhões de dólares em gastos versus empregos gerados*”.

A estimativa de empregos gerados é realizada a partir da divisão dos vendas diretas pelo índice de empregos gerados por milhão (Quadro 22). Ou seja, para estimar os empregos diretos para os setores de hospedagem, alimentação, diversão e compras, multiplica-se o valor das vendas diretas pelo índice 120 (Quadro 22) enquanto para o setor transporte, multiplica-se o valor das vendas diretas do setor pelo índice 39, do Quadro 22.

Para estimar os empregos totais gerados (diretos mais indiretos) repete-se a mesma metodologia, alterando-se o multiplicador, que neste caso é de 138 para o setor transporte e de 232 para os demais setores. O número de empregos diretos e totais gerados devido aos gastos dos turistas incrementais relativos ao PRODETUR/NE, em 1999, pode ser observado no Quadro 24.

O efeito renda refere-se a renda gerada pelas vendas e inclui ganhos, salários e benefícios aos trabalhadores alocados no setor turístico, calculados a partir da informação de que 36% da renda do setor é transferida para salários[[24]](#footnote-24). O valor adicionado foi estimado como sendo resultado do efeito renda (0,36) sobre vendas capturadas, mais os ganhos dos proprietários com lucros e aluguéis (0,15) sobre vendas capturadas[[25]](#footnote-25), mais os impostos incidentes sobre cada setor econômico, considerando-se, para este último, a participação na produção local (para o item compras, por exemplo, esta participação é de 20% - ver Quadro 21)[[26]](#footnote-26).

Desta forma, o efeito renda indica a parcela das vendas diretas que é distribuída aos trabalhadores envolvidos com o setor turismo. O valor adicionado indica a parcela das vendas diretas que é distribuída aos trabalhadores (36%), aos proprietários (15%) e às respectivas esferas de governos, devido aos impostos incidentes sobre as vendas. Neste sentido, o valor das vendas diretas (ou capturadas), contém em seus cálculos o efeito renda e o valor adicionado.

**Quadro 23**

**Efeitos Diretos dos Gastos Turísticos Devido ao Prodetur/NE**

**Costa do Descobrimento – 1999 - US$1.000**



Fonte: Cálculos próprios a partir de fontes secundárias

#### Síntese do Impacto Econômico do Gasto do Turista Incremental

O Quadro 24, a seguir, apresenta a síntese dos impactos diretos e secundários dos gastos turísticos incrementais na região da Costa do Descobrimento devido ao PRODETUR/NE, calculados conforme metodologia descrita.

**Quadro 24**

**Impactos Econômicos Diretos e Totais dos Gastos Turísticos Devidos ao Prodetur/NE**

**Costa do Descobrimento/1999 – US$1.000**



Ao utilizar os multiplicadores de gastos e de renda estimados pelo Banco do Nordeste, obtém-se os efeitos totais em relação aos gastos capturados pela região da Costa do Descobrimento.

A taxa de captura dos gastos para a região, considerando-se a distribuição dos gastos pelos setores econômicos avaliados, atingiu a taxa de 38%, significando que dos gastos totais, incluindo impostos, somente 38% ficam retidos na região da Costa do Descobrimento, calculados segundo as premissas apresentadas no Quadro 22.

No Quadro 24 é calculado também o multiplicador efetivo dos gastos turísticos, que apresenta o valor de 0,83, indicando que para cada US$1,00 dólar gasto na região, US$0,83 são absorvidos pela economia local, incluindo efeitos diretos e secundários (indiretos mais induzidos). Esta estimativa é definida pela multiplicação da Taxa de Captura (0,38) pelo multiplicador de gastos (2,19), resultando no multiplicador efetivo de 0,83.

Isto significa, que para o efeito total de gastos devido ao PRODETUR/NE, no valor de US$28,3 milhões em 1999, a economia da região da Costa do Descobrimento reteve 83%, ou seja, US$23,4 milhões quando se considera os efeitos diretos e secundários. Quando se considera apenas os efeitos diretos, a economia da região reteve US$10,7 milhões, isto é, aproximadamente 38% dos gastos totais.

O Quadro 24a apresenta a estimativa para o efeito total das vendas capturadas para o Prodetur/NE, considerando o período de 1999 até 2014. Observa-se o expressivo valor alcançado. A razão para o valor dos últimos anos mostrar-se muito similar, refere-se ao modelo utilizado para o crescimento do números de turistas, onde há um limite superior definido, não apresentando crescimento contínuo.

**Quadro 24a**

**Vendas Capturadas, US$1.000**



Nos resultados apresentados no Quadro 24, deve-se ressaltar também o multiplicador de empregos no valor de 1,97. A estimativa de empregos totais é dividida pela estimativa de empregos diretos, obtendo-se o multiplicador de empregos.

Salienta-se a fragilidade destes cálculos, tendo em vista que o multiplicador utilizado é estimado para a Região Nordeste para os setores de alimentação e hotelaria e adotado para a Costa do Descobrimento. Desta forma recomenda-se considerar como medida que melhor reflete a estrutura produtiva local, a taxa de captura dos gastos diretos, que foi estimada em 38%, ou seja, para cada US$1,00 gasto, US$0,38 são absorvidos diretamente pela economia local.

Deve-se ressaltar também, que os índices de empregos gerados foram estimados a partir de um estudo formulado para a economia brasileira e não para a economia da região da Costa do Descobrimento, devendo estes números também serem considerados com muita cautela.

### Inconsistências

Os resultados apresentados foram todos estimados a partir de dados secundários, coletados nas mais diversas fontes e adaptados da melhor maneira possível dentro de um modelo de previsão de impactos econômicos. As inconsistências do modelo são evidentes e estão todas enumeradas no decorrer da análise, porém nunca é demais ressaltá-las, uma vez que em um estudo a partir de fontes secundárias é necessário que o leitor seja alertado para não incorrer em interpretações equivocadas.

Visando melhorar o grau de certeza da análise, é necessário que se aprimore as seguintes informações:

1. Não obstante o modelo de identificação e previsão de turistas decorrentes da ação PRODETUR/NE seja defensável e apresente resultados bastante coerentes, uma investigação específica junto ao turista e uma maior abrangência temporal para as observações certamente elevaria o grau de confiança dos resultados aqui apresentados;
2. Da mesma forma, uma pesquisa ampla poderia identificar a estrutura de gastos do turista na Costa do Descobrimento, permitindo inclusive, a ampliação das categorias de gastos;
3. Uma investigação detalhada e exaustiva do modelo tributário, com os mecanismos de interdependência inteiramente identificados nas três esferas de governo também contribuiria para um melhor ajuste nas estimativas de impacto fiscal;
4. Por último, somente um estudo específico com o desenvolvimento de uma matriz insumo-produto para a região, permitiria o uso adequado de multiplicadores e a medição dos efeitos secundários dos gastos turísticos na região da Costa do Descobrimento.

Embora as análises possuam as inconsistências apontadas, nenhuma delas invalidam o modelo e os resultados apresentados, os quais servem como resultados aproximativos e indicam de maneira bastante aceitável o tipo e ordem de grandeza dos impactos de gastos turísticos na região da Costa do Descobrimento, servindo inclusive de modelo para aplicação e aprimoramento em outras regiões do País.

# VIABILIDADE ECONÔMICA DO PRODETUR/NE NA COSTA DO DESCOBRIMENTO

A partir dos investimentos públicos realizados na Costa do Descobrimento com recursos do PRODETUR/NE e da renda total gerada pelos gastos dos turistas incrementais na região, montou-se um fluxo de caixa para verificar a rentabilidade do programa.

A estimativa de gastos dos turistas, aqui definida como benefícios do Programa, foi calculada nos termos e hipóteses descritas no Capítulo 6 deste documento, para o ano de 1999. Tendo em vista a necessidade de construção de um fluxo de caixa para o período 1995/2014, utilizou-se o modelo para prever o impacto econômico dos gastos para os demais períodos, alterando-se apenas o parâmetro “Número de Turistas”. Todas as demais hipóteses permaneceram constantes neste exercício de previsão.

## Pressupostos

### Benefícios

Os benefícios do PRODETUR/NE na Costa do Descobrimento foram considerados em duas hipóteses distintas, visando a elaboração do fluxo de caixa.

1. Benefícios diretos: são consideradas as estimativas anuais de gastos diretos dos turistas capturados pela economia da região, isto é, considera como benefícios devido ao PRODETUR/NE, 38% dos gastos totais anuais dos turistas na região da Costa do Descobrimento.
2. Benefícios totais: esta hipótese considera os benefícios diretos e secundários, traduzidos pelo efeito multiplicador dos gastos (2,19). Neste caso, considera-se que a economia local é capaz de absorver aproximadamente 83% (0,38 \* 2,19) dos gastos totais anuais dos turistas na região da Costa do Descobrimento, os quais são considerados os benefícios do projeto.

### Custos

Os custos de investimentos foram definidos no Capítulo 3, Quadro 1. Para efeito de montagem do fluxo de caixa, alocou-se os custos das obras no ano anterior à sua respectiva conclusão. Adotou-se, para efeito de fluxo de caixa, um custo anual de operação e manutenção equivalente a 10% dos investimentos realizados.

## Fluxo de Caixa

O Quadro 25 a seguir apresenta o fluxo de caixa, assim como os indicadores de rentabilidade: valor presente líquido (VPL) e taxa interna de retorno (TIR).

**Quadro 25**

**Fluxo de Caixa Devido ao Prodetur/NE**

**Costa do Descobrimento – US$1000**



A primeira hipótese, considerando-se apenas os efeitos diretos dos gastos turísticos e a capacidade de absorção destes gastos pela economia local (taxa de captura), indica uma taxa interna de retorno é de 3,0%, com VPL negativo em US$37,312 milhões.

Na segunda hipótese, denominada “total”, considerou-se os benefícios resultantes dos efeitos diretos e secundários. Esta hipótese considera a “taxa de captura” e utiliza-se do multiplicador de gastos de 2,19 para obtenção do efeito total. Nestas condições, a taxa interna de retorno é de 27,1% e o VPL é positivo em US$53,343 milhões.

A análise da primeira hipótese permite observar claramente o quanto a região é dependente da estrutura produtiva importadora de bens e serviços. Na segunda hipótese, considerando-se o multiplicador adotado, observa-se que os efeitos secundários (indiretos e induzidos) possuem grande impacto na taxa de retorno, mas vale lembrar que o multiplicador utilizado não é específico da região.

# Qualificação da Mão de Obra

Visando identificar o perfil da mão de obra demandada pelo setor turístico, utilizaram-se as informações do documento intitulado “Pesquisa de Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo na Bahia”, do Instituto de Hospitalidade, realizada em 1999. Este estudo apontou a distribuição do pessoal ocupado nos hotéis/pousadas, restaurantes e agências de viagens do Estado da Bahia. Esta distribuição encontra-se no Quadro 26 a seguir.

**Quadro 26**

**Distribuição do Pessoal Ocupado**



A mesma pesquisa apontou ainda os requisitos mínimos de escolaridade que as empresas exigem na contratação do pessoal operacional.

**Quadro 27**

**Escolaridade Mínima para Contratação**

**de Pessoal Operacional**



As profissões mais empregadas, segundo a pesquisa, são:

* na área hoteleira: a) camareiras/arrumadeiras; b) ocupações de recepção/recepcionistas;
* nos restaurantes: a) garçons; b) cozinheiros;
* nas agências de viagens: a) emissores nacionais e internacionais.

Pelos dados apresentados, conclui-se que a maioria dos empregos gerados pelo setor turismo são ocupados por mão de obra não qualificada.

Considerando-se que as ocupações de pessoal administrativo, gerentes/supervisores, técnicos especialistas, 12% do pessoal operacional e metade de outras ocupações sejam qualificados e os demais não qualificados, tem-se que 32% dos empregos gerados pelo turismo são de mão de obra qualificada e o restante, 68%, de mão de obra não qualificada.

# Finanças

As Secretarias de Finanças dos municípios que compõem a Costa do Descobrimento informaram não praticar políticas de incentivos fiscais para atrair empreendimentos turísticos, entretanto, alguns empreendedores solicitam apoio municipal. Tais solicitações são analisadas individualmente, podendo a Prefeitura colaborar com algum benefício, como por exemplo, doação de parte do terreno para o empreendimento.

Nas entrevistas com os Secretários de Finanças dos três municípios que compõem a Costa do Descobrimento, todos afirmaram não ser necessário incentivos fiscais, pois acreditam que o grande potencial turístico da região já é, por si só, um incentivo. Eles apontam também a restrição aplicada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige maior rigor sobre as finanças públicas, como fato limitador para a prática de incentivos.

Para verificar o comportamento da arrecadação tributária, municipal, estadual e federal, na Costa do Descobrimento, recorreu-se à informações de fontes secundárias.

* **Arrecadação Municipal**

No estudo Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico - O Caso da Costa do Descobrimento, de Érico Mendonça Jr. e outros, encontrou-se as receitas tributárias de IPTU, ISS, ITIV e OUTRAS que encontram-se apresentadas no Quadros 28, a seguir.

**Quadro 28**

**Receitas Tributárias Municipais, R$1,00 – Valores Correntes**



Uma vez que os dados do Quadro 28 estão a preços correntes, realizou-se a atualização monetária de seus valores, através do IGP-DI da FGV. O Quadro 28a, a seguir, apresenta a arrecadação municipal à preços constantes.

**Quadro 28a**

**Receitas Tributárias Municipais, R$1,00 – Valores Constantes\***



Observa-se que ao longo do período de 1994 à 1998 a arrecadação municipal elevou-se a uma taxa média de 24,65%aa. Em todos os anos a arrecadação municipal foi maior que a do ano anterior, excetuando o ano de 1996 que apresentou arrecadação mais baixa que a de 1995, ano em que, por motivos não detectados por esta consultoria, a arrecadação municipal elevou-se bastante em relação ao ano anterior, mas que porém, não manteve o mesmo patamar no ano seguinte.

* **Arrecadação Estadual**

Recorreu-se a tabela de arrecadação tributária estadual nos municípios de Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, período de 1992 à 2000, elaborada pela SEFAZ/SIDAT. Esta tabela encontra-se reproduzida no Quadro 29 a seguir.

**Quadro 29**

**Arrecadação de Receitas Tributárias Estaduais, R$1,00 - Valores Correntes**



Uma vez que os dados do Quadro 29 estão a preços correntes, realizou-se a atualização monetária de seus valores, através do IGP-DI da FGV. O Quadro 29a, a seguir, apresenta a arrecadação estadual à preços constantes.

**Quadro 29a**

**Arrecadação de Receitas Tributárias Estaduais, R$1,00 - Valores Constantes\***



Observa-se que ao longo do período de 1992 à 2000 a arrecadação estadual na Costa do Descobrimento elevou-se a uma taxa média de 17,81%aa. Este crescimento porém não foi homogêneo ao longo do período citado, sendo observado no ano de 1995 e 1996, o maior volume de arrecadação do período, volumes estes que não foram mais alcançados.

* **Arrecadação Federal**

No estudo Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico - O Caso da Costa do Descobrimento, de Érico Mendonça Jr. e outros, obteve-se a arrecadação tributária federal nos municípios da Costa do Descobrimento. O Quadro 30, a seguir, apresenta os valores.

**Quadro 30**

**Arrecadação Federal\*, R$1,00 – Valores Correntes**



Uma vez que os dados do Quadro 30 estão a preços correntes, realizou-se a atualização monetária de seus valores, através do IGP-DI da FGV. O Quadro 30a, a seguir, apresenta a arrecadação federal à preços constantes.

**Quadro 30a**

**Arrecadação Federal\*, R$1,00 – Valores Constantes\*\***



Observa-se que, ao longo do período de 1996 à 1999 a arrecadação federal caiu a uma taxa média de 7,57%aa. Porém este dado deve ser analisado com cuidado porque o ano de 1996 apresenta uma arrecadação atípica[[27]](#footnote-27). Considerando-se apenas a arrecadação no período de 1997 à 1999, observa-se um crescimento médio anual de 6,29%.

* **Receitas Porto Seguro**

Para contrapor aos dados apresentados nos Quadros 28, 29 e 30, foi solicitado as prefeituras dos municípios da Costa do Descobrimento uma série histórica das suas receitas totais. A única prefeitura que apresentou os dados foi a de Porto Seguro, os quais encontram-se tabulados no Quadro 31 a seguir.

**Quadro 31**

**Receitas Totais de Porto Seguro, UFIR (93/95) & R$1,00 (96/99)**

**Valores Constantes, Dez/00**



Segundo a Secretaria de Administração e Finanças de Porto Seguro, os dados apresentados foram retirados de um programa aprovado pelo tribunal de contas do município. Ressalta-se que o ICMS apresentado no Quadro 31 não refere-se à arrecadação, e sim, aos valores repassados pelo Estado ao Município.

O Quadro 31a, a seguir, apresenta os mesmos dados do Quadro 31, porém todos os valores em R$1,00 de dezembro/2000.

**Quadro 31a**

**Receitas Totais de Porto Seguro, R$1,00 - Valores Constantes, Dez/00\***



Observa-se que, ao longo do período de 1993 à 1999, a receita total de Porto Seguro aumentou a uma taxa média de 11,69%aa. No mesmo período o fluxo de turistas na Costa do Descobrimento teve crescimento à taxa média de 10,06%aa.

Observa-se uma diferença entre as informações obtidas através da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ/SIDAT) e os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro. Assim, para elaboração da análise à continuação, optou-se em utilizar a fonte primária de informação, ou seja, os dados da Prefeitura Municipal de Porto Seguro.

Verifica-se, excetuando-se o ano de 1998, que a receita total de Porto Seguro possui uma relação direta com o fluxo de turistas na Costa do Descobrimento, conforme pode ser observado pelo gráfico a seguir.



Visando explorar um pouco mais em detalhes o impacto fiscal representado pelo turismo em Porto Seguro, se procedeu a uma análise econométrica, considerando os dados da série histórica da arrecadação total municipal e informações referentes ao número de turistas, para o período 1993-1999.

O Quadro 32, a seguir, apresenta os dados analisados.

**Quadro 32**

**Informações Básicas – Município de Porto Seguro – Valores em R$**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Tributos Municipais** | **FPM** | **ICMS** | **Arrecadação Total** | **Número de Turistas** | **População (hab)** |
| 1993 | 1.875.532 | 2.495.420 | 2.403.044 | 6.773.996 | 516.310 | 44.478 |
| 1994 | 4.021.644 | 2.536.523 | 2.790.267 | 9.348.434 | 566.240 | 50.385 |
| 1995 | 4.901.164 | 2.043.858 | 1.494.157 | 8.438.979 | 567.140 | 57.076 |
| 1996 | 4.872.550 | 2.978.278 | 2.253.641 | 10.104.469 | 615.660 | 64.657 |
| 1997 | 6.568.369 | 2.959.573 | 2.600.619 | 12.128.561 | 692.010 | 67.496 |
| 1998 | 4.130.317 | 4.286.114 | 2.416.390 | 10.832.821 | 765.280 | 70.464 |
| 1999 | 4.931.173 | 4.952.044 | 3.269.983 | 13.153.200 | 824.680 | 73.559 |

Fonte: Arrecadação: Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Porto Seguro; Turistas: Bahiatursa; População: SEI para os anos de 1991, 1996 e 1998, os anos entre períodos foram estimados através de interpolação linear.

Em primeiro lugar, pensou-se em correlacionar receita tributária advinda somente de impostos municipais, como ISS, IPTU, entre outras, com o número de turistas. Entretanto, a informação repassada pela Prefeitura Municipal de Porto Seguro não está desagregado por tipo de imposto municipal, sendo apresentada uma consolidação dos impostos municipais arrecadados.

Desta forma, a tentativa de se correlacionar as duas variáveis não revelou significância estatística, mesmo trabalhando com diferente formas funcionais.

Em seguida, procedeu-se a análise do volume total arrecadado, incluindo transferências das esferas estaduais e federais, com o número de turistas.

O modelo estudado foi:

**LNRT = a + b \* LNturista**

Sendo:

LNRT = logaritmo natural da receita total da Prefeitura Municipal de Porto Seguro (R$);

LNturista = volume de turistas.

Os resultados apresentados foram satisfatórios, conforme pode ser verificado pelo Quadro 33, a seguir.

**Quadro 33**

**Modelo Eleito**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Variáveis** | **Coeficientes** | **Valor T** |
| Constante | 0,3936 | 0,119 |
| Lnturista | 1,1752 | 4,738 |
| R2 | 81% - R2 ajustado = 78% |  |
| F | 22,44 – signific F = 0,0052 |  |

Através do modelo acima, pode-se perceber que o coeficiente da variável LNturista pode ser considerada como uma medida de sensibilidade da variação no volume arrecadado dado uma variação no número de turistas.

Pode-se dizer que um aumento de 1% no número de turistas, ocasionará um aumento de 1,17% na arrecadação total do município.

Uma outra tentativa realizada foi incorporar a variável POP, referente ao número de habitantes do município de Porto Seguro, no modelo acima. A justificativa para inclusão desta variável é sua relevância na determinação das transferências federais aos municípios.

Os resultados obtidos não foram satisfatórios estatisticamente, observando-se uma grande correlação entre o número de turistas e população. Ocorre que o desenvolvimento do setor turismo na região tem sido elemento indutor de migração inter e intra estadual, trazendo como conseqüência uma aumento considerável da população residente, passando de 34.661, em 1991, para 70.464, em 1998.

Embora representativo, o modelo acima deve ser considerado como uma tentativa preliminar no sentido de correlacionar as variáveis turismo e receita fiscal. Acredita-se que uma análise mais detalhada, incorporando valores específicos de impostos, como o ISS, e uma série temporal maior é recomendável para obtenção de resultados mais consistentes e comparáveis a de outros locais onde o turismo é a atividade econômica mais relevante.

# Setores Econômicos Associados ao Turismo

A dificuldade na obtenção de dados mais recentes para elaborar esta análise prejudicou a abrangência que tal estudo poderia alcançar. O período considerado como aquele que poderia revelar o impacto das ações do PRODETUR/NE/BID na região, ou seja a partir de 1997/98, não contém dados estatísticos específicos para os setores econômicos.

Desta forma, a análise aqui apresentada, utilizando-se de dados do IBGE, SEI, Bahiatursa, ente outros, para o período de 1989 a 1999 revelam uma tendência de performance econômica, que acredita-se ser útil para o presente estudo.

## Industria e Comércio

O setor secundário da região do extremo sul da Bahia assenta-se na produção de papel e celulose e na indústria madeireira.

A partir da implantação da empresa Bahia Sul Celulose, no município de Mucuri, no início da década de 90, esta atividade vem se consolidando na área. Recentemente, foi instalada a unidade produtora de celulose da fábrica Vera Cruz Florestal Ltda, que detém grande parte de seu maciço florestal no município de Belmonte. Porto Seguro concentra apenas a comercialização da madeira reflorestada e extraída na região.

A indústria madeireira é um resquício da exploração predatória da mata atlântica, que acabou favorecendo o crescimento de empreendimentos madeireiros. Em 1995, do total de estabelecimentos da região da Costa do Descobrimento, 30,6% era deste segmento.

Por ordem de importância, as outras atividades do setor com maior expressividade são as vinculadas à construção civil e as de produtos alimentares.

A expansão do turismo e da indústria madeireira são responsáveis pelo crescimento do setor da construção civil na estrutura econômica regional da Costa do Descobrimento. Também como conseqüência do turismo, o setor de produtos alimentares aparece em terceiro lugar (1995) no ranking das indústrias existentes na região.

Dos três municípios analisados, Porto Seguro agregava, em 1995, o maior número de estabelecimentos industriais da região da Costa do Descobrimento, ou seja 67% do total de 1199.

Entretanto, é no setor comércio e serviços que a região possui sua maior expressividade econômica.

Considerando o consumo de energia elétrica como elemento de comparação entre os setores, verifica-se que a maior concentração ocorre no setor terciário. O Quadro 34 a seguir mostra o comportamento desta variável no período de 1995 e 1999.

**Quadro 34**

**Consumo de Energia Elétrica por Classe de Consumo (mwh)**

**Costa do Descobrimento 1995-1999**



Fonte: Ano 1995: Governo do Estado da Bahia, SCT,CODETUR, Contextualização da Costa do Descobrimento, Nov/1997. Ano 1999: SEI, Perfil Municipal Básico.

A partir do Quadro 34, verifica-se que o setor comercial detém 45% do consumo total de energia elétrica da região, seguido pelo rural, com 3,3% e ficando o industrial com 2,7%.

As taxas de crescimento anuais médias do consumo verificadas durante o período analisado são vertiginosas[[28]](#footnote-28). A indústria cresceu a 13,15% ao ano, seguido do comércio com 10,48% a.a.

De acordo com informações da Prefeitura de Porto Seguro, existia, em 1995, aproximadamente 4.250 estabelecimentos comerciais prestadores de serviços turísticos. Em 1999, este número aumenta para 7.446, conforme discriminado no Quadro 35, a seguir.

**Quadro 35**

**Estabelecimentos Comerciais Prestadores de Serviços Turísticos**

**Porto Seguro 1995-1999**



Fonte : Ano 1995: Governo do Estado da Bahia, SCT, CODETUR, Contextualização da Costa do Descobrimento, Nov/1997. Ano 1999: Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Porto Seguro.

O crescimento no período do número de estabelecimentos é de 76%, com destaque para agências de turismo, supermercados, distribuidoras de gás e restaurantes.

De acordo com pesquisa elaborada por Junior, Garrido e Vasconcelos[[29]](#footnote-29), nos municípios da Costa do Descobrimento, o setor terciário absorvia, em 1999, 74,7% da população ocupada, em detrimento da agricultura (2,9%) e indústria (3,6%). Observam que mais de 2/3 da população da Costa do Descobrimento dependem direta ou indiretamente do turismo.

Quanto a influência do PRODETUR/NE na dinâmica dos setores econômicos, a pesquisa revela que 34,9% dos empreendimentos realizados na região “foram implantados no período 1996/1999 que, somados aos 31,5% implantados no período 1991/95, perfazem 66,4% do total de empreendimentos pesquisados. Isto pode evidenciar o impacto causado pelo início das ações do PRODETUR/NE[[30]](#footnote-30), destacando-se, dentre elas, a conclusão da 1a. ampliação do aeroporto de Porto Seguro, em 1993.”[[31]](#footnote-31)

Continuando, o estudo enfoca mais o período 1997/99, onde os impactos do PRODETUR/NE/BID começam a ser mais percebidos, gerando efeitos multiplicadores. Constata o estudo, que o número de trabalhadores por empresa aumentou entre 1997 e 1999, conforme apresenta a tabela a seguir.

**Quadro 36**

**Participação de Estabelecimentos por Número de Empregados**

**Costa do Descobrimento 1997-1999**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Classificação** | **1997** | **1999** |
| Empresas com 1 a 5 funcionário | 45,2% | 63,7% |
| Empresas com 6 a 10 funcionários | 14,4% | 17,1% |

Fonte: Mendonça Jr., Garrido e Vasconcelos em Turismo e Desenvolvimento Econômico – O Caso da Costa do Descobrimento, pág. 61, mimeo.

De acordo com o estudo, pode-se inferir que, em 1999, 80,8% das empresas da Costa do Descobrimento eram de pequeno porte e absorviam menos de 10 empregados. Esta predominância de equipamentos de pequeno porte apresenta-se como uma tipologia comum à atividade turística, porém muito marcante na região em estudo, que lhe permitiu absorver grandes contingentes populacionais atraídos pela geração de novos empregos, o que não se verifica quando a tipologia turística privilegia grandes resorts como Club Mediterranée[[32]](#footnote-32).

Como bem observou Gottschall, “a atual conformação urbana de Porto Seguro e sua rede de equipamentos turísticos permite a incorporação de novos empreendimentos, inclusive os do tipo resort, sem que haja grandes modificações no cenário delimitado pela atividade nas duas últimas décadas.”[[33]](#footnote-33)

Verifica-se, portanto, que a experiência do turismo na região da Costa do Descobrimento pode ser considerada como um exemplo bem sucedido de exploração da indústria turística, setor que sofreu influência das ações do PRODETUR/NE, que na verdade implantou a infra-estrutura necessária para sua expansão e consolidação na região.

## Artesanato

Um levantamento realizado pela Secretaria da Cultura e Turismo revela uma lista extensa de artesão locais, trabalhando com diferentes materiais, entre eles argila, madeira e fibras naturais.

De acordo este levantamento, encontram-se na região 2 (duas) associações de artesãos, e 31 (trinta e um) artesãos trabalhando de forma independente.

Este artesanato, aqui denominado nativo, convive com produtos proveniente de artesãos de outras áreas do País e também com produtos conhecidos como "souvenir de escala industrial", notadamente as camisetas, chaveiros, imãs de geladeira e similares.

O artesanato nativo é bastante incipiente, quanto a produção, e o volume de vendas pouco significativo. De acordo com entrevistas com a presidente da Associação dos Artesãos de Santa Cruz Cabrália - ASA, "o típico turista que vem a Porto Seguro prefere comprar o 'souvenir industrializado' que custa R$1,00 a uma mercadoria feita artesanalmente que custa R$3,00".

Dados obtidos com os representantes da ASA e Cooperativa dos Artesãos de Itaporanga revelam uma receita de R$444,00 e R$53.950,00, respectivamente, no período de janeiro a novembro de 2000, retratando bem a situação vivenciada por esta atividade.

A Secretaria de Cultura e Turismo, através da Sudetur, após realizar um diagnóstico do setor, desenvolveu um projeto para dinamizar esta atividade. Este projeto iniciou-se em outubro/2000 com a realização de Oficinas Criativas, voltadas para os artesãos, tendo como objetivo desenvolver a criatividade, capacidade de organização e comercialização dos produtos, além do resgate da cultura local.

Também foi elaborada a Cartilha do Artesão que contém informações básicas e relevantes sobre o associativismo, capacitação, gestão, financiamento, meio ambiente e aspectos culturais, que servirá como instrumento de apoio a este público alvo.

Um dos pontos altos deste projeto será a realização de um evento itinerante nos três municípios envolvidos para apresentação e venda dos produtos elaborados durante as oficinas.

Percebe-se então que as ações do PRODETUR/NE pouca influência tiveram para o crescimento ou alavancagem do artesanato nativo local. O que ocorreu foi uma enorme invasão do chamado "souvenir de escala industrial" produzido, em sua maioria, em outros estados da federação, que oferecem aos turistas produtos encontrados em qualquer parte do Pais, apenas com o nome "Porto Seguro" impresso na mercadoria.

Entretanto, para se estimar o potencial do setor, realizou-se uma estimativa da demanda turística por artesanato. Levando em conta o número de turistas que visitaram a região da Costa do Descobrimento no ano de 1999 e considerando ainda que cada turista gasta, em média, US$2,00[[34]](#footnote-34) em compras de artigos locais ou artesanato, pode-se inferir que o setor gerou, em 1999, uma demanda da ordem de US$2milhões.

## Agropecuária

Fazendo uma análise por setor econômico, nota-se que no setor agrícola, as principais culturas dos municípios integrantes da Região da Costa do Descobrimento, ou seja, Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália são o mamão, coco da baía, cacau, maracujá e o abacaxi.

O coco da baia é o produto que vem apresentando um vertiginoso crescimento do volume produzido e área plantada nos últimos anos, com destaque para o município de Belmonte que apresentou em 1998 uma área plantada de 1.393 ha e produção de 5.572 mil frutos. No ano de 1998, o coco aparece no município de Belmonte como o segundo produto agrícola em termos de valor arrecadado e área plantada. Em 1996, analisando a participação dos três municípios da Costa do Descobrimento no total do Estado, ele aparece como o segundo produto em termos de arrecadação e terceiro em termos de área plantada. Importante mencionar que este produto atende principalmente a demanda turística local.

Analisando a cultura do mamão para os três municípios da Costa do Descobrimento, nota-se que estes participaram juntos com 24%, 22% e 29% respectivamente da produção (t), área (ha) e valor arrecadado do Estado da Bahia, em 1996. O principal produtor é o município de Porto Seguro.

O mamão, inicialmente, era uma cultura voltada principalmente para exportação, uma vez que o preço internacional era bastante atraente aos produtores. No entanto, com a melhoria do preço no mercado interno, este passou a ser vendido também para o mercado local, embora a exportação continue como carro chefe desta atividade.

Merece destaque também a cultura do cacau, que aparece com maior destaque no município de Belmonte, sendo este produto introduzido na região na década de 60. Em 1998, a área e quantidade alcançaram 13.089ha e 4.974t, sendo este o principal produto agrícola em termos de valor arrecadado do município. Deve-se mencionar que a lavoura de cacau encontra-se em recuperação lenta e gradual, após a devastação ocorrida nas plantações devido a praga denominada “vassoura de bruxa”.

Analisando a participação do cacau nos três municípios da Costa do Descobrimento, nota-se que, no ano de 1996, ele participava com 2,6% da área plantada e 3,1% da quantidade produzida do total do Estado, perdendo apenas em termos de participação no valor da produção agrícola, em relação ao Estado, para o mamão, coco e o abacaxi.

O abacaxi[[35]](#footnote-35) também vem apresentando um bom desempenho nos últimos anos, com destaque para o município de Belmonte, apresentando em 1996 uma área plantada de 110ha e quantidade produzida de 2.750t. Neste mesmo ano, analisando a participação dos três municípios, nota-se que estes participaram com 5,2%, 6,2% e 4,3% respectivamente, da área plantada, quantidade produzida e valor arrecadado, no total do Estado.

O maracujá é um produto que vem apresentando um grande crescimento de sua área plantada nos últimos anos. No ano de 1996, nos municípios de Belmonte e Porto Seguro, existiam apenas 10 e 15 ha de maracujá plantados, respectivamente. Já no ano de 1998, estas áreas plantadas atingiram 60 e 56 ha, respectivamente.

Analisando o Quadro 37, a seguir, nota-se que no período de 1989/1998 houve um crescimento da área plantada e quantidade produzida do abacaxi, coco da baía e maracujá.

**Quadro 37**

**Produção Agrícola da Costa do Descobrimento**

**1989, 1996 e 1998**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Produtos/Ano** | **Área Plantada (há)** | | | **Quantidade Produzida (t)** | | |
| **1989** | **1996** | **1998** | **1989** | **1996** | **1998** |
| Abacaxi\*\* | 140 | 152 | \* | 700 | 3.674 | \* |
| Cacau em amêndoas | 2650 | 15.247 | 14.793 | 5303 | 6.404 | 5.523 |
| Coco da baía\*\* | 558 | 1.996 | 2.308 | 4431 | 7.984 | 9.232 |
| Mamão\*\* | 976 | 4.548 | 1.172 | 24400 | 159.180 | 41.020 |
| Maracujá\*\* | \* | 33 | 116 | \* | 2.244 | 7.888 |

Fonte: IBGE e SEI.

\* Dados Não Disponíveis.

\*\* A quantidade produzida do maracujá, coco e mamão encontram-se em 1.000 frutos.

Quanto à pecuária nos três municípios em estudo, merece destaque o rebanho bubalino. Analisando a produção destes municípios em relação à produção do Estado, no ano de 1996, nota-se que juntos participaram apenas com 2,6% do rebanho bubalino, 0,7% do bovino, 0,5% do suíno e 1,2% dos asininos e galinhas, galos, frangos e pintos.

Analisando separadamente a produção do rebanho de cada município, nota-se que em Belmonte o rebanho bovino apresentou no período de 1989/1996, um aumento de 4,6% ao ano e o suíno de aproximadamente 10% ao ano.

O Quadro 38, a seguir, apresenta o rebanho dos três municípios conjuntamente nos anos de 1989 e 1996.

**Quadro 38**

**Efetivo dos Principais Rebanhos da Costa do Descobrimento**

**1989 e 1996**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Rebanho/Ano** | **1989** | **1996** |
| Bovino | 66.681 | 66.916 |
| Suíno | 5.632 | 8.439 |
| Muares | \* | 1.560 |
| Aves | \* | 77.993 |
| Bubalino | \* | 352 |

Fonte: IBGE e SEI.

\* Dado não disponível.

Desta maneira, pode-se comentar que o efeito das ações do PRODETUR/NE na atividade agropecuária caracteriza-se como indutoras de novos plantios, especificamente de culturas que possam atender ao turismo local, como abacaxi e coco.

No período de 1994 a 1999, percebe-se que do total de financiamento do Banco do Nordeste para a região da Costa do Descobrimento, 22,73% destinaram-se à agropecuária, conforme se verifica pelo Quadro 41 na seqüência. Observa-se, através deste mesmo quadro, que durante o período 1995/1999, enquanto o Banco do Nordeste incrementou significativamete o valor de financiamentos concedidos para o setor terciário, o setor agropecuário permaneceu praticamente com o mesmo montante de financiamento.

## Conclusão

Pela análise realizada anteriormente, concluiu-se que o PRODETUR/NE foi e continua sendo um elemento importante na dinâmica econômica regional. A consolidação do setor turismo, propiciada por obras na infra estrutura local, financiadas pelo PRODETUR/NE, permitiu possibilidades econômicas na Costa do Descobrimento, garantindo-lhe maior sustentabilidade.

Ainda nesse sentido, o Banco do Nordeste iniciou gestões junto as cadeias produtivas locais, disponibilizando seus instrumentos de desenvolvimento: capacitação, agente de desenvolvimento, farol do desenvolvimento, agências itinerantes, linhas de crédito, estudos setoriais, dentre outros, visando uma melhor integração dos demais elos das cadeias produtivas, gerando oportunidades aos pequenos produtores locais, em produzir e comercializar os seus produtos.

Entretanto, um dos benefícios trazidos pela expansão do turismo municipal, que seria a geração de empregos, embora necessária para ampliar a renda per capita, atuou como fator de atração de correntes migratórias, conduzindo à acumulação da pobreza na periferia das cidades, especificamente Porto Seguro. Sugere-se então, a adoção por parte do governo estadual, de macro-políticas regionais que visem harmonizar este fenômeno, absorvendo melhor as correntes migratórias e incentivado a fixação das comunidades nas suas localidades de origens.

O grande desafio agora é criar mecanismos para diversificar a estrutura produtiva local, não permitindo a continuidade extremada da “monocultura turística” e melhor qualificar a mão de obra disponível na área, pois, de acordo com Gottschall, “apenas a atividade turística, a priori, não é capaz de resolver a questão da desigualdade social e da concentração de renda, problemas comumente encontrados nos países de terceiro mundo”[[36]](#footnote-36).

Nesse sentido, deve-se criar mecanismos que: a) promovam a diversificação da oferta turística (turismo cultural, de lazer, ecoturismo, eventos e negócios dentre outros, que servirão inclusive, para amenizar os efeitos da sazonalidade turística); b) incentivem a redução das importações (através de investimentos que permitam aumentar a produção local nos segmentos de artesanato e agropecuária, em especial); e c) promovam a qualificação da mão de obra disponível no local, pois, só assim, poder-se-á promover um destino turístico em bases sólidas dentro dos padrões de desenvolvimento sustentável.

# Competitividade e fonte de financiamento da atividade turística

## Competitividade da Indústria Turística

A Costa do Descobrimento, formada pelos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte, está localizada no extremo sul do Estado da Bahia, cerca de 730Km da capital Salvador. Possui clima tropical e temperatura média de 25ºC. A pluviosidade anual média é de aproximadamente 1.800mm, correspondendo o período chuvoso os meses de março a maio. O risco de seca é baixo.

A região é habitada por cerca de 100 mil pessoas que vivem num espaço onde se fundem os conceitos de história, brasilidade e tropicalismo. Possui uma diversidade de atrativos naturais, como praias, mangues, ilhas, falésias, mata atlântica, rios, recifes de corais, entre outros, e também um rico acervo histórico-cultural, sendo o sítio histórico mais representativo quando trata-se do tema Descobrimento do Brasil. Por ter sido o ponto de chegada dos colonizadores portugueses, seus centros urbanos datam, na maioria, do século XVI.

Por ser o berço do descobrimento do Brasil, a Costa do Descobrimento é particularizada em relação a outras localidades com características naturais similares, principalmente no Nordeste, tornando referência nacional e internacional.

Com isto a Costa do Descobrimento reúne condições de oferecer aos mercados emissores nacionais e internacionais uma gama de produtos diferenciados e propicia a empreendedores oportunidades de investimentos em vários tipos de equipamentos.

Porto Seguro é o município que apresenta melhor infra-estrutura turística. Possui a segunda melhor infra-estrutura hoteleira do Estado, com hotéis de diferentes classificações, aeroporto que recebe vôos nacionais e internacionais, restaurantes variados, entre outros. Além da sua sede, o município conta com produtos turísticos já regularmente visitados pelos turistas: Arraial d’Ajuda, Trancoso e Caraíva.

Santa Cruz de Cabrália possui o sítio histórico de Coroa Vermelha, local onde foi realizada a 1º Missa no Brasil e que desperta grande interesse de visitação. A localidade possui ainda diversos atrativos naturais, entre eles o Parque Marinho de Coroa Vermelha. A localidade carece de uma melhor infra-estrutura turística, ficando dependente da infra-estrutura Porto Seguro.

Belmonte, quando comparado com os demais municípios da Costa do Descobrimento, é o que apresenta pior infra-estrutura turística. Sua participação no turismo na região é tímida e a vocação maior do município é o ecoturismo.

## Fontes de Financiamento

As linhas de financiamento para investimentos na atividade turística identificadas por este estudo estão apresentadas no Quadro 39 a seguir. Não foram identificadas fontes de financiamento e nem subsídios municipais específicos para o setor turismo.

**Quadro 39**

**Linhas de Financiamento**



Apresenta-se também, à título de informação adicional, a relação dos financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste à empreendimentos situados na Costa do Descobrimento, no período compreendido entre 1994 e 2000.

**Quadro 40**

**Financiamentos Concedidos pelo Banco do Nordeste na Costa do Descobrimento, R$1,00 (valores correntes)**



A seguir o Quadro 41 apresenta os mesmos dados do Quadro 40, porém a valores constantes de 2000.

**Quadro 41**

**Financiamentos Concedidos pelo Banco do Nordeste na Costa do Descobrimento, R$1,00 (valores constantes)**



# Comentários FINAIS

Dois itens merecem ser mencionados neste capítulo.

O primeiro refere-se ao anseio das autoridades locais na diversificação dos produtos turísticos como solução para a sazonalidade da atividade turística na Costa do Descobrimento. Atualmente o turismo na região é predominantemente de lazer e praiano, que é mais intenso nos períodos de alta estação (verão e férias).

Promovendo-se a diversificação dos produtos turísticos, gostos diferenciados poderiam ser atendidos e públicos variados e com poderes aquisitivos diferentes seriam atraídos para a Costa do Descobrimento. Isto daria suporte à regularização da demanda turística ao longo do ano, minimizando a ocorrência de bruscas oscilações no ciclo sazonal, propiciando nos períodos de baixa e média estação a ativação da capacidade instalada do setor serviços destinado ao turismo.

À esta diversificação cita-se a implantação de equipamentos turísticos diferenciados como: campos de golfe, clubes hípicos, centros de tênis, marinas, centro náutico, esportes náuticos, pesca, pistas de ultraleve, rampas de asa delta, trilhas cross-country, centro de convenções, hotéis ecológicos, resorts, museus históricos, museus naturais, parques temáticos, parques ecológicos, SPA, entre outros.

O que preocupa em termos do desenvolvimento social e econômico da Costa do Descobrimento é que o crescimento da atividade turística na região tem inibido investimentos nas demais atividades econômicas, ficando a economia local cada vez mais dependente do turismo.

Conforme Mathieson & Wall, “destinos turísticos que são altamente dependentes desta atividade encontram-se economicamente ancorados em bases instáveis”. Isto porque estes destinos passam a depender inteiramente da situação econômica e política das localidades de origem dos visitantes. Assim, qualquer modificação conjuntural ou estrutural na situação deste visitante pode desestabilizar a sociedade que está organizada apenas na atividade turística. Este fato é agravado na Costa do Descobrimento, uma vez que a predominância nesta região é de turistas nacionais de classe média, segmento mais vulnerável às oscilações da conjuntura econômica nacional.

Desta forma, para evitar rupturas causadas pelas flutuações de demanda, aconselha-se a diversificação tanto dentro da própria indústria turística como na composição de sua base econômica. A diversificação econômica cria uma base mais estável, de modo que as flutuações ocorridas em um setor possam ser contrabalançadas pelos demais.

Em segundo lugar, a análise realizada, apesar das inconsistências já apontadas no decorrer do documento, permite mensurar o impacto econômico do turismo na Costa do Descobrimento, dando a dimensão dos benefícios trazidos pelo PRODETUR/NE à região, frente aos custos de sua implementação.

Entre as deficiências cita-se:

1. adoção de multiplicadores referentes a região Nordeste e não à Costa do Descobrimento;
2. multiplicadores definidos a partir de uma estrutura de produção de 1992, ou seja, defasada em 8 anos;
3. estimativa de empregos diretos realizada a partir da geração de empregos obtida através da matriz de insumo-produto para o Brasil no ano de 1992, e não da Costa do Descobrimento em um ano mais recente.

Soma-se a isto, a dificuldade de isolar os efeitos exclusivos do PRODETUR/NE, que foi realizado em conjunto com outras intervenções públicas, e à pequena quantidade de observações históricas do fluxo de turista na Costa do Descobrimento, apenas 7 anos, de 1993 à 1999.

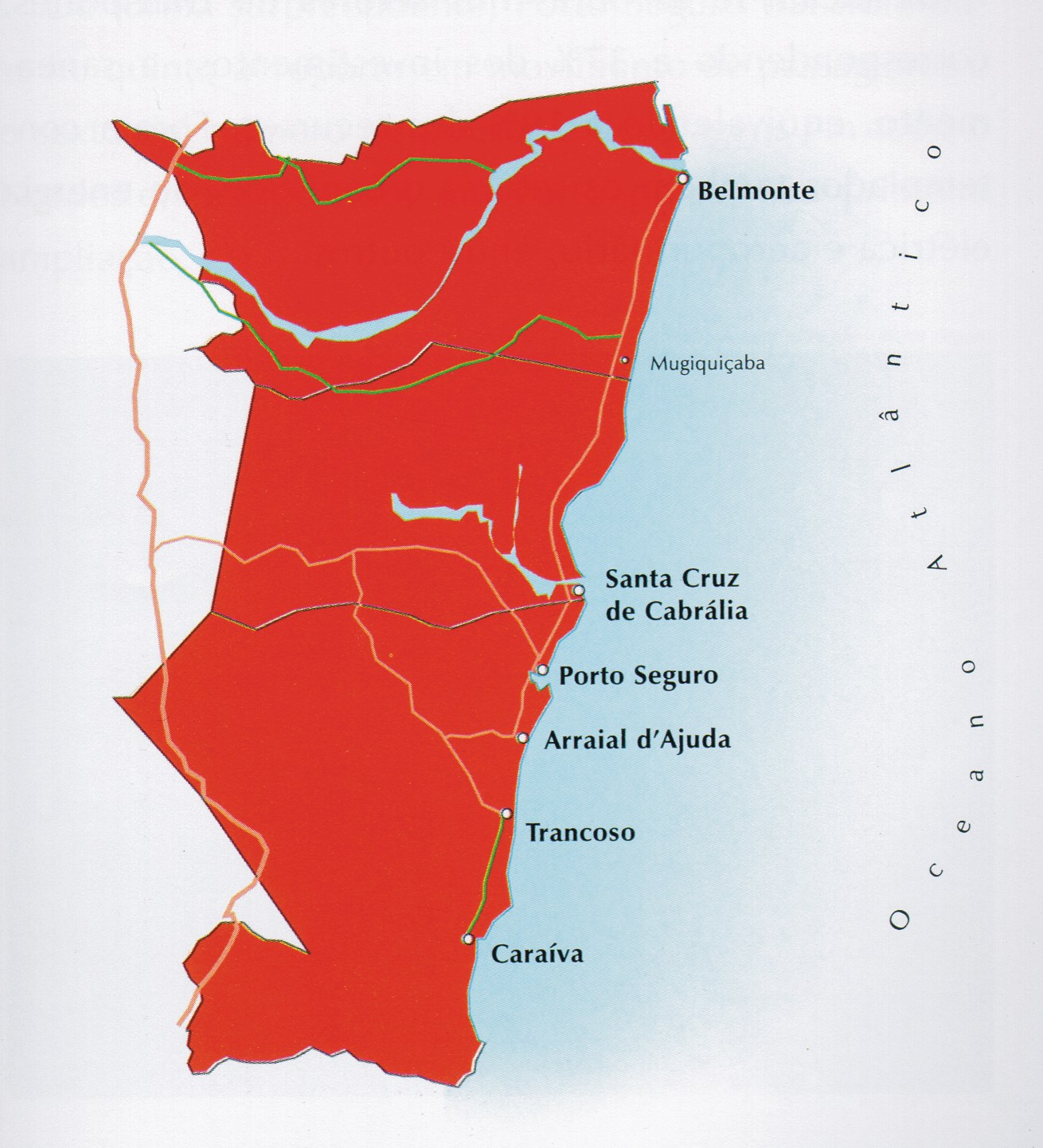
Para uma análise mais consistente, seria necessário a elaboração de uma matriz de insumo-produto da Costa do Descobrimento, de onde seriam retirados os indicadores e multiplicadores da atividade turística nesta região. Nesta matriz, os setores mais diretamente ligados ao turismo, como alojamento, alimentação e transportes, deveriam ser destacados.

Para verificar a melhoria do posicionamento de Porto Seguro no mercado internacional, sugere-se que a Bahiatursa, a partir da Pesquisa de Turismo Receptivo a nível Brasil, crie um indicador que mostre a evolução da participação de Porto Seguro como destino dos turistas estrangeiros que visitam o país.

Importante também será incluir na Pesquisa de Turismo Receptivo, conduzida pela Bahiatursa, a inclusão da estrutura dos gastos dos turistas na região da Costa do Descobrimento. Cada vez mais as pesquisas de turismo receptivo são instrumentos de planejamento eficazes para atração de turistas, resultando na consolidação do turismo como atividade geradora de renda e emprego.

# Bibliografia

* AMORIM, Marco A. M. *Economia do Turismo:* *Estimação da Matriz de Insumo-Produto Turística para o Ano de 1985*. Belo Horizonte, Dezembro/1997, dissertação apresentada ao Departamento de Economia da PUC-MG para obtenção do título de graduação em Economia.
* ANDRADE, Margarida e RIBEIRO, Sônia P. *Agricultura Baiana nos Anos 90*. In: Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI, v.6, n.3, Dezembro/1996.
* BAHIATURSA. *O Desempenho do Turismo Baiano 1990-1999*. Indicadores Básicos do Turismo Baiano - Informativo Gerencial - Estudo sobre o Desempenho Social e Econômico, Julho/2000.
* \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. *Sinopse da Pesquisa de Turismo Receptivo - Porto Seguro*, de 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000.
* BURMAN, Grazia e QUEIROZ, Lúcia A. *O Turismo se Volta para Dentro dos Municípios Baianos*. In: Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI, v.6, n.3, Dezembro/1996.
* BUTLER, Richard W. *Tourism, Environmental and Sustainable Development*. In: Environmental Conservation, 18 (3), 1991.
* GOTTSCHALL, Carlota. *O Turismo Transforma o Espaço em Porto Seguro*. In: Bahia Análise e Dados, Salvador, SEI, v.3, n.2, Setembro/1993.
* INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. *Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo* *na Bahia*. Salvador, Janeiro/2000.
* MATHIESON, A. e WALL, G. *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. England, Longman, 1992
* MENDONÇA Jr, Érico P., GARRIDO, Inez M. D. A. e VASCONCELOS, Maria do Socorro M. *Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico - O Caso da Costa do Descobrimento*. Bahia.
* NALBERG, Sheila e VIEIRA, Solange Paiva. *Demanda Setorial por Trabalho: uma aplicação do modelo de geração do emprego*. In: IPEA. Pesquisa e Planejamento Econômico. Volume 27, Número 1, Abril/97.
* TORRES, Ivo, LOPES, João do C., RIBEIRO, Maria E. L. P., CHAHAD, Maria L. T. e FILARDO, Maria L. R. *Turismo Brasileiro - Textos Selecionados*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.
* SCT/CODETUR. *Contextualização da Costa do Descobrimento*. Revisão III - Versão Completa Final, Novembro/1993.
* SEI. *Anuário Estatístico da Bahia de 1999*. Salvador, 1999.
* STYNES, Daniel J., PROPST, Dennis B., CHANG, Wen-Huei e SUN, Ya Yen. *Estimating National Park Visitor Spending and Economic Impacts; The MGM2 Model*. Michigan, May/2000.
* SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Celulose e Turismo: Extremo Sul da Bahia*. Salvador, 1995 (Série Estudos e Pesquisas, nº 28).



DEREC,S.L.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

**EVALUACIÓN DEL DESARROLLO TURÍSTICO DE LA COSTA DEL DESCUBRIMIENTO**

Julio 2001

**BRASIL**

**BAHÍA**

**COSTA DEL DESCUBRIMIENTO**

***AGRADECIMIENTOS***

*DEREC, S.L. desea expresar su más sincero agradecimiento a las numerosas Instituciones públicas del Gobierno Federal del Brasil, del Estado de Bahía, de las Corporaciones locales de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália y Belmonte, al sector empresarial y representaciones de la sociedad civil en la Costa del Descubrimiento por su apoyo y contribución informativa sin la cual no hubiera sido posible conseguir los objetivos de este trabajo.*

*Sería prolijo hacer referencia a todas las personas que han colaborado con el equipo técnico, que se aproximan al centenar, pero debemos hacer especial referencia a los responsables ejecutivos y técnicos del Banco del Nordeste en Fortaleza , Superintendencia de Desarrollo Turístico de Bahía, SUDETUR, Unidad Ejecutora del Banco del Nordeste en Salvador de Bahía, Representación del Banco del Nordeste en Porto Seguro, EMBASA, Secretaría de Cultura y Turismo del Estado de Bahía, DERBA, Ministerio de Deportes y Turismo, EMBRATUR y Ministerio de Medio Ambiente.*

*También DEREC,S.L., desea agradecer a la División de Medio Ambiente y Administración de Recursos Naturales del Departamento Regional de Operaciones I del Banco Interamericano de Desarrollo y al Fondo Español de Consultoría del Gobierno Español por la oportunidad de haber participado en la convocatoria de cooperación que financió este trabajo.*

***EQUIPO TÉCNICO****:*

*Coordinador: Francisco Menor Monasterio*

*Laudo Bernardes*

*Freda Burger*

*Diomira María Cicci P. Faría*

*Javier Liy Lozano*

*Gisela Lorán Benavent*

*Ángela Parente*

*Doris Ruschmann*

*Jorge Antonio Santos Silva*

**SIGLAS Y ABREVIATURAS UTILIZADAS**

**AAVIPS** - Asociación de Agencias de Viajes de Porto Seguro

**AMA** – Asociación de Amigos de Mata Atlántica

**APA** – Area de Protección Ambiental

**ASCAE** – Asociación de Cultura, Arte y Ecología

**BAHIATURSA –** Empresa de Turismo de Bahía S.A.

**BID** – Banco Interamericano de Desarrollo

**BN** – Banco de Nordeste

**BNDES** – Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social

**CD** – Costa del Descubrimiento

**CIS** – Centro de Información de Salud

**COELBA** – Compañía de Electricidad del Estado de Bahía

**CONDER** – Compañía de Desarrollo Urbano del Estado de Bahía

**CRA** – Centro de Recursos Ambientales del Estado de Bahía

**CRT-CD** – Consejo Regional de Turismo de la Costa del Descubrimiento

**DDF** – Dirección de Desarrollo Forestal

**DERBA** – Departamento de Infraestructura de Transportes del Estado de Bahía

**DETRAN** – Departamento Estatal de Tránsito

**EMBASA** – Empresa de Bahía de Agua y Saneamiento S.A.

# EMBRATUR – Instituto Brasileño de Turismo

**FUNAI** – Fundación Nacional de Indias

**IBAMA** – Instituto Brasileño de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables

**IBGE** – Instituto Brasileño de Geografía y Estadística

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria

**IPAC** – Instituto de Patrimonio Artístico y Cultural

**MDPS** – Movimiento de Defensa de Porto Seguro

**NGO** – Organización No Gubernamental

**OMT** – Organización Mundial de Turismo

**ONG** – Organización No Gubernamental

**PRODETUR/BA** – Programa de Desarrollo Turístico de Bahía

**PRODETUR/NE** – Programa de Desarrollo Turístico de Nordeste

#### PRUA – **Plan de Referencia Urbanística y Ambiental**

**SCT** – Secretaría de Cultura y Turismo del Estado de Bahía.

**SEBRAE** – Servicio de Apoyo a Pequeñas y Medianas Empresas de Bahía

**SEI** – Superintendencia de Estudios Económicos y Sociales de Bahía

**SENAC** – Servicio Nacional de Comercio

**SENAI** – Servicio Nacional de Industria

**SESAB** – Secretaría de Salud del Estado de Bahía

# SETRAS – Secretaría de Trabajo y de Acción Social

**SUDENE** – Superintendencia de Desarrollo de Nordeste

**SUDETUR** – Superintendencia de Desarrollo de Turismo

**UEC -** Unidad Ejecutora central del BN

**UEE** - Unidad Ejecutora Estatal de PRODETUR

**UNCSD** – Comisión de Naciones Unidas para el Desarrollo Sostenible

**WTTC** – World Travel and Tourism Council

### ÍNDICE

**Pag**

**Resumen Ejecutivo 5**

#### 1.- Introducción 13

**2.- Capacidad institucional y operativa del BN como Prestatario y ejecutor del**

**Programa 15**

**3.- Evaluación del componente de Desarrollo Institucional 21**

**3.1. Proyectos de Desarrollo Institucional (DI) 21**

**3.2. Evaluación de EMBASA 22**

**3.3. Acciones correctivas y preventivas 23**

**4.- Evaluación del impacto económico del desarrollo turístico 25**

#### 4.1 La actividad turística en Porto Seguro 25

**4.2 Impactos de PRODETUR en el turismo de Porto Seguro 27**

**5.- Evaluación de los impactos físico ambientales y sociales del**

**Programa, causados por las obras múltiples de infraestructuras**

**y servicios públicos 29**

#### 

**5.1 Evaluación de los impactos físico ambientales del Programa 29**

**- Agua potable 29**

* **Aguas residuales 32**
* **Residuos sólidos urbanos 34**
* **Limpieza y mantenimiento urbano 36**
* **Contaminación atmosférica, ruidos y vibraciones 37**
* **Movilidad urbana 38**
* **Carreteras 39**
* **Recursos naturales 40**

**5.2 Impactos sociales 42**

**6.- Evaluación de la participación de las municipalidades en el Programa 43**

**7.- Evaluación de la estrategia estatal de turismo del Estado de Bahía 49**

**8.- Evaluación del marco institucional para el desarrollo turístico de Porto Seguro 51**

**RESUMEN EJECUTIVO**

Con apoyo financiero del Banco Inter-Americano de Desarrollo por US$400 millones, sobre un total aproximado de US$670 millones, la primera etapa del Programa de Desarrollo de Turismo en la Región Nordeste del Brasil ( PRODETUR - NE - Préstamo 841/OC-BR) fue concebido para ordenar e impulsar el desarrollo turístico creciente y contribuir al desarrollo socioeconómico de esta región mediante la inversión en obras de infraestructura básica y servicios públicos y en programas de desarrollo institucional, formación y marketing. Todo ello orientado hacia una actividad turística sostenible que beneficie principalmente a la población local de bajas rentas de las áreas seleccionadas y procurando atraer inversiones privadas adicionales que garanticen la generación de rentas y empleos, así como una mayor recaudación pública

El trabajo que se desarrolla a continuación tiene como objetivo evaluar los impactos que el PRODETUR-NE ha tenido en el Centro Turístico de Porto Seguro en el Estado de Bahía como estudio de caso, para obtener conclusiones válidas que permitan su extrapolación al Programa y aportar mejoras para el desarrollo de la segunda etapa del mismo. El Centro Turístico de Porto Seguro en la actualidad forma parte de del área geográfica como el Polo Turístico de la **Costa del Descubrimiento** (CD) que, además de Porto Seguro incluye los municipios de Santa Cruz de Cabrália y Belmonte

Es importante destacar que el área objeto de estudio ya contaba al comienzo del Programa con un gran desarrollo de la actividad turística. Sin embargo, el desarrollo fue espontáneo y falto de un marco planificador, con graves problemas de infraestructuras de transportes y de servicios urbanos, agresiones al medio ambiente y una grave situación social derivada fundamentalmente del hundimiento de la economía del cacao que generó grandes migraciones de población rural de la vecina región de la Costa del Cacao hacia Porto Seguro, atraídas por la actividad turística existente en la misma. En 1995 más de 600.000 turistas visitaron la zona, gastando en la misma US$204 millones, la oferta de alojamiento contaba con 430 hoteles y posadas y un total de 4.200 establecimientos comerciales que prestaban servicios al turista.

No hay duda de que las inversiones de PRODETUR-NE en el Centro Turístico de Porto Seguro han conseguido alcanzar los objetivos cuantitativos de crecimiento de las macromagnitudes turísticas en esta región, así como la mejora del producto turístico, y de la calidad de las instalaciones hoteleras y una fuerte captación de inversiones privadas.

Desde 1995, la demanda turística en Porto Seguro se ha incrementado en más de 500.000 turistas, de los cuales el 95,3% son nacionales, principalmente procedentes de los estados de San Pablo, Minas Gerais, Río de Janeiro y el Distrito Federal. Argentina es el primer suministrador internacional (57%) seguido de Europa (25%) y Norteamérica (2,4%) y los turistas han gastado US$1,7 billones. El gasto medio por turista fue US$232 en el año 2000, prácticamente igual al registrado el año anterior pero notablemente inferior al de los años 1998 y 1997 lo que evidencia un deterioro en la calidad económica del turista que visita Porto Seguro. Este deterioro en el gasto es más intenso en el turismo nacional cuyo gasto medio ha disminuido un 27% desde 1997, mientras que el turismo internacional apenas ha variado su gasto medio por turista que es 2,15 veces superior al del turismo nacional.

El Centro Turístico de Porto Seguro ha incrementado en un 114% el número de plazas en los alojamientos turísticos, hasta alcanzar la cifra de 32.000 camas, mientras que el número de establecimientos creció un 40%, lo que evidencia un aumento de la dimensión media de las instalaciones, lo que mejora su nivel de competitividad. La mayor parte de las instalaciones de alojamiento y de todas las instalaciones turísticas se encuentra situada en el municipio de Porto Seguro, 87%, mientras que en el de Santa Cruz de Cabrália se sitúa el 11% y en Belmonte el 2%. En el caso de Porto Seguro hay una clara correlación entre la dimensión de la hotelería y las áreas territoriales urbanas donde esta se encuentra instalada. De esta forma en la Orla Norte, que cuenta con instalaciones más modernas objeto de comercialización en mercados nacionales e internacionales, la dimensión media es de 163 camas por hotel, mientras que las situadas en el centro de la ciudad se sitúan en 74 camas por establecimiento.

Desde 1992 el Estado de Bahía ha realizado de forma periódica investigaciones, cada vez mas elaboradas, basadas en encuestas a la demanda a la oferta que han permitido conocer aspectos cuantitativos y cualitativos de especial significación para poder evaluar el turismo en la Costa del Descubrimiento. No obstante es necesario profundizar el proceso de investigación en algunos aspectos relativos al gasto turístico, al proceso de cuantificación de la demanda y al grado de ocupación de la oferta.

La mejora de la calidad de las instalaciones hoteleras se pone en evidencia al considerar que la inversión por unidad habitacional ha sido creciente desde 1991 hasta el momento actual, pasando de US$20.762 en el periodo de 1991-1994, a US$40.000 en 1995-1998 y US$87.000 en los tres últimos años. La cifra de inversión por unidad habitacional crece exponencialmente en los proyectos privados en cartera hasta el año 2012 superando US$270.000 por unidad, lo que evidencia una tipología de proyectos de mayor dimensión y con diversificación de servicios.

Las inversiones del Programa PRODETUR-NE en el Centro Turístico de Porto Seguro ascendieron a US$84.0 millones que generaron importantes efectos económicos, sociales y medioambientales en la región. Las inversiones fueron principalmente dirigidas a la creación de infraestructuras del transporte, dotando a la región con más de 110 kilómetros de carretera y una ampliación del aeropuerto que le ha capacitado para uso turístico internacional, así como en abastecimientos de agua, redes de alcantarillado, drenaje, recuperación del Patrimonio Histórico Monumental y en mucho menor grado en proyectos de desarrollo institucional.

Esto significa que el Programa ha mejorado las condiciones de accesibilidad turística de la región desde los mercados nacionales e internacionales, las condiciones de estancia del turista y la calidad de los servicios urbanos de la población residente. Adicionalmente, ha puesto al servicio de la diversificación turística un Patrimonio cultural único en Brasil que permitiría una mejora de la calidad socio-económica del turista que visita la zona y la diversificación de los mercados.

Se han invertido también en la región US$50.0 millones procedentes de otras fuentes de financiación y fundamentalmente de los presupuestos del Estado de Bahía, destinadas también a la creación de infraestructuras de transporte, abastecimiento de energía eléctrica y de agua, mejoras del sistema hospitalario, creación del Centro Cultural y de Eventos de la Costa del Descubrimiento y otras acciones complementarias que han contribuido a la mejora del producto turístico, a posibilitar la captación de nuevos segmentos de demanda turística y a la mejora de las condiciones hospitalarias. Hay que destacar el alto nivel de coherencia existente entre estas inversiones y las del Programa.

La respuesta de la inversión privada ha sido muy significativa. Más de US$242.0 millones, tres veces más que la inversión pública del Programa, se ha llevado a efecto entre 1995 y el año 2001. Existen en cartera además proyectos de inversiones privadas por más de US$1,2 billones cuya maduración supondrá que se habrán invertido por el sector privado $7 por cada dólar invertido por el sector público. Cada vez es mayor el nivel de dependencia de la economía global de la zona de la actividad turística.

**Establecimientos Comerciales Prestadores de Servicios Turísticos**

**Porto Seguro 1995-1999**



Fonte : Ano 1995: Governo do Estado da Bahia, SCT, CODETUR, Contextualização da Costa do Descobrimento, Nov/1997. Ano 1999: Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Porto Seguro.

A pesar de que los resultados turísticos avalan la bondad del Programa no siempre las inversiones realizadas han tenido efectos exclusivamente positivos, especialmente en el área social y en el área medioambiental. Ello se ha debido fundamentalmente a la ausencia de programas y planes que contemplaran de forma global los impactos que el crecimiento del turismo iba a tener sobre el territorio, el medio ambiente, el urbanismo y la sociedad. La falta de un marco de compromiso de planificación y de gestión urbanístico, territorial, ambiental y turístico ha generado problemas de gestión y de articulación causantes de los impactos negativos producidos en el entorno del Programa, a pesar del correcto comportamiento del Banco del Nordeste (BN) como ejecutor y prestatario de PRODETUR-NE.

Las expectativas creadas por las inversiones de PRODETUR-NE tuvieron un gran reflejo en los movimientos migratorios hacia la zona, cuya población ha crecido más de un 50% desde el inicio del Programa. Existen problemas de salud, analfabetismo y un nivel educacional bajo de la población que ve comprometida su inserción en el mercado de trabajo del turismo. La inseguridad ciudadana es creciente y las informaciones recibidas señalan un alto consumo de drogas también por parte de los turistas. El marco social actual necesita ser fortalecido para favorecer la actividad turística, a pesar de que los turistas realizan sus actividades en áreas específicas donde no se mezclan con la población local marginal.

Es evidente que la actividad turística no pudo resolver por sí misma el grave problema social detectado, que es anterior al Programa de PRODETUR-NE, siendo evidente que éste ha contribuido, sin duda, a mejorar la situación social de la población de Porto Seguro a través de la creación empleos, que han absorbido mano de obra local, y de la mejora en las condiciones de servicios urbanos que han elevado los índices de domicilios servicios por abastecimiento de aguas y servicios de alcantarillado. En ningún caso un programa como el de PRODETUR-NE puede resolver por sí solo la magnitud del problema social del área estudiada, siendo necesaria la integración de otras políticas y la aplicación de recursos de otros programas directamente orientados al área social y a la generación de actividades económicas en otros sectores diferentes del turismo.

Los impactos medioambientales negativos se han producido fundamentalmente por la ocupación ilegal de zonas de playa y de los manglares, por los vertederos incontrolados, deforestación, caza furtiva, construcciones ilegales, polución sonora en zonas turísticas y uso turístico intensivo de recursos naturales sin adecuado control como el caso de los arrecifes. Se incumplen sistemáticamente las leyes existentes en esta materia.

Los impactos económicos, que son muy positivos y podrían serlo mayores si la economía de la región estuviera más diversificada y orientada a satisfacer los consumos turísticos. La economía agrícola y ganadera de la zona está muy poco implicada con la actividad turística y la mayor parte de estos productos son consumidos en la región después de ser importados desde otros estados.

Si bien las obras realizadas han cumplido con los requisitos de ingeniería de acuerdo a las leyes brasileñas, la gestión de los servicios, la implicación de los usuarios y el cobro de las tarifas por los servicios públicos de agua y alcantarillado no se han implantado de acuerdo con lo previsto en el Reglamento Operativo del Programa y pueden poner en peligro el éxito alcanzado por el mismo.

Por ejemplo, en el caso de la empresa de Agua y Saneamiento del Estado de Bahía (EMBASA), aún se encuentra en ejecución la actividad de conectar los domicilios de la población local a la red de alcantarillado, lo cual no ha permitido alcanzar los niveles mínimos requeridos para garantizar el retorno de las inversiones y además, conseguir aumentar la calidad ambiental y de salud para la población, que son los objetivos finales cuando se implanta una red de alcantarillado. La red se encuentra ociosa y es muy lento el proceso de aplicación de los mecanismos legales que obligan a las conexiones domiciliarias.

El principal problema con que se encuentra el desarrollo del Programa PRODETUR-NE en el Centro Turístico de Porto Seguro es, precisamente, la falta de implicación de los municipios en el Programa desde el principio, la fragilidad y debilidad de la organización institucional y la carencia de las herramientas de gestión pública eficaz y, específicamente, la ausencia de planes de ordenación territorial, de planes directores urbanísticos y de planes turísticos.

Los municipios son los grandes beneficiarios del Programa y su falta de articulación con el mismo es evidente, debiéndose a que el diálogo mantenido con el Estado no ha fructificado en una actitud municipal activa sino en un manifestación permanente de falta de voluntad política para llevar a cabo las acciones que pudieran haber evitado algunos de los impactos negativos señalados. El Estado dotó a los municipios de Planes de Referencia Urbanística y Ambiental PRUAs que no fueron asumidos por ellos a pesar de haber participado en diversas reuniones promovidas por SUDETUR durante s elaboración.

Es evidente la necesidad de que en la segunda fase de PRODETUR-NE se contemple en su Reglamento Operativo como obligatoriedad que los municipios implicados en el programa asuman los compromisos necesarios para que las inversiones que se realicen encuentren un marco de planificación y de protección medioambiental que garanticen un desarrollo sostenible del turismo.

La Estrategia de turismo del Estado de Bahía está contenida e en su Programa de Desarrollo Turístico de largo plazo, con un marco temporal es de 20 años, 1992-2012, cuyo objetivo es el aprovechamiento sostenible de los recursos naturales y culturales del estado en beneficio de las condiciones de vida de la población. En el mismo se prevén, entre otras, acciones de desarrollo de infraestructura, de promoción turística, de capacitación, de fortalecimiento institucional y creación de equipamientos turísticos en áreas prioritarias, como la Costa del Descubrimiento, capaces de atraer un turismo de calidad nacional e internacional

Es en este contexto donde se enmarca la estrategia del Estado de Bahía con relación a PRODETUR-NE, en la cual se considera al Programa como una línea de financiación de las inversiones previstas principalmente en infraestructuras. Por ello en el área estudiada la acción del Programa se ha dirigido exclusivamente a la oferta turística con olvido de cualquier acción sobre la demanda, aspecto este fundamental dadas las características de estacionalidad de la misma.

Si no se diversifican los mercados de procedencia del turista y los segmentos de demanda difícilmente se conseguirá disminuir el índice estacional actual que introduce graves problemas en la gestión de las empresas del sector, y penaliza la calidad de los empleos generados en el sector turismo con un alto nivel de temporalidad en los meses de verano. PRODETUR-NE ha dotado a Porto Seguro de recursos históricos que permitirían la captación de diversos segmentos turísticos cuya actividad no se vincularía necesariamente a la época de vacaciones estivales, tales como tercera edad o turistas vinculados a viajes culturales educativos.

Sin organización turística adecuada municipal o regional, sin marco legal que garantice el adecuado uso de los recursos y sin ejercicio de la función fiscal de los municipios no es posible alcanzar el desarrollo de un turismo responsable que involucre a la población local de forma que contribuya a la mejora de su calidad de vida. El desarrollo turístico sostenible depende de la implicación del poder público en un diálogo permanente y estructurado entre todos los implicados: sector público a todos los niveles, empresas privadas y sociedad civil. Deben trabajar en estrecha cooperación y tener en cuenta las exigencias del mercado, las necesidades de la población local y las características de los destinos.

Sin embargo, se constatan indicadores que señalan que el proceso de desarrollo turístico puede invertirse fundamentalmente por el deterioro en el medio ambiente, variable fundamental para la actividad turística, la debilidad del marco institucional del sector, fundamentalmente el de los municipios, las condiciones sociales y la seguridad. Se registra un alto nivel de dependencia de un mismo segmento de demanda y una pérdida de calidad económica del turista reflejada en una disminución del gasto medio por turista.

El marco institucional existente se caracteriza por una gran debilidad y desestructuración de las prefecturas, un mal entendimiento entre estas y la Unidad Ejecutora del Estado con relación a PRODETUR, falta de dialogo con la sociedad civil, debilidad del asociacionismo empresarial, atomización empresarial y falta de un marco rector de referencia que oriente la acción turística de la zona.

El Estado de Bahía, a través de SUDETUR, ha realizado constantes esfuerzos desde 1996 para la articulación de los agentes locales públicos y privados en la materialización de las acciones programadas en el Centro Turístico de Porto Seguro. Destaca la creación del Núcleo de Gestión Participativa, una experiencia de ación compartida que año y medio después fue sustituido por el Consejo Regional de Turismo de la Costa del Descubrimiento (CRT/CD) que enfrenta graves dificultades económicas para alcanzar sus objetivos, falta de participación activa de una parte de sus integrantes y oposición reactiva de las municipalidades, especialmente Porto Seguro, de acuerdo con lo manifestado a la consultoría en diversa reuniones.

Es por ello que el único foro real de diálogo integrador que existe en la zona es el Conselho de Turismo del Polo, patrocinado por el Banco del Nordeste, al que se han adherido todas las autoridades significativas de nivel federal, estatal y municipal, el CRT/CD, los sectores empresariales y representantes de la sociedad civil y cuenta con recursos técnicos y económicos de apoyo a su gestión. Deberá tenerse en cuenta esta institución para el desarrollo de acciones futuras del Programa en su segunda fase.

El Programa no ha cumplido, en su mayor parte, con los proyectos previstos de Desarrollo Institucional, y especialmente en lo referente a capacitación de los recursos humanos de las municipalidades objeto de estudio, restando coherencia a las actuaciones del Programa en su conjunto. Ello a pesar del esfuerzo realizado por el Estado de Bahía que contempló estas actividades en su programa, pero dificultades licitatorias y la falta de colaboración de la prefectura de Porto Seguro lo hicieron inviable. Ha habido un gran desfase entre la iniciación de las obras y la de los proyectos de desarrollo institucional en el área.

Los municipios son los grandes beneficiarios del esfuerzo inversor del Programa, sin embargo no se ha conseguido articular a los municipios adecuadamente en el Programa, como lo evidencia su posición de no asumir el mantenimiento de las obras de interés local que les corresponden, según sus manifestaciones por falta de recursos y por no haber sido consultados ni oídos por el estado

La lección aprendida más importante es precisamente que ni en la formulación de las estrategias del Programa ni en la definición de sus acciones en origen se contó con todos los actores que intervienen en la consecución de los objetivos planteados

En este sentido en la segunda etapa de PRODETUR debe darse entrada, desde el origen a los municipios afectados que adopten los niveles de compromiso que les correspondan, lo que debe trasladarse al Reglamento Operativo, y realizar estudios sobre la capacidad económica y financiera real de los municipios para asumir sus obligaciones y compromisos para el mantenimiento de las obras y en fortalecimiento institucional.

En el Reglamento Operativo para la segunda etapa debe modificarse la cláusula correspondiente a la interlocución entre el BN y la Unidad Ejecutor del Estado (UEE) con el objeto de facilitar la ampliación del diálogo con los municipios y la sociedad civil.

El Reglamento Operativo deberá también recoger en su articulado la obligatoriedad de que los municipios afectados por subpréstamos tengan aprobado el plan director y el de usos del territorio, así como la obligación de implantar, antes de terminar las obras, programas de DI que permitan disponer de un catastro en el que basar una política de recaudación de impuestos que viabilice el proceso.

Así mismo el Reglamento Operativo también deberá incorporar específicamente el requisito de que todos los proyectos de obra de PRODETUR deberán ser objeto de estudio de impacto ambiental, inclusive aquellos que puedan tener dispensa de este trámite al amparo de las leyes del estado. Debe incorporarse así mismo, la exigencia de una campaña de comunicación del Programa dirigida a la población e instituciones afectadas, y la obligatoriedad de una campaña de información permanente de cada proyecto que se ejecute.

Es evidente que la Costa del Descubrimiento debe "madurarse" como destino turístico para lo que necesita complementaciones a los esfuerzos realizados en PRODETUR, pero también necesita una urgente mejora de la calidad de su gestión municipal y dotarse, cada municipio, de las herramientas en que se basa una gestión pública local eficiente, es decir plan de urbanismo, plan de ordenación territorial y plan de turismo. La existencia de estas herramientas debe ser una exigencia para las nuevas acciones que se propongan en fases sucesivas del Programa.

Dada la situación existente, en la que convive un fuerte crecimiento de las magnitudes turísticas con un marco social y medioambiental con cierto nivel de deterioro, y un marco de conocimiento limitado del sector, es evidente la necesidad de elaborar un Plan de Desarrollo Turístico Integral y Sostenible del Centro Turístico de Porto Seguro, que deberá ser realizado de forma democrática, participativa y abierta entre todos los actores implicados en la actividad turística de la Costa del Descubrimiento: autoridades municipales, estatales y federales con funciones en el área turística, medio ambiental, económica y social, el sector privado y la sociedad civil. Este plan deberá definir metas, objetivos, acciones a realizar para el fomento de la oferta, la promoción de la demanda y la mejora continua de la calidad turística, presupuesto de ejecución, niveles de compromiso de cada interviniente, y organización para su puesta en marcha, seguimiento de objetivos y control del programa. Planes de ordenamiento territorial, urbanísticos y medioambientales aprobados por los municipios serán la referencia del plan turístico y necesarios para el éxito de éste por lo que Estado y municipios deberán buscar una nueva forma de trabajo y coordinación en el desarrollo de sus competencias cuyo objetivo es la sostenibilidad del desarrollo del turismo en la zona.

El Plan propuesto y la asunción de los compromisos que el mismo conlleve es la garantía de una eficaz aplicación de las inversiones que se prevean y que se financien en la segunda fase del Programa. El Programa debe exigir la existencia del Plan de Desarrollo Turístico Integral Sostenible e todos los Polos de turismo de la región del nordeste brasileño como requisito previo a la aplicación de fondos.

#### 1.- INTRODUCCIÓN

1. El trabajo que se expone a continuación tiene como objetivo principal evaluar la ejecución de los principales componentes del Programa de Desarrollo de Turismo en la región del Nordeste de Brasil a través de la experiencia obtenida en el Centro Turístico de Porto Seguro en el Estado de Bahía, cuya área geográfica coincide con la denominación geoturística Costa del Descubrimiento.
2. Ha sido realizado en un periodo de cuatro meses (Noviembre 2000 - Febrero 2001) por un equipo técnico integrado por ocho especialistas y ha requerido, además del análisis documental, presencia en el área territorial, contacto permanente con las Unidades Ejecutoras del BN y del Estado de Bahía, y con Autoridades y Técnicos Municipales, Organizaciones Empresariales, empresarios del sector, ONGs y otros representantes de la sociedad civil.
3. Para cada una de las áreas de trabajo fueron elaborados documentos técnicos monográficos que sirvieron de base para la ejecución de este informe y fueron entregados al BID. Las actividades de evaluación que han sido desarrolladas se han dirigido a las siguientes áreas de trabajo:
   1. Desempeño del BN como ejecutor en el cumplimiento del Reglamento Operativo del Programa
   2. Impacto producido por los Proyectos de Desarrollo Institucional en Porto Seguro
   3. Impacto económico en la Economía del Centro Turístico derivado del Programa
   4. Impacto físico-ambientales y sociales causados por las obras de infraestructuras financiadas por el programa
   5. Participación de las municipalidades del Centro Turístico en el desarrollo del Programa y en el mantenimiento de la infraestructura y servicios
   6. Estrategia estatal de Turismo Estatal de Bahía y su coherencia con el plan de acción seguido para el Centro Turístico de Porto Seguro.
   7. Marco institucional en el cual se ha desarrollado el turismo en Porto Seguro
4. El Centro Turístico de Porto Seguro está integrado por los municipios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália y Belmonte, ocupando una superficie de 6.000 Km2 y 165 Km del litoral sur del Estado de Bahía. En Porto Seguro se produjo el hecho histórico del descubrimiento del Brasil en el año 1500 lo que da a la región un elemento de diferenciación competitiva muy importante y una especial singularidad para su aprovechamiento turístico.
5. La población ha tenido un vertiginoso crecimiento en los últimos años, experimentando un aumento del 53,1% desde 1994 a 1998 y alcanzó la cifra de 108.000 habitantes en 1998. Una parte importante del crecimiento de la población se debe a los movimientos migratorios producidos desde la zona del Cacao con motivo de la crisis de su economía en la década de los años 80 forzado la emigración de millares de trabajadores para Porto Seguro en busca de oportunidades de trabajo en el mercado turístico. Más de la mitad de la población migratoria reside en la zona desde hace menos de cinco años.
6. El turismo constituye la primera actividad económica de la zona, siguiéndole en importancia la economía agrícola y la explotación de madera. El Centro Turístico de Porto Seguro cuenta con numerosos recursos naturales de primera magnitud. Ecosistemas litorales y de mata atlántica caracterizan la geografía de la zona donde playas, acantilados, arrecifes de coral, manglares, restingas y lagunas litorales forman un atractivo conjunto de recursos turísticos para el turismo vacacional y el ecoturismo. Cuenta con tres áreas de protección ambiental y parques municipales nacionales que complementan el inventario de recursos de la zona.
7. El turismo comenzó su crecimiento en los años 70 y continuó de forma acelerada su crecimiento durante la década de los 80 de forma espontánea y desordenada, con gran deterioro del producto turístico y unos soportes de infraestructura y de servicios urbanos absolutamente insuficientes para la dimensión alcanzada por el sector.
8. En los primeros años de los años 90 el Gobierno del Estado de Bahía comienza la elaboración del Programa de largo plazo para el desarrollo del turismo del Estado donde el Centro Turístico de Porto Seguro ocupa un lugar preferente y busca las líneas de financiación para el programa de inversiones elaborado con el objetivo de mejorar el producto turístico de la zona, consolidar el Centro Turístico y posicionarlo en los mercados nacionales e internacionales.
9. Durante la década de los 90 el Centro Turístico de Porto Seguro ya contaba con el segundo parque de alojamiento del Estado de Bahía alcanzando prácticamente 20.000 camas en 1998, de las cuales el 89% se situaba en Porto Seguro, el 10,3% en Santa Cruz de Cabrália y el 0,6% en Belmonte.
10. En este marco de importantes avances sectoriales el Estado de Bahía decide solicitar el financiamiento, a través del programa de PRODETUR-NE, de diferentes obras de infraestructuras y de saneamiento, recuperación del patrimonio histórico arquitectónico y de desarrollo institucional que formaban parte de su plan de inversiones con relación al Centro de Porto Seguro y al mismo tiempo complementaba con otras inversiones el Programa. Carreteras, abastecimiento y tratamiento del agua, redes de alcantarillado, mejora del aeropuerto y recuperación de Patrimonio histórico arquitectónico han sido las realizaciones principales del Programa, que marcan un antes y un después a la realidad del Centro Turístico de Porto Seguro, posibilitando, con las acciones pertinentes, diversificar mercados y demanda turística y combatir la estacionalidad del sector. PRODETUR-NE ha contribuido, además, a un cambio de la mentalidad en las instituciones públicas y privadas y en la sociedad civil acerca de la importancia del desarrollo del sector de forma sostenible.

**Inversiones Públicas en la Costa del Descubrimiento**

**Financiadas por PRODETUR/NE**



11. La valoración de las inversiones realizadas por PRODETUR-NE en el Centro Turístico de Porto Seguro es muy positiva en el ámbito de la población local y al nivel de los empresarios que consideran que es necesario continuar en esa línea y ampliar las acciones al campo del marketing y de la recogida, tratamiento y eliminación de los residuos sólidos urbanos.

**2.** **–EVALUACIÓN DE LA CAPACIDAD INSTITUCIONAL Y OPERATIVA DEL BANCO DEL NORDESTE COMO PRESTATARIO Y EJECUTOR DEL PROGRAMA**

1. Para atender las responsabilidades de PRODETUR-NE y el cumplimiento de su Reglamento Operativo el BN creó la Unidad Ejecutora Central (UEC) para lo cual fue constituido y capacitado un equipo dedicado específicamente a los aspectos operacionales y técnicos de la implantación del programa: análisis de los proyectos, y licitaciones, supervisión de los proyectos, gerencia financiera y supervisión del Programa.
2. En 1998 la UEC fue descentralizada en tres unidades localizadas en Fortaleza, Recife y Salvador, cada una de ellas con cobertura de algunos de los estados beneficiarios del Programa. El equipo de la UEC inicialmente capacitado para el cumplimiento de sus funciones, fue posteriormente distribuido por las unidades descentralizadas siendo algunos de sus miembros destinados para actuar en otras áreas técnicas del Banco. Esta descentralización permitió un mejor cumplimiento de las responsabilidades del BN junto a las Unidades Ejecutoras de los Estados (UEE) y mejores condiciones para supervisar más de cerca las obras del programa. El número de personas de que dispone la UEC para el desarrollo del Programa es de 44 tituladas ( junio 2000) de los cuales 23 tenían dedicación exclusiva a PRODETUR. La UEC de Bahía cuenta con cinco profesionales de nivel superior, de los cuales dos tienen dedicación exclusiva, uno el 50%, uno el 20% y dos el 5%
3. El proceso de distribución del equipo para constituir las unidades descentralizadas tuvo implicaciones importantes y beneficiosa para el BN permitiéndole incorporar en su actuación regular los procedimientos operacionales desarrollados a partir de la ejecución del programa PRODETUR-NE que, por ser un proyecto financiado con recursos externos, fue más exigente en términos de tecnología gerencial, facilitándose así el perfeccionamiento técnico y de control en la actuación del Banco en el desarrollo regional del Nordeste.
4. Según la óptica de la UEE de Bahía hubo problemas o dificultades iniciales de relación operacional debido a la mudanza periódica de los interlocutores en la UEC. También hubo cambios en las responsabilidades de las Instituciones del estado de Bahía encargadas de PRODETUR, siendo BAHIATURSA la encargada, hasta 1995, de coordinar y desarrollar el programa. Posteriormente la gestión de el programa fue encomendada al Consejo de Desarrollo de Turismo ( CODETUR), integrante de la estructura de la Secretaría de Cultura y Turismo ( SCT) del estado, hasta que, en 1999, las atribuciones como Unidad Ejecutora fueron asumidas por la Superintendencia de Desarrollo de Turismo (SUDETUR), integrante de la SCT. No obstante la gestión turística del Estado en relación a PRODETUR se caracteriza por su continuidad dado que el equipo técnico y su dirección no ha cambiado desde el origen del Programa. Con el desarrollo del Programa ha sido evidente una mejoría permanente en la relación entre la UEE y la UEC.
5. Con el objetivo de divulgar las estrategias de PRODETUR y de capacitar a los técnicos estatales sobre los procedimientos contenidos en el Reglamento Operativo para la elaboración y presentación de los proyectos, el BN promovió varios seminarios en el Estado de Bahía, aunque en este proceso de capacitación hubo problemas de articulación interna. No obstante hay que destacar el gran esfuerzo del BN para preparar al Estado para el desarrollo satisfactorio del Programa. Como lección aprendida, hay que destacar que el formato del seminario no parece ser suficiente para las necesidades de la Región y que lo recomendable sería la promoción de cursos con mayor riqueza de material didáctico.
6. Para apoyar la formulación de los proyectos la UEC desarrolló actividades de capacitación de los equipos de la UEE, de los órganos ejecutores y de las Empresas de consultoría implicadas en la elaboración de los proyectos. Esta capacitación estaba dirigida a difundir los requisitos de análisis establecidos en el Reglamento Operativo e introducir y homogeneizar conceptos técnicos aceptados en la implantación de PRODETUR. Esta iniciativa fue fundamental dado que el Programa introducía metodologías, criterios y requisitos socioeconómicos, de impacto ambiental y de capacidad institucional en el análisis para la aprobación de los proyectos y que no eran usuales para los agentes envueltos en las inversiones previstas. Fue necesario crear una nueva cultura técnica para la adecuada ejecución de PRODETUR. El BN también elaboró modelos de Términos de Referencia específicos para orientar las acciones de desarrollo institucional, campo de evidente carencia de experiencia en casos anteriores y que presentó siempre dificultades para su implantación
7. Se observa que el BN tuvo siempre una actuación efectiva en el apoyo de la formalización de los proyectos por parte del Estado de Bahía y del análisis de esos proyectos. El proceso normal de desarrollo de las obras múltiples ha sido el siguiente:

- El Estado a través de su UEE Propone la obra a la UEC;

- BN analiza la propuesta, hace las observaciones pertinentes, forma a los consultores

- La UEE acondiciona el proyecto a las exigencias técnicas de la UEC;

- Una vez que el proyecto reúne las condiciones exigidas el BN lo somete al BID. En caso de aprobación el BN autoriza;

- La UEE actúa: Licita y contrata a través de la institución pertinente del estado; y

- El BN controla y fiscaliza

1. Las solicitudes de subpréstamos por parte del Estado de Bahía siempre estuvieron apoyadas en la Estrategia Estatal de Desarrollo Turístico, previamente aprobada por el BN y el BID. La estrategia original fue modificada en 1996 y en 1997 en relación, fundamentalmente, a las áreas territoriales implicadas en el Programa. En la elaboración de las estrategias del Estado el BN no tuvo un papel preponderante, a excepción del análisis de la capacidad de la estrategia para justificar las prioridades en la obtención de recursos. Puede ser explicada esta participación restringida del BN en la formulación de la estrategia por el propio papel que la entidad tiene en su contexto general, no disponiendo de condiciones para ocuparse de las funciones de apoyo a la formulación de políticas y estrategias sectoriales. En este caso deberían haber sido movilizados los agentes responsables de la política del sector turístico, cuya ausencia de participación activa explica que, por un lado, en su contenido las estrategias aborden exclusivamente acciones sobre la modulación de la oferta turística, con omisión de la problemática de la actuación sobre la demanda, y por otro, que haya un notorio énfasis en obras de infraestructura física con poco destaque en las cuestiones de institucionalización y organización de la gestión del sector turismo, procurando la sostenibilidad de los proyectos financiados.
2. En cuanto al análisis de los proyectos sometidos por la UEE se constata la adopción de un procedimiento básico, de conocimiento de los proponentes , para orientar la apreciación técnica. El BN cumplió su papel analizando los proyectos de obras y emitiendo pareceres técnicamente correctos, cumpliendo con los aspectos, y metodología contenidas en el Reglamento Operativo relativas a viabilidad socio-económica, proyecto de ingeniería, proceso de licitación, licencia ambiental y análisis comparativo de las propuestas.
3. Los proyectos de infraestructura fueron elaborados de acuerdo con el mecanismo previsto para la presentación de proyectos. La discusión entre los técnicos del BN y de los órganos ejecutores del estado responsable por la obra, generó, en algunos casos adecuaciones a los proyectos para atender las normas del BID y del BN. Todos los proyectos de ingeniería fueron redactados siguiendo rigurosamente las normas brasileñas en esta materia. La selección de los proyectos fue siempre presidida de un análisis comparativo entre las propuestas presentadas, y los pareceres técnicos fueron consistentes.
4. De las observaciones documentales y entrevistas realizadas se constata que el desarrollo de ese análisis fue bastante variable, dependiendo de la naturaleza de las obras y de la capacidad del proponente de adjuntar la documentación exigida por la UEC. Los plazos de duración de este proceso también fueron variables dado que no existe un plazo fijado básico para el proceso. Se destaca que las mayores dificultades siempre estuvieron relacionadas al cumplimiento de los requisitos y criterios asociados a los aspectos socioeconómicos de impacto ambiental y de capacidad institucional. - Los casos más críticos fueron los tres proyectos relativos a limpieza urbana y tratamiento de residuos sólidos los cuales no fueron llevados a efecto por falta de dominio conceptual y de entendimiento entre la UEE y la UEC en cuanto a los procedimientos técnicos a ser aplicados, lo que llevó a que no fuese aprobado ni un solo proyecto en esta área. Esta es una cuestión crítica en términos de producto turístico dada la gran importancia que la limpieza urbana tiene en la buena calidad del mismo.
5. La supervisión por parte del BN de la ejecución física y financiera de los procedimientos aprobados se produjo dentro de los patrones adecuados, habiendo sido adoptadas medidas de perfeccionamiento a lo largo del programa. El Proceso de licencia ambiental fue seguido con rigor, siendo las licencias ambientales o su dispensa publicadas en el Diario Oficial del Estado de Bahía. Las licencias fueron emitidas por el Centro de Recursos Ambientales (CRA) o por el Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAN)
6. Con relación a las licitaciones las dificultades fueron producto de la inexperiencia por parte de los órganos ejecutores en cuanto a los requisitos exigidos en esta materia, produciéndose algunas cancelaciones en los procesos licitatorios por la no-conformidad de las normas aplicables o por las demoradas tramitaciones del proceso. Se destacan los casos de dificultades en lo relativo a los gastos de servicios de capacitación previstos en los proyectos de desarrollo institucional, lo que llevó, en algunos casos, a que estos servicios fueran excluidos de los proyectos. Una de las dificultades más importante encontrada en el proceso licitatorio es debida a la Ley Federal Nº 8.666 de licitaciones en el país, la cual determina que la adjudicación de la obra se lleve a efecto por el criterio del menor precio, lo que ha creado atrasos en la ejecución de dos obras de saneamiento de Porto Seguro por falencia de las adjudicatarias y la necesidad de sustituirlas por los que resultaron segundas en la licitación.
7. Para la fiscalización de las obras el BN ha adoptado como procedimiento básico la realización de la visita conjunta con el personal de la UEE y del órgano ejecutor. Esta actividad fue intensificada a partir de las instalaciones de las unidades descentralizadas de la UEC y se confirmó como una medida eficaz de articulación entre los equipos técnicos implicados y facilitadora de la tramitación posterior de los procesos de pago de las facturas a los suministradores.
8. Para el procesamiento de los pagos a los suministradores de bienes y servicios contratados por los órganos ejecutores en BN ha adoptado procedimientos administrativos que garantizan un control preciso de la ejecución de los gastos con los recursos de los subpréstamos. Este procedimiento se caracteriza por: (i) el establecimiento de un término aditivo a su préstamo para cada proyecto; (ii) liberación financiera individualizada para cada factura derivada de la ejecución de cada uno de los contratos aceptados para cada uno de los proyectos aprobados. La contrapartida a este control preciso ha sido la introdución de mecanismos burocráticos que restan agilidad a la ejecución del programa y ello por: (i) la adopción de los términos aditivos exige la participación y firma en esos documentos y en sus revisiones de las más altas autoridades de las instituciones implicadas en estos contratos (BN, Gobierno del Estado de Bahía y Banco do Brasil) lo que acaba atrasando los trámites operacionales, (ii) el procedimento de liberación de recursos por factura emitida genera un trámite que envuelve muchos documentos, dado que en esta tramitación interviene la Secretaría de Hacienda del Estado y la Secretaria de Cultura y Turismo, antes de que los recursos liberados estén disponibles para el pago al suministrador
9. Con excepción de algunos de los proyectos financiados por PRODETUR-NE se constata que no existen problemas para la operación y mantenimiento de los mismos cuando los órganos ejecutores son los titulares institucionales de tales áreas. En el caso del estado de Bahía tal situación puede ser observada en las acciones a cargo del DERBA, de EMBASA, del CRA y de la propia SUDETUR. No ocurre lo mismo en los casos en que se buscó utilizar un órgano ejecutor alternativo para superar la dificultades de movilización de los municipios para la ejecución de acciones típicamente locales y acelerar la realización de los proyectos. Particularmente en el caso de Porto Seguro se destaca una posición pasiva de la Prefectura Municipal en asumir las responsabilidades sobre la operación y manutención de las instalaciones del centro histórico y de las obras de pavimentación y drenaje implantadas.
10. Se evidencia así, como lección aprendida, la necesidad de implicar desde el principio en los programas a la municipalidad y a la población local. Este procedimiento es resultado de un proceso de movilización por parte de los gestores estatales y debe exigirse, en términos de futuro, la comprobación de su práctica y la formalización de los compromisos institucionales previamente al inicio de las inversiones. Parece evidente que deben crearse las condiciones futuras para que el BN asuma un papel más definido como articulador entre los estados y los municipios y en la formación de los recursos humanos para la gestión municipal de servicios com elemento fundamental para asegurar la efectividad de los proyectos.
11. Para facilitar un adecuado monitoreamiento del Programa el BN cuenta con procedimientos específicos. Tanto en la sede central del Banco, como en las unidades descentralizadas, están disponibles los accesos a los bancos de datos a través de sistemas de comunicación que utilizan la moderna tecnología e información para la gestión. De esta forma, el BN cumple con las exigencias del Reglamento Operativo y mantiene al BID informado en cuanto a la ejecución del programa, consolidando las informaciones en los Informes Semestrales de Progreso y en los informes anuales Expost. Para obtener y disponer de las informaciones necesarias el BN se basa en sus registros de preparación y análisis de proyectos y de ejecución fisica y financiera de las actividades programadas. Constatándose además que el BN ha realizado la búsqueda directa de informaciones dado que no recibe de la UEE los relatorios periódicos semestrales previstos en el Reglamento Operativo, ni que halla práctica de envío periódico sobre la marcha de acciones por parte de los órganos ejecutores, lo que obliga al BN a un esfuerzo adicional para la obtención de las informaciones necesarias.
12. Los relatorios semestrales remitidos al BID, aún cumpliendo el Reglamento Operativo, deberían contener informaciones cualitativas que señalen la problemática existente para el desarrollo de los componentes del Programa, y propuestas de acción futura y de posibles mejoras del Reglemento. Ello mejoraría el nivel de conocimiento del BID en relación al Programa y facilitaría su programación con relación al mismo.
13. La coordinación de los diferentes agentes implicados en el programa PRODETUR es realizada por el BN de forma permanente y sistemática a través de encuentros, seminarios y cursos de capacitación de los equipos técnicos. Desde el punto de vista de la gestión del programa se constata que el proceso de articulación es efectivo y busca preservar los niveles jerárquicos de responsabilidad entre los diversos sectores en especial en lo relativo a la UEE. Se constata asimismo la posición de la UEC de suplir las lagunas gerenciales de los demás actores del proceso, lo que se traduce en una falta de estructuración del mismo y de identificación de las dificultades operacionales de estos actores, y por lo tanto de la verificación de las posibles mejoras y simplificaciones permitidas por la experiencia obtenida con la ejecución del programa. Consideramos que por esta razón no se ha promovido la revisión del Reglamento Operativo durante todo su tiempo de vigencia.
14. El BN promueve la movilización de las comunidades beneficiadas con los proyectos financiados en el ambito del programa y ha creado espacios de discusión permanente implicando a los municipios, a la población y a toda la cadena productiva de la actividad turística, a través del Consejo de Turismo del Polo y del llamado Farol de Desarrollo Municipal.
15. Puede afirmarse objetivamente que **el BN ha demostrado tener una alta capacidad institucional operativa como prestatario y ejecutor del Programa** en relación a su implicación en el Centro Turístico de Porto Seguro. Así mismo se considera que es la institución más apta para coordinar este tipo de programas, entre otras razones por su experiencia acumulada en el Programa PRODETUR-NE, su presencia en la Región en la que participa con casi un 80% de la financiación de la misma,la realización de actividades de capacitación que han afectado a más de medio millón de personas, la apertura de un espacio de discusión para el desarrollo municipal a través de los cuales se han mantenido más de 1.400 reuniones de trabajo que han afectado a 1950 municipios, la existencia de una central de análisis y de investigacion bien preparada en la que se elabora una matriz insumo-producto de alto interés para un mejor conocimiento de los impactos de los programas , la experiencia específica en la financiación de proyectos turísticos, más de R$1000 millones prestados que han afetado a mas de 17.000 proyectos en la Region y la existencia de diversas líneas de crédito que apoyan al turismo y a los microempresarios del Centro Turístico de Porto Seguro, que actúan como elementos dinamizadores de la actividad y del desarrollo empresarial en la zona.
16. No osbtante será necesario reforzar el equipo técnico en la segunda etapa para segimiento del desarrollo turístico de los polos turísticos de los otros estados del nordeste brasileños, mejora y control de la evolución de las macromagnitudes sectoriales, de las condiciones medio ambientales, institucionales y socio económicas de los mismos, y mantenimiento de un diálogo permanente con las municipalidades y la sociedad civil

**3.- EVALUACION DEL COMPONENTE DE DESARROLLO INSTITUCIONAL**

**3.1. Proyectos de Desarrollo Institucional DI.**

1. Los proyectos previstos para apoyo directo a las municipalidades de Porto Seguro y de Santa Cruz de Cabrália, con acciones programadas relativas a los aspectos de catastro técnico, asistencia financiera y legislación urbanística no fueron implantados.
2. Con relación al Estado de Bahía se encuentra en ejecución tres proyectos de desarrollo institucional. El proyecto DI- SCT atiende a las necesidades identificadas para la propia Secretaria y para Bahíatursa. Fue iniciado en el primer semestre de 1998 y prevé actuaciones en: Sistema de planificación, acciones promocionales, capacitación y modernización. A excepción del capítulo de modernización que consistió en la adquisición de vehículos automotores, hardware y software para las unidades de la Secretaria y de Bahíatursa, ya concluidos, todos los demás conceptos continúan en ejecución y está prevista su finalización hacia junio del 2001. La ejecución de este proyecto ha permitido la consolidación de la Secretaría de Cultura y Turismo como entidad responsable para la formulación e implantación de la política estatal de turismo, siendo el programa de largo plazo, 20 años, PRODETUR/ BA la base de actuación de la Secretaría en este sector. El impacto del proyecto fue significativo para el establecimiento y consolidación de un sistema gestor de turismo en el ámbito de gobierno del Estado con la formación de un equipo técnico cualificado y valorizado institucionalmente.
3. El proyecto DI- CRA, se ha concentrado en la modernización tecnológica de la entidad mediante la adquisición de equipos informáticos para la actualización tecnológica en este campo. Las acciones de capacitación no fueron desarrolladas en el ámbito del Programa dadas las dificultades operacionales encontradas por el CRA en la contratación de los servicios correspondientes.
4. El proyecto de DI- EMBASA está actualmente enfocado a la adquisición de equipamientos para un laboratorio de análisis de afluentes y de equipamiento y vehículos para la operación de los sistemas de alcantarillado implantados en los municipios del centro turístico de Porto Seguro. Las adquisiciones realizadas por el proyecto permitirán a EMBASA disponer de mejores condiciones para la operación y mantenimiento de los servicios de alcantarillado implantados en el centro.
5. Los proyectos de DI, solamente empezaron a tener ejecución a partir de 1998 (primer pago a suministrador en 08/06/98), inicio tardío si se considera que PRODETUR comenzó en 1995 con los primeros desembolsos en el primer semestre de 1996. Es decir**, el componente DI se inició con un atraso de casi treinta meses en relación a las obras de infraestructura**. Según las propias evaluaciones de los equipos implicados, parece que ello se debe a una falta de definición inicial en cuanto a la importancia de este componente en el ámbito del Programa. Las acciones de DI eran consideradas como pre-requisito al inicio de las obras múltiples y deberían ser financiadas exclusivamente con recursos de contrapartida. Estas condiciones resultaron inviables habiendo sido adoptada la financiación integral del DI- SCT con los recursos de los subpréstamos

3.2. Evaluación de EMBASA.

1. **Se han detectado en EMBASA problemas especialmente relacionados con su eficacia en la prestación de sus servicios en la Costa del Descubrimiento. En el caso de las obras de PRODETUR, se han constatado dificuldades relacionadas con la calidad administrativa de la empresa.**
2. **Estas dificultades afectan fundamentalmente a las obras de alcantarillado, en sus aspectos institucionales y no en los relativos a la calidad técnica de las obras en cuanto a su ejecución física. En especial en lo referente a las conexiones intradomiciliares de alcantarillado, que aunque no están incluidas en los recursos de PRODETUR son acciones imprescindibles para el éxito del Programa. Las conexiones garantizan el retorno de la inversión además de la calidad ambiental y de salud para la población, que son los objetivos finales que se pretenden alcanzar cuando s eimplanta una red de alcantarillado.**
3. **Hasta principios de noviembre de 2000 las redes colectoras concluidas se encontraban ociosas en su mayor parte. En la mayoría de los casos fueron realizadas conexiones sólo hasta las cajas localizadas en las calles. Mientras que las conexiones intradomiciliares no han contado con la adhesión de la población. En Porto Seguro por ejemplo, EMBASA no había conseguido realizar el catastro de la red, información indispensable para la realización de las conexiones y prever la economía de los proyectos.**
4. **EMBASA también dispone de un marco legal que hace obligatorias las conexiones a sus redes . Ha constituido una comisión con el objetivo de poner en marcha los dispositivos previstos el la Ley Nº7307/98 y en el Decreto 7765/00 (ambos del estado), que obliga al usuario a la conexión intradomiciliar a la red de alcantarillado donde exista red colectora.**
5. **Se han desarrollado labores de formación de los técnicos y operarios de EMBASA desplazados a la Costa del Descubrimiento. Los cursos han sido realizados por personal de la propia compañía. Los técnicos evaluados, del departamento de obras y del de mantenimiento y operación, están capacitados tanto por sus conocimientos como por su experiencia para llevar a cabo la ejecución de las obras, el mantenimiento y operación de las instalaciones. Se ha evaluado la capacidad de los operarios para desarrollar sus funciones. Se ha comprobado que conocen el funcionamiento de los diferentes equipos que gestionan, así como las técnicas de control y operación de las plantas. Se ha comprobado que los operarios de planta de agua potable están capacitados para realizar los análisis químicos marcados por la empresa como necesarios para operar las instalaciones.**
6. EMBASA ha desarrollado procedimientos e instrucciones de trabajo para sistematizar el desempeño de las funciones de control y operación. Toda la documentación esta al alcance de los trabajadores. Se ha instalado un sistema informático de control de la Estación de Tratamiento de Agua en Porto Seguro. Es aún necesario formar a los técnicos responsables en su utilización.
7. El equipo técnico no dispone de medios para poder realizar el control analítico mínimo necesario para la operación de las depuradoras (sólidos en suspensión, conductometría, contaminación orgánica en forma de DQO o DBO, nutrientes, etc), sólo se realiza la determinación de contaminación biológica, lo que aporta poca información para la operación de las plantas. No dispone de equipos para determinar la concentración de oxígeno disuelto en el agua, elemento indispensable en la gestión de una estación de tratamiento.

**3.3. Propuesta de acciones correctivas y preventivas (DI), para PRODETUR II**

1. Todos los proyectos de Desarrollo Institucional que se desarrollen en una Administración o Empresa Pública, deben ir acompañados del compromiso por parte del ente receptor de los fondos, a destinar los recursos humanos, técnicos y económicos necesarios para poder optimizar la influencia de la acción y prolongarla en el tiempo, haciendo de esta forma viable el mantenimiento, gestión, aplicación, implantación y desarrollo de las herramientas generadas.
2. Conseguir un mayor equilibrio en la distribución de fondos para el desarrollo de iniciativas de Desarrollo Institucional que la obtenida en la primera fase de PRODETUR.
3. Desarrollar cursos para la capacitación de emprendedores de la actividad turística. Los emprendedores son de vital importancia para mejorar la distribución de la renta entre la población local. Esta formación podría realizarse en colaboración con el BN.
4. Como herramienta de coordinación del diseño de la estrategia turística regional, desarrollar una batería de indicadores de desarrollo turístico sostenible, a través de los cuales se pueda realizar un seguimiento de la evolución turística de la Costa del Descubrimiento. Entre ellos indicadores de demanda, de mercados potenciales, de oferta, de adecuación oferta/demanda, de calidad turística, medioambientales y de impactos económicos, sociales y laborales.
5. Realizar la Agenda Local 21 de la Costa del Descubrimiento como elemento de planificación de desarrollo sostenible consensuado entre los actores sociales. Las administraciones locales y las entidades de clase locales tendrían un papel predominante, pudiendo colaborar otras administraciones u organizaciones. El CRT sería el foro ideal para desarrollar el proyecto.

**A. Administraciones**

1. **La coordinación entre las diferentes administraciones es una medida necesaria para optimizar la planificación y gestión de un territorio. Un elemento esencial para facilitar la colaboración es el desarrollo de un Sistema de Información Geográfico (GIS) donde se vuelque toda la información de las bases de datos ambientales, urbanísticos, catastrales, sociales, etc. Las bases de datos estarían conectadas a la planimetría del territorio. Esta información estaría al alcance de las diferentes administraciones, siendo la administración respectiva la encargada de actualizar y modificar la información de su competencia.**

**B. Administración Estatal**

**CRA**

1. **Obtener el compromiso por parte de los responsables del Estado de Bahía de disponer de más recursos humanos del CRA para gestionar las Areas de Protección Ambiental (APAs), así como para realizar el seguimiento de las licencias ambientales, antes de desarrollar cualquier proyecto de DI y extender la instalación de las Casas de Recursos Ambientales, oficina conjunta del DDF, CRA, SRH, ya que supone una muy buena herramienta de gestión ambiental y desarrollar iniciativas de capacitación de voluntarios ambientales entre la población local.**

Secretaría de Cultura y Turismo

1. Desarrollar una planificación turística en coordinación con las diferentes administraciones locales. Esta planificación debe incluir los elementos para conseguir una diversificación de la demanda y de la oferta turística, y unos objetivos a cumplir cuantificados y temporizados, con indicadores para realizar el seguimiento.
2. Potenciar las iniciativas de capacitación, orientadas tanto a la formación profesional como a la formación de emprendedores turísticos entre la población local. Fomentar la colaboración con el CRT y la Escuela Brasil Profesional.

###### **EMBASA**

1. Instalar un laboratorio en la Costa do Descubrimiento para realizar todos los análisis químicos y biológicos necesarios para gestionar correctamente las estaciones de tratamiento de agua potable y residual. Podrían realizarse análisis para otras administraciones (ej. Analíticas lixiviados, vertederos).
2. Adquisición de equipos necesarios para realizar las determinaciones físico-químicas necesarias para realizar la operación de las estaciones de tratamiento de agua potable y residual. ( Medidores de pH, oxímetros, termómetros, conductímetros y otros).

**4.- EVALUACIÓN DEL IMPACTO ECONÓMICO DEL DESARROLLO TURÍSTICO EN PORTO SEGURO.**

**4.1 La actividad turística en Porto Seguro.**

1. Los datos de las macro magnitudes turísticas en Porto Seguro han sido obtenidos a partir de las informaciones de que dispone Bahíatursa complementadas a efectos de la evaluación con informaciones obtenidas en entrevistas realizadas a distintas instituciones y empresarios del sector turístico. Se ha constatado la necesidad de complementar urgentemente los actuales niveles de investigación y de conocimiento de las actividades turísticas y de sus impactos , dada la fragilidad de la información existente y de las conclusiones que pueden extraerse de la misma.

DEMANDA TURÍSTICA.

1. El número de turistas que visitaron el centro turístico de Porto Seguro en el año 2000 fue de 1.069.780, lo que supone un crecimiento desde el año 1996, del 42% con una ganancia neta de casi 450.000 turistas.
2. El 95,3% de los turistas fueron de origen nacional y el 4,7% de origen internacional en el año 2000. Del turismo internacional destaca la procedencia de Argentina que representa el 57% de esta magnitud, mientras que Europa significa el 25% aproximadamente y E.E.U.U. el 7,5%. El turismo internacional ha crecido un 78% desde 1997 hasta superar la cifra de 50.000 turistas.
3. Sao Paulo suministra el 31,3% de los turistas a Porto Seguro y Minas Gerais el 22,9%, mientras que los procedentes del propio Estado de Bahía, se aproximan al 10%, el Distrito Federal el 9% y Río de Janeiro el 8%.
4. El medio de transporte más utilizado es la carretera, aunque el transporte aéreo va ganando cada vez más importancia y ha crecido más de un 44% desde la ampliación del aeropuerto de Porto Seguro con financiación de PRODETUR. El transporte aéreo supone el 35,7% de las llegadas.
5. En cuanto al perfil del turista se puede sintetizar como sigue de acuerdo con las encuestas realizadas en el año 2000:

- Motivo del viaje: Vacaciones 90,2%; visita a parientes y amigos, 5%; negocios, 4,3%

- Forma de organización del viaje: El 78,8% no utiliza servicios de agencias de viaje.

- Elementos de decisión del viaje: Atractivos naturales, 80,7%; patrimonio natural, 11%; manifestaciones populares, 7,1%.

- Forma en que fue captado: 46,2% comentarios de amigos; por publicidad y propaganda, 4,2%; ya conocía Porto Seguro, 46,6%; INTERNET, 0,9%

- Medios de hospedaje utilizados: hotel, 40,4%; posadas, 37%; casas de alquiler, 4,1%; casas de parientes o amigos, 11%; casa propia, 4,1%.

- Edad media del turista: 35 años.

- Renta mensual: la renta mensual, US$ 1.531, cifra muy inferior a los US$ 2.585, registrados en 1999.

- Frecuencia de la visita: el 54% no era la 1ª vez que visitaba Porto Seguro y el 97,3% de los entrevistados pretenden volver.

- Estancia media: 8,1 días.

1. Se deduce de las encuestas, que Porto Seguro y su entorno ofrecen un elevado grado de satisfacción al turista que lo visita y que la actividad del turismo se ha profesionalizado consiguiendo ofrecer servicios y productos dentro de las expectativas de los turistas que hoy demandan Porto Seguro, a lo que han contribuido, sin duda, las inversiones realizadas en el marco de PRODETUR en infraestructuras de transporte, de recuperación y protección del medio ambiente y restauración y preservación del patrimonio histórico cultural.
2. El municipio de Porto Seguro, soporta la mayor parte del flujo turístico de la Costa del Descubrimiento, (82%), mientras que el resto se distribuye principalmente en Santa Cruz de Cabralia y, con poca intensidad, en Belmonte. Desde 1995 se ha producido un proceso de pérdida de cuotas de mercado de Porto Seguro con relación a los otros municipios de la Costa de Descubrimiento, ya que en ese año, Porto Seguro significaba el 91%, lo que evidencia que hay un fenómeno creciente de incorporación geográfica de áreas territoriales del municipio de Santa Cruz de Cabrália a la actividad turística del Centro Turístico de Porto Seguro.
3. Hay un alto nivel de concentración estacional en los meses de verano, julio y Semana Santa, sin que existan datos fehacientes sobre este asunto. Para algunos empresarios en estas fechas se registra el 80% de la actividad turística.

GASTO TURÍSTICO.

1. El gasto de la demanda turística en el Centro Turístico de Porto Seguro fue de US$247, 5 millones en el año 2000, con un crecimiento sobre el año anterior del 8%. Desde 1997, se ha producido un gasto turístico de US$1 billón aproximadamente.
2. El gasto medio por turista fue, en el 2000 de US$231,9, prácticamente igual al registrado en el año anterior, pero 17,2% inferior al de 1998 y 24,5% inferior al de 1997, lo que evidencia un deterioro de la calidad económica del turista que visita el Centro Turístico de Porto Seguro.
3. Este deterioro es más intenso en el turismo nacional, cuyo gasto medio ha disminuido un 27% desde 1997, pasando de US$301 a US$220, mientras que en el turismo internacional apenas ha habido variación entre el gasto medio de 1997 y el del 2000. El turista extranjero gasta 2,15 veces más de media que el nacional, lo que evidencia la necesidad de promocionar en los mercados internacionales para conseguir mayores impactos económicos y sociales en la zona. Parece haber una correlación entre la situación social y medioambiental en el Centro Turístico y la falta de promoción, con la consecuente pérdida de calidad económica del turista.
4. Al igual que en la demanda turística el gasto turístico en el municipio de Porto Seguro representó el 82% del gasto total en la Costa del Descubrimiento, mientras que en 1995 este porcentaje fue del 92%, lo que demuestra una mayor dispersión de la actividad turística y una mayor penetración del gasto en la geografía de la región.

ALOJAMIENTOS TURÍSTICOS.

1. El centro turístico de Porto Seguro ha visto incrementados el número de establecimientos de alojamiento turístico en más de un 40%, desde 1994, mientras que el número de habitaciones lo fue en un 94% aproximadamente y el de camas en un 114% totalizando una capacidad de 31.131 camas en 497 establecimientos al final de 1999.
2. Porto Seguro cuenta aproximadamente con un 87% de la capacidad instalada en la Costa del Descubrimiento, y Santa Cruz de Cabrália con el 11%, careciendo de significación turística las instalaciones de Belmonte. La dimensión media por establecimiento es de 62,6 camas en Porto Seguro, de 49,9 en Santa Cruz de Cabrália y de 20 en Belmonte.
3. En el caso de Porto Seguro, hay una clara correlación entre la dimensión de la hotelería y las áreas territoriales urbanas donde ésta se encuentra instalada. Así, en la Orla Norte, que cuenta con las instalaciones más modernas, objeto de comercialización en mercados nacionales e internacionales, la dimensión media es de 163 camas por hotel, mientras que las situadas en el centro de la ciudad se sitúan en 74 camas por establecimiento.

OTRAS INSTALACIONES PRESTADORAS DE SERVICIOS TURÍSTICOS.

1. Al igual que en la hotelería, las expectativas creadas por PRODETUR tuvieron un fuerte impacto en la generación de inversiones que se materializaron en empresas de actividades turísticas, que tuvieron en su conjunto un incremento de 76% pasando a ser 7.446 a finales de 1999, destacando entre las más directamente tipificadas como turísticas: un parque de 102 agencias de viajes ( 82% de aumento), 981 bares y cafés ( 36% de aumento), 16 salas de baile y de espectáculos ( 220% de aumento), 129 empresas de alquileres de automóviles ( 30%), 285 restaurantes ( 41% de aumento) y 32 barcos de transporte turístico ( 39% de aumento).

**4.2. Impactos de PRODETUR en el Centro Turístico de Porto Seguro.**

**A.** **Inversiones públicas**

1. Desde el inicio del Programa fueron invertidos US$84,4 millones en la Costa del Descubrimiento (CD), principalmente y casi exclusivamente en el componente de obras múltiples. Se produjeron en la zona además inversiones públicas, procedentes en su mayor parte de los presupuestos del estado, por valor de US$50,3 millones, lo que totaliza una inversión pública total de US$134,7 millones. Estas cifras señalan una inversión pública de US$1.250 por habitante (situación a dic2000). Existen en proyecto, por parte del Estado de Bahía, inversiones públicas adicionales en la zona por valor de US$74,7 millones que una vez ejecutadas totalizarían US$209,4 millones.

**B. Inversiones Privadas en la Costa del Descubrimiento (CD)**

1. Desde el inicio del Programa ha sido muy importante la respuesta del sector privado manifestada en inversiones en la zona:US$83,6 entre 1995 y 1998; US$158,6 millones entre 1999-00, que unidas a los US$69,9 millones invertidos por la iniciativa privada en el periodo 1991-94 totalizan US$312,1 millones, lo que representa una inversión privada de mas de US$2.880 por habitante en a zona, de acuerdo con las informaciones de SUDETUR.
2. Existen además inversiones privadas en proyecto por US $1.209 millones cuya maduración está prevista hasta el año 2012, lo que totalizaría una inversión privada de US $1.521 hasta ese año. Esta cifra es 7,26 veces superior a la inversión pública realizada y en proyecto.
3. Desde el punto de vista cualitativo la inversión privada en Porto Seguro implica una notable mejora de la calidad y de la tipología y dimensión de los proyectos turísticos como se evidencia al considerar que en el periodo 1991-94 la inversión por unidad habitacional fue de US$20.762; en 1995-98 de US$39.998; en 1999-2001 de US$87.674 y de US$270.123 para los proyectos en cartera.

**C. Impacto del gasto turístico.**

1. Para medir el impacto del gasto turístico en la CD, derivado de las inversiones realizadas en el Programa, ha sido necesaria la adopción de diversas hipótesis de trabajo que han permitido estimar la tasa de captura del gasto, es decir aquella parte del gasto turístico que se queda en la CD y que es la que realmente produce efectos multiplicadores sobre la economía local.
2. Dicha tasa se ha estimado en el 38% después del pago de impuestos, lo que implica que por cada US$1 gastado por los turistas en la región US$0.38 quedan como efecto directo en la misma, con lo que el multiplicador efectivo del gasto turístico en la Costa del Descubrimiento es de 0,83%, es decir que el impacto de cada dólar gastado en su sistema económico es de US$0.83 centavos.
3. Se evidencia un alto nivel de fuga del gasto derivado de la incapacidad de la economía local de producir e incorporar a los consumos turísticos los bienes demandados por ellos. También se evidencia una baja incorporación a los consumos turísticos de las producciones agrícolas de la zona, lo que se traduce en una falta de articulación de la economía local con relación al turismo. Las demandas turísticas de alimentación, transporte y compras son satisfechas solamente en un 20% por la producción local lo que explica el bajo multiplicador del gasto.
4. Los resultados señalan que hay un impacto notable en las inversiones de PRODETUR en la economía local que generaron, en el año 1999 un incremento del gasto turístico de US$ 28,3 millones, con una proyección hasta el año 2010 de US$387 millones aproximadamente. En este mismo periodo,1999-2000, el número de turistas adicionales que recibirá la Costa del Descubrimiento, derivados del Programa, se ha evaluado en 1,2 millones aproximadamente en la hipótesis de que se mantengan las tendencias actuales.
5. La evaluación económica de PRODETUR-NE en la Costa del Descubrimiento señala una tasa de retorno de las inversiones realizadas del 27,1%, lo que demuestra su viabilidad.

**D. Impacto de PRODETUR en el empleo.**

1. Se ha estimado que las inversiones de PRODETUR-NE originaron 3.749 empleos directos en la Costa del Descubrimiento, mientras que los gastos turísticos derivados de esas inversiones crearon 1.230 empleos directos. Las informaciones disponibles no permiten realizar ninguna hipótesis seria acerca del empleo indirecto generado por el programa.

**5. EVALUACIÓN DE LOS IMPACTOS FÍSICO AMBIENTALES Y SOCIALES DEL PROGRAMA CAUSADOS POR LAS OBRAS MÚLTIPLES DE INFRAESTRUCTURA Y SERVICIOS PÚBLICOS**

## 5.1. Evaluación de los impactos físico-ambientales del Programa

## A. AGUA POTABLE

1. Para abastecer de agua potable a los núcleos de población centrales Porto Seguro se optó por la captación de las aguas superficiales del río Dos Mangues. El río seleccionado posee una pequeña cuenca de 15.000 ha y una longitud de 17 km. De bajo caudal, éste se ve afectado en gran medida por las estaciones climáticas, por lo que puede considerarse un río de pequeñas dimensiones. Debido al descenso del caudal del río Dos Mangues, 50%, en 8 años, EMBASA ha introducido dentro del proyecto de abastecimiento de agua un segundo punto de captación en el río Itinga.
2. Se ha desarrollado un proyecto para conseguir la recuperación de la cuenca del río Dos Mangues. Proyecto basado en la reforestación de 75 ha de la cuenca, en franjas de 30 metros valladas a ambos lados de los efluentes. No todas las nacientes fueron reforestadas, ya que algunos propietarios no dieron permiso. Se ha desarrollado una intensa labor de concienciación de las familias propietarias, desarrollado por empresas contratadas con el apoyo de ONG’s locales.
3. El objeto del proyecto de recuperación de la cuenca es aumentar el caudal del río, así como mejorar la calidad de las aguas evitando la erosión. El proyecto esta infradimensionado para solventar la situación existente. La reforestación de una estrecha franja de 30 metros puede influir muy poco en la recuperación de la cuenca, pudiendo en un futuro influir en la calidad de las aguas, ayudando a retener el suelo, pero colaborando de forma mínima en la recuperación del acuífero que alimenta el río. El proyecto no tiene en cuenta el mantenimiento de zonas todavía no desmatadas de la cuenca. Aguas abajo de la zona en la que se ha realizado el proyecto de recuperación, se ha llevado a cabo la ocupación y deforestación de una zona de Mata Atlántica en la ribera del río Dos Mangues. Estas acciones debilitan aun más la delicada situación de la cuenca.
4. Debe resaltarse el gran impacto negativo que causa el antiguo vertedero incontrolado de Porto Seguro, ya que toda la escorrentía superficial que producen las lluvias, arrastra por lixiviación parte de los contaminantes presentes en el vertedero, vertiéndose directamente al río Dos Mangues aguas arriba de la captación de agua de la Estación de Tratamiento de Agua (ETA). Esta situación puede hacer inviable la captación de agua del río, debido a la contaminación procedente del vertedero incontrolado.
5. Existe el riesgo de contaminación de las aguas del río con productos procedentes de la utilización agrícola del suelo de la cuenca. Parte de la población asentada utiliza el río Dos Mangues para lavar ropa, enseres y posiblemente como cloaca, aguas arriba de la captación de la ETA.
6. La Estación de Tratamiento de Agua (ETA) de Porto Seguro utiliza una tecnología y equipos modernos, adecuados para la potabilización de agua. El proceso incluye la floculación, decantación, filtración, cloración y fluoración de las aguas. Las obras se han ejecutado correctamente, funcionando de forma correcta los equipos e instalaciones observadas. Las obras no están acabadas, faltando poner en funcionamiento equipamientos ya instalados. El proceso de cloración se está llevando a cabo con productos clorados en polvo. Esto es debido a que las instalaciones para gestionar e inyectar cloro gas en el agua son obsoletas, estando presupuestada su renovación. La presencia del antiguo vertedero y el uso agrícola de la cuenca, hace necesario realizar un control analítico más exhaustivo de las aguas captadas, ya que a través de las analíticas realizadas por los operarios no es posible detectar gran parte de los contaminantes que pueden estar presentes por las condiciones de la cuenca aguas arriba.
7. La instalación sólo dispone de un grupo electrógeno para los sistemas de alarma de la planta. Es recomendable la adquisición de un sistema electrógeno para los equipos esenciales, asegurando un funcionamiento basal de la planta en condiciones de falta de energía eléctrica.
8. Se ha aumentado considerablemente la longitud de la canalización del sistema de abastecimiento de agua potable en los municipios de la Costa do Descubrimiento, gracias a los proyectos desarrollados en PRODETUR Este aumento no ha sido del nivel que se cabría esperar debido a que una proporción elevada de la población dispone de pozos artesianos. Para realizar un pozo, así como captar agua, es necesario contar con la concesión de la administración competente. Esta actividad supone un elevado riesgo sanitario, ya que puede llegar agua al usuario final que no a sido correctamente potabilizada. Se tiene constancia que un número elevado de establecimientos turísticos disponen de sistemas de captación de aguas de la capa freática.

**Opciones de mejora (agua potable).**

1. Realización de nuevas catas de las aguas del acuífero, para comprobar la validez o no de los datos obtenidos anteriormente y realizar un proyecto de mayor calado para intentar recuperar la cuenca del río dos Mangues incluyendo un programa de comunicación ambiental a la población local para evitar la eliminación de las zonas boscosas todavía existentes en la cuenca, reorientar el tipo de plantación hacia a forrajes y su sustitución por plantas de bajo consumo hídrico. Así mismo analizar el estado de la capa freática, evaluando las razones para la disminución de caudal del río y analizar el balance hídrico de la cuenca
2. Regenerar el antiguo vertedero de Porto Seguro, impermeabilizándole para minimizar la generación de lixiviados. Desplazar a la población que vive encima del vertedero, evitando la selección de residuos en él.
3. Analizar si se mantienen los caudales ecológicamente en los ríos Dos Mangues e Itinga, una vez realizada la captación de las aguas. Desarrollar medidas preventivas para evitar el deterioro de los ecosistemas húmedos aguas debajo de las captaciones.
4. Instalación de un laboratorio completo que daría servicio a EMBASA (agua y agua residual) y a las administraciones que gestionen los vertederos (tratamiento de lixiviados), lo que permitirá determinar más parámetros de control y seguimiento que los obtenidos en la actualidad.
5. Modernizar las instalaciones de almacenamiento y dosificación de cloro gas. Debido a la peligrosidad del cloro gas debe acondicionarse las instalaciones de forma que gente externa a la empresa gestora no pueda manipular las instalaciones.
6. Adquisición de grupos electrógenos necesarios para asegurar un funcionamiento mínimo necesario de la planta en ausencia de fluido eléctrico, asegurando así el abastecimiento de agua potable.
7. Formación de voluntarios/informadores ambientales locales como parte de las iniciativas de comunicación y información ambiental, que informen a la población local de la componente ambiental del ciclo del agua, y de las necesidades de conexión a las redes de agua potable y residual. Pueden informar también de otros aspectos ambientales locales (importancia ecosistemas, existencia APA’s, gestión de residuos, limpieza urbana, etc.).
8. Dotar de recursos a la administración competente para perseguir la captación ilegal de agua de la capa freática, e inspeccionar las instalaciones de gestión de agua y agua residual de las instalaciones turísticas. Sensibilizar al sector empresarial local sobre el correcto tratamiento de potabilización de las aguas.

##### B. AGUAS RESIDUALES

**Alcantarillado**

1. Se han desarrollado proyectos de alcantarillado en todos los municipios de la Costa do Descubrimiento, aumentando la proporción de población con posibilidad de conectarse a la red. La red de alcantarillado y las depuradoras de aguas residuales están infrautilizadas. La proporción de inmuebles conectados a la red es muy baja, lo que supone que el impacto ambiental del vertido de aguas residuales brutas al medio ambiente se sigue produciendo, tras la realización de los costosos proyectos de canalización y tratamiento de las aguas residuales. La inversión no revierte en la mejora ambiental inicialmente prevista.
2. Se gestiona un elevado número de estaciones elevadoras de agua residual. Las estaciones realizan un predesbaste de las aguas, por lo que periódicamente deben ser extraídos los sólidos retenidos. Existe la necesidad de mejorar los equipos utilizados para el mantenimiento de las estaciones elevadoras. Debe resaltarse que estas instalaciones no poseen grupos electrógenos para funcionar en caso de corte de fluido eléctrico.

**Estaciones de tratamiento de aguas residuales (ETE)**

1. La tecnología utilizada en las estaciones de tratamiento de aguas residuales pretende en todo momento minimizar el consumo energético, manteniendo un correcto tratamiento de las aguas. Son sistemas que combinan la digestión anaeróbica de las aguas, con sistemas de lagunaje aireados. Todas las instalaciones disponen de un tratamiento primario, retención de sólidos suspendidos, y secundario (degradación de materia orgánica). La estación de Porto Seguro dispone de un tratamiento terciario de desinfección por rayos ultravioletas.
2. La gestión de la depuradora se realiza sólo con el análisis de la contaminación biológica , expresado en coliformes totales y coliformes fecales*,* y no se determinan periódicamente otros parámetros habituales en la depuración de aguas residuales (sólidos suspendidos, DQO, DBO5, sólidos disueltos, residuo seco, conductimetria, salinidad, nutrientes, etc.). Estos parámetros son necesarios para determinar el balance másico de la planta, y para gestionar las instalaciones, así como para estimar el rendimiento en la eliminación de materia orgánica y sólidos suspendidos.El personal que opera la planta no dispone de equipos para determinar parámetros (Ej. oxígeno disuelto) necesarios para la correcta gestión de las instalaciones.
3. Se ha instalado un tratamiento terciario por rayos ultravioletas que es un buen sistema de desinfección de las aguas. Es un sistema muy sensible a la presencia de sólidos en suspensión y a materia orgánica disuelta, ya que al aumentar la presencia de estos en las aguas baja de forma muy rápida el rendimiento de desinfección. Así es muy importante el correcto funcionamiento de los sistemas primario y secundario de la ETE para asegurar una correcta desinfección. Para ello es necesario controlar las concentraciones de sólidos en suspensión y materia orgánica presentes en el efluente de la planta. En determinados casos se realiza el filtrado de las aguas antes de la desinfección.

**Disposición del efluente tratado**

1. El efluente tratado de las ETE’s es vertido a un cauce público. Existen tres posibilidades: vertido a cauce de aguas continentales, en este caso ríos, al mar a través de emisarios submarinos, y al acuífero a través de pozos de infiltración.
2. La población local de Trancoso exigió que la disposición final de las aguas se realizase a través de pozos de infiltración. La opción exigida por la población local se entiende como la menos recomendable, ya que se vierten las aguas ya tratadas al medio más sensible y con menor capacidad de depuración, y por otra parte, a través de un pozo de infiltración la población no podrá controlar el buen funcionamiento de la planta, ya que no percibirá cuando esta instalación no funcione.
3. El resto de instalaciones de la zona vierte el afluente tratado a los ríos cercanos. Si las ETE’s funcionan correctamente pueden lograr eliminar hasta el 90-95% de la contaminación presente. En estas condiciones se estima que la capacidad depuradora del río puede absorber ese 5% restante.

**Opciones de mejora (Aguas residuales)**

**Alcantarillado**

1. Llevar a cabo iniciativas que potencien la conexión de los ciudadanos a la red de agua residual. Desarrollar legislación o hacer cumplir la existente que obliga a la conexión en zonas con alcantarillado.
2. Formación de voluntarios/informadores ambientales locales como parte de las iniciativas de comunicación y información ambiental, que informen a la población local de la componente ambiental del ciclo del agua, y de las necesidades de conexión a las redes de agua potable y residual. Pueden informar también de otros aspectos ambientales locales (importancia ecosistemas, existencia APA’s, gestión de residuos, limpieza urbana, etc.).
3. Dotar de recursos a la administración competente para fiscalizar la conexión a las redes de alcantarillado, e inspeccionar las instalaciones de gestión de agua y agua residual de las instalaciones turísticas.
4. Evaluar la posibilidad de instalar grupos electrógenos en las instalaciones elevadoras de agua residual y adquirir vehículos con sistema de absorción de aguas y agua a presión para mejorar el mantenimiento de las estaciones elevadoras y la red de alcantarillado.
5. Realizar el alcantarillado e instalaciones de tratamiento de las aguas residuales de los núcleos de población del interior de la APA de Santo Antonio (San Andrés, Santo Antonio, etc.) que es una medida de protección ambiental necesaria.

**Estaciones de tratamiento de aguas residuales (ETE)**

1. Instalar un laboratorio en la Costa del Descubrimiento donde poder realizar todos los análisis químicos y biológico necesarios para gestionar correctamente las estaciones de tratamiento de agua potable y residual
2. Adquisición de equipos necesarios para realizar las determinaciones físico-químicas necesarias para realizar la operación de las estaciones de tratamiento de agua residual. (ej. Medidores de pH, oxímetros, termómetros, conductímetros).
3. Evaluar el rendimiento de las ETE’s a partir de la eliminación de carga orgánica y sólidos en suspensión, y no sólo a partir de la eliminación de la contaminación biológica.

**Disposición del efluente tratado**

1. Para todos los proyectos en general se deberían desarrollar las herramientas para acercar los proyectos a la población local, haciendo más entendible el objeto de los proyectos y las opciones seleccionadas para su diseño, implantación o ejecución. Se recomienda evolucionar las audiencias públicas de sesiones simplemente informativas a sesiones de participación ciudadana en la concepción de los proyectos.

**C. RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS**

**Sistema de recogida y transporte**

1. La competencia es municipal, pero debido a los pocos recursos que destinan los municipios a las instalaciones y vehículos de recogida, estos han solicitado la colaboración de CONDER para poder llevar a cabo la recogida y transporte. Los medios utilizados en la recogida y transporte de residuos en toda la Costa del Descubrimiento son deficientes y obsoletos.
2. Se utilizan, en parte de los municipios, unos depósitos enrejados metálicos elevados, en malas condiciones e insuficientes por cantidad y diseño para la contenización de los residuos. En el resto de zonas, núcleos de población o municipios, la deposición se realiza directamente en suelo u otros tipos de contenedores improvisados.
3. En los núcleos de población principales de los municipios la recogida es defectuosa o inexistente en los barrios marginales. Los vehículos usados generalmente no han sido diseñados para la gestión de residuos. Los camiones compactadores de residuos, son en su mayoría camiones obsoletos y viejos de transporte de mercancías que son utilizados a tal efecto. Durante la recogida se acumulan manualmente por operarios las bolsas con residuos y los residuos en el container del camión. Parte de los camiones pueden levantar el remolque para depositar los residuos en el vertedero, pero la mayoría de los camiones deben ser vaciados manualmente por operarios con palas. No se mantienen las mínimas reglas higiénicas para los trabajadores en la recogida y transporte de los residuos.
4. En Porto Seguro se recogen una media de 80 Tm de residuos diariamente, pudiendo alcanzar en temporada turística los 120 Tm. CONDER redacto un plan director de limpieza urbana para Porto Seguro que no ha sido implantado. Los municipios no han desarrollado herramientas fiscales para poder sufragar los costes de gestión de los residuos. Tanto el ayuntamiento de Porto Seguro, como CONDER han realizado un buen material de informativo sobre la correcta gestión de los residuos.

**Disposición de los residuos.**

1. La gestión de los residuos en la Costa do Descubrimiento fue diseñada de tal forma que los residuos del Porto Seguro y los de los núcleos de Santa Cruz de Cabralia situados antes del río se deberían depositar en el vertedero de Porto Seguro, mientras que los de los restantes núcleos de población de Santa. Cruz de Cabrália y Belmonte serán depositados en un nuevo vertedero, todavía no construido. Se ha construido un vertedero controlado para el uso compartido de Santa. Cruz de Cabrália y Porto Seguro.
2. Los residuos procedentes de Santa Cruz de Cabrália son depositados en un vertedero incontrolado, ya que la prefectura alega que no dispone de recursos técnicos para transportar los residuos hasta el vertedero de Porto Seguro. Belmonte deposita en un vertedero incontrolado sus residuos. Se ha detectado un vertedero incontrolado en el interior del APA de San Antonio.
3. El proyecto ha sido financiado por el estado de Bahía y es gestionado en estos momentos por CONDER. No se incluyo dentro de PRODETUR-BA debido a que los estudios socio-económicos no lo evaluaron como proyecto autosostenible, según conversación con técnicos del BN, y a la negación de la prefectura de Porto Seguro a presentar el documento de compromiso de gestión del vertedero durante 6 años que el BN le exigió. La prefectura se justifico con su ausencia de recursos para realizar la gestión del mismo.
4. La gestión de los residuos es uno de los aspectos ambientales más importantes que conlleva el desarrollo de un destino turístico siendo de vital importancia para el mantenimiento higiénico de los núcleos turísticos, y para el evitar la contaminación del suelo, la atmósfera y las aguas. Por lo tanto es inconcebible que se evalúe no autosostenible la realización de un vertedero controlado, ya que supone un elemento imprescindible para la correcta gestión de los residuos.
5. El antiguo vertedero de Porto Seguro no ha sido clausurado de forma adecuada. Viven personas en su interior, y se están vertiendo las aguas de escorrentía que genera al río dos Mangues. La zona donde se ha implantado el vertedero puede acoger residuos por un periodo de tiempo elevado. Para ello será necesario ampliar el vaso del vertedero construido por CONDER. Por las dimensiones del vaso construido, y por el aporte de residuos que se realiza, se estima que en las condiciones actuales del vertedero, se podrán recibir residuos de forma controlada durante el próximo semestre, como máximo un año. Es de la máxima urgencia ampliar el vaso del vertedero actual acondicionando e impermeabilizando el terreno.
6. Se han construido unas lagunas de tratamiento y almacenamiento de lixiviados. Bien construidas e impermeabilizadas poseen diferentes profundidades para el tratamiento de los lixiviados por lagunaje. Se realizaron análisis iniciales del lixiviado, pero no se hace un seguimiento analítico de las aguas. El tiempo de retención del lixiviado en las balsas viene determinado por el caudal de aportación de los lixiviados y por las aportaciones directas de las lluvias.

**Opciones de mejora. (Residuos sólidos).**

**Sistema de recogida y transporte**

1. Generar un proyecto de Desarrollo Institucional para la administración local que vaya dirigido a adquirir equipos, maquinaria y vehículos necesarios para gestionar correctamente los residuos, así como la formación del personal necesario. Como en todos los proyectos de PRODETUR la entidad receptora de los fondos debe comprometerse a aportar el personal, y recursos necesarios para poder llevar a cabo el mantenimiento del servicio y de los equipos utilizados.
2. Las administraciones locales deben comprometerse a desarrollar y a aplicar las herramientas fiscales para poder cubrir los costes de la gestión de los residuos. Debe desarrollar la legislación local que regule la gestión de los residuos.
3. El DI local debe incluir la financiación de un Plan Director de limpieza urbana y gestión de los residuos, coordinado desde la administración local. Planificar todas las acciones incluyendo el obligado cumplimiento de las reglas de salud laboral para los trabajadores. Potenciar la campañas de comunicación pública sobre la correcta gestión de residuos.

**Disposición de los residuos**

1. Ampliar urgentemente el vaso de recepción de residuos del vertedero de Porto Seguro. Agilizar el proceso de construcción del vertedero de Belmonte y la zona norte de Santa. Cruz de Cabralia, clausurar y regenerar todos los vertederos incontrolados impermeabilizándolos, minimizando la generación de lixiviados, y dotar a las administraciones competentes de los recursos técnicos necesarios para que hagan cumplir la legislación ambiental y persigan la incorrecta gestión de los residuos.

**D. LIMPIEZA Y MANTENIMIENTO URBANO**

**Pavimentación**

1. La mayor parte de las calles pavimentadas con fondos de PRODETUR están en muy malas condiciones, con gran cantidad de baches y falta de adoquines, gran parte de los núcleos de población menores de los tres municipios están sin pavimentar y falta vegetación en los proyectos de ordenación y pavimentado de las calles.

##### Drenaje de pluviales

1. El mantenimiento que se realiza es mínimo, lo que genera fácilmente problemas de obstrucción de la canalización o los imbornales, con los consiguientes problemas debidos a la escorrentía superficial de las aguas. Parte de la población hace un mal uso de la red de drenaje al conectar el alcantarillado domestico al sistema de canalización de pluviales. Parte de las planchas de hormigón prefabricado que tapan en determinadas zonas el drenaje están rotas por un mal uso, o por la realización de obras privadas o públicas que posteriormente no reparan lo destruido.
2. En la realización del drenaje de Arraial d’Ajuda se ha elevado en algunas zonas el nivel de las calles, de forma que han quedado las casas a un nivel inferior, facilitando que la escorrentía se introduzca en las casas y disminuyendo la luz de los umbrales de las viviendas.

**Limpieza viaria**

1. La gran mayoría de las calles necesitan una mayor limpieza. Los centros turísticos están relativamente limpios, disminuyendo la calidad del servicio en otras zonas urbanas no turísticas. El ayuntamiento de Porto Seguro y CONDER han editado folletos de información sobre el correcto uso de la vía pública y el drenaje.

**Opciones de mejora. (Limpieza y mantenimiento urbano).**

1. Las administraciones locales deben comprometerse a desarrollar y a aplicar las herramientas fiscales para poder cubrir los costes de mantenimiento de la vía pública y desarrollar la legislación local que regule la gestión de los residuos.

**E. CONTAMINACIÓN ATMOSFÉRICA, RUIDO Y VIBRACIONES**

1. La calidad del aire actual de la Costa del Descubrimiento es muy alta debido a la inexistencia de fuentes de contaminación distintas del tráfico de vehículos, al alejamiento de las carreteras principales de los núcleos de costa, a la baja altura de las edificaciones y a la constante brisa de mar y intercambio de aire propio de zonas costeras. Esta situación permite observar unos cielos claros y limpios que llaman la atención al turista procedente de zonas más contaminadas, especialmente en los países desarrollados. El mantenimiento de esta situación debe considerarse como un valor agregado al producto turístico.
2. No ocurre lo mismo respecto al ruido. Especialmente el núcleo de Porto Seguro durante el verano es muy ruidoso. Las fuentes de ruido tienen 3 orígenes básicos:
3. El constante tráfico de autobuses y vehículos a motor en calles con pavimentos adoquinados.
4. La moda impuesta en la ciudad de llevar equipos de música de alta potencia en los vehículos, que paran en cualquier esquina, a cualquier hora del día y la noche, abren el maletero y obligan a todos los vecinos, turistas y transeúntes a escuchar "su música" a unos volúmenes cercanos a los 90-95 dB.
5. El ruido en la orla marítima procedente de las barracas de playa, especialmente en la noche que se convierten en verdaderos locales de conciertos con equipos de música propios de grandes estadios y potencias de 140dB, que se oyen en varios kilómetros a la redonda y ya han provocado quejas formales de la principal asociación hotelera de la orla marítima.
6. Respecto a las vibraciones son muy importantes en la mayoría de casas debido a las precarias cimentaciones de las mismas y al exceso de tráfico pesado en la ciudad.

##### Opciones de Mejora

1. Implantar ordenanzas municipales de control del ruido en todas las zonas urbanas y dotar de recursos de vigilancia a las prefecturas para su cumplimiento.
2. Control sobre las actividades de las barracas y las molestias que generan en las zonas turísticas y de población
3. Disminución del tráfico de vehículos pesados en el interior del municipio, limitado a los autobuses urbanos y prohibiendo la circulación sistemática de los grandes autobuses turísticos
4. Estudio de soluciones a la congestión del tráfico en las travesías de los ríos Burahein y Joao de Toba.

**F. MOVILIDAD URBANA.**

**Situación actual**

1. Los principales problemas detectados en lo referente a movilidad urbana son:

* Exceso de tráfico de vehículos pesados en el interior del núcleo urbano de Porto Seguro, especialmente autobuses turísticos.
* Problemas de congestión de paso de vehículos en los meses de verano para atravesar los ríos Burahein y Joao de Toba en Porto Seguro y Sta. Cruz de Cabrália. Se generan colas que en horas puntas duran hasta 2 horas.
* Problemas de congestión de tráfico en la orla marítima de Porto Seguro a Cabrália.
* Falta de aparcamientos en la orla marítima y en el entorno de las barracas que ocasionas largas filas de autobuses y coches estacionados en el arcén de la carretera.
* Deficiente transporte público entre el centro de la ciudad y los barrios periféricos. Algunos recorridos duran más de 1:30 horas.

**Opciones de Mejora**

1. Regulación del tráfico en el interior de Porto Seguro y peatonalización de algunas zonas en el centro de la ciudad.
2. Prohibición de circulación de autobuses turísticos en el centro urbano de la ciudad.
3. Creación de una estación de autobuses en la periferia de Porto Seguro y Cabrália.
4. Estudio de soluciones para la mejora del transporte público en general y de la congestión del tráfico en las balsas

**G. CARRETERAS**

**Situación actual**

**Carretera BA-001 entre Porto Seguro y Belmonte**

1. El trazado es demasiado cercano a la costa en la zona entre Porto Seguro y Cabralia, lo que ha supuesto un vector que ha potenciado la ocupación desordenada de la costa, sin respetar en muchos casos los recursos naturales como son humedales o campos dunares.
2. La carretera supone un “dique” que genera un efecto de embalse de las aguas de escorrentía superficial en determinadas zonas de su trazado, lo que causa la inundación de zonas periurbanas en los pequeños núcleos de población de San Andrés y San Antonio, así como en espacios naturales y zonas agrícolas.
3. A lo largo del trazado de la carretera se pueden apreciar canteras de las que supuestamente se han extraído tierras para la realización de la carretera. Estas canteras necesitan ser restauradas ya que se aprecian los grandes taludes generados. Se ha identificado una zona de extracción de tierras en el interior del APA de San Antonio.
4. En los municipios de Santa Cruz de Cabralia y Belmonte la carretera transcurre por el interior del APA de San Antonio. En este tramo del trayecto se aprecian gran número de taludes sin ningún tipo de acción estabilizadora de las pendientes, así como parte de taludes ya derrumbados.

**Carretera BA-001 Porto Seguro – Trancoso**

1. El DERBA creó la Gerencia de Garantía Ambiental, lo que ha facilitado las labores de colaboración con la población local y el cumplimiento de requisitos ambientales, lo que se demostró como una buena práctica
2. En el desarrollo de la ejecución de la carretera se constituyó el GIA (Grupo Interinstitucional de Acompañamiento) con la participación de diferentes entidades de la administración y la población local. A partir de su creación se ha podido vehicular mejor los intereses de la población local. ( Buena práctica)
3. Se modificó el proyecto durante la ejecución debido a la calidad del suelo, variándose la construcción de dos puentes sobre los ríos Burahém y Trancoso. La solución adoptada se encuentra técnicamente correcta. Antes de la ejecución del proyecto, los estudios deberían haber considerado el tipo de suelo de la zona incluyendo ya inicialmente el tipo de puente finalmente construido.
4. Se ha construido una carretera que se adapta de forma bastante correcta a la orografía del terreno y a los recursos naturales de la zona. Las laderas y taludes están casi en su totalidad estabilizados. La estabilización realizada puede no ser suficiente, debido a la gran pendiente de parte de los taludes. En los accesos a Arraial d’Ajuda y Trancoso, la población local demanda sistemas de reducción de la velocidad de los vehículos. De la misma forma, consideran que el tipo de carretera supera ampliamente las necesidades de las poblaciones.

**Opciones de Mejora. (Carreteras).**

1. Potenciar la colaboración con la población local a través de la realización de audiencias públicas más participativas, y el mantenimiento de los GIA como elemento de control de la ejecución.
2. Mejorar los sistemas de estabilización de los taludes y márgenes de las carreteras y regenerar las canteras y zonas de extracción de tierras y áridos.
3. Evitar que las carreteras se transformen en vectores de urbanización incontrolada y degradación y deforestación del entorno con la correspondiente planificación territorial y urbana.

**H. RECURSOS NATURALES**

**Área de Protección Ambiental de Caraiva Trancoso**

1. Fue creada en 1994 y su plano de manejo realizado en 1996 y revisado en 1998. Cuenta con 319 km2 de superficie. Su creación forma parte de la estrategia del Estado en función de la creación de complejos turísticos en Caraiva y en Itaquema garantizando la vitalidad de los ecosistemas existentes y para mejora de la calidad de vida de sus habitantes.
2. Entre la problemática que se destaca en este APA es la existencia de un gran proceso de especulación inmobiliaria en su entorno, deforestación y pesca predatoria, además de impactos derivados de la visita intensiva a recursos frágiles como arrecifes de coral y las áreas de preservación permanente. El plan de manejo, de acuerdo con el estudio realizado para el Banco Interamericano sobre las APAs, es de baja calidad, así como su viabilidad. No se aplican las normas legales existentes, carece de comité gestor, no participa la municipalidad, carece de presupuesto oficial y no tiene ningún proceso de recaudación.

**Área de Protección Ambiental de Coroa Vermelha**

1. Esta localizada en los municipios de Porto Seguro y Santa Cruz de Cabrália y fue creada en 1993 para garantizar la calidad ambiental en sus 41 km2 de extensión intentando reducir el acelerado proceso de ocupación desordenada que le ha caracterizado en los últimos años. Su plan de manejo, de 1997, ha sido calificado de bajo nivel de calidad y con escasa viabilidad. En este APA no hay aplicación de normas legales, carece de comité gestor, no participa en la municipalidad, no cuenta con presupuesto oficial ni con líneas de recaudación.
2. El mayor problema que enfrenta este APA es la presión de urbanización descontrolada que es ejercida desde los dos municipios de los que forma parte, manifestada en una gran especulación inmobiliaria. Se dan también problemas de extracción de arena y deforestación y tiene vertidos incontrolados de residuos. Su nivel de ocupación es del 50%.

**Área de Protección Ambiental de Santo Antonio**

1. Ocupa 230 km2 en el litoral de los municipios de Santa Cruz de Cabrália y Belmonte. Fue creada en 1994 y su plan de manejo elaborado en 1996. La zonificación del APA de San Antonio ha sido realizada a partir de criterios urbanísticos, con un débil contenido ambiental. Supone ordenación de las plazas turísticas o la superficie construible en la APA. Hasta en zonas de elevado valor ambiental, consideradas zonas de preservación, esta permitida la construcción bajo unos determinados condicionantes. Sólo un total de 1100 ha. no son urbanizables. La totalidad del área es susceptible de ser visitada, con diferentes niveles de accesibilidad. No existen zonas de acceso prohibido.
2. La delimitación de la APA no ha sido realizada bajo criterios ambientales, ya que incluye parcialmente las cuencas de ríos locales, no se tienen en cuenta valores orográficos, geológicos, de fauna y flora, ecosistemas, etc. La aplicabilidad del plano de manejo es baja, su viabilidad media, carece de comité gestor, de presupuesto oficial y de recaudación propia.
3. La falta de condiciones administrativas y operacionales para implantar las acciones previstas en el plan de manejo facilita la existencia de agresiones sobre esta APA tales como vertederos incontrolados de residuos sólidos, deforestación, extracción ilegal de minerales y caza y pesca predatorias. Se encuentra en ejecución un plan de desarrollo de ecoturismo para este APA, el cual deberá prestar especial atención a los problemas citados
4. La creación de estas tres APAs ha posibilitado de alguna manera visualizar el desarrollo sostenible de turismo a largo plazo y proteger de forma parcial el medio ambiente y una parte importante del territorio de la Costa del Descubrimiento. A pesar de que todas cuentan con plan de manejo, muy poco es lo que realmente se ha implantado. En consecuencia lo razonable sería la realización de una evaluación de la situación y apuntar nuevas líneas de planificación que sean realmente eficaces. En realidad, las unidades de conservación son más áreas de planificación que estrictamente de conservación desde el punto de vista medioambiental.
5. La ausencia de canales de comunicación entre los diversos órganos e instituciones directa o indirectamente implicados en las APA’s facilita la ineficiencia del gerenciamiento de cada unidad y la integración de la población que vive en ellas en el objetivo para las que fueron creadas.

**Ocupación de manglares.**

1. El manglar de la desembocadura del río Burahém fue ocupado ilegalmente con grave perjuicio para el recurso natural. La Prefectura, la compañía eléctrica y EMBASA son responsables de la ocupación del manglar, por permitir la ocupación y omitir las labores de vigilancia, y por dar servicios de agua potable y electricidad a las favelas construidas. Está en ejecución un proyecto para rehabilitar la zona que se evalúa correcto socialmente pero que es mejorable desde el punto de vista ambiental, ya que en parte se está consolidando la ocupación del manglar.

**Opciones de mejora. (Recursos naturales).**

1. Redefinir la zonificación y los límites de las APA’s incluyendo en las actuales zonas próximas de alto valor ambiental, dotar a los órganos gestores de los recursos necesarios para poder llevar a cabo la gestión de las APA’s e impulsar la colaboración con las prefecturas locales en el proceso de implantación de los planos de manejo.
2. Invertir en programas de concienciación de la población local, así como en herramientas para mejorar la gestión de las áreas naturales protegidas, independientemente de la figura de protección que tengan ya sean Federales, Estatales o Municipales.

**5.3. IMPACTOS SOCIALES**.

1. No hay duda que las expectativas generadas por las inversiones de PRODETUR tuvieron un gran reflejo en los movimientos migratorios hacia la CD por las oportunidades de trabajo que las mismas brindaban. La población creció mas de un 50% desde el comienzo del programa. De acuerdo con SUDETUR, en 1994, existían 8.800 empleos en el sector, pasando a ser en 1998, 14.800, lo que representa un incremento del 68%. Para el año 2012 está previsto que el volumen de empleos directos llegue a 23.200.
2. De acuerdo con las informaciones disponibles en el momento de realización de este trabajo, el 17,8% de la población es analfabeta mientras que el 57,4,% poseían el primer grado de formación, lo que implica que más de las tres cuartas partes de la población tiene un bajo nivel educacional, lo que compromete la inserción de esta población en el mercado de trabajo del turismo y puede dificultar la implantación de programas específicos de capacitación profesional. Esta situación podrá variar en los datos que se publiquen de los censos municipales del año 2000.
3. Hay problemas de salud y escasez de servicios médicos según las manifestaciones recibidas de todas las instituciones consultadas. No obstante, el Estado ha realizado inversiones en esta materia que se han consolidado en la puesta en marcha en sendos hospitales en Porto Seguro y en Belmonte.
4. En las periferias de las ciudades, especialmente en Porto Seguro, las condiciones de vida son de mala calidad. Esta situación se liga con un nivel de inseguridad creciente y un alto consumo de drogas, las cuales son, de acuerdo con las manifestaciones recibidas, objeto de alto consumo por parte de los turistas.
5. Este marco social no favorece la actividad turística, aunque los turistas realizan sus actividades en áreas específicas donde no se mezclan con la población marginal. Tampoco la actividad turística puede resolver por sí sola el grave problema social detectado siendo necesaria la intervención de otras políticas y la aplicación de recursos de otros Programas directamente orientados al área social.
6. El Programa PRODETUR ha contribuido sin duda a mejorar la situación social de la población de Porto Seguro a través de la generación de empleos que han absorbido mano de obra local y de mejora de las condiciones de servicios urbanos que han mejorado los índices de domicilios servidos por abastecimiento de aguas y servicios de saneamiento. En ningún caso un Programa como el de PRODETUR puede resolver por sí solo la magnitud del problema social del área objeto de estudio.

**6.- EVALUACION DE LA PARTICIPACION DE LAS MUNICIPALIDADES EN EL DESARROLLO DEL PROGRAMA**

**Participación de los Municipios en la toma de decisiones**

1. Todas las manifestaciones recogidas en las diversas reuniones mantenidas con miembros de las municipalidades de la Costa del Descubrimiento, incluyendo sus alcaldes y representantes de la sociedad civil, señalan su nula participación en el proceso mediante el cual se generó PRODETUR-NE ni en la toma de decisiones del Estado de Bahía para solicitar los subpréstamos al BN para la ejecución de los principales componentes del Programa.
2. Consecuencia de lo anterior es la posición que las municipalidades tienen de no asumir el mantenimiento de las infraestructuras generadas por el Programa, poniendo en peligro la eficacia a largo plazo del programa. Los Prefectos han argumentado que no disponen de capacidad económica ni financiera para asumir estos compromisos en los que además no fueron comprometidos en origen. Como lección aprendida más importante de esta situación es la necesidad de incorporar a los municipios afectados por el Programa de PRODETUR-NE desde el origen, tanto en la definición de las acciones como en los compromisos que deben ser asumidos por ellos. En este sentido, el Reglamento Operativo, para una segunda etapa, deberá incorporar cláusulas que garanticen la articulación entre el estado y los municipios sin las cuales no deberían concederse subpréstamos. Otra lección aprendida de mayor interés para la segunda fase de PRODETUR-NE es que deben ser realizados estudios específicos de la capacidad económica y financiera real de los municipios beneficiarios de los subpréstamos y exigir que estos modernicen sus esquemas de recaudación fiscal viabilizando así las inversiones ejecutadas.

Desarrollo Institucional de las administraciones locales.

1. PRODETUR consideró inicialmente la necesidad de desarrollar iniciativas de DI en las diferentes prefecturas afectadas por el programa, siendo desestimadas finalmente. Las Administraciones Locales de la Costa del Descubrimiento sufren de una gran desestructuración interna, faltando en gran medida una planificación en el desarrollo de las diferentes funciones. Estas deficiencias varían según municipios y departamentos. Las Secretarías, en muchos casos, carecen de técnicos, desarrollando sus funciones los responsables políticos de los diferentes departamentos.
2. La evaluación se ha realizado en un periodo post-electoral, que ha implicado cambios importantes en los equipos de gobierno en los tres municipios integrantes de la Costa de Descubrimiento. Esta situación posibilita la oportunidad de nuevos diálogos entre los interlocutores del Estado y de los municipios en beneficio de los objetivos del Programa y especialmente de las definiciones que contenga la segunda parte del mismo

#### A. Porto Seguro

1. No ha cambiado de Prefecto, pero desaparece la Secretaría de Medio Ambiente, para integrarse dentro de la de Agricultura, Pesca, Abastecimiento y Medio Ambiente. Tras los cambios que se han producido en la prefectura, no se puede avaluar cuál será la implicación política y la implicación técnica con relación al turismo y al medio ambiente, aunque la desaparición de la Secretaria de Medio Ambiente y la integración de estas funciones en una macro-secretaría, puede indicar que se diluyen las responsabilidades medioambientales del municipio.
2. El técnico encargado del medio ambiente fue despedido por la nueva Administración al igual que otros 700 funcionarios debido a la nueva Ley de Responsabilidad Fiscal. Por su formación y experiencia fue evaluado como capaz para desarrollar sus actividades de gestión y comunicación ambiental, aunque no para realizar un diagnóstico y zonificación ambiental del municipio.
3. La supervisión de las tareas desarrolladas por EMBASA es muy débil e ineficiente, siendo la propia empresa la que ha desarrollado un sistema de seguimiento del desarrollo de sus actividades.
4. La prefectura ha creado de acuerdo con el IBAMA, CRA y la Capitanía de los Puertos ( La Marina de Brasil) el Parque Marino de Recife de Fora, de 7,5 km2 de extensión. Cuenta con cuatro guardas y una pequeña barca para gestionarla. No dispone de Plano de Manejo, necesario para una adecuada gestión del parque.
5. La Secretaría Municipal de Medio Ambiente dispone de escasos recursos económicos y técnicos. Esta carencia se ha corregido mínimamente con la colaboración de empresas o asociaciones de empresas para sufragar los costes de edición de un conjunto de 6 módulos de libretas de educación ambiental (colaboración de PETROBRAS). De contenido correcto, supone una muy buena iniciativa de comunicación municipal.

La asociación de barcos turísticos autorizados para transportar turistas al Parque Marino de Recife de Fora, pagan una licencia cercana a los 600 Reales, y aportan 1Real por visitante. Este fondo sirve para sufragar parte de los costes de la gestión mínima del área marina protegida.

1. En la Secretaría Municipal de Turismo existe una incapacidad acusada para planificar y realizar un seguimiento del impacto socio-económico del sector turístico en Porto Seguro. No existe una visión del tipo de destino turístico que se quiere conseguir, ni de las acciones a coordinar, realizándose un seguimiento del impacto con una reducida base técnica. La colaboración con los sectores implicados en el sector turístico es escasa y su participación en el Consejo Regional de Turismo de la Costa del Descubrimiento es prácticamente nula.
2. El municipio no dispone de un Plan Director. No existe otra legislación que determine la planificación en el uso, ocupación o parcelamiento del suelo. Debe remarcarse que la Secretaría de Cultura y Turismo del Estado redactó los Planos de Referencia Urbanística y Ambiental (PRUA) para los municipios de la Costa do Descubrimiento. Este documento no ha sido asumido por ninguno de los municipios por razón de que no intervinieron en su redacción.
3. Esta ausencia de planificación y legislación sobre el uso del suelo y el urbanismo puede ser debido a diferentes causas, entre ellas se pueden destacar una incapacidad técnica para realizar la planificación y legislación, y también una falta de voluntad política. La incapacidad técnica puede ser suplida con la contratación de técnicos cualificados. Este trabajo debe realizarse en colaboración con los responsables políticos y técnicos locales, desde la Administración local, ya que de no ser así puede tomarse como una intromisión de otra administración en un ámbito que no es de su competencia (caso de los PRUA).
4. Posee una Ley de Obras y Edificaciones (ley Nº17/89) que parcialmente se cumple, siendo gran parte de las construcciones de la zona de un mismo estilo, y no superándose en la mayoría de los casos las alturas definidas en la ley. La construcción en su gran mayoría es horizontal y extensiva.
5. La fiscalización urbanística es ineficiente, habiendo un alto grado de construcciones ilegales y ocupaciones irregulares del territorio. Faltan recursos financieros, técnicos y de capacitación de los fiscales para poder desempeñar correctamente sus funciones.
6. Durante las entrevistas realizadas, se implantó el Sistema de Información Geográfico (GIS) desarrollado por el CPRM (Compañía de Pesquisa de Recursos Minerais) del Gobierno Federal, en colaboración con el DDF (Directoria de Desenvolvimento Forestal) y la Companhia Bahiana de Pesquisa Minerais del Gobierno de Bahía. Este sistema informático contiene información geológica, de recursos hídricos, recursos forestales, recursos animales, etc., distribuida en la geografía de los municipios. Este material constituye una herramienta importante y valiosa para la planificación y gestión del territorio.

#### B. Santa Cruz de Cabralia

1. Aunque no ha cambiado de Prefecto, han salido del equipo de gobierno los Secretarios de Urbanismo y de Turismo y Medio Ambiente. La Secretaría Municipal de Turismo y Medio Ambiente cuenta con unos recursos humanos constituidos por una secretaria, una administrativa y dos vigilantes, lo que pone en evidencia su nivel de capacidad técnica.
2. La Secretaria de Turismo y Medio Ambiente promueve iniciativas que relacionan al visitante con el entorno natural de una forma sostenible. Aun así, sin ningún técnico en el equipo, el departamento no está capacitado para planificar el desarrollo turístico del municipio, ni para supervisar y evaluar los impactos socio-económicos que puede generar. De la misma forma no está preparado para realizar un diagnóstico y zonificación ambiental del territorio, ni para gestionar ni realizar un seguimiento de los aspectos ambientales del municipio.
3. Se ha creado el Parque Municipal de Preservación Marinha de Coroa Alta, Ley Nº128/98, de unos 50 km2 de extensión, de forma coordinada con el IBAMA, CRA y la Capitanía de los Puertos (Marina de Brasil). Disponen de dos vigilantes y una pequeña barca a motor. Los recursos para contratar a los vigilantes y la adquisición de la barca han surgido del Fondo Municipal de Medio Ambiente. En gran parte los fondos provienen del pago de las licencias de las barcas turísticas que trasladan visitantes, y de las tasas de R$1 por turista que visitan el parque. Durante la temporada turística visitan el parque unas 113 personas por día, según datos de la Secretaría de Turismo y Medio Ambiente, por lo que se necesitan recursos económicos para financiar el desarrollo de la gestión del Parque Municipal de Coroa Alta. No dispone de Plan de Manejo siendo necesario para una gestón eficaz y sostenible del recurso.
4. La prefectura de Sta. Cruz de Cabrália aprobó a través de la Ley Nº136/98 el *“Plano de Manejo e zoneamiento del APA de Sto. Antonio, no ámbito municipal”*. En la ley se expresa la colaboración y participación de la prefectura en la implantación del Plano. Al igual que en el CRA, han faltado los recursos para desarrollar las acciones necesarias para cumplir con lo descrito en el Plano de Manejo del APA. La participación de la Secretaria de Turismo en el CRT-CD es muy baja, dificultando la coordinación con los diferentes agentes turísticos de la región.
5. La Secretaria de Urbanismo en la última legislatura no ha dispuesto de instalaciones ni de cuerpo técnico. El Secretario de Urbanismo, arquitecto, y su estudio y técnicos han desempeñado las funciones de la Secretaría.
6. El municipio no dispone de Plan Director. No han desarrollado una legislación que regule la ocupación del suelo, aunque disponen de otra legislación urbanística:

- Obras y edificaciones, Ley Nº13/83

- Parcelamiento del suelo, Ley Nº30/85

- Perímetros urbanos, Ley Nº20/90

Santa Cruz de Cabrália, al igual que Porto Seguro, no ha asumido el Plan de Referencia Urbanístico y Ambiental, que redactó el Estado por no haber intervenido en la redacción del mismo. Esta ausencia de planificación y legislación sobre el uso del suelo y el urbanismo puede ser debido a diferentes causas, entre ellas se pueden destacar una incapacidad técnica para realizar la planificación y control, y una falta de voluntad política.

1. Existe la necesidad de desarrollar la formación de cuerpos técnicos de la prefectura, así como de dotar de recursos económicos, técnicos y humanos a los diferentes departamentos. Se aprecia que la colaboración y planificación conjunta entre las diferentes secretarias, es casi inexistente en el ámbito municipal.
2. El seguimiento y control de los servicios desarrollados por EMBASA es precario e ineficiente, siendo la propia empresa la que ha desarrollado un sistema de seguimiento del desarrollo de sus actividades.
3. La fiscalización urbanística es ineficiente, habiendo un alto grado de construcciones ilegales y ocupaciones irregulares del territorio. El sistema tributario está poco desarrollado, necesitando una nueva definición y actualización de tasas e impuestos

###### **C. Belmonte**

1. En este municipio el resultado de las elecciones ha implicado la elección de un nuevo alcalde en el gobierno local, representante de un partido político diferente del anterior. La Secretaría de Turismo tiene las competencias ambientales municipales. No dispone de los recursos humanos ni técnicos para poder desarrollar diagnósticos o zonificaciones ambientales del municipio.
2. A diferencia de los otros dos municipios de la Costa do Descubrimiento, el desarrollo turístico de Belmonte es muy reducido. La administración local carece de las herramientas para realizar una planificación turística. El equipo de gobierno saliente tenía la intención de potenciar el turismo cultural recuperando la historia del cacao, deportivo y de naturaleza en coordinación con órganos estatales.
3. El control urbanístico del municipio es realizado por la Secretaría Municipal de Infraestructuras siendo deficiente en la actualidad. No existe cartografía básica del municipio. Han desarrollado la Ley Nº10/97 de Código de Obras y Urbanismo, que ordena el uso, parcelación y ocupación del suelo, así como la tipología de obras y edificaciones.
4. El seguimiento de las labores de EMBASA lo realiza una empresa contratada a tales efectos. El servicio es deficiente, por lo que se está realizando la formación de los celadores municipales para realizar el servicio desde la administración local.
5. El sistema tributario está poco desarrollado, necesitando una nueva definición y actualización de tasas e impuestos.

**Propuesta de acciones correctoras y preventivas**

1. Las prefecturas poseen amplias competencias en la gestión del territorio, los recursos naturales (abastecimiento de agua, tratamiento agua residual), la gestión de residuos y la limpieza urbana, cuestiones sociales, etc., por lo que el fortalecimiento de su estructura supone una necesidad de vital importancia a la hora de estructurar y potenciar el desarrollo sostenible de un destino turístico.
2. Condicionar la concesión de recursos financieros de PRODETUR-NE a la aprobación de un Plan General Urbano de los municipios, así como a la realización de una renovación de las herramientas y catastros fiscales que aseguren y refuercen la capacidad tributaria y por lo tanto la capacidad de retorno de los préstamos de la administración local.
3. Desarrollar programas de fortalecimiento institucional de los municipios de capacitación de sus recursos humanos de las administraciones locales.
4. Financiar la realización de los Planos de Manejo de los Parques Municipales de Coroa Alta y Recife de Fora, y el fortalecimiento de las herramientas de gestión de los mismos (formación vigilantes, comunicación ambiental, instalaciones, barcas, etc).
5. Desarrollo de un plan de recuperación de edificios con valor histórico, arquitectónico en el municipio de Belmonte reforzando así el Patrimonio histórico cultural de la Costa del Descubrimiento. Lo que posibilitara promover un turismo cultural vinculado al desarrollo arquitectónico y a la cultura del cacao en la zona.
6. Desarrollar dentro del Planeamiento Turístico de la región, una iniciativa para promover el turismo cultural unido al desarrollo del cacao en Belmonte y la zona. Desarrollo de itinerarios culturales.
7. Adquisición de vehículos y equipos para mejorar la recogida, transporte y deposición final de los residuos de los tres municipios. Fomentar el intercambio de información entre administraciones.
8. En general es absolutamente urgente y necesario reforzar a los municipios para que puedan ejercer su poder de policía y fiscalización, que es uno de los puntos más frágiles de la gestión de los municipios de la zona.

**7.- EVALUACIÓN DE LA ESTRATEGIA DE TURISMO DEL ESTADO DE BAHÍA**

1. El Estado de Bahía ha venido cumpliendo con criterio su programa de desarrollo turístico de largo plazo para el periodo 1992-2012, cuyo objetivo es el aprovechamiento sostenible de los recursos culturales y naturales del mismo, en beneficio de la mejora de las condiciones de vida de la población. Dicho programa señala áreas turísticas prioritarias para el desarrollo, acciones de promoción, desarrollo de infraestructuras, formación y capacitación y la creación de superestructura o equipamientos turísticos sobre la base de centros turísticos capaces de atraer demandas nacionales e internacionales de calidad.
2. En este contexto es en el que se define la estrategia turística del Estado de Bahía presentada al Banco del Nordeste con motivo de la puesta en marcha de el Programa de PRODETUR-NE. Esta estrategia es fiel reflejo de lo que se contiene en el plan de largo plazo antes citado y posiciona la misma basándose en la utilización del Programa como elemento financiador de algunas de las actividades e infraestructuras previstas en el plan de largo plazo del estado. Además de esta visión de PRODETUR-NE como financiero el Estado de Bahía en su estrategia posiciona territorialmente las acciones y las vincula a la Costa del Descubrimiento. Las razones de esta vinculación se encuentran en el alto nivel de desarrollo turístico alcanzado de forma espontánea y desordenada en la zona, con graves deteriores del producto turístico y notables déficits de infraestructuras y bajo nivel de calidad en la prestación de los servicios turísticos. Esto, unido al importante patrimonio turístico cultural y natural del área, a la proximidad de la celebración de los 500 años del descubrimiento de Brasil, que precisamente se produjo en esta zona en la que quedan vestigios importantes de la colonización en ese momento.
3. Posteriormente, en el año 1996, el Estado de Bahía plantea una ampliación de su estrategia conrelación a PRODETUR-NE en las mismas dos direcciones en que se basaba la estrategia inicial, es decir, la utilización financiera del Programa y la extensión de la misma a otras áreas territoriales específicas del estado. Así se incorporan obras y proyectos para las zonas turísticas de la Bahía de Todos los Santos, la Costa del Dendé, La Costa de los Coqueiros, La Costa de las Ballenas, la Costa del Cacao y la Chapada Diamantina entre otras.
4. Desde el punto de vista del Programa de obras múltiples presentado por el Estado de Bahía en su estrategia y la ejecución del mismo hay que señalar que la práctica totalidad de las obras propuestas están ejecutadas, con excepción de los tres programas de tratamiento de residuos sólidos que no fueron llevados a efecto y que han descompensado medioambientalmente las acciones de saneamiento en la Costa del Descubrimiento. Como lección aprendida hay que señalar que deben realizarse las infraestructuras de servicios urbanos de forma compensada e integral y no puede basarse ningún desarrollo de las mismas sin tener en cuenta la recogida, el tratamiento y la eliminación de los residuos sólidos urbanos, que es un componente vital para el medio ambiente en los destinos turísticos.
5. En relación con el componente de Desarrollo Institucional el plan de acción del estado contempló programas orientados al fortalecimiento y capacitación de los municipios de la Costa del Descubrimiento que no han sido ejecutados a pesar de los esfuerzos que el Estado ha hecho al efecto. Problemas licitatorios y falta de colaboración por falta de la prefectura de Porto Seguro están en el fondo de este incumplimiento. El estado aportó a las municipalidades Programas de Referencia Urbanística ( PRUAS) y otras ayudas que no han sido aplicados ni utilizados por las mismas.
6. Desde el inicio de PRODETUR-NE el Estado de Bahía, a través de las diferentes instituciones que fueron unidades ejecutoras, y especialmente a través de SUDETUR y de BAHÍATURSA, ha llevado a efecto de forma periódica investigaciones sobre el turismo en el Centro Turístico de Porto Seguro. Desde 1992 hasta el día de hoy, todos los años se han realizado encuestas sobre turismo receptivo en alta y baja estación, lo que ha permitido conocer el perfil del turista, sus motivaciones, niveles de gasto y de satisfacción con el destino. No obstante, estas investigaciones deben mejorar su calidad especialmente en lo relativo a la investigación del gasto turístico y su distribución por diferentes conceptos lo que facilitaría el conocimiento de los impactos de esta variable sobre los diferentes sectores económicos afectados por la actividad turística.
7. El impacto económico de la actividad turística en Porto Seguro ha venido siendo realizado sobre la base de la aplicación de multiplicadores de nivel nacional o regional al gasto turístico registrado en la Costa del Descubrimiento, lo que ha permitido valorar el impacto económico en la misma en un 26% aproximadamente del impacto económico que el mismo tiene en el conjunto del estado. Esta valoración debe mejorarse con la aplicación de multiplicadores específicos locales que reflejaran de una manera precisa el impacto que el gasto turístico tiene en la Costa del Descubrimiento, lo que precisa de mayores investigaciones y de la elaboración de metodologías específicas al respecto.
8. El sistema de control estadístico actual no permite conocer el grado de ocupación de la hotelería en la Costa del Descubrimiento ni tampoco con precisión el volumen de turistas que realmente son recibidos en la zona. Es prioritario que se aborde el proceso de investigación que permita un conocimiento preciso de estas dos variables fundamentales de la actividad turística en la zona.
9. Desde el punto de vista de la inversión existe una gran coherencia entre las inversiones financiadas pro PRODETUR-NE y la financiación de otras acciones llevada a cabo por el Estado de Bahía. En este sentido hay que destacar que el Estado de Bahía ha realizado un inversión de más de US$50 millones para financiar infraestructuras sanitarias, infraestructuras hospitalarias, recuperación de patrimonio histórico monumental y el centro cultural y de eventos de la Costa del Descubrimiento. Estas infraestructuras han permitido mejorar el producto turístico y posibilitar el desarrollo del segmento de turismo de negocios y congresos, y al mismo tiempo mejorar las condiciones hospitalarias de la zona.
10. En los documentos del plan de largo plazo del turismo de Bahía y otros desarrollados por SUDETUR se ha consultado con el sector empresarial. En el caso de la Costa del Descubrimiento ha habido acciones de sensibilización a la sociedad civil desde 1996 y también intentos de articulación con la misma.

**8.- EVALUACIÓN DEL MARCO INSTITUCIONAL PARA EL DESARROLLO TURÍSTICO DE PÒRTO SEGURO**

1. Con objetivo de dar adecuada respuesta a los requisitos de este epígrafe se han mantenido diversas reuniones en Brasilia, Recife, Salvador, Fortaleza y Porto Seguro con los representantes de diversas instituciones con el objetivo de valorar la interacción existente entre ellos.
2. La Casa Civil en su condición de coordinadora en el Comité de Asesoramiento y Coordinación de PRODETUR-NE al nivel de Gobierno Federal tuvo una presencia activa para la articulación de los diversos actores públicos federales y estatales durante el proceso de preparación y negociación del Proyecto, cesando su actuación a partir del inicio del año 1995 con lo que dicho Comité no ha tenido contribución en todo el proceso de implantación del Proyecto. Este Comité tuvo su origen en la dificultad de hacer converger las diversas iniciativas del estado y de actuación de los agentes federales implicados en el PRODETUR-NE por lo que fue necesario crear una “autoridad coordinadora” del proceso de formatación y de negociación del Proyecto. Sin embargo, hay que destacar la total ausencia de esfuerzos para movilizar y comprometer a los municipios y a la iniciativa privada en este concepto sin tener en cuenta que en el futuro serian los reales gestores del negocio del turismo y del mantenimiento de la infraestructura de apoyo instalada.
3. En lo que concierne al Instituto Brasileño de Turismo, EMBRATUR, tuvo una participación activa hasta la firma del contrato de préstamo entre el Banco del Nordeste y del BID, limitándose a partir de ese momento a acompañar la evolución de la implantación del componente de aeropuertos, dado que los recursos federales destinados a este efecto procedían de sus presupuestos anuales, los cuales eran transferidos a INFRAERO para la ejecución de las obras correspondientes.
4. Con relación a la Comisión de Turismo Integrado del Nordeste, CTI-NE, su función principal es la divulgación conjunta del turismo del Nordeste. También ejecuta diversas investigaciones sobre la demanda turística en esta región. No ha desarrollado una acción de acompañamiento específica de la implantación del Programa en relación con la Costa del Descubrimiento dada la función de esta institución y la natural competencia entre las distintas áreas turísticas que integran el Nordeste.
5. La Superintendencia de Desarrollo del Nordeste, SUDENE, sólo tuvo implicación en los comienzos de la concepción del Programa, en los cuales elaboró proyectos sectoriales de desarrollo regional, entre ellos turismo. Una vez que fue definida y transferida para el BN la ejecución del Programa, SUDENE no tuvo participación activa en el mismo
6. SUDETUR ha hecho grandes esfuerzos para la articulación de los agentes locales públicos y privados en la implantación de las acciones programadas en el área de la Costa del Descubrimiento. Ha habido dificultades para alcanzar buenos resultados en la articulación institucional derivadas de la propia estrategia de acción adoptada y de la imposibilidad de esta institución de ejercer el papel de promotor del desarrollo institucional de las entidades públicas locales dada su especialidad en gestión de política sectorial de turismo. Sus iniciativas de articulación pasaron por el intento de adopción de una experiencia de acción compartida mediante la institución de un Núcleo de Gestión Participativa el cual fue sustituido 18 meses después por el Consejo Regional de Turismo que enfrenta dificultades muy graves para alcanzar su objetivo, en un marco en el que destaca la omisión o la posición reactiva de las prefecturas municipales y especialmente la de Porto Seguro.
7. La UEE creó, en 1996, el Comité Intergubernamental para el desarrollo turístico de la Costa del Descubrimiento con el objetivo de integrar los esfuerzos de los distintos órganos gubernamentales que actuaban en la Costa del Descubrimiento para maximizar las acciones en aquella región, y no solo desde el punto de vista turístico sino en las demás esferas de actuación
8. Durante la fase de la implantación de las obras y de la ejecución de las acciones programadas se observa, por un lado, una buena articulación entre la UEC del BN, la UEE y los órganos ejecutores, y por otro, la indebida exclusión de los municipios como órganos ejecutores, inclusive cuando se trataban de acciones y obras de su indiscutible responsabilidad institucional.

9. En la fase de operación y mantenimiento de las inversiones y de la utilización de infraestructuras instaladas se verifica una gran desarticulación de los actores, inclusive el rechazo de algunos de ellos en asumir sus papeles institucionales y de la propia población rechazando su participación en el proceso como se evidencia en el caso de las dificultades con las que se encuentra EMBASA para que sean realizadas las conexiones domiciliaras a la red de alcantarillado. Esto pone en riesgo el mejor aprovechamiento de las inversiones hechas y la sostenibilidad del Programa. A pesar del aumento permanente del flujo turístico en la Costa del Descubrimiento hay señales evidentes de que “algo debe ser hecho” para que el producto explotado actualmente no se degrade a corto plazo.

10. Como aspectos positivos a destacar se encuentran la buena articulación institucional practicada en el cumplimento de los criterios y obligaciones establecidas en el Reglamento Operativo del Programa. También los intentos de creación de mecanismos para la construcción del proceso de articulación con los actores locales son positivos a pesar de no existir todavía las condiciones para que el Consejo Regional se constituya en un instrumento efectivo.

11. Como aspecto negativo en el campo de la articulación institucional se destaca la ausencia de inclusión de los municipios de la Costa del Descubrimiento en todo el ciclo del Programa con riesgo de falta de sostenibilidad del mismo. Será necesario incluir a los municipios desde el inicio en la nueva fase del Programa comprometiéndoles y dándoles la oportunidad de participación y aprovechando la existencia de otros programas para reforzar la capacidad de gestión local, tales como los que lleva a cabo la Compañía de Acción Regional, entidad vinculada a la Secretaría de Planeamiento, Tecnología y Medio Ambiente del Estado, responsable de la promoción del desarrollo regional y urbano y de la asistencia técnica a los municipios del estado. Por otro lado la sustentabilidad podría buscarse mediante la movilización y aclaración a la población de lo que significa un proyecto de desarrollo turístico, y también con la implicación de actores con responsabilidad legal en el sector turístico, específicamente EMBRATUR, por la posibilidad de orientar su actuación de forma que consolide el polo Costa del Descubrimiento como destino turístico.

DEREC, S.L.

**BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO**

***EVALUACIÓNDEL DESARROLLO TURÍSTICO DE PORTO SEGURO.***

***ESTADO DE BAHÍA. BRASIL***

**DOCUMENTO DE TRABAJO**

AVALIAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DO PRODETUR FINANCIADAS PELO BID NA COSTA DO DESCUBRIMENTO.

MAIO 2001

INDICE

[I INTRODUÇÃO 3](#_Toc506138299)

[1. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DE OPERAÇÃO DO BN COMO EXECUTOR DO PRODETUR 4](#_Toc506138300)

[1.1. Quanto ao Apoio Técnico e Institucional Prestado pelo Banco do Nordeste -BN ao Estado 4](#_Toc506138301)

[1.2. Quanto a Analise Técnica Realizada Pelo BN 4](#_Toc506138302)

[1.3. Quanto a Supervisão do Banco do Nordeste - BN 5](#_Toc506138303)

[Exemplo 1 - Desembolso Realizado - Rodovia – Trancoso 6](#_Toc506138304)

[PROCEDIMENTOS 6](#_Toc506138305)

[Exemplo 2 - Desembolso Realizado Esgotamento Sanitário – Trancoso 7](#_Toc506138306)

[PROCEDIMENTOS 7](#_Toc506138307)

[Exemplo 3 -Desembolso Realizado Esgotamento Sanitário – Coroa Vermelha 7](#_Toc506138308)

[PROCEDIMENTOS 7](#_Toc506138309)

[Exemplo 4 - Desembolso Realizado Esgotamento Sanitário de Cabralia 7](#_Toc506138310)

[PROCEDIMENTOS 7](#_Toc506138311)

[1.4. O processo que utiliza o BN para a execução do Programa 8](#_Toc506138312)

[2 AVALIAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA 10](#_Toc506138313)

[2.1. Transportes 10](#_Toc506138314)

[2.1.1. Órgão Executor: DERBA 10](#_Toc506138315)

[2.1.2. Projetos 11](#_Toc506138316)

[RESUMO DOS PROJETOS 11](#_Toc506138317)

[2.1.3. Considerações - DERBA 14](#_Toc506138318)

[2 .2- PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM 14](#_Toc506138319)

[2.2.1 Órgão Executor 14](#_Toc506138320)

[2.2.2 Projetos 15](#_Toc506138321)

[RESUMO DOS PROJETOS 15](#_Toc506138322)

[2.2.3 Considerações 16](#_Toc506138323)

[2 .3 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO 17](#_Toc506138324)

[2.3.1. Órgão Executor 17](#_Toc506138325)

[2.3.2. Projetos 17](#_Toc506138326)

[3. RESSUMO DOS PROJETOS 21](#_Toc506138327)

[3.1. TRANCOSO 21](#_Toc506138328)

[3.2. SETOR “A” PORTO SEGURO 21](#_Toc506138329)

[3.3. SETORES “B” E “C” - PORTO SEGURO 22](#_Toc506138330)

[3.4. COROA VERMELHA 24](#_Toc506138331)

[3.5. BELMONTE 25](#_Toc506138332)

[3.6. SANTA CRUZ DE CABRALIA 26](#_Toc506138333)

[3.7. ARRAIAL D´AJUDA 26](#_Toc506138334)

[3.8. Considerações - EMBASA 27](#_Toc506138335)

[4. LIÇÕES APRENDIDAS 30](#_Toc506138336)

[5. MEDIDAS CORRETIVAS 30](#_Toc506138337)

[6. PERFIL AMBIENTAL URBANO 32](#_Toc506138338)

[7. O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA 34](#_Toc506138339)

8. BIBLIOGRAFÍA...........................................................................................................................................35

ANEXOS

[PORTO SEGURO](#_Toc506138342)

[SANTA CRUZ DE CABRALIA](#_Toc506138343)

[BELMONTE](#_Toc506138344)

**I INTRODUÇÃO**

**Há três décadas que o pais vem realizando uma grande quantidade de obras de infra-estrutura de turismo como as que o PRODETUR vem apoiando com recursos do BID. Além do BID, outros organismos internacionais como o BIRD, KFW, também vêm o Brasil como um lugar apropriado para realizar investimentos nesse setor, sobretudo após a abertura ao capital estrangeiro.**

**A sustentabilidade dos investimentos é condição *sine qua non* para garantir a sua continuidade própria e, assim, tornam-se fundamentais outras ações, principalmente no campo social para assegurar um desenvolvimento mais equilibrado desses investimentos. A formação e a capacitação de recursos humanos, a transparência das atividades governamentais e o aumento da participação de todos os grupos da sociedade no processo de tomada de decisão sobre investimentos e sua operação passam, agora, a ser os pontos críticos da atuação governamental.**

**Sob esse ponto de vista, a avaliação da primeira etapa do PRODETUR, torna-se um tanto mais complexa. Não resta duvida que o investimento inicial para atender uma demanda reprimida de obras de infra-estrutura é fundamental, sobretudo na área do desenvolvimento turístico, entretanto, a eficiência desses investimentos depende, grandemente, de conjuntos de programas de natureza gerencial, diversificados de acordo com as condições regionais, estaduais e locais.**

**O objetivo do presente trabalho é a detecção de possíveis equívocos ocorridos e o destaque de êxitos cujos resultados possam servir como efeito demonstração, aplicáveis em outros programas similares.**

**Cabe mencionar, aqui, que a partir de 2001 (art. 165, § 1º da Constituição Federal) os prefeitos eleitos deverão elaborar, um Plano Plurianual com as metas a serem atingidas no período de 2002 a 2005. Dessa forma cria-se a oportunidade para o debate da realidade municipal em torno do planejamento articulado das novas ações.**

## AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DE OPERAÇÃO DO BN COMO EXECUTOR DO PRODETUR

### Quanto ao Apoio Técnico e Institucional Prestado pelo Banco do Nordeste -BN ao Estado

Para acompanhar a analise das solicitações, e a gestão do programa, o BN criou, em Salvador, a Unidade Executora Central (UEC) a qual dispões de 5 técnicos de nível superior.

Com o objetivo de divulgar as estratégias do PRODETUR e de capacitar os técnicos estaduais sobre os procedimentos contidos no Regulamento Operativo do Programa para a elaboração e apresentação dos projetos, o BN promoveu vários seminários.

Esse processo de capacitação sofreu problemas de articulação interna, os quais resultaram dificuldades para dar início ao programa, não produzindo os resultados esperados.

Os seminários não foram suficientes para informar e capacitar os técnicos do estado – os quais, freqüentemente, não permaneceram no cargo ou eram transferidas para outros órgãos - o que tendeu a gerar uma razoável quantidade de problemas tanto de forma como de conteúdo. A UEC/BN foi levada a cobrar vários ajustes da equipe estadual, inclusive no que diz respeito à adequações aos regulamentos operativos do BID e do próprio Banco do Nordeste.

Entretanto, apesar das dificuldades iniciais, nota-se um grande esforço do BN em preparar o estado para o desenvolvimento satisfatório do programa. Uma das lições apreendidas pelo Banco é que o formato de seminário não parece ser suficiente para as necessidades da região e que o recomendável seria a promoção de cursos com maior riqueza de material didático.

### Quanto a Analise Técnica Realizada Pelo BN

Embora as **estratégias turísticas** tenham sido, inicialmente, discutidas e definidas em conjunto por técnicos do banco e do estado, a participação do BN ficou limitada a esta discussão inicial e ao acompanhamento formal uma vez que essa instituição é apenas o instrumento executor e financeiro do PRODETUR. Desde esse ponto de vista o banco cumpriu o seu papel, analisando, setorialmente, a demanda por obras e emitindo pareceres tecnicamente corretos. Os principais aspectos técnicos inerentes a um projeto de infra-estrutura foram cumpridos de acordo com regulamento operativo do banco.

Entre esses aspectos destacam-se:

- Viabilidade socioeconômica;

* Projeto de engenharia;
* Processo Licitatório;
* Licenciamento Ambiental
* Analise comparativa das propostas.

Todos os projetos de infra-estrutura foram elaborados de acordo com o roteiro para apresentação de projetos. A discussão havida entre os técnicos do banco e do órgão do estado responsável pela obra gerou, em alguns casos, adequações aos projetos para atender as normas do BID e do BN. Esse procedimento, perfeitamente usual e adequado, permitiu maior participação dos organismo envolvidos no processo e a correção eficiente de eventuais falhas detectadas.

Os projetos de engenharia seguiram rigorosamente as normas brasileiras conforme foi observado nos processos existentes no BN em Salvador, assim como na visita realizada às obras, em Porto Seguro. A eleição dos projetos foi, sempre, precedida de análise comparativa entre as propostas apresentadas enquanto que os pareceres técnicos – sempre assinados por profissionais, de economia ou engenharia, registrados - são consistentes.

O **licitatório** é rigorosamente fiscalizado pelo BN – através das áreas de engenharia, economia e jurídica - desde a preparação do Edital até a sua publicação pelo governo estadual. Quaisquer ajustes adicionais, eventualmente propostos pelo estado, devem percorrer o mesmo caminho dentro do banco. O BN, antes de sua adjudicação da concorrência, deve homologa-la.

O processo de licenciamento ambiental foi seguido com rigor, sendo as licenças ambientais, ou sua dispensa eventual, publicadas no Diário Oficial do Estado da Bahia. Estas foram emitidas pelo Centro de Recursos Ambientais –CRA, por meio de Portarias ou pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, por meio de Resoluções.

### Quanto a Supervisão do Banco do Nordeste - BN

A principal dificuldade encontrada no processo **licitatório** é de responsabilidade federal, pois tem sua origem na Lei 8.666 que estabelece as diretrizes para as licitações no país. Como essa legislação determina que a empresa vencedora é aquela que apresenta o menor preço, ocorre freqüentemente, distorções. Nesse sentido, alguns contratempos ocorreram, quando em duas obras de saneamento, as empresas vencedoras não tiveram condições de executar as obras com os preços oferecidos na concorrência. Embora tenham sido substituídas pelas empresas que tiraram o segundo lugar, houve um atraso substancial para o reinicio das obras o que afetou o cronograma previsto anteriormente.

A **fiscalização** de obras por parte do BN, de acordo com seu regulamento operativo, é semestral e deve ser acompanhada de um relatório de progresso. Nesse caso específico do PRODETUR, entretanto, o banco vem realizando vistorias bimensais ou, em caso de eventuais denuncias.

O tramite normal para o processamento de pagamentos **(liberação)** deve seguir os seguintes procedimentos: (a) medição dos serviços realizados; (b) emissão de a nota fiscal pela empresa executora dos serviços; (c) aprovação dos serviços e medições pela órgão estadual e a UEC/BN; (d) envio da fatura aprovada para a sede do BN, para pagamento. Analisados vários processos, constatou-se que o tempo gasto entre a medição e o desembolso variou de 10 a 36 dias. A maior demora ocorre na UEC. A liberação de recursos pelo BN é, em geral, efetuada de imediato, contra a apresentação das notas fiscais e dos atestados.

A seguir, apresenta-se quatro tabelas exemplificando o processo de liberação (três da EMBASA e um do DERBA):

##### Exemplo 1 - Desembolso Realizado - Rodovia – Trancoso

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| PROCEDIMENTOS | **RESPONSÁVEL** | **DATA** |
| Medição | Órgão Executor Local- DERBA | 01.01.99 a 31.02.99 |
| Apresentação de Fatura/Nota Fiscal | Fornecedor/Empreiteira | 04.02.99 |
| Chegada da Nota na Unidade Executora Local | Executora Local | 08.02.99 |
| Recebimento da nota e medição | BN | 09.02.99 |
| Desembolso realizado | BN/Agencia | 10.02.99 |

Total de dias de tramitação contados da data da ultima medição ao desembolso= 10 dias

##### Exemplo 2 - Desembolso Realizado Esgotamento Sanitário – Trancoso

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| PROCEDIMENTOS | **RESPONSÁVEL** | **DATA** |
| Medição | Órgão Executor Local- EMBASA | 01.10.99 a 31.10.99 |
| Apresentação de Fatura/Nota Fiscal | Fornecedor/Empreiteira | 01.11.99 |
| Chegada da Nota na Unidade Executora Local | Executora Local | 12.11.99 |
| Recebimento da nota e medição | BN | 16.11.99 |
| Desembolso realizado | BN/Agencia | 23.11.99 |

Total de dias de tramitação contados da data da ultima medição ao desembolso

= 23 dias

##### Exemplo 3 -Desembolso Realizado Esgotamento Sanitário – Coroa Vermelha

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| PROCEDIMENTOS | **RESPONSÁVEL** | **DATA** |
| Medição | Órgão Executor Local- EMBASA | 23.10.99 a 30.11.99 |
| Apresentação de Fatura/Nota Fiscal | Fornecedor/Empreiteira | 01.12.99 |
| Chegada da Nota na Unidade Executora Local | Executora Local | 13.12.99 |
| Recebimento da nota e medição | BN | 16.12.99 |
| Desembolso realizado | BN/Agencia | 20.12.99 |

Total de dias de tramitação contados da data da ultima medição ao desembolso = 20 dias

##### Exemplo 4 - Desembolso Realizado Esgotamento Sanitário de Cabralia

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| PROCEDIMENTOS | **RESPONSÁVEL** | **DATA** |
| Medição | Órgão Executor Local- EMBASA | 01.08.00 a 31.08.00 |
| Apresentação de Fatura/Nota Fiscal | Fornecedor/Empreiteira | 06.10.00 |
| Chegada da Nota na Unidade Executora Local | Executora Local | 16.10.00 |
| Recebimento da nota e medição | BN | 17.10.00 |
| Desembolso realizado | BN/Agencia | 20.10.00 |

Total de dias de tramitação contados da data da ultima medição ao desembolso= 36 dias

A **transferência da operação e manutenção de obras para organismos municipais** **ou setoriais** tende a ser problemática, principalmente no que diz respeito às obras de pavimentação e drenagem. A maioria dos municípios no Brasil não dispõem de mecanismos de cobrança para esses serviços e sua manutenção e operação depende de recursos orçamentários. No caso específico de Porto Seguro, algumas obras, recentemente acabadas, já necessitam de reparos e a prefeitura não tomou nenhuma providencia.

Na Bahia, os serviços de água e esgoto são operados pela EMBASA, que geralmente, os terceiriza. A transferência, nesses casos, se processa de forma mais segura. No período de transição, entre a entrega da obra pela empreiteira e o início da gestão da EMBASA, alguns problemas de operação ainda podem ficar sob a responsabilidade da empreiteira, dependendo das clausulas contratuais. Entretanto, como a cobrança desses serviços é claramente regulamentada, a transferência definitiva desses serviços para o órgão setorial é de fácil equacionamento.

A manutenção das rodovias estaduais é uma atribuição específica da DERBA, a qual conta com recursos específicos para manutenção das estradas .

Nesse processo é fundamental induzir o BN a assumir um papel mais definido de articulador entre o estado e os municípios, desde o momento da concepção dos projetos até a fase de operação, principalmente nos casos de pavimentação e drenagem. A formação e a reciclagem de recursos humanos para a gestão municipal de serviços é um elemento fundamental para assegurar a efetividade dos projetos.

A segunda parte desse trabalho deverá aprofundar os aspectos da gestão municipal desde a perspectiva da articulação do desenvolvimento institucional com os financiamentos de projetos. Considera-se esse um item fundamental para o sucesso das transferências de obras de infra-estrutura para qualquer entidade.

### O processo que utiliza o BN para a execução do Programa

O BN é uma instituição com grande tradição na área do financiamento do desenvolvimento na região Nordeste do Brasil possuindo sistemas e processos modernos – em sua maioria informatizados – de acompanhamento de programas e projetos. Nesse caso específico, as ações do BN e do Governo do Estado da Bahia tendem a induzir a melhora da qualidade das informações fornecidas pelos municípios. Além do mais, o BN tem pleno acesso ao Sistema Gerencial do PRODETUR, onde devem estar consolidadas as informações básicas sobre o programa. Do ponto de vista gerencial do BN, as informações repassadas ao BID são confiáveis, entretanto, tudo indica que a capacidade municipal é o elo mais fraco desse dessa cadeia. Conclui-se recomendando que, em futuros projetos seja considerado algum tipo de reforço às municipalidades, o qual, poderá ser repassado pelo BN, em articulação com o Estado.

A coordenação realizada pelo Banco e dos diversos agentes envolvidos

A maioria dos problemas enfrentados no contexto do PRODETUR, não é de responsabilidade direta do BN. Do ponto de vista de articulação e interlocução intra-regional e intra e interestadual, porém, seria recomendável que o banco buscaae aperfeiçoar seus procedimentos.

A expectativa que se tem dos procedimentos de um banco de desenvolvimento para a região, é a de que sua ação venha a agregar espaços de articulação e negociação entre as partes envolvidas no processo, sejam elas governamentais (em qualquer nível), setoriais, privadas ou organizações sociais. O BN, em projetos dessa magnitude, não pode comportar-se apenas como um repassador de recursos ou com um simples instrumento executor e financeiro. O Processo de tomada de decisões do estado necessita, ainda, de motivação para auscultar o município e a comunidade local sobre o dimensionamento e características do projeto, seus benefícios diretos e indiretos sobre a sociedade local e, sobretudo sobre o grau de comprometimento de todos com o projeto e sua gestão e manutenção no tempo. Assim, recomenda-se que o BN alie à sua excelência técnica e operacional claros níveis de negociação entre o universo social e econômico participante do projeto.

Para concluir, considera-se que o BN é o agente financeiro, com embasamento técnico, mais apto para coordenar esse tipo de atividades na região Nordeste do Brasil. Mesmo tentando compara-lo com outros organismos federais, como a Caixa Econômica - principal agente financiador de saneamento básico do país – é muito pouco provável que o desempenho desta superasse o do BN, principalmente por suas características de organismo de fomento do desenvolvimento regional. O “know-how” cultural/regional do banco é, sem dúvida o melhor instrumento que esse dispõe para ser aplicado nos processo negociador. Entretanto, para a implantação do PRODETUR II, é fundamental que as observações acima mencionadas sobre o aperfeiçoamento do papel articulador/negociador do BN sejam consideradas tanto como as questões da capacitação de recursos humanos (capacity building) no nível municipal.

## 2 . AVALIAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

### 2.1.Transportes

#### Órgão Executor: DERBA

**Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia – DERBA, autarquia vinculada à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia, tendo como atribuições a construção e a administração dos terminais rodoviários, hidroviários e aeroviários do Estado. É responsável pelo gerenciamento do sistema estadual de transportes que, além das centenas de terminais modais, conta com uma rede de mais de 20.000 km de rodovias estaduais, além de apoiar a conservação dos sistemas municipais, com aproximadamente 90.000 km, distribuídos em uma área de 560.000 km2.**

Sua sede está localizada no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador, e sua estrutura operacional no interior do Estado é composta de cinco Diretorias (Pólos Regionais), subdivididas em vinte e cinco Unidades Operacionais (antigas Residências de Conservação e Escritórios de Fiscalização de Construção).

A supervisão do controle tecnológico das obras de pavimentação e restauração é realizada por técnicos da Gerência de Pesquisas, com apoio do laboratório central, situado na Rodovia que liga a BR.324 à Base Naval de Aratu, em Salvador.

Visando assegurar os procedimentos necessários ao cumprimento da legislação protetora do meio ambiente, o DERBA possui uma Gerência de Garantia Ambiental, que acompanha o desenvolvimento dos empreendimentos.

Nos últimos anos, a informática tornou-se presente em todas as atividades técnicas, operacionais e administrativas do órgão, sobressaindo-se:

* Projeto de Fortalecimento Institucional do DERBA, apoiado pelo BID.
* Referência destacada no relatório técnico da BRISA, consultoria contratada pelo Governo da Bahia para realizar a avaliação do Sistema de Informática no Estado.

Com a recente ampliação do Programa BID, fruto da assinatura de novo contrato de financiamento internacional, o DERBA se prepara para um novo patamar de qualidade, através de diversas ações simultâneas, de médio e longo prazo, dentre elas o lançamento do PGI - Programa de Gerenciamento Informatizado, formulado em fevereiro de 2000, com desenvolvimento e implantação previstos para os próximos dois anos.

**O processo licitatório, a contratação e a fiscalização técnica da execução das obras, assim como, a medição dos serviços, em consonância com o cronograma físico–financeiro, coube ao DERBA. Para a fiscalização das obras, a cargo da Divisão de Construção, foi contratada por concorrência pública, uma empresa de consultoria. Além de executora, o DERBA será a empresa responsável pela operação e manutenção dos serviços depois d conclusão da obras.**

#### Projetos

**Os projetos e especificações de obra referentes ao financiamento do PRODETUR estão, todos, arquivados no Banco do Nordeste para consultas e obedecem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT e do DERBA, e, conforme foi constatado.**

##### RESUMO DOS PROJETOS

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Projetos | Valores dos Investimentos  Us$ | | | Unidade | Quantidade | Realizado  % |
| BID | Contrapartida | Total |
| **Rodovia Porto Seguro/ Trancoso -Ba 001** | **14.864.195,85** | **1.272.251,17** | **16.136.531,17** | **Km** | **59,85** | **100** |
| **Rodovia Santa Cruz de Cabrália/Belmonte** | **-** | **8.310.689,25** | **8.310.689,25** | **Km** | **49,78** |
| **Atracadouro Cabrália/Tombador** | **256.132** | **175.755,00** | **426.887,00** | **UD** | **1** |
| **Atracadouro Porto Seguro/Apaga Fogo** | **-** | **170.735,58** | **170.735,58** | **UD** | **1** |

###### Rodovia Porto Seguro/Trancoso

**Na realização das sondagens de reconhecimento, executadas nos trechos destinados às travessias do rio Trancoso, identificou-se a existência de solos moles**  **que não permitiriam a execução do projeto original**. **Para a elaboração desse ajuste ao projeto foi chamada a Escola Politécnica –UFBA- Departamento de Ciências e Tecnologias dos Materiais –Laboratório de Geotécnica. Assim, para solucionar a construção de aterros sobre solos moles, onde antes estavam previstas obras de arte, nas travessias do rio da Barra e do rio Trancoso, estas foram substituídas por bueiros.**

**Até se chegar a esta solução, foram avaliadas outras três alternativas, considerando-se os fatores custo e qualidade técnica do resultado. A primeira alternativa estudada considerava aumentar o cumprimento da ponte porém, com a execução de uma contenção armada ou de solo envelopado, para eliminar o aterro sobre o solo mole; 2) A segunda também considerava o aumento da ponte agora, porém, além dos limites do solo mole. Essa poderia ser considerada uma solução mista e, além de provocar um aumento substantivo nos custos, não evitaria o problema de abatimento do aterro com o tempo. 3) Finalmente, a ultima alternativa propunha que o comprimento da ponte deveria ser compatível com uma solução hidráulica no contexto da bacia por meio de aterros sobre os solos moles. As hipóteses, nesse caso, variavam desde a execução lenta do aterro com bermas de equilíbrio, e convivendo com deformações do aterro, até a aceleração do aterro, com a instalação de drenos verticais.**

**Esse conjunto de alternativas, entretanto, foi descartado, pois, além de aumentar sensivelmente os custos da obra, não eliminaria os problemas dos recalques aos quais a ponte estaria, permanentemente, sujeita.**

**Assim, a solução encontrada consistiu na substituição da ponte por um bueiro localizado em terreno fora da região de solo mole. Do ponto de vista geotécnico esta solução é vantajosa na medida em que elimina o elemento fixo (ponte) no meio do vale evitando, desta forma, o desnível que poderia ser provocado, em médio prazo, pelo recalque do aterro.**

**No início da execução das obras, relativas a essas travessias, a comunidade entendeu que se estaria aterrando o rio, em função do grande volume de terra que se acumulou sobre o leito do rio. Em conseqüência, deste mal entendido houve uma serie de denuncias. Entretanto, conforme os documentos analisados nos processos existentes no Banco, e a visita realizada ao local pode-se constatar que o fluxo das águas do rio não sofre nenhum tipo de interrupção no seu percurso, estando os bueiros funcionando perfeitamente bem.**

**Também foi possível observar as condições dos taludes, todos com a cobertura vegetal apropriada já implantada, para garantir a estabilidade e segurança dos mesmos e preservar a paisagem natural.**

**Na fase de execução das obras houve ampla discussão e participação da comunidade nas audiências públicas e no GIA-Grupo Institucional de Acompanhamento. Entretanto, tudo indica que ocorreu algum tipo de descontrole nesse processo o que permitiu, por um lado, um certo exagero nas exigências das ONG`s e, por outro lado, um excesso de passividade do grupo técnico do DERBA, demonstrando desequilíbrio no diálogo intersetorial. Em nome da preservação de árvores nativas, por exemplo, foi sacrificada, em parte, a segurança da estrada. Esta, além dos desvios rotineiros, causados por ajustes à topografia, teve outros desvios causados por essas exigências os quais levaram a DERBA, em alguns pontos, a trabalhar no limite mínimo de segurança exigido pelo DNER.**

**O resultado do desequilíbrio no diálogo intersetorial ficou evidente ao término das obras quando as ONGs e a Prefeitura de Porto Seguro se negaram a assumir a co-responsabilidade sobre as falhas da estrada. Essa ocorrência evidencia inconsistência no processo participativo no qual o compartilhamento de responsabilidades foi substituído por sua negação. O que se constata é que a participação, nesse caso, teve um caráter apenas pró-forma e ficou restrita a apenas alguns grupos “formais”, possivelmente cooptados, politicamente, pelo governo local.**

###### Rodovia BA 001-BA275 – trecho Santa Cruz de Cabrália /Belmonte

**O tópico 5 do parecer técnico do CRA- Centro de Recursos Ambientais, de 19.08.94, relativo à licença ambiental para a implantação da Rodovia BA 001-BA 275 – trecho Santa Cruz de Cabralia/Belmonte – recomenda a criação de uma APA- Área de Proteção Ambiental com Plano de Manejo para garantir o desenvolvimento sustentado da região e minimizar a pressão da expansão imobiliária (impacto secundário). A Resolução 964 de 23.09.94, publicada no Diário Oficial do Estado em 28/09/94, aprova a citada licença com o condicionante de que o Plano de Manejo da APA de Santo Antonio, administrada pela BAHIATURSA, Decreto 3413, de 31/08/94, deveria ser aprovada antes do final dos trabalhos de pavimentação e melhoramento da Rodovia.**

**A criação da APA de Santo Antonio é uma medida compensatória com o objetivo de preservar os recursos ambientais daquele ecossistema litorâneo, caracterizado pela presença de remanescentes da Mata Atlântica e de ecossistemas associados (restinga, manguezais e outros). Paralelamente, essa medida visa, também, garantir o desenvolvimento de atividades turísticas na área, favorecidas pelo significativo valor cênico da mesma.**

###### APA de Santo Antonio

**A APA de Santo Antonio tem 23.000 há, e está localizada na faixa litorânea dos municípios de Santa Cruz de Cabrália e Belmonte, entre a foz do rio João de Tiba e a foz do rio Jequitinhonha.**

**A APA é caracterizada pela presença predominante de mata atlântica encontrada nos seus três estágios de regeneração, as vezes intercalada por áreas de pastagens. Associados a esse ecossistema se encontram também as restingas, as matas ciliares, os brejos e os manguezais.**

**Apesar da proposta de criação da APA estar relacionada com o desenvolvimento de atividades turísticas, esta não funciona de acordo com sua finalidade.**

###### Atracadouros-(Cabrália/Tombador e Porto Seguro/Apaga Fogo)

**O projeto de recuperação, reforma e ampliação dos atracadouros e do Porto do Tombador busca a modernização e melhoramento de suas instalações e de sua capacidade operacional, para facilitar o escoamento da produção e reduzir o tempo e espera das balsas. Paralelamente, pretende criar maior incentivo para às atividades turísticas regionais.**

**A visita realizada ao local constatou a intensidade de uso dos atracadouros que são utilizados tanto pelos turistas como pela comunidade local. Constatou-se, também, que as obras foram executadas corretamente e estão em boas condições de uso.**

#### Considerações - DERBA

**Constata-se que o DERBA possui capacidade técnica e administrativa de executar, fiscalizar e manter os serviços sob sua responsabilidade, pois conta com estrutura adequada para este tipo de intervenção, a qual é regionalizada por meio de residências, sub-residências e escritórios regionais que cobrem a malha viária sob jurisdição estadual.**

**A qualidade das obras, do ponto de vista de engenharia, atendem** às diretrizes do Regulamento Operativo, assim como as **normas da ABNT e do DNER**, sendo portanto,  **de bom padrão.**

**O componente de fortalecimento institucional do Programa de Corredores Rodoviários do Estado da Bahia, objeto de acordo firmado entre o estado e BID, ajudou muito a consolidar a capacidade técnica do DERBA que já possuía um razoável padrão de eficiência no campo da engenharia civil.**

**Entretanto, há falhas evidentes, no que diz respeito ao envolvimento efetivo dos grupos sociais no processo de elaboração dos projetos e gestão das obras. Estas são evidentes no caso da rodovia Porto Seguro/Trancoso onde as normas de segurança foram atendidas no limite. A lição aprendida é que a participação da comunidade não pode ser aceita como um ato de voluntarismo unilateral. Ou é parte de um processo essencialmente interativo que exige capacitação de todos os grupos envolvidos, ou passa a ser um mero instrumento de manipulação política.**

**Ainda assim, encontra-se um ponto positivo de modificação do projeto em função da demanda das comunidades. Este está expresso na utilização de pavimentação de pedra ou de paralelepípedos nos trechos urbanos das rodovias, com o objetivo de reduzir a velocidade dos veículos.**

**Finalmente, com relação a operação e manutenção das rodovias implantadas, não foram encontrados problemas o que confirma a capacidade técnica do DERBA e a disponibilização de recursos, pelo Estado, para esse fim.**

### 

### 2 .2- PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM

#### Órgão Executor

As obras de pavimentação e drenagem foram iniciadas pela Habitação e Urbanização da Bahia – URBIS, entretanto, com a sua liquidação decretada através da Lei Estadual no. 7.435, de 30 de dezembro de 1998, e suas atribuições foram repassadas para a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Assim, a responsabilidade da execução das obras e fiscalização técnica da - medição dos serviços em consonância com o cronograma físico –financeiro de pavimentação e drenagem do PRODETUR ficaram a cargo da CONDER.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) é uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativo-financeira e vinculada estruturalmente à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.

Com relação a organização geral, é regida, administrada e fiscalizada por uma Assembléia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho fiscal e uma Diretoria Executiva.

A CONDER tem por finalidade promover, coordenar e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, metropolitano e habitacional do Estado da Bahia e, dentre os seus objetivos sociais destacam-se o de estudar, formular e implantar planos, programas e projetos para o desenvolvimento urbano e metropolitano e de habitação de interesse social do Estado, bem como planejar, programar, coordenar e controlar a execução de serviços de interesse urbano e metropolitano, promovendo a sua unificação, integração e operação.

#### Projetos

##### RESUMO DOS PROJETOS

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| localidade | Descrição dos Serviços  Realizados | Unidade | Quantidade | Valores  US$ | | |
| BID | Contrapartida | Total |
| Apaga Fogo/Arraial | **Drenagem** | **Km** | **3,2** | **746.862,14** | **492.504,92-** | **1.239.387,06** |
| **Pavimentação com ciclovia** | **km** | **3,5** |
| Porto  Seguro | **Drenagem** | **km** | **8** | **3.026.120,94** | **1.250.104,33** | **4.276.225,27** |
| **Pavimentação** | **M2** | **56.050** |

###### Drenagem e Pavimentação do Acesso Apaga Fogo/Arraial D`Ajuda

**O projeto original da pavimentação do acesso Apaga Fogo/ Arraial da Ajuda, previa o revestimento de todo trecho em paralelepípedos. Este projeto, na ocasião, foi o que mais vantagens apresentou, pois representava uma redução de custos da ordem de 40% do valor com relação as outras opções.**

**Entretanto, a comunidade pleiteou junto a Prefeitura a substituição do paralelepípedo por piso articulado, alegando que algumas vias já estavam pavimentadas dessa forma.**

**Ainda, havia outro impedimento com relação a pavimentação em paralelepípedo, que era a proximidade do lençol freático. Essa alternativa implicaria na elevação do nível da base em, aproximadamente, 60 centímetros, para poder receber a pavimentação definitiva e isso criaria um desnível com as edificações existentes.**

**Assim, o projeto original sofreu modificações em função tanto de um pleito da comunidade local como de fatores técnicos.**

###### Drenagem e Pavimentação de Porto Seguro

**Ainda na fase de projeto, foram consideradas três alternativas – tanto do ponto de**

**vista técnico como econômico - para o lançamento das águas pluviais. A alternativa escolhida, foi a de menor custo uma vez que, do ponto de vista técnico não haviam empecilhos para o encaminhamento das águas pluviais captadas para os pontos de lançamento mais próximos.**

**Embora, aparentemente não tenha havido um processo efetivo de participação da comunidade nesse projeto, a opção adotada – o paralelepípedo - foi a mais econômica porém a mais adequada para manter a característica arquitetônica da cidade, e ademais, a que teria condições de utilizar, a mão de obra local. Na área total, de 56.060 m2, a largura das vias varia entre 4,5 e10 metros.**

#### Considerações

**No Brasil, as obras de drenagem, em geral, não são objeto de exigências do órgãos ambientais. Isso pode ser confirmado no Oficio DIRAD Nº 54/97, de 09/12/97, enviado pelo CRA – Centro de Recursos Ambientais, sobre o projeto de drenagem e pavimentação do trecho Apaga Fogo/ Arraial D`ajuda, o qual não foi objeto de licenciamento ambiental especifico.**

**No cumprimento de suas obrigações contratuais, o Banco do Nordeste exigiu apenas as licenças previstas pelo órgão ambiental para cada tipo de projeto. Ainda assim, é possível que estes organismos venham a dispensar o licenciamento por pressões políticas como, aparentemente, é o caso do projeto de pavimentação e drenagem de Porto Seguro ao qual, o projeto de Apaga Fogo estava atrelado. O CRA em 08/07/97, dispensou a licença ambiental.**

**Outro aspecto que chama a atenção é a ausência completa de estudos para determinar a capacidade econômica do Município para a gestão e manutenção das obras realizadas em seu território, sobre as quais, este terá exclusiva responsabilidade. Nesse sentido, o recebimento das obras pelos órgãos executores – no caso, estaduais – é um ato formal que não garante a sustentabilidade do projeto no tempo. O formalismo burocrático é uma constante nesse processo, onde, nos pareceres a única preocupação expressa é com o processo construtivo da obra, como pode ser visto nos pareceres constantes da documentação existente no Banco do Nordeste: “***a capacidade técnica administrativa da URBIS, Habitação e Urbanização da Bahia S.A, empresa que na ocasião era a responsável pela execução da pavimentação e drenagem, era inconteste, satisfazendo os requerimentos de analise do PRODETUR”.*

**Por outro lado, o Regulamento Operativo não faz qualquer recomendação para obras de drenagem urbana. Dessa forma, no caso das obras de drenagem, não houve nenhuma preocupação com a sua manutenção e operação após sua conclusão e, em nenhum momento se avaliou a capacidade econômica e gerencial do município para a manutenção do projeto.**

**Essas considerações podem ser exemplificadas com as obras de drenagem e pavimentação em Porto Seguro, recém concluídas, onde, alguns trechos já necessitam de reparos por ausência completa de manutenção preventiva por parte do poder municipal.**

**Outro ponto digno de nota é a quase certeza de que, obras de drenagem, acabam, em geral, por gerar impactos ambientais negativos. A ausência de responsabilidade dos governos locais com esse tipo de obras, associada à hábitos culturais arraigados e à baixos níveis de informação e participação da comunidade no processo, tendem a gerar ligações diretas dos esgotos sanitários no sistema de drenagem para evitar o pagamento da tarifa de esgotos que, em geral, acompanha a tarifa de água. Esse fato ocorre, entre outras coisas, pela falta de conscientização dos usuários, pela ausência de fiscalização municipal, e pelos custos cobrados pelas empresas concessionárias por seus serviços, *vis a vis*, a “total gratuidade” do sistema de esgotamento pluvial. Isso já pode ser notado no sistema de drenagem de Porto Seguro.**

### 2 .3 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

#### Órgão Executor

**A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A - EMBASA é a responsável pela execução, fiscalização, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Como unidade executora, ela conta ainda com o apoio de empresas contratadas para o gerenciamento técnico da implantação dos sistemas.**

**Constituída nos termos da Lei Estadual Nº 2929 de 11 de maio de 1971, a EMBASA é uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Infra-estrutura do Estado da Bahia. O objetivo da empresa é executar a política de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Estado da Bahia.**

**Com faturamento anual da ordem de R$ 369 milhões, e atendendo uma população de cerca de 7,2 milhões de habitantes em 344 municípios, dos 417 existentes no Estado da Bahia, a EMBASA é hoje a 1º empresa em saneamento básico do Nordeste e a 27ª empresa estatal do país.**

#### Projetos

**Na primeira fase do PRODETUR / BA, estão sendo investidos na implantação e/ou ampliação de SAA's e SES's, recursos da ordem de 24 milhões de reais, beneficiando as localidades de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Arraial D' Ajuda, Coroa Vermelha, Trancoso e Belmonte, todas situadas na zona turística denominada Costa do Descobrimento.**

###### QUADRO RESUMO DE PROJETOS ABASECIMENTO DE ÁGUA Posição- Novembro/00

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Localidade | Descrição dos Serviços | Unidade | Quantidade  Prevista | Realizado  % | Valores  US$ | | |
| BID | Contrapartida | Total |
| Trancoso | **\* Ligações domiciliares** | **ud** | **984** |  | **-** | **326.562,53** | **328.562,53** |
| **Extensão da rede** | **m** | **10.362** | **100** |
| **Captação (poços)/Recalque** | **ud** | **2** | **100** |
| **Tratamento**  **(ETA) Reservarão** | **ud** | **1** | **100** |
| Setor “A” Porto  Seguro | **Ligações** | **ud** | **917** |  | **4.245.369,21** |  | **4.245.369,21** |
| **Rede** | **m** | **17.000** | **100** |
| **Captação Rio dos Mangues** | **ud** | **1** | **100** |
| **Adutora de água bruta** | **m** | **84** | **100** |
| **Adutora de água tratada** | **m** | **10.200** | **100** |
| **ETA** | **ud** | **1** | **100** |
| Setores “B” e “C” de Porto Seguro | **Barragem** | **ud** | **1** | **70** | **3.5000.000** | **1.027987,81** | **4.527.987,81** |
| **Captação Rio dos Mangues** | **ud** | **1** | **70** |
| **Adutora de Água Bruta** | **m** | **1830** | **61** |
| **Adutora de Água Tratada** | **m** | **9256,3** | **100** |
| **Estação de Tratamento de Água –ETA** | **ud** | **1** | **100** |
| **Reservatórios** | **ud** | **4** | **100** |
| **Rede de Distribuição** | **m** | **100.696,23** | **95** |
| **Ligações** | **ud** | **6.000** | **94** |
| Coroa Vermelha | **Ligações** | **ud** | **354** |  | **276.029,59** | **-** | **276.029,59** |
| **Rede de Distribuição** | **m** | **9.531** | **100** |
| Belmonte | **Ligações** | **ud** | **802** | **100** | **-** | **118.176,88** | **118.176,88** |
| **Rede de Distribuição** | **m** | **14.024** | **100** |
| **Adutora de Água Bruta** | **m** | **490** | **100** |
| **Adutora de Água Tratada** | **m** | **3.132** | **100** |
| **ETA** | **ud** | **01** | **100** |

###### QUADRO RESUMO DE PROJETOS ABASECIMENTO DE ÁGUA Posição- Novembro/00- Continuação

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Localidade | Descrição dos Serviços | Unidade | Quantidade  Prevista | Realizado  % | Valores BID  US$ | Contrapartida  US$ | TOTAL  US$ |
| Arraial D`Ajuda | Ligações | **ud** | **1723** |  | **-** | **681.903,19** | **681.903,19** |
| Rede de Distribuição | **m** | **21.306** |  |
| Elevatorias | **Ud** | **06** |  |
| **ETA** | **ud** | **01** |  |
| Santa Cruz de Cabrália | Ligações | **ud** | **860** | **100** | **511.852,57** | **232.808,66** | **744.661,33** |
| Rede de Distribuição | **m** | **13.863** | **100** |
| Captação  (2 poços) | **ud** |  | **100** |
| **ETA** | **ud** | **01** | **100** |

###### QUADRO RESUMO DE PROJETOSESGOTAMENTO SANITÁRIO Posição- Novembro/00

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Localidade | Descrição dos Serviços | Unidade | Quantidade  Prevista | Realizado  % | Valor do Investimento  US$ | | |
| BID | Contrapartida | Total |
| Trancoso | **\* Ligações domiciliares** | **ud** | **839** | **64** | **437.989,47** | **9.025,84** | **447.015,31** |
| **Rede Coletora** | **m** | **13.356** | **93** |
| **Rede Condominial** | **m** | **703** | **15** |
| **Estações Elevatórias** | **ud** | **04** | **35** |
| **Interceptor** | **m** | **2.331** | **54** |
| **Linha de Recalque** | **m** | **5.916** | **50** |
| **Emissário Final** | **m** | **3.370** | **0** |
| **Estação de Tratamento** | **ud** | **1** | **2** |
| Setor “A” Porto  Seguro | **Ligações** | **ud** | **2.900** |  | **7.380.202,79** | **259.700,71** | **7.639.902,82** |
| **Rede Coletora** | **m** | **25.500** | **100** |
| **Elevatórias** | **ud** | **03** | **100** |
| **ETE** | **UD** | **01** | **100** |
| Setores “B” e “C” de Porto Seguro | **Ligações** | **ud** | **8.731** | **38** | **5.999.999,98** | **1.913.516,83** | **7.913.516,82** |
| **Rede Coletora** | **m** | **69.194** | **100** |
| **Rede Condominial** | **m** | **2.101,12** | **100** |
| **Interceptor** | **m** | **9.780** | **100** |
| **Linha de Recalque** | **m** | **18.420** | **100** |
| **Elevatória** | **ud** | **19** | **100** |
| **ETE** | **ud** | **01** | **100** |
| Coroa Vermelha | **Ligações** | **ud** | **805** |  | **650.000** | **389.795,46** | **1.039.795,46** |
| **Rede Coletora** | **m** | **13.805.,60** | **100** |
| **Elevatórias** | **ud** | **05** | **100** |
| Belmonte | **\*Ligações** | **ud** | **2.650** | **99** | **2.993.846,90** | **864.449,38** | **3.858.296,28** |
| **Rede Coletora** | **m** | **24.501** | **100** |
| **Estações Elevatórias** | **ud** | **05** | **94** |
| **Linha de Recalque** | **m** | **2.716** | **99** |
| **ETE** | **ud** | **01** | **99** |
| Santa Cruz de Cabrália | **Ligações** | **ud** | **2.592** | **9** | **2.353.496,10** | **513.958,81** | **2.867.454,92** |
| **Rede Coletora** | **m** | **23.688,59** | **100** |
| **Interceptor** | **m** | **818** | **100** |
| **Elevatória** | **ud** | **6** | **100** |
| **Emissário** | **m** | **710** | **100** |
| **ETE** | **ud** | **01** | **100** |
| **Linha de Recalque** | **m** | **5.335** | **100** |
| Arraial D`Àjuda | **Ligações** | **ud** | **1.650** | **15** | **2.732.969,28** | **-** | **2732.969,28** |
| **Rede Coletora** | **m** | **21.305,95** | **100** |
| **Interceptor** | **m** | **1.475** | **100** |
| **Elevatória** | **ud** | **05** | **100** |
| **Rede Condominial** | **m** | **400** | **0** |
| **Linha de Recalque** | **m** | **8.248** | **100** |
| **Emissário** | **m** | **3.642** | **100** |
| **ETE** | **Ud** | **01** | **100** |

## 3. RESSUMO DOS PROJETOS

### TRANCOSO

* Sistema de Abastecimento de Água

**O projeto de abastecimento de água da cidade de Trancoso compreende a ampliação do sistema existente, entretanto, uma vez que o manancial existente estava sujeito à contaminação e, em determinadas épocas do ano podia ser inundado pelas marés, foi necessário buscar um novo ponto de captação. Esse novo local encontra-se no lado oposto da antiga captação e, assim, toda a adutora de recalque existente não pode ser aproveitada. Por outro lado, a rede de distribuição que estava sub-dimensionada também teve que ser substituida. Ainda assim, esta foi a alternativa que apresentou menor custo de implantação e operação.**

**O sistema compreende captação, reservação, ETA, rede de distribuição e ligações domiciliares.**

* Sistema de Esgotamento Sanitário

**O projeto de rede coletora é do tipo separador absoluto e convencional, havendo, porém, um trecho de sistema condominial já implantado; foram consideradas cinco bacias de esgotamento.**

**A estação de tratamento de esgoto é composta por três Digestores Anaeróbios de Fluxo Ascendente – DAFA, três Lagoas Facultativas e uma Lagoa de Maturação.**

**O sistema de descarte dos resíduos das caixas de areia e dos DAFA`s serão efetuados por caminhões limpa fossas, que os transportarão para o aterro sanitário.**

**Na execução desta obra ocorreram problemas relacionados com a licitação, o que ocasionou atraso do cronograma. A primeira empresa vencedora da licitação foi a “CCC” de Campo Grande, que logo faliu e, a segunda classificada não manifestou interesse. Dessa forma, a empresa responsável pela implantação da obra foi a que tirou o 3º ligar - ”Araújo Coelho” de São Paulo - que utilizou os mesmos custos da vencedora . Este é um dos problemas que deverá ser observado com mais cautela, considerando que a Lei 8.666, que determina as diretrizes para a elaboração de Editais, estabelece que o menor custo deve prevalecer sobre os aspectos técnicos. Assim, muitas empresas assumem compromisso com preços inferiores aos que na pratica seriam possíveis de executar.**

### SETOR “A” PORTO SEGURO

* Sistema de Abastecimento de Água

**O estudo de alternativas técnicas para a captação de água para Porto Seguro (setor A) exigiu cuidados na seleção do mananciais existentes em função das características químicas das águas e da capacidade de vazão das fontes.**

**A alternativa de uso do manancial subterrâneo, exigiria cuidados especiais no tratamento dá água, pelos elevados teores de ferro e traços de nitrogênio amoniacal existentes nesta o que, conseqüentemente, elevaria os custos operacionais. Além disso, pela falta de confiabilidade na vazão necessária para o ano 2.015 – final do projeto – essa alternativa induziria a construção de uma quantidade excessiva de poços, a julgar pela vazão apresentada pelos existentes e em operação, no atual sistema.**

**Por essas razões, o projeto de ampliação adotado foi o que considera a captação de água bruta através de flutuadores, no Rio dos Mangues, e seu recalque até a ETA – um módulo do tipo auto-lavavel com capacidade para 80 l/s - por uma adutora.**

**O resíduos sólidos da ETA serão tratados em lagoa de decantação e leitos de secagem e, o lodo sobrenadante da lagoa de decantação, será lançado no Rio dos Mangues. O destino final dos resíduos, incluindo lodo seco (que contém hidróxido de alumínio), produzido nos leitos de secagem será o aterro sanitário municipal, para o qual, esses resíduos serão encaminhados quinzenalmente.**

**Considerando a grande variação de população existente na cidade, em função de suas características turísticas, a EMBASA contratou uma empresa especializada de consultoria, para a elaboração do projeto visando otimizar as projeções efetuadas. A premissa utilizada foi a da saturação ocupacional, compatível com as tendências do planejamento urbano, em função das tendências de zoneamento existentes.**

* Sistema de Esgotamento Sanitário

**O estudo de alternativas técnicas para o projeto de esgotamento sanitário de Porto Seguro (setor A), levou em consideração principalmente o tipo de tratamento e disposição final dos efluentes, assim como a seleção das áreas para a localização desses componentes do sistema. Foram desenvolvidas 4 alternativas visando minimizar os impactos ambientais ocasionados pela disposição do efluentes, considerando um sistema composto por rede coletora, estações elevatórias, linhas de recalque, estação de tratamento e emissário final. A alternativa escolhida, além apresentar o custo mais baixo, é a mais vantajosa operacionalmente, por dispensar a instalação de aeradores nas lagoas facultativas, em uma segunda etapa.**

**O projeto implantado compreende uma rede coletora, duas(2) estações elevatórias de pequeno porte – para evitar o aprofundamento da rede - e uma estação elevatória de recalque. O lançamento final será realizado a partir de um emissário, saindo da ETE e conduzindo o efluente até o rio Bauranhém, num ponto apropriado.**

### SETORES “B” E “C” - PORTO SEGURO

* Sistema de Abastecimento de Água

**O projeto de abastecimento de água escolhido para os Setores “B” e “C”de Porto Seguro, propõe a construção de uma barragem de regularização no local da captação no Rio dos Mangues, considerando a adução de vazões de 213,46 e 322,1l/s, respectivamente, para as primeira e segunda etapas do projeto.**

**O sistema se compõe de elevatórias de água bruta e de água tratada e de uma ETA (padrão da EMBASA), constituída de três módulos de 80l/s cada um. Prevê-se, para a segunda etapa de projeto a instalação de um quarto módulo.**

**Cada um desses módulos constitui-se numa ETA de tratamento convencional, com entrada de água através de um leito de seixo rolado que promove a floculação de água. Possuem ainda decantadores de fluxo vertical equipados de placas celulares de PVC, para aceleração, e quatro filtros rápidos de fluxo descendente com leito simples de areia. A casa de química abriga os sistemas de preparos e dosagem dos reagentes e uma área de estocagem de produtos para dois meses de operação. Esta ainda é equipada com um pequeno laboratório, equipado para realizar os ensaios mais freqüentes e mais simples de uma ETA.**

**Para o tratamento e destino final dos efluentes oriundos do processo de lavagem do lodo e das águas de lavagem dos filtros da ETA, foi projetado um sistema cujo funcionamento é inteiramente por gravidade, composto por lagoa de laminação, lagoas de decantação e leitos de secagem. A lagoa de laminação, com capacidade de 280m3, recebe as vazões instantâneas dos processos de lavagem do filtro e das descargas dos decantadores, antes de serem lançados às lagoas de decantação, onde ocorre a disposição e o armazenamento do lodo propriamente dito.**

**O lodo ali acumulado é conduzido até os leitos de secagem, responsáveis pela desidratação do lodo, antes de seu encaminhamento ao aterro sanitário da cidade.**

* Sistema de Esgotamento Sanitário

**O sistema de Desinfecção da Estação de Tratamento de Esgoto dos Setores “B”e “C”de Porto Seguro teve seu projeto original alterado. A EMBASA fundamentou a mudança, no estudo realizado pela Geotechnique Consultoria e Engenharia Ltda., o qual indica, em princípio, a necessidade do aumento das lagoas existentes em cerca de 300 metros, o que demandaria na aquisição de uma área extra de aproximadamente 7 há, cujo valor foi avaliado em R$ 840.000,00. Além disso, este procedimento implicaria na execução de 37.000m3 de aterros compactados para construção de diques e selo de fundo ao preço unitário de R$10,00/m3, consumindo mais R$370.00,00. Finalmente, ainda seria necessário remanejar o emissário final e aumentar o seu comprimento em 300 metros.**

**Tendo em vista o custo dessas propostas, a própria Geotechnique realizou outro estudo, comparando o sistema de desinfecção com lagoas facultativas e de maturação com o processo de desinfecção com ultravioleta. O resultado demonstrou que a segunda alternativa teria custo inferior de 62%. Tal mudança ocorrida teve resultados técnicos e financeiros indiscutivelmente melhores e, como pode ser comprovado na visita à ETA, o padrão das obras é muito bom**

**Até o inicio de novembro, as redes coletoras concluídas, se encontravam ociosas, pois foram executadas apenas as ligações até as caixas localizadas nas calçadas. As ligações intradomiciliares, que realmente são as que vão garantir a cobrança dos serviços prestados, não haviam sido completadas em sua maioria. No caso de Porto Seguro, a EMBASA não tinha sequer conseguido realizar o cadastro da rede, um serviço essencial para a realização das ligações.**

**Na região de Porto Seguro a EMBASA desenvolve apenas uma tímida iniciativa de conscientização da população para aderir as ligações. Este trabalho, feito por uma assistente social, não tem resultado numa ação positiva, já que a dificuldade em conseguir a adesão da população permanece.**

### COROA VERMELHA

* Sistema de Abastecimento de Água

**O sistema de Abastecimento de Água de Coroa Vermelha compreende o aproveitamento de manancial subterrâneo, por meio de poços tubulares com reservação contígua ao poço, ligações domiciliares e rede de distribuição. As unidades principais de reservação e tratamento serão realizadas na ETA de Santa Cruz de Cabrália.**

**Essa foi a alternativa mais vantajosa, dentre as três outras analisadas quando da elaboração de projeto, tanto no que diz respeito aos aspectos técnicos e financeiros relativos à implantação e à operação como quanto à qualidade da água distribuída. O sistema adotado é, tecnicamente, menos vulnerável a poluição, se comparado as alternativas de captação em mananciais de superfície.**

* Sistema de Esgotamento Sanitário

**Coroa Vermelha está situada às margens do oceano Atlântico e na Bacia do rio Jardim, que corta a cidade e, cuja vazão é estimada em 82,50l/s. Esse rio, de regime perene, é o corpo receptor natural dos efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto –ETE da cidade.**

**Considerando a altura de lençol freático, seria impossível a aplicação de soluções individuais de fossa e sumidouro. Assim, a alternativa de menor custo e tecnicamente compatível com as condições locais foi um sistema compreendendo**

**uma rede coletora, duas estações elevatórias e ETE constando de digestores anaeróbios de fluxo ascendente, leitos de secagem, lagoa facultativa e lagoa de maturação.**

### BELMONTE

* Sistema de Abastecimento de Água

**O sistema de abastecimento de água de Belmonte necessitou de uma ampla reformulação. Das duas alternativas apresentadas, a escolhida foi a de menor custo e qualidade técnica, a qual propunha o reforço do abastecimento com água subterrânea viabilizando, assim, um processo de tratamento simplificado.**

**Em linhas gerais a alternativa escolhida para o projeto de ampliação do sistema de abastecimento de água de Belmonte tem a seguinte concepção:**

* **Água bruta é captada de poço tubular profundo, pré-existente e, de um novo poço, também profundo;**
* **A ETA construída é composta de aerador, câmara de floculação, decantador com capacidade de 50 l/s de tratamento e casa de cloração com 25m2 de área construída;**
* **Estações elevatórias**
* **Adutoras de água bruta e de água tratada;**
* **Rede de distribuição;**
* **Ligações domiciliares.**

**A parte sobrenadante da decantação da ETA é lançada no rio Jequitinhonha, enquanto o lodo seco tem como destino final o aterro sanitário local.**

* Sistema de Esgotamento Sanitário

**A alternativa selecionada pela EMBASA, embora tenha tido um custo de implantação 10% superior às outras, é a que apresenta maior simplicidade operacional, o que a tornou, a médio e longo prazos, mais vantajosa.**

**A rede coletora é do tipo convencional e separador absoluto, dividida em duas bacias de contribuição. O sistema condominial, nesse caso, não foi indicado devido a incompatibilidade com a topografia local.**

**O tratamento é composto por grades de barra com seção de 30 mm x 10 mm, espaçadas de 20 mm, dois sistemas de lagoas anaeróbias, duas(2) facultativas e quatro(4) de maturação. Após o tratamento o efluente é lançado no rio, por meio de um emissário em ferro fundido com diâmetro de 300 mm.**

**A considerável vazão do rio Jequitinhonha é suficiente para tornar o impacto ambiental de ocasionais descargas de esgoto bruto sobre seu leito, a irrelevantes. Este problema está minimizado ainda porque a cidade possui gerador próprio, estando apta, assim, para garantir o suprimento do consumo de energia elétrica no caso de eventuais falhas de transmissão.**

### SANTA CRUZ DE CABRALIA

* Sistema de Abastecimento de Água

**O sistema compreende rede de distribuição, captação realizada por dois poços subterrâneos e tratamento composto de chaminé de equilíbrio com filtros, casa de química de cloração e área de reservação (um reservatório elevado com capacidade para 100 m3  e um reservatório apoiado, com capacidade para 500m3) e ligações domiciliares.**

* Sistema de Esgotamento Sanitário

**O projeto para implantação do sistema de esgotamento sanitário atende os bairros Mirante, Nova Cabralia, Sapolandia, Cento-Sul e centro Histórico, onde ocorre o maior adensamento. Esses bairros são os maiores responsáveis pela poluição do rio Yaya.**

**A área de abrangência do projeto compreende as duas bacias do rio Yaya e Camurugi, totalizando 202,51 ha, dos quais 89,15% situados na primeira bacia. A parcela pertencente a bacia do rio Camurugi ainda é parcamente ocupada, cabendo assim, ao rio Yaya a maior carga do esgoto da cidade.**

**A rede coletora abrange oito sub-bacias de esgotamento, interceptor ao longo do rio Yaya, estações elevatórias e tratamento e disposição final, compreendendo gradeamento, caixa de areia, medição de vazão, digestores anaeróbios, leitos de secagem do lodo e lagoas de estabilização constituídas de lagoas facultativas seguidas de lagoa de maturação.**

### ARRAIAL D´AJUDA

* Sistema de Abastecimento de Água

**O projeto de abastecimento de água de Arraial D’Ajuda compreende a captação por meio de dois (2) poços subterrâneos, tratamento -ETA (chaminé de equilíbrio com filtros, casa de química e de cloração), reservatório (elevado-100m3 e apoiado-500m3), rede de distribuição e ligações domiciliares.**

* Sistema de Esgotamento Sanitário

**A área de abrangência na qual está localizado o projeto de esgotamento sanitário para a localidade de Arraial D’Ajuda é a bacia rio Bauranem.**

**A vazão de projeto, que deve atender esta primeira etapa, é de 62L/S, devendo a segunda etapa ser implantada após a ultrapassagem desta vazão.**

**O projeto é composto de ligações domiciliares, rede coletora, linhas de recalque e tratamento (dois reatores anaeróbios modulados e dispostos em serie, com lagoa facultativa e três lagoas de polimento e cinco elevatórias).**

**O índice de atendimento considerado no projeto é de 90% para a população fixa e de 100% para flutuante.**

### Considerações - EMBASA

**A empresa possui estrutura técnica adequada para este tipo de intervenção, a qual é regionalizada através de escritórios localizados em cidades ou localidades onde ela tem responsabilidade da concessão dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.**

**Para a elaboração dos projetos, a EMBASA, agiu criteriosamente, exigindo, sempre, estudos de alternativas para definir a escolha do projeto que mais de adequasse à cada situação. Os aspectos considerados no processo de análise das alternativas, além de envolver a questão do menor custo de implantação, envolveram, também, os custos relacionados com a operação e a manutenção dos sistemas, por ser este ponto de fundamental importância para garantir a eficiência dos serviços prestados.** **Entretanto, nota-se falhas institucionais que ainda demonstram uma certa fragilidade na gestão da empresa.**

**A qualidade das obras, do ponto de vista de engenharia, atendem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do Regulamento Operativo, contando com um bom padrão em termos de execução física.**

**Como já foi dito anteriormente, a avaliação de um programa da natureza do PRODETUR, não pode estar restrita apenas aos aspectos de engenharia.**

**Também, aqui, faz-se necessário considerar, além dos aspectos construtivos e econômicos necessidade de uma sustentabilidade advinda de uma base social fortalecida.**

**Assim, repetem-se, no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as mesmas falhas já discutidas no setor de pavimentação de drenagem. A origem está na falta de envolvimento efetivo dos grupos sociais no processo de elaboração dos projetos, execução das obras e gestão dos serviços. Isso pode ser observado, a partir do momento que a EMBASA não conseguiu mobilizar a população para que as ligações intradomicilares de esgoto fossem realmente efetivadas.**

**Além de não ter envolvido a população em nenhum momento do processo de planejamento e implantação do projeto a EMBASA, sequer se preparou para a realização dos serviços de cadastro, os quais, até novembro do corrente ano, não haviam sido iniciados. Sendo esse um procedimento essencial para os trabalhos de implantação das ligações de esgoto, não são surpreendentes os resultados negativos nesse campo. Até esta data, apenas as caixas de ligação, na calçada, foram instaladas. Conseqüentemente, tanto os objetivos sociais como os financeiros do projeto, são frustrados - não é dado início ao retorno dos investimentos e, nem tampouco, são perceptíveis os benefícios esperados.**

**A conjunção de falhas da EMBASA ocorre, significativamente, após o término formal das obras de engenharia. A partir desse ponto, quando a empresa deveria passar a lidar com o público usuário, e tratar de cativa-lo para garantir sua receita, é que se nota uma espécie de paralisia institucional da empresa. Formalmente, existe todo um conjunto de mecanismos legais para apoiar essa fase - a Lei Nº7307/98 e o Decreto Estadual Nº 7765/00, que obrigam o usuário a efetuar as ligações intradomiciliares – o processo, na prática, demonstra ser mais complexo.**

**Para a aplicação da Lei foi criada, pela EMBASA, uma Comissão, em 28/02/000, responsável pela implantação e divulgação dos procedimentos, os quais deveriam estar implantados em 20 dias[[37]](#footnote-37).**

**Entretanto, embora parte das obras já estejam concluídas, esses procedimentos não foram ainda aplicados. Paralelamente, a sistemática falta de comunicação entre a empresa e os usuários, tem levado a gerar certa resistência da comunidade local em aderir às ligações, não somente com relação ao esgoto sanitário, mas também com relação a água.**

**Por outro lado, no caso das ligações de água, como a qualidade da água dos poços não é boa, devido o elevado índice de ferro, possivelmente a adesão seja mais fácil. Neste caso, devem ser excluídos os Hotéis que já investiram em soluções para solucionar os seus problemas com relação a qualidade e quantidade da água, este certamente terão resistência em aderir.**

**Os programas de controle de perdas, por exemplo, previsto para aplicação em todas as localidades objeto de financiamento com recursos do PRODETUR não foram iniciados, ainda que muitas obras já estejam concluídas. A demora na tomada desse tipo de providências é deletéria na medida em que leva a população e as autoridades de governos encarregadas do assunto, a duvidarem da seriedade – e necessidade – de tal programa. O círculo vicioso que pode ser gerado por uma série de descuidos dessa natureza pode, em médio prazo, paralisar o funcionamento do projeto e reverter seus benefícios.**

**No caso especifico de Porto Seguro, os processos de controle necessários para assegurar a eficiência da aplicação dos recursos do PRODETUR, e seu retorno econômico, ambiental e social, ainda estão longe de existir. Embora a região tenha sido incorporada ao Patrimônio Natural da Humanidade, titulo este, concedido pelo UNESCO, tanto as autoridades estaduais como municipais, parecem não possuir interesse em informar a comunidade dos seus direitos e deveres para a manutenção desse status privilegiado.**

## Lições Aprendidas

* **A participação da comunidade não pode ser aceita como um ato de voluntarismo unilateral. Ou é parte de um processo essencialmente interativo que exige capacitação de todos os grupos envolvidos, ou passa a ser um mero instrumento de manipulação política;**
* **O saneamento ambiental compreende ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. No caso dos projetos em questão, não houve o cuidado de implantar ações integradas, uma vez que os aspectos referentes a resíduos sólidos não foram incorporados no PRODETUR/BA. Com isso, conforme já mencionado, algumas obras de drenagem verificadas já apresentam problemas decorrentes da falta ações na área de resíduos sólidos. A lição aprendida é que não se deve conceber um projeto sem levar em consideração o conceito de saneamento integrado, principalmente sempre que for apoiada uma obra de drenagem vim acompanhada de projeto para resíduos sólidos;**
* **Um projeto desta natureza não deve ser iniciado sem a assistência técnica para a preparação de dados cartográficos sobre os municípios. Na verdade, é preocupante que a maior parte dos municípios em foco não disponha do mínimo de informações cartográficas que lhes permita planejar a ocupação do território, aprofundar diagnósticos ou tomar decisões;**
* **No caso de rodovias, ficou evidente que não houve capacitação técnica, elementar, sobre segurança de tráfego e desenho de rodovias com o objetivo de nivelar os conhecimentos básicos nesse campo evitando, assim, o surgimento de propostas que viessem comprometer a qualidade do projeto. Assim, a capacitação em todas as áreas é fundamental;**
* **Uma das lições mais importante retirada de todo o processo do PRODETUR /BA, é que não se pode investir em tantas obras sem que o município tenha um Plano Diretor Urbano. A necessidade de planejar o processo de ocupação da cidade, dando a ela um direcionamento adequado, exercendo uma fiscalização eficaz e levando em consideração o seu quadro natural é de suma importância para sustentar, com qualidade, o desenvolvimento da região;**
* **Como o município é, constitucionalmente, o responsável pela gestão ambiental urbana - que envolve principalmente a questão do abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, resíduos e transportes urbanos - ele não pode ficar alheio a esses processos, desde a elaboração do projeto até a sua implantação e manutenção.**

## Medidas Corretivas

* **Exigir, contratualmente, o envolvimento da comunidade desde a fase de elaboração do projeto, execução e manutenção e operação;**
* **Exigir, contratualmente, o envolvimento técnico e institucional das autoridades municipais , em todas as atividades que tenham lugar em seu território, independentemente, do papel do estado ou da união, nesse processo;**
* **Exigir, contratualmente, desde o início do processo de negociações para a tomada de empréstimos, que as autoridades do estado criem grupos de trabalho, ou mecanismos equivalentes, dos quais façam parte os municípios interessados e, pelo menos, um representante da sociedade civil local. Essa medida visa minorar ou eliminar a desarticulação entre o organismo executor e tomador do empréstimo, o governo estadual, e o beneficiário dos projetos, em geral os municípios;**
* **Exigir, contratualmente, a ampla difusão da informação sobre os projetos a serem desenvolvidos e executados, junto às comunidades afetadas por estes. Esse tipo de informação não deve ter conotação burocrática, devendo ser preparada em linguagem clara e acessível para todas as camadas da população e, difundida através de rádios e jornais locais e de panfletos elaborados em conjunto com ONGs de origem e sede local. A transparência é um elemento fundamental para o envolvimento da comunidade;**
* **Desenhar, com as autoridades estaduais e locais, modelos e processos alternativos de envolvimento da comunidade desburocratizados e, que privilegiem relações eficientes, acelerando, inclusive, os processo de tomada de decisões;**
* **Exigir, dentro do mesmo conceito de gestão intersetorial e integral, a articulação desses projetos com os Planos Diretores Urbanos Municipais, dando ênfase aos aspectos de gestão integrada desses processos;**
* **Promover a capacitação contínua, durante o período de duração do projeto, de todos os atores envolvidos;**
* **Incorporar, a todos os projetos, sistemas ou processos de avaliação e acompanhamento do desempenho destes, por um período mínimo de 5 anos após o término de sua implantação;**
* **Capacitar os órgãos executores para o diálogo interinstitucional e intersetorial e, também, socialmente plural, enfatizando o desenvolvimento de técnicas de diálogo e de tomada de decisão;**
* **Promover discussões comunitárias, em articulação com ONGs, autoridades municipais e estaduais, para análise de todas as fases dos projetos desde a sua concepção até a sua implantação;**
* **Buscar, por meio de ações de cooperação técnica, mecanismos legais adequados para garantir a cobrança dos serviços prestados ao usuário final;**
* **Definir a forma de reter esses recursos no âmbito municipal, em fundos específicos, para garantir a operação e a manutenção das obras e equipamentos;**
* **Investir na melhoria da capacidade institucional do município para operar e manter tanto os sistema de drenagem, como de pavimentação e resíduos sólidos os quais deveriam estar acoplados dentro de um programa municipal de gestão ambiental;**
* **Antes da decisão de elaborar o projeto de esgoto sanitário, como separador absoluto, promover um balanço das ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem e elaborar estudo para verificar se é possível, em alguns trechos, tornar este sistema em unitário (esgoto/drenagem) com o tratamento adequado para receber os dois efluentes (oficializar uma situação de fato);**
* **Promover programas de conscientização de cidadania, incluindo educação ambiental e sanitária, dirigido à comunidade para despertar seu compromisso com sua própria qualidade de vida e oportunidades de emprego. Esse programa deve estar articulado com campanhas específicas sobre direitos,**
* **Apoiar, financeiramente, a elaboração de cadastros para serviços públicos – incluindo capacitação de recursos humanos locais - caso seja comprovada a incapacidade da empresa em viabiliza-los;**
* **Promover um rigoroso processo de capacitação institucional entre os engenheiros e outros funcionários dos órgãos executores para prepara-los, de forma mais adequada, a entender o conceito de sustentabildade intersetorial dos projetos que executa;**
* **Capacitar os funcionários das empresas de saneamento para o controle rigoroso dos efluentes das ETA’s e ETE’ s;**
* **Estudar formas de elaboração dos Editais para as Concorrências Públicas com base na Lei 8666/93, que utilizem modalidades que privilegie a melhor qualidade técnica.**

## Perfil Ambiental Urbano

A região onde estão situados os projetos tem um baixo nível de industrialização e as principais atividades econômicas são a agricultura e o extrativismo (madeira, pesca). O comércio e a prestação de serviços urbanos refletem a escala de um mercado nascente mas ainda limitado.

Essa área possui um conjunto notável de acidentes geográficos marinhos, falésias, paisagens fluviais, manguesais, lugares de grande importância cultural, patrimônio histórico construído e amenidades em geral com forte apelo turístico. Assim, em virtude do esgotamento das possibilidades oferecidas pelo ciclo econômico do cacau, o turismo passou a ser, hoje em dia, a principal atividade da região, provocando um forte impacto ambiental não somente nos lugares diretamente atrativos para a sua fruição mas, também, nos meios urbanos que lhe servem de apoio.

Documentos encomendados pelo Projeto de Gestão Ambiental Urbana da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente sobre a região destacam as vantagens que podem representar a exploração integrada do turismo por vários municípios. O conjunto, entretanto, apresenta grandes contrastes na infra-estrutura urbana - cidades, vilas, povoados ou mesmo alguns outros tipos de frentes de urbanização (empreendimentos turísticos, assentamentos de beira de estrada, unidades de exploração econômica em geral, etc.) - que guardam, em si mesmo ou à sua volta, condições muitas das vezes ameaçadoras para a saúde da população e a qualidade ambiental geral do lugar.

O saneamento - serviços de água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem - é crítico nessas cidades e aglomerados urbanos. Além dos problemas causados às condições de habitabilidade geral da população, a precária situação do saneamento reflete-se, de modo grave, nas estatísticas de doenças no setor de saúde das Prefeituras, implicando em custos que deveriam estar sendo aplicados na superação das deficiências do saneamento.

O problema se deve à demanda por água potável – atendimento prioritário das empresas – em detrimento dos investimentos em redes de esgotos. É freqüente o lançamento de esgotos em redes de drenagem e, onde há fossas instaladas, há fortes indícios de contaminação de lençóis freáticos. Finalmente, há, ainda, o caso de bairros dotados de redes de abastecimento de água onde as famílias pobres não estão ligadas à rede pública, indo se abastecer em poços ou outras fontes, para não onerar o orçamento doméstico com a conta mensal do serviço.

O processo de parcelamento do solo urbano nessa região ocorre, em geral, de forma não planejada ou isolada dos instrumentos de planejamento territorial municipal, tendendo a causar impactos estruturais, com efeitos negativos na qualidade ambiental dessas áreas. Daí o surgimento freqüente de problemas com erosão do solo, inadequação dos sistemas viários ao sítio natural, insuficiência de áreas verdes públicas e problemas de saneamento associados ao tema.

Há nessas áreas, uma razoável incidência de disposições legais, às vezes superpostas, que buscam compatibilizar a ocupação humana com as condições ambientais especiais de cada lugar. Trata-se, além das APAs, de disposições sobre terras indígenas, proteção do patrimônio cultural e outras que, combinadas com as legislações municipais de uso e ocupação do solo, podem produzir efeitos conflitantes.

O sistema hidrográfico na região é bastante extenso e constituído por rios de significativo caudal o Jequitinhonha. Esse sistema hidrográfico nasce em Minas Gerais e percorre o estado da Bahia de oeste para leste, atravessando o território de vários municípios até desembocar no Oceano Atlântico. Isto implica considerar, por um lado, a importância da gestão sustentável dessas bacias também fora da Costa (sobretudo em Minas Gerais) e, por outro, a necessidade de integração das políticas dos governos locais no sentido de garantir eficácia nos resultados.

Os projetos de turismo terão forte impacto na conservação ou preservação do meio ambiente urbano e no processo de planejamento urbano municipal. Os serviços de saneamento ambiental – principalmente os de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza pública – por razões de custos e de eficiência, tenderão a exigir projetos conjuntos, por o consenso de várias comunidades, e planejamento e fiscalização integrada pelos municípios participantes.

A legislação urbanística e ambiental nessa área é insuficiente e é, também, pouco aplicada. Os instrumentos urbanísticos legais mais comumente encontrados nos municípios são o Código de Obras e de Edificações e o Código de Posturas. Esses, em sua maioria estão desatualizados e, freqüentemente, o licenciando de edificações e atividades possui, como único fundamento, a vontade dos administradores.

As normas legais sobre o meio ambiente também são raras. A exceção de Porto Seguro, onde se há uma minuta do Código de Meio Ambiente a ser futuramente submetido à Câmera de vereadores. Os projetos desenvolvidos nos territórios desses municípios têm base nos estudos e políticas preparadas pelos diversos órgãos federais e estaduais que patrocinam os programas governamentais na região, como o Governo Federal através do Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA; e o governo da Bahia.

## O Exercício do Poder de Polícia

As atividades pelas quais os municípios exercem seu poder de polícia - fiscalização urbanística, licenciamento de projetos de obras e edificações, licenciamento de atividades e fiscalização sanitária, para indicar algumas áreas de competência municipal - constituem um dos pontos mais frágeis da gestão encontrada nos municípios. Faltam normas, sistemas de operação, pessoal capacitado e equipamentos. Falta, sobretudo, a colocação do tema da fiscalização na pauta das prioridades dessas administrações municipais.

**Tendo como objetivo minorar essa situação na Bahia, o governo estadual, em articulação com os Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, está promovendo uma política de municipalização nos setores de gestão ambiental, por meio da preparação de pessoal para atuar no processo de licenciamento e funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços, até certo nível de complexidade.**

## BIBLIOGRAFIA

***ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO AMBIENTAL URBANA DA COSTA DO DESCOBRIMENTO -*** INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL -IBAM/Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos/SQA -MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE -2000

***DIRETRIZES PARA POLÍTICA AMBIENTAL URBANA*** – Alfredo Gastal – 1994

***CENSO DE 1991 -*** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. -. IBGE.

Anexo I

## PORTO SEGURO

**POPULAÇÃO**

Entre 1980 e 1988 Porto perde população e área para a formação do Município de Eunápolis, cerca de 5.230 habitantes. De 46. 304 habitantes passa a ter 34.661.

**TABELA 1 - POPULAÇÃO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **TOTAL (HAB.)** | **URBANA (HAB.)** | **RURAL (HAB.)** |
| **1991** | 34.661\* | - | - |
| **1996** | 64.957 | 52.241 | 12.716 |
| **1997 (estimativa)** | 67.957 | - | - |
| **1998 (estimativa)** | 70.464 | - | - |
| **1999 (estimativa)** | 72.986 | - | - |

Fonte: IBGE

\*Porto Seguro perde população para Eunápolis

Segundo os dados do IBGE, em 1996 a população urbana correspondia a 80% da população total do Município e a densidade demográfica, considerando a estimativa de população para 1999, era de aproximadamente 30hab/km2.

**Meio Ambiente Urbano**

O Município de Porto Seguro é todo tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.. Possui um patrimônio histórico e natural muito significativo, sendo um grande atrativo para o turismo.

O crescimento urbano desenvolveu-se de forma desordenada, ocupando às vezes áreas impróprias, principalmente as litorâneas e as de encostas, enfrentando demandas superiores àquelas suportadas pelo quadro natural e a infra-estrutura existente, causando sérios impactos ambientais.

A cidade é ocupada simultaneamente pelas atividades comerciais, institucionais, turísticas e residenciais formando um cenário confuso. A inexistência de legislação, além da precariedade da fiscalização urbana e ambiental, em muito contribui para a formação de um quadro caótico do Município.

O Plano Diretor existente encontra-se defasado, datado de 1974. Não possui Lei de Uso e Ocupação do Solo, e o sistema de licenciamento de parcelamentos e obras é inadequado, não existindo, por parte do Município, autonomia na decisão sobre a aprovação desses processos, necessitando do parecer de outros órgãos estaduais e federais.

Os povoados de Arraial d'Ajuda e Trancoso são considerados importantes núcleos de desenvolvimento da atividade turística, possuindo muitas belezas naturais e áreas que estão em expansão. Entretanto, aí se repete o mesmo processo de ocupação desordenada que se observa na sede de Porto Seguro.

Existem loteamentos no litoral que impedem o acesso do público às praias. Em Trancoso, por exemplo, além das ocupações irregulares temos o fenômeno da proliferação de barracas de praia ocupando grande extensão de areia, chegando à beira d’água .

Existem, também, conflitos de ocupação nas áreas tombadas pelo Patrimônio Histórico e nas áreas das APAs. Além disso, identificam-se ocupações irregulares, inadequadas, que comprometem o próprio patrimônio histórico e natural, demandando, portanto, fiscalização mais eficaz . Alguns parâmetros são seguidos no que se refere à aprovação de novos projetos e reformas. Os imóveis particulares que apresentem fachadas de interesse histórico devem ser preservados; o gabarito máximo permitido na área urbana é de sete metros e a taxa de ocupação é de 50% no núcleo urbano, enquanto na orla marítima é de 30%.

Na área ambiental, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente elaborou uma proposta de Código Municipal de Meio Ambiente, que está sendo apreciada e revista por uma comissão do Conselho de Meio Ambiente. O Governo Municipal criou uma Área de Proteção Ambiental – APA - denominada Recifes de Fora.

A EMBASA, concessionária dos serviços de saneamento, possui dificuldade, principalmente nos períodos de maior fluxo turístico, de atender à demanda existente, tanto para abastecimento de água, quanto para esgotamento sanitário, sendo este último um dos maiores problemas do saneamento.

A drenagem também apresenta problemas pela dificuldade de escoamento da água pluvial, causando empoçamento ou até mesmo inundações. As áreas mais sujeitas a isso são as litorâneas, já que possuem lençol freático superficial.

A coleta de lixo é feita por empresa privada contratada pelo Município e pelo Estado É um serviço deficiente, que não dá conta da demanda. O destino final são os “lixões” espalhados pela cidade. Está sendo construído pelo Estado, pela CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, um aterro sanitário compartilhado para tentar amenizar o problema.

No que tange à fiscalização de atividades, (o alvará de funcionamento) o mais comum é constituir-se um processo que tramita pela Secretaria de Fazenda, no setor de tributos, verificando-se, sobretudo, se a edificação onde vai funcionar a atividade está legalizada, deixando-se de dar atenção aos parâmetros urbanísticos e ambientais da cidade. Por isso a importância de se estabelecer um trabalho conjunto entre as diversas fiscalizações.

## LEGISLAÇÃO BÁSICA EXISTENTE

|  |  |
| --- | --- |
| Assunto | Lei |
| **Lei Orgânica** | * Lei de 1990 |
| **Código Tributário** | * Lei nº 76/89 |
| **Plano Diretor** | * Encontra-se defasado -1974 |
| **Estrutura Administrativa** | * Lei nº 248/97 |
| **Meio Ambiente** | * Projeto de Lei do Código de Meio Ambiente. * Parque Recife de Fora |
| **Obras e Edificações** | * Lei nº 017/89 |
| **Posturas Municipais** | * Possui porém s/ informação quanto ao número |
| **Patrimônio Cultural** | * Tombamento IPHAN 1968 e 1974 * DF nº 72107/73 (Monumento Nacional) |
| **Assuntos especiais** | * APAs Estaduais |

Anexo II

SANTA CRUZ DE CABRALIA

POPULAÇÃO

Com a criação do Município de Eunápolis, entre 1980 e 1988, quando Cabrália perde aproximadamente 86% da sua população. O número de habitantes passa de 49.379 para 6.535. Segundo dados do IBGE, de 1996, a população do Município naquele ano era de 17.334. As populações urbana e rural possuem percentuais muito próximos, sendo esta apenas 12.6% menos do que a outra. O Município não apresenta uma densidade demográfica significativa, havendo, ainda, muitas áreas de expansão urbana.

**TABELA 2 - POPULAÇÃO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **TOTAL**  **(HAB.)** | **URBANA**  **(HAB.)** | **RURAL**  **(HAB.)** |
| 1991 | 6.535\* | - | - |
| 1996 | 17.334 | 9.758 | 7.576 |
| 1997 (estimativa) | 18.161 | - | - |
| 1998 (estimativa) | 18.859 | - | - |
| 1999 (estimativa) | 19.557 | - | - |

Fonte: IBGE

\*Santa Cruz Cabrália perde população para Eunápolis

Segundo os dados do IBGE, em 1996 a população urbana correspondia a 56% da população total do Município e a densidade demográfica, considerando a estimativa de população para 1999, era de aproximadamente 11hab/km2.

MEIO AMBIENTE URBANO

O crescimento urbano vem ocorrendo de maneira desordenada, com ocupações em áreas impróprias, principalmente as áreas litorâneas e as de encostas, causando sérios impactos ambientais.

A ocupação vem acontecendo, em grande parte, na faixa litorânea sul (cidade baixa), incentivada principalmente pela construção da BA-001, que liga Porto Seguro a Cabrália.

O crescimento nessa faixa vem se dando de forma desordenada, ocupando áreas impróprias, que se encontram abaixo do nível do mar, possuem grande extensão de pântanos e áreas alagadiças com problemas de inundações periódicas.

Os loteamentos populares e ocupações irregulares, que se localizam na parte alta do Município, no topo dos tabuleiros Barreiras, não têm infra-estrutura. As vias de acesso não possuem pavimentação e muitas encontram-se em processo erosivo devido à declividade e ao desmatamento. O esgoto corre a céu aberto, contaminando rios, as construções são precárias e ocupam as encostas dos morros, assim como há até bem pouco tempo não existia energia elétrica em algumas áreas.

Coroa Vermelha, local onde foi celebrada a primeira missa no Brasil, possui características muito peculiares. Situada em área urbana, Coroa está inserida dentro de uma APA, além de ter uma reserva indígena - Pataxó - se superpondo à área de preservação. A área só foi reconhecida como terra indígena em janeiro de 1996, através do Decreto nº 1.775, homologado em 1998, e a partir desta data foram considerados “intrusos” todos os grupos étnicos de “não índios”.

Existe um conflito de competências e de ocupação na área que merece ser administrado. A reserva indígena está sob a responsabilidade da FUNAI, o projeto de urbanização da área foi elaborado pelo Estado através da CONDER, a área é tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, além de estar inserida numa APA estadual, cuja fiscalização corre por conta do CRA.

Esse quadro traduz a necessidade de definir competências para legislar sem conflitos, sobre o ordenamento e fiscalização do solo , promovendo parcerias entre os diversos órgãos gestores.

Os recursos hídricos para o abastecimento do Município são abundantes. Cerca de 70% da população da sede possuem água tratada e é atendida por rede, o restante da população

do Município utiliza água de poço semi-artesiano As áreas mais carentes e com grande concentração de pessoas (cidade alta) não possuem rede, sendo o abastecimento feito através de poços comunitários.

Nas áreas mais carentes a situação de esgotamento sanitário é bem grave, pois não existe rede. O esgoto corre "ïn natura” para os rios, praias e manguesais. Com isso, os níveis de contaminação, principalmente do lençol freático, chegam a graus elevados e, segundo informações coletadas no local, constituem vetores de doenças.

O prognóstico é de aumento da demanda de saneamento e, conseqüentemente, dos problemas existentes hoje, se não houver planejamento e se tornarem medidas compatíveis com a realidade local.

A rede de drenagem abrange a sede; no restante da área urbana ela é natural. Apresenta problemas pela dificuldade de escoamento da água pluvial, causando empoçamento ou até mesmo inundações, principalmente nas áreas litorâneas, já que estas possuem lençol freático superficial e a região é repleta de bolsões de água resultantes do refluxo das marés .

A limpeza urbana não é regulamentada, sendo operada por concessão de empresa privada e paga pelo Município. A coleta na área central é regular, embora os equipamentos utilizados sejam inadequados. Nas áreas mais carentes ela é deficitária, considerando a dificuldade de acesso, principalmente em vias com topografia acentuada e sem pavimentação .

Deve-se atentar para a questão do lixo hospitalar, que atualmente não vem sendo tratado de maneira correta, não existindo qualquer tipo de tratamento especial, pois quando é recolhido se junta ao lixo comum.

O destino final do lixo são os “lixões “que se localizam em áreas inadequadas, muito próximas às áreas urbanas. O lixo não recebe tratamento correto e é lançado no solo sem nenhum recobrimento posterior. O chorume corre a céu aberto e se infiltra no solo, poluindo o lençol freático, os rios, os mananciais etc. Além disso, foi constatada a presença de pessoas morando na área do lixão, inclusive empregando mão-de-obra infantil.

O Estado da Bahia, através da CONDER, está executando (em fase final) a obra do aterro sanitário compartilhado entre os Municípios de Porto Seguro e Cabrália, localizado no Município de Porto, no km 44 da BR-367 sentido Eunápolis. Está em fase de projeto outro aterro sanitário compartilhado com o Município de Belmonte, onde 80% do lixo produzido irão para Porto e 20% para Belmonte. Cabrália pagará com base na tonelada lixo/dia tratada.

Não existe plano diretor nem lei de uso e ocupação do solo. O sistema de licenciamento de parcelamentos e obras é inadequado, sem muita autonomia na decisão sobre a aprovação desses projetos, necessitando do parecer de outros órgãos estaduais e federais. Há pouca integração entre as Secretarias.

A falta de uma legislação com parâmetros técnicos que possam decidir sobre o uso e ocupação do solo, além, é claro, de recursos financeiros para compra de equipamentos e capacitação de pessoal, são responsáveis por uma alta incidência de construções clandestinas e ocupações irregulares.

A fiscalização é ineficiente, faltando articulação entre as diversas fiscalizações para atuarem em conjunto. Falta promover uma fiscalização preventiva, orientando o cidadão a respeitar as norma urbanas e fazendo-as cumprir.

No que tange à fiscalização de atividades (o alvará de funcionamento), o mais comum é constituir-se de um processo que tramita pela Secretaria de Fazenda, mas nem sempre é verificado se a atividade é permitida naquele local e se a edificação onde ela vai funcionar está legalizada.

## LEGISLAÇÃO BÁSICA EXISTENTE

|  |  |
| --- | --- |
| Assunto | Lei |
| **Lei Orgânica** | * Lei de 1990 |
| **Código Tributário** | * Possui, porém s/ informação quanto ao número |
| **Estrutura Administrativa** | * Possui, porém s/ informação quanto ao número |
| **Meio Ambiente** | * Lei nº 132/98 (Parque Burle Max) |
| **Perimetros Urbanos** | * Lei nº 20/90 |
| **Parcelamento do solo** | * Lei nº 30/85 |
| **Obras e Edificações** | * Lei nº 13/83 |
| **Posturas Municipais** | * Lei nº 47/87 |
| **Patrimônio Cultural** | * Tombamento IPHAN 1981 |
| **Assuntos especiais** | * APAs Estaduais * APA Coroa Alta * Lei nº 135/98 (Limpeza Urbana) |

Anexo III

BELMONTE

POPULAÇÃO

TABELA 3 - POPULAÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **TOTAL** (hab.) | URBANA  (hab.) | **RURAL** (hab.) |
| **1991** | 22.070 | - | - |
| **1996** | 19.968 | 11.617 | 8.351 |
| **1997 (estimativa)** | 19.386 | - | - |
| **1998 (estimativa)** | 18.896 | - | - |
| **1999 (estimativa)** | 18.404 | - | - |

Fonte: IBGE

Segundo os dados do IBGE, em 1996 a população urbana correspondia a 58% da população total do Município e a densidade, considerando a estimativa de população para 1999, era de aproximadamente 9,5 hab/km2.

**MEIO AMBIENTE URBANO**

Com 1.947km2, o Município de Belmonte situa-se junto ao estuário do rio Jequitinhonha, um dos mais importantes rios brasileiros. Limita-se ao Norte com Canavieiras (litoral) e Mascote (interior); ao Sul com Santa Cruz Cabrália (litoral) e Eunápolis (interior); a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com Itapebi (interior).

**No estuário do rio Jequitinhonha e Canal do Peso dezenas de famílias utilizam-se do meio ambiente para garantir a sua sobrevivência, na agricultura, pesca fluvial, mariscagem e produção de cerâmica. Essas famílias não estão favelizadas, pois possuem trabalho e uma renda de R$ 120,00 por semana, maior que a obtida na cidade, mas as comunidades marisqueira e de pesca necessitam de organização e infra-estrutura para produzir de forma sustentada, conservar e comercializar seus produtos.**

A Unidade de Conservação, Área de Proteção Ambiental - APA de Santo Antônio, engloba parte do território do Município considerada de relevante valor ambiental, mas não inclui o estuário do rio Jequitinhonha e o Canal do Peso.

Boa parte da faixa litorânea do Município de Belmonte, a principio estaria protegida através do denominado zoneamento ecológico-econômico definido para a região da APA.

Através de lei municipal, a Prefeitura Municipal foi autorizada a criar, em parceria com os Governos do Estado e da União, a Reserva Extrativista do Jequitinhonha e Canal do Peso, incluindo: o estuário do rio Jequitinhonha, com o rio Paçuí, Canal do Peso e Manguezais.

A legalização da reserva apenas efetiva o que há muito já ocorre na área, a sobrevivência de famílias que tradicionalmente vivem da pesca fluvial e da extração de mariscos como: ostras, sururus, lambretas, caranguejos e guaiamuns.

No que se refere a loteamentos, na sede municipal há apenas um de baixa renda implantado pela Prefeitura na década de 1980, denominado Bom Jardim, não existindo ainda particulares. Além disso, há algumas ocupações irregulares recentes em faixas de terreno no entorno do cemitério, do campo de futebol e numa via não pavimentada.

O mangue já foi também bastante utilizado na construção de casas populares da seguinte forma: a estrutura da casa, pilares e vigas, além das vergas, cumeeiras e oitões, de mangue vermelho; os caibros de mangue branco, as ripas de talo de folha de coqueiro e a cobertura com a palha de coqueiro dobrada; além da utilização de casco de ostras e coquinho de dendê misturado ao barro (depois ao concreto, ao invés da brita) para piso e paredes de barro, de palha ou madeira costaneira – sobra de tronco com custo baixo.

A captação da cidade para o abastecimento de água é feita através de um poço artesiano situado a 4km do centro (fazenda cabeça do porco), sendo que a água utilizada tem muita ferrugem e é salobra. A 2km da captação, em direção ao centro, fica a estação de tratamento (ETA) que lança a água tratada para um reservatório elevado de 150.000 litros que abastece toda a cidade (distrito sede), num período de 12h/dia, sem manobras.

A construção da ETA, teve o objetivo de melhorar a qualidade da água da cidade, que antes não era utilizada nem para lavagem de roupas em função da sua característica barrenta.

Por outro lado, ainda não há muita confiabilidade na água tratada por parte da população, que permanece com o sistema particular utilizado pela maioria antes da ETA – cerca de 85% dos domicílios têm poços ou cisternas próprios e somente 20% a 30% não possuem caixas-d’água - mas de acordo com avaliação da EMBASA, os poços estariam com água contaminada. Do total de 2.120 ligações domiciliares existentes, 706 estão inativas, porque foram desativadas a pedido dos moradores.

Na sede, até então, o sistema utilizado foi o de fossas sépticas ou negras que, em algumas situações, estão interligadas em trechos da rede de drenagem com lançamento direto no rio Jequitinhonha e contaminam os poços e cisternas no interior dos lotes.

O sistema de esgotamento sanitário implantado recentemente beneficiará a 2.591 domicílios. O sistema não atenderá à orla e à área do Bom Jardim (situada em cota mais baixa) com um total de 400 domicílios, para a qual seria necessária a execução de: 5.100m de rede, uma elevatória e uma linha de recalque, com custo de cerca de R$ 700.000,00, cujo projeto executivo já foi elaborado.

A estrutura viária que se apresenta na área da sede é caracterizada pela existência de algumas avenidas pavimentadas em concreto, com rede pluvial precária ou desativada e diversas ruas sem pavimento. Sendo este o maior problema urbano de Belmonte.

Após a ocorrência de chuvas, observa-se a formação de imensas poças d’água que dificultam a circulação de veículos e pedestres ao longo das vias, mantendo, assim, o lençol freático raso, apesar da vantagem do solo ser arenoso. As lagoas e os cordões arenosos existentes nos arredores da cidade sofrem influência das marés, contribuindo para valas de drenagem natural que atravessam a área urbana, com trechos parcialmente obstruídos por construções, ocasionando inundações pontuais.

Na sede a coleta de lixo e os serviços de varrição e os de ciscagem, roçagem e capinagem nas ruas não pavimentadas, são realizados diretamente pela Prefeitura. O lixo é depositado pelos moradores em recipientes próprios para a coleta porta a porta, mas há problemas de depósito diário de capim e restos de poda de árvores, além de móveis, objetos e entulho de obra em frente das residências.

A destinação final do lixo, ocorria até recentemente num “lixão” situado em área particular a 2,5km do centro, mas em abril/2000, o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o CRA - Centro de Recursos Ambientais da Bahia, interditaram a área, em função da proximidade e do risco de contaminação da Lagoa da Conceição, autorizando nova área para o depósito dos resíduos. O local está situado a 21,5km da sede e sendo preparado para utilização.

Existe projeto de execução de aterro sanitário compartilhado com Sta. Cruz Cabrália (trecho entre Belmonte e o rio João de Tiba em Santo André), que se encontra na fase de negociação, para desapropriação da área escolhida, entre o proprietário e o Governo do Estado. A área situa-se próximo ao novo “lixão” a 24km da sede.

**Belmonte é considerada como uma das cidades urbanisticamente mais bem planejadas da Bahia, e talvez do Brasil, pelo seu traçado em forma de tabuleiros. Hoje há indícios da formação de periferias, pois se notam prolongamentos irregulares de algumas ruas alterando o traçado original, o que se atribui à falta de um Plano Diretor do Município.**

**Com relação à base legal, avalia-se na Prefeitura que a elaboração** de um Plano Diretor como um instrumento de gestão é de vital importância para o planejamento e o controle da área urbana do Município. Espera-se que o plano seja realizado em breve contemplando os problemas e as potencialidades do Município, no que se refere às questões urbanas e ambientais, havendo grande preocupação com relação à atividade turística predatória.

Acredita-se também que a criação de novos Conselhos Municipais seja fundamental para que haja uma integração do cidadão à gestão pública da cidade, de maneira que a legislação possa ser aplicada de forma mais isenta, sem o envolvimento político. Na Prefeitura, por exemplo, há o Código de Obras e Urbanismo e o Código de Posturas, mas na prática é difícil cobrá-los no convívio diário da população com os governantes.

**As ações de fiscalização relacionadas ao meio ambiente**têm sido apoiadas pelo IBAMA, CRA e pela Promotoria Pública. No caso de solicitação ao IBAMA, a Prefeitura precisa custear, diária, combustível, hospedagem e alimentação para os técnicos.

Com relação à base legal, há o Código de Obras e Urbanismo e o Código de Posturas. Segundo informação da Prefeitura para os governantes é difícil colocar em prática essa legislação, **em função da relação pessoal estabelecida com a população.**

## LEGISLAÇÃO BÁSICA EXISTENTE

|  |  |
| --- | --- |
| Assunto | Lei |
| **Lei Orgânica** | * Lei de 1990 |
| **Código Tributário** | * Código Tributário Municipal |
| **Estrutura Administrativa** | * Lei nº 004/99 (Reestruturação) |
| **Plano Diretor** | * Não possui. Há intenção de elaborar |
| **Meio Ambiente** | * APA Sto Antônio (Dec. Est. 3413 de 31/08/94) |
| **Vigilância Sanitária** | * Não tem, utiliza a legislação Estadual e Federal |
| **Uso e Ocupação do Solo** | * Lei nº 10/97 (Código de Obras e Urbanismo) |
| **Parcelamento do solo** | * Lei nº 010/97 (Código de Obras e Urbanismo) |
| **Obras e Edificações** | * Lei nº 010/97 (Código de Obras e Urbanismo) |
| **Posturas Municipais** | * Lei nº 011/97 (Código Posturas) |
| **Assuntos especiais** | * Lei nº 001/97 (Turismo) |

DEREC, S.L.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

*EVALUACIÓN DEL DESARROLLO TURÍSTICO DE PORTO SEGURO.*

*ESTADO DE BAHÍA.BRASIL*

DOCUMENTO DE TRABAJO

PRODETUR – COSTA DO DESCOBRIMENTO

EVALUACIÓN INSTITUCIONAL

## LECCIONES APRENDIDAS Y MEDIDAS CORRECTIVAS PROPUESTAS

MAYO 2001

1. Gestión General del Programa

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | PROBLEMAIDENTIFICADO | MEDIDAS SUGERIDAS |
| 1.1 | Deficiencias en la elaboración y en el estabelecimento de las estrategias estatales de desarrollo turístico | Indicar o contenido mínimo y el proceso de elaboración y de estabelecimento de las estratégias de desarrollo delurismo en el Estado, observando, entre otras, las siguientes directrices:  * abordar, siempre, los aspectos relativos a la oferta y a la demanda los servicios turísticos en los estudios a ser hechos y en las acciones a ser propuestas. * considerar, obligatoriamente el desarrollo institucional de los diversos agentes implicados en el desarrollo turistico como parte de la problemática a ser resuelta, especificando las las acciones a ser emprendidas en esta área y en especiallas relaciona das con los municipios. * promover, y comprobar, la participación de los agentes públicos locales y del *trade* turístico en todo el proceso, no sólo durante la recogida de datos sino también en la formulación de las estrastegias y en la determinación de las propuestas de acción. |
| 1.2 | Baja participación de los municipios en los subprogramas | Garantizar la participación efectiva de los municipios en los Subprogramas, mediante la implicación de ellos :desde el establecimiento de la estrartegia estatal de desarrollo del turismo;para la realización de la evaluación institucional de su capacidad parea el ejercicio de las funciones de organo ejecutor de las acciones seleccionadas com prioritarias, así como de futuro responsable de la operación y mantenimiento de los servicios y obras finaciados por el subprograma en su territorio.  * para facilitar la aceptación del uso de una entidad estatal como Organo Ejecutor de las acciones en su territorio cuando se evidencie la incapacidad municipal para asumir este encargo. * para la formalización previa de compromisos com la operación y mantenimiento de los servicios y obras antes indicados. |
|  |  |  |
| 1.4 | Visión segmentada de las acciones derivada de la programación aislada de cada acción | Estabelecer mecanismos que permitan tener una visón integrada de todas la s acciones a ser desarrolladas anualmente en el ámbito de los subprestamos formalizados por los gobiernos estatales con el BNB, tales como:  * utilización del Plan de Trabajo Anual-PTAcomo síntesis de los resultados previstos y de los gastos correpondientes, demostrando la interdepenmdencvia de las acciones * introduçción del Program Anual de Actividades PAA,detallando las previdencias opracionales a ser adoptadas para la implantación de cada una de las acciones relacionadas con el PTA |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1.5 | Deficiencia en las orientaciones para las especificaciones de los servicios técnicos | Prever la adecuación del concepto Término de Referencia. Debe tomarse en consideración que:  * El ‘Roteiro’ actual sólo prevee orientaciones para la “elaboración del Término de Referencia del Plan Director Municipal”mente prevê orientações para a ‘elaboração de Termo de Referência de Plano Diretor Municipal’, no atendiendo los demás casos * El roteiro a elaborar debe tener en cuenta que un término de referencia debe servir para la especificación de los servicios a ser contratados, teniendo como finalidad orientar a los eventuales proveedores para la elaboración d sus propias propùestas de prestación de servicios y ser la base de supervisión de los servicios contratados |
| 1.6 | Tramitación excesiv en los procesos de licitación y contratació | Simplificar el flujo gerencial de los procedimientos de licitación y de contratación mediante:  * Eliminación del elevado número de tramitaciones entre el Organo Ejecutor ( OE), la Unidad Ejecutora del Estado (UEE) y la Unidad Ejacutora Central (UEC) * Establecimiento de una rutina con control a posteriori por la UEC; e * Intensificación del esfuerzo de capacitacin del personal de los OE y de las UEE en las actividades de licitación y contratación . |
|  |  |  |
| 1.7 | Elevada burocracia en el proceso de ejecución financiera del Programa | Substituir el proceso actual de liberaración de recursos para cada factura, con preanálisis por el OE,por la Uey por ñla UEC , mediante :  * Adopción del control a posteriori,con posibilidad de explicación de los gastos no conformes. * Introducción de la gestión finaciera centralizada en la UEE con base en: * Programación mensual de los gastos; * Liberación previa de los recursos por la UEC * comprobaciónção mensual de los pagos efectivos con presentación de copias de las facturas recibidas * reposición mensual de los saldos a pagar programados. |
|  |  |  |
| 1.8 | Falta de revisión periodica del Reglamento Operativo | Buscar la mejora sistemtica del RO a partir de la evaluación de la experiencia gerencial, mediante:  * realización de un proceso estructurado y permannte de evaluación del desempeño de los gestores dl Programa * identificación de las medidas de mejora de la gestión * adecuación formal del RO (al menos una vez al año). |

1. Ejecución del Componente de Desarrollo

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | PROBLEMAIDENTIFICADO | MEDIDAS SUGERIDAS |
| 2.1 | Falta de importancia operacional para las acciones de DI por parte de los diversos actores implicados en el proyecto | Dar efectividad a la existencia del Componente de Desarrollo Institucional mediante:establecimento obligatório del Componente en cada Subprograma desde los estudios para la definición de la estrategia estatal de desarrollo turístico, con el objetivo de garantizar la sostenibilidad para las acciones a ser implantadas ;elegibilidad de las acciones de DI como financiábles con recursos del préstamo y no solo como contrapartidaaplicación ded las exigencias de monitoreamiento también para las ascciones de DI |
| 2.2 | Los Municipio no son beneficiarios de las accione de DI del PRODETUR | Hay que considerar que en las circxunstancias actuales los municipios no solo presentan deficiencias de gestión en las acciones directamente vinculada al turismo. Necesitan de apoyos integrados para la mejoría del desempeño adecuado en la gestión local, lo que implica asociar las acciones de DI de PRODETUR con otras de carácter mas amplio tales como gestión tributaria y fiscal, de recursos huimanos, de uso y acupación del territorio y de los servicios locales |
| 2.3 | Dificultad de los organismos de turismo, por su propia estructura y funciones,para promover las acciones de DI a nivel de los municipios | Establecer como pre-requisito que el Gobierno del Estado designe la entidad estatual responsable de la asistenci técnica alos municipios, como Unidad de Supevisión de las acciones de DI relativas alos mismos, la cual deberá:presentar ua programación integrada de la acciones programadas para cada uno de los municipios por el respectivo Subprogramas, incluidas las actividades a ser finaciadas por todas las fuentes de recursos a las que la entidad tenga acceso.  * indicar las acciones a ser financiadas con recursos PRODETUR indicando los respestivos ejecutores * ejecutar directamente las acciones para la cuales los municipios no tengan capacidad de ejecución, * realizar el asesoramento técnico en la ejecucion de las acciones a cargo dos municípios. |
| 2.4 | Impracticabilidad del uso de la sistemática patrón de adquisiciones para algunos gastos típicos de las acciones de DI | Introducir procedimentos específicos para la contratación de servicios para la movilización comunitaria y de capacitación de personal mediante:  * establecimento de procedimientos específicos simplificados para aquisiciones hasta un determinado valor por debajo del cual sería eliminada la apreciación previa de los procedimientos por parte de la UEE y de la UEC * introducción de m,ecanismos de control a posteriori, con penalidad de devolución de recursosen los casos de mala utilización de la modalidad simplificada |

DEREC, S.L.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

***EVALUACIÓN DEL DESARROLLO TURÍSTICO DE PORTO SEGURO. ESTADO DE BAHÍA. BRASIL***

**DOCUMENTO DE TRABAJO:**

#### AVALIAÇÃO SOCIOCULTURAL

#### COSTA DO DESCOBRIMENTO

**MAIO 2001**

# 

# 

# SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma avaliação das condições sócio-culturais das populações dos municípios de Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, em decorrência dos investimentos realizados pelo PRODETUR nesta área nos últimos seis anos.

Com base em entrevistas com segmentos da sociedade civil e dados indiretos coletados de trabalhos de avaliação já realizados, foi possível identificar o perfil dos principais problemas que afligem estas populações e em que medida estas se beneficiaram com as obras realizadas.

Cabe destacar, inicialmente, o significativo nível de pobreza em que ainda vivem importantes parcelas populacionais. O grande crescimento pelo qual passou a região nos últimos dez anos em decorrência, por uma parte, da crise cacaueira e, por outra, da explosão do turismo de massa também nos últimos anos, trouxe problemas de toda ordem – analfabetismo, desemprego, favelização, doenças, pobreza, falta de mão-de-obra qualificada, especulação imobiliária, despreparo das gestões municipais e, sobretudo, fragilidade e desorganização da sociedade civil local.

Aliado a estes, também por parte do segmento empresarial e das próprias prefeituras foram detectados problemas, tais como a falta de visão empresarial do turismo e o descomprometimento dos gestores municipais. Neste sentido, uma das carências básicas verificadas diz respeito ao desenvolvimento institucional expresso, na maioria dos casos, pela falta de quadros municipais mais preparados para enfrentar a nova realidade vivida pela região.

De todas as formas, foram inegáveis os benefícios que as obras do PRODETUR trouxeram às populações locais, expressos em termos de melhoria e maior acesso a saneamento básico, água, infraestrutura viária e aeroportuária, geração de empregos, necessidade de organização da sociedade civil para reivindicação de direitos, entre outros. Observa-se, entretanto, que as periferias urbanas destes municípios ainda sofrem com as questões que dizem respeito, sobretudo, à pobreza e ao subdesenvolvimento e que, em sua maioria, ainda pouco se beneficiaram com os resultados do PRODETUR.

Assim, com base na opinião dos diferentes segmentos sociais, as principais recomendações a serem propostas para futuras intervenções dizem respeito basicamente aos seguintes aspectos: (i) erradicação da pobreza, através da adoção de políticas públicas pontuais, sobretudo nas áreas de saúde, educação e qualificação profissional; (ii) organização da sociedade civil, através da criação de um modelo de gestão e participação; (iii) criação de uma estratégia de monitoramento e acompanhamento das ações do Programa; (i) enfatizar ações de desenvolvimento institucional, nos âmbitos estadual e municipal; e (v) priorizar ações de formação e qualificação profissional.

**ÍNDICE**

**Sumário Executivo**

1. **Introdução**
2. **Problemas Detectados**
   1. Crescimento Populacional e Oferta de Serviços
   2. Pobreza e Crescimento das Periferias Urbanas
   3. Saúde e Serviços
   4. Sociedade Civil
   5. Emprego e Mão-de-Obra
   6. Especulação Fundiária e Asfixia dos Centros Tradicionais
   7. Gestão Participativa
   8. Proximidade da Indústria de Celulose
   9. Fragilidade das Comunidades Tradicionais
   10. Percepção dos Benefícios Gerados pelo Turismo
   11. Falta de Envolvimento por Parte das Prefeituras
   12. Desenvolvimento Institucional
   13. Artesanato
   14. Questão Indígena
   15. Folclore
   16. Drogas e Violência
3. **Medidas Sugeridas**
   1. Abertura de Canal Permanente de Informação
   2. Criação de Modelo de Gestão e Participação
   3. Criação de Estratégia de Monitoramento
   4. Áreas Históricas
   5. Financiamentos/Investimentos
   6. Geração de Emprego
   7. Formação/Qualificação Profissional
   8. Conscientização do Segmento Empresarial
   9. Indústria de Celulose
   10. Questão Indígena
   11. Serviços de Infraestrutura
   12. Artesanato
   13. Violência e Drogas
4. **Lições Aprendidas**
5. **Bibliografia**
6. **Anexos**

6.1 Problemas e Sugestões Segundo Entidades

6.2 Tabelas Estatísticas

6.3 Conceitos Utilizados

6.4 Siglas e Abreviaturas

1. **INTRODUÇÃO**

Os dados estatísticos a nível de município utilizados na presente avaliação – tanto da Fundação IBGE, quanto dos diferentes órgãos do Estado da Bahia – são os mais recentes disponibilizados pelas diferentes fontes de informação quando da realização do trabalho. Inegavelmente, alguns encontram-se defasados temporalmente e podem não expressar a situação social atual das populações dos municípios objeto desta avaliação. Cabe ressaltar que, no momento de realização da pesquisa de campo e de elaboração deste relatório, os diferentes órgãos municipais e estaduais consultados disponibilizaram as informações que ora são apresentadas. Por outra parte, naquele momento encontrava-se em fase de finalização a pesquisa de campo do Censo 2000/IBGE que, entretanto, cabe ressaltar, não disponibiliza informações desagregadas a nível de municipalidade. Neste sentido, os dados utilizados devem ser interpretados apenas como uma tendência evolutiva, não refletindo necessariamente a situação específica de um momento no tempo.

Formada por 21 municípios, a região do Extremo Sul da Bahia caracteriza-se por abarcar, ainda nos anos 90, uma população relativamente pequena face a sua área. Segundo o mais recente levantamento censitário feito pela Fundação IBGE – a Contagem de População de 1996 – esta região reunia naquele ano 602.903 habitantes, que significavam 4,8% da população total do estado, majoritariamente em áreas urbanas (67,2%). A sua dinâmica demográfica espelha o desenvolvimento alcançado nos últimos dez anos no cenário econômico do estado, com a criação de novos pólos urbanos e a revitalização de centros mais antigos, mediante investimentos turísticos e, mais recentemente, com a implantação do Complexo da Celulose. É o caso de Porto Seguro, centro turístico (cuja renda vem sendo incrementada pelos serviços de hotelaria, restaurantes e lazer) que participa com 0,25% da renda gerada no estado em 1994.

A este dinamismo econômico da região corresponde um dinamismo demográfico, expresso na tendência ascendente ao crescimento da população total na virada dos anos 80 para 90: o Extremo Sul quase que dobra sua taxa de crescimento, passando de 1,42% ªa em 1980/91 para 2,4% ªa em 1991/96. Com tais índices, sai da condição de perda líquida de população para se situar, nos anos 90, como região de ganho populacional por imigração, registrando uma taxa maior do que o dobro da média estadual (1,1% ªa).

No Extremo Sul cabe destacar particularmente a Costa do Descobrimento, formada pelos municípios de Porto Seguro (com as localidades de Arraial D’Ajuda e Trancoso), Santa Cruz Cabrália (com as localidades de Santo André, Santo Antônio, Guaiú e Mogiquiçaba) e Belmonte – área esta objeto da presente avaliação sócio-cultural e na qual certamente pesaram os altíssimos índices de crescimento da população urbana, bem como as significativas bases populacionais de alguns municípios da região: Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, enquanto Belmonte apresentava crescimento negativo.

Nos anos 90, houve grande expansão do movimento turístico dirigido a Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, chegando até a vilas e povoados mais atrativos; movimento este apoiado por novos investimentos hoteleiros, obras de infraestrutura urbana e melhoramento de acessos rodoviários.

Esse turismo “de massa” vem apresentando impactos nem sempre desejáveis, tais como: acentuada deterioração da paisagem local, descaracterização das cidades, vilas e povoados históricos e estímulo à formação de favelas, por parte de trabalhadores pobres em busca de oportunidades de ganhos, ao menos nos períodos de alta estação, que não se restringem aos meses de verão. Cabrália tem sofrido menos impactos negativos que Porto Seguro, e tem hoje maiores possibilidades de mudar o teor das atividades turísticas a serem desenvolvidas no futuro e atrair um público de maior poder aquisitivo. Contudo, o processo de favelização já atingiu a cidade de Cabrália, expressando a intensificação de um tipo de fluxo migratório.

**2. PROBLEMAS DETECTADOS**

2.1 Crescimento Populacional e Oferta de Serviços

Na década de 90 os três municípios que compõem a Costa do Descobrimento sofreram um intenso processo de crescimento populacional. A crise do cacau na região de Ilhéus e Itabuna, aliada à perspectiva de empregos gerados pelo turismo que começava a se desenvolver, promoveu um dos maiores fluxos migratórios no estado para aquela região.

Segundo dados do Censo Demográfico/80, do IBGE, a população dos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte totalizava cerca de 44,5 mil habitantes naquele ano, enquanto em 1991 atingia pouco mais de 63 mil pessoas. Em 1996, a Contagem Populacional do IBGE registrava uma população de mais de 102 mil pessoas, com um incremento de quase 132%. Santa Cruz Cabrália apresentou o maior crescimento no período 91/96 – 21,54%; Belmonte registrava um decréscimo populacional de 1,98, enquanto Porto Seguro crescia 13,39% no mesmo período, atestando, além da existência de movimentos migratórios dentro da própria Costa do Descobrimento e daqueles originários de outros municípios do Extremo Sul da Bahia, a criação de novos municípios na área (Tabelas 1 e 2 do Anexo 2).

Mais de 60% dos migrantes residem na região há menos de 5 anos, o que parece demonstrar a atratividade da mesma, sobretudo a partir do início das obras do PRODETUR, que contribuíram para a expansão da oferta de empregos e exerceram forte atratividade sobre o setor privado[[38]](#footnote-38).

O acelerado incremento populacional e a velocidade do processo de urbanização nesta região (Tabela 3 do Anexo 2) não se fizeram acompanhar, proporcionalmente, de uma melhoria e expansão da infraestrutura, bastante deficiente em equipamentos sociais (saúde e educação), saneamento básico (distribuição de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana) e infraestrutura urbana e habitacional, sobretudo para o segmento populacional mais pobre (Tabelas 4 a 7 do Anexo).

**Toda a ocupação desta região, realizada espontaneamente, em virtude da escassez de instrumentos urbanísticos regulatórios, agravou os problemas infra-estruturais vivenciados por este núcleo.**

Segundo dados da publicação “Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico – O Caso da Costa do Descobrimento”, cerca de 99% dos domicílios pesquisados dispunham de energia elétrica; 87,8% de coleta de lixo e 63,5% de abastecimento d’água. Entretanto, apenas 19,8% dos domicílios possuíam esgotamento sanitário e 28,9% de serviços de telefonia. Em Belmonte, todavia, a situação é mais crítica, pois apenas 10% das ruas tem pavimentação, sem drenagem de águas pluviais; alguns bairros ainda não tem rede de esgoto.

Entretanto, os projetos de infraestrutura financiados pelo PRODETUR, além de ampliar e modernizar a oferta turística e promover a dinamização das atividades ligadas ao turismo, vem mudando de forma significativa o quadro de carências sociais, beneficiando a população local com sistemas adequados de água e esgotamento sanitário[[39]](#footnote-39). Neste sentido, dados da população pesquisada em agosto de 1999 para a realização do estudo acima referido, informou sobre os serviços públicos disponíveis em seus respectivos bairros/ruas, tendo a iluminação pública sido registrada com o melhor índice de atendimento – 90,4; seguindo-se a telefonia com 77,2 e a oferta de escola com 76,6%. Os serviços públicos que apresentaram os menores índices de atendimento foram: disponibilidade de áreas de convivência (praças, parques, etc.) com 24,9%; pavimentação de ruas, com 37,6% e policiamento, com 45,7%. Desta forma, o baixo índice de atendimento à questão de segurança, percebido pela população entrevistada, também pode ser considerado fator crucial ao desenvolvimento da atividade turística.

A SEPLANTEC/SEI elaborou, de acordo com metodologia das Nações Unidas, índices que expressam a posição socioeconômica dos municípios baianos, classificando-os. Neste sentido, foram elaborados um Índice de Desenvolvimento Econômico – IDE, um Índice de Desenvolvimento Social – IDS – e um Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDES (Tabelas 8 a 10 do Anexo 2). Cada um destes índices expressa um conjunto de indicadores educacionais, de saúde, de serviços básicos e de renda de cada município do Estado da Bahia e sua posição relativa[[40]](#footnote-40).

Metas de crescimento turístico elaboradas pela BAHIATURSA apontam para o crescimento da população agregada de Porto Seguro, refletindo a importância crescente deste segmento, segundo se observa na tabela abaixo.

Taxas de Crescimento Turístico – Porto Seguro

1994 a 2010

|  |  |
| --- | --- |
| **Anos** | **Taxas** |
| 1994 | 9,6 |
| 1996 (2) | 8,0 |
| 1998 (2) | 6,0 |
| 2000 (2) | 7,0 |
| 2002 (2) | 8,0 |
| 2004 (2) | 6,0 |
| 2006 (2) | 5,0 |
| 2008 (2) | 4,0 |
| 2010 (2) | 4,0 |

Fonte: BAHIATURSA

(2) projeção

Face a estas projeções, a sua infraestrutura turística atual compõe-se dos seguintes equipamentos[[41]](#footnote-41):

* 80 barracas de praia;
* 200 restaurantes;
* 50 agências de receptivo;
* Centro Cultural e de Eventos;
* Vôos internacionais semanais (Montevidéu, Córdoba e Buenos Aires).
* 497 estabelecimentos hoteleiros (pousadas);
* 31.131 leitos hoteleiros, distribuídos da seguinte forma.

Estrutura Hoteleira de Porto Seguro - 1999

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Especificação  (número) | Porto Seguro | | | | | |
| Centro | Orla Norte | Arraial D’Ajuda | Trancoso | Caraíva | Total |
| Estabelecimentos | 156 | 64 | 180 | 55 | 42 | 497 |
| Apartamentos | 3.783 | 3.537 | 2.201 | 368 | 253 | 10.142 |
| Leitos | 11.523 | 10.455 | 7.463 | 1.030 | 660 | 31.131 |

Fonte: BAHIATURSA, 1999.

A oferta de equipamentos turísticos desta região é excessiva quanto ao número de leitos existentes, o que a transforma numa competição predatória, com preços irrisoriamente baixos e uma qualidade de serviços que deixa muito a desejar[[42]](#footnote-42). Por outra parte, os restaurantes existentes, apesar de numericamente elevados, também oferecem serviços de baixa qualidade, tanto pela falta de diversificação gastronômica, como pelo atendimento por parte de seus funcionários. Porto Seguro, sobretudo, destaca-se apenas por suas barracas de praia que, à noite, oferecem os famosos “luaus”, festa de adolescentes, em que a oferta de álcool e drogas é muito grande.

2.2 Pobreza e Crescimento das Periferias Urbanas

A pobreza, expressa pelos baixos níveis de renda, pelo desemprego, pelo analfabetismo, pelas precárias condições de moradia e de saúde, sobretudo das periferias urbanas, continua atormentando a vida de significativos contingentes populacionais, tanto em Porto Seguro, como em Santa Cruz Cabrália e Belmonte[[43]](#footnote-43). Dados elaborados pelo IPEA informam que a proporção da famílias indigentes no ano de 1990 era de quase 50% da população de Porto Seguro e Belmonte, segundo pode ser observado na tabela abaixo.

Estimativa de Famílias Indigentes (1)

Municípios da Costa do Descobrimento – 1990

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Municípios | Famílias indigentes | | Ranking estadual (2) |
| Número absoluto | Proporção |
| Belmonte | 2.698 | 49,7 | 91o |
| Porto Seguro | 3.626 | 49,7 | 91o |
| Santa Cruz Cabrália | 590 | 39,4 | 20o |

Fonte: IPEA, 1993.

(1) Famílias cuja renda corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos,

atendendo aos requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU.

(2) As melhores colocações foram atribuídas às menores estimativas relativas.

O Censo Demográfico/91 do IBGE apresenta outros indicadores para medir os níveis de pobreza da Costa do Descobrimento, tais como a proporção de chefes de família por faixas de renda, o rendimento médio real dos chefes de domicílio, os chefes de domicílio com renda de até 1 salário mínimo, os domicílios particulares permanentes urbanos em condições mais precárias e as pessoas nestes domicílios, os domicílios subnormais e as pessoas neles residentes, os aglomerados considerados subnormais/pessoas residentes, além da densidade encontrada segundo faixas de rendimento (Tabelas 11 a 15 do Anexo). Não se encontram disponíveis, ainda, dados referentes ao Censo Demográfico de 2000, e que poderiam servir para avaliar modificações ocorridas no quadro social . Todavia, a trajetória social percorrida pelo conjunto do país na última década tem revelado melhorias substancias, que se refletiram, em algum grau, nas unidades municipais, além das benfeitorias decorrentes das obras de infraestrutura financiadas pelo PRODETUR que se refletirão, conseqüentemente, na elevação da qualidade de vida da população local no médio prazo.

2.3 Saúde e Serviços

A situação de saúde dos três municípios ainda deixa muito a desejar, na medida em que há uma grande incidência de doenças infecto-contagiosas, decorrentes da falta de saneamento básico (diarréias, doenças de pele, etc.) e da condição de pobreza em que vivem importantes parcelas da população. Esta situação se deve, em parte, ao grande incremento populacional ocorrido nos últimos anos na região, sobretudo de segmentos mais carentes nas periferias urbanas[[44]](#footnote-44). Estas áreas ainda apresentam padrões de saúde típicos do subdesenvolvimento, tais como os altos índices de morbi-mortalidade infantil e a desnutrição, ainda presente nas periferias urbanas.

Paralelamente, a oferta de equipamentos de saúde ainda se revela bastante precária, não apenas em termos de espaço físico, mas igualmente pela falta de profissionais disponíveis[[45]](#footnote-45), reclamo este de parcelas consideráveis, não apenas da população, mas também das próprias pessoas entrevistadas (Tabelas 16 a 18 do Anexo 2).

2.4 Sociedade Civil

## A organização e a participação da sociedade civil nestes municípios ainda é bastante incipiente. Com algumas exceções (Porto Seguro e Arraial D’Ajuda), não existe uma organização comunitária para a luta e a defesa de seus interesses coletivos. Também foi percebida uma atitude de passividade, em que se reivindica tudo – ou quase tudo – do poder público, com o contraponto na atitude paternalista e manipuladora dos governantes locais.

## Dados de uma pesquisa realizada junto à população local em 1999[[46]](#footnote-46) identificou um baixo nível de engajamento político e comunitário, em que apenas 6,1% e 11,2%, respectivamente, do total de entrevistados, admitiram participar de órgão de representação política e organizações comunitárias. Os fatores que contribuem para esta situação podem ser atribuídos, por uma parte, ao pouco tempo de residência na região – o que dificulta uma integração mais efetiva na comunidade e, por outra, ao precário nível educacional da população que, dentre outros, tende a inibir o exercício pleno da cidadania numa comunidade tão heterogênea como a da Costa do Descobrimento.

Vale ressaltar que o estado vem promovendo ações com o objetivo de estimular o processo de participação da sociedade civil nas áreas de atuação do Programa, como a criação do Núcleo de Gestão Participativa, iniciado em 1997, transformado em Conselho Regional de Turismo/CRT-CD em 1999 e que congrega todos os segmentos da sociedade local. Além do mais, os projetos de obras múltiplas e de gestão ambiental foram precedidos de audiências públicas e/ou reuniões técnicas para as quais houve ampla convocação local.

**Entretanto, alguns entrevistados se queixaram de que a sociedade não tem tido conhecimento de como está ocorrendo o processo de avaliação do Banco do Nordeste em relação a este quesito, a despeito dos mecanismos de informação existentes sobre o Programa disponibilizados por aquela instituição. Além disso, alegam a falta de diálogo entre a sociedade civil e as autoridades do estado e da prefeitura, o que indica que o processo de gestão participativa não está sendo implantado satisfatoriamente pela Administração Pública local.**

2.5 Emprego e Mão-de-obra

O intenso fluxo migratório à região na última década e, mais recentemente, a explosão do turismo, tem sido responsáveis pela criação de inúmeros novos empregos. Segundo dados da publicação “Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico – O Caso da Costa do Descobrimento”, no período 1994/98 houve um crescimento de 67,1% no volume total de empregos, representando a criação de 35.520 novos postos de trabalho na região[[47]](#footnote-47). A tabela abaixo expressa o número destes empregos gerados.

Empregos Gerados na Costa do Descobrimento

1994,1998 e 2012

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Empregos gerados | **Anos** | | |
| **1994** | **1998** | **2012** |
| Diretos | 8.800 | 14.800 | 23.200 |
| Indiretos | 36.680 | 66.200 | 104.000 |
| **Total** | **46.480** | **81.000** | **127.200** |

FONTE: SUDETUR/SCT, 1999.

Entretanto, apesar do fluxo populacional à região se constituir, por um lado, por pessoas oriundas da região Sudeste e Sul, e que ocupam os melhores postos de trabalho, por outro, há um enorme contingente de mão-de-obra analfabeta e pouco qualificada. Assim, 17,8% da população pesquisada na Costa do Descobrimento em agosto de 1999 se constituía de pessoas não alfabetizadas, enquanto 57,4% possuíam o primeiro grau (completo ou incompleto), o que reflete um baixo nível educacional (75,2% no somatório de ambos os índices), comprometendo a inserção desta população no mercado de trabalho voltado ao turismo e dificultando, inclusive, a implementação de programas específicos de capacitação profissional[[48]](#footnote-48).

Segundo dados do Censo Demográfico/91, pouco mais de 50% dos chefes de domicílio urbanos de Porto Seguro eram considerados sem instrução e com menos de 1 ano de estudo; em Belmonte esta proporção era de quase 41% e de 32,2% em Santa Cruz Cabrália. Entre os chefes com rendimento até 1 SM esta situação era mais grave, apontando para uma alta correlação entre miséria e falta de instrução (Tabela 19 do Anexo 2). Também muito significativa era a proporção de chefes de família ganhando até 1 SM e sua condição de analfabetismo – cerca de 70% do total daqueles e com mais de 15 anos de idade (Tabela 20 do Anexo 2), o que denota a precariedade da mão-de-obra local.

Além do que, o trabalho de campo mostrou que os municípios ainda enfrentam sérias carências educacionais, seja em termos de espaço físico, de corpo docente qualificado, de oferta de escolas nas áreas rurais e mesmo de 2o. e 3o. graus, em alguns casos. A Tabela 21, do Anexo 2, reflete a grande concentração destes estabelecimentos a cargo das prefeituras, geralmente carentes de recursos financeiros e humanos suficientes.

A pesquisa “Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo na Bahia”, realizada pelo Instituto de Hospitalidade, constatou junto a empresas do setor turismo que as principais carências se referem, tanto para pessoal de gerência como operacional e de apoio, à falta de domínio de línguas estrangeiras e de conhecimento de informática. Além disso, para o pessoal operacional e de apoio foi também mencionada a falta de iniciativa e de capacidade para resolver problemas[[49]](#footnote-49).

Observou-se igualmente uma unanimidade na opinião de hoteleiros e restauradores acerca da existência de uma mão-de-obra sem a menor qualificação profissional para o desempenho de funções ligadas à atividade turística. Referiram, inclusive, o esforço, por parte dos hoteleiros, em ministrar cursos a seus empregados, mas como a rotatividade desta mão-de-obra é muito grande, os resultados alcançados não foram satisfatórios[[50]](#footnote-50).

Deve ser enfatizada a participação de entidades como SEBRAE e SENAC nos treinamentos de pessoal na Costa do Descobrimento – de 68% e 43%, respectivamente. Também é significativo que 76% das empresas pesquisadas na área utilizam como instrutores internos integrantes dos próprios quadros para o treinamento de seus empregados.

Por outra parte, a falta de uma mão-de-obra local qualificada também tem feito com que muitos postos de trabalho sejam ocupados por pessoas jovens, oriundas de outras regiões do país, freqüentemente de classe média, que aproveitam o período em que se encontram na região para ganhar algum dinheiro extra, o que não resolve o problema da qualidade do serviço oferecido. De todas as formas, como a população é majoritariamente oriunda, não só de outras regiões do país, mas inclusive do exterior, os melhores postos de trabalho são ocupados por eles que, em geral, possuem melhor nível sócio-cultural.

A mesma pesquisa do Instituto de Hospitalidade identificou 31 instituições provedoras de capacitação em Turismo e Hospitalidade, sendo duas em Porto Seguro. Pelas declarações obtidas junto aos empresários, não há indicadores seguros da existência de superoferta de pessoal de nível superior. Registra-se, entretanto, um desbalanceamento entre a quantidade de profissionais formados para cargos de direção e os apenas 18% de empreendimentos (conjunto do estado) que profissionalizam a gestão do seu empreendimento.

Cabe destacar, entretanto, o FEAT – Fórum de Estudos Avançados em Turismo, uma iniciativa que vem sendo desenvolvida pelas organizações educacionais e o *trade* turístico[[51]](#footnote-51), que objetiva fomentar e articular ações educativas para o turismo, e visa o incremento contínuo da qualidade dos serviços turísticos. Ao estimular a criação de um fórum de estudos dedicados ao turismo, propicia-se a formulação de subsídios para a promoção de avanços no planejamento estratégico e nas ações governamentais, instituições educacionais e do segmento empresarial relacionados às atividades turísticas.

**É consenso que ao PRODETUR/NE I não competia solucionar os problemas de alfabetização/educação da população local concentrando os seus esforços, nesse primeiro momento, na oferta de infra-estrutura turística que potencializasse o desenvolvimento econômico e social da região. Apesar do que, uma série de treinamentos relativos às ocupações turísticas foram realizadas no período, com recursos do estado e do PRODETUR, proporcionais ao grau de prioridade atribuído a este componente nesta fase do Programa.**

**Por outra parte, quanto à falta de projetos específicos de capacitação da população local para atividades de serviços turísticos(que tem sido constantemente referido como uma lacuna importante do Programa) esta foi amenizada pela presença do Banco do Nordeste nos municípios contemplados, atuando através dos seus Agentes de Desenvolvimento e de parcerias firmadas com organizações não-governamentais e demais entidades de apoio à comunidade.**

2.6 Especulação Fundiária e “Asfixia”dos Centros Tradicionais

Como núcleo inicial histórico do Descobrimento do Brasil e um dos centros básicos da ocupação litorânea colonial, a região de Porto Seguro guarda um vasto acervo histórico/cultural, que se expressa, sobretudo, no seu rico patrimônio arquitetônico.

O patrimônio histórico-cultural de Porto Seguro sofreu grandes perdas, ao longo da história, decorrentes, por uma parte, da inexistência de uma política de preservação do seu acervo.[[52]](#footnote-52) As constantes agressões ao patrimônio natural e o descuido para com o patrimônio histórico desta região – onde também merecem registro as agressões provocadas ao casario, na sua transformação em pequenas pousadas –, tornam-se verdadeiras ameaças à sobrevivência da atividade turística, que vai perdendo, gradualmente, seus elementos centrais de atratividade.

O impacto do crescimento do turismo na Costa do Descobrimento, nos moldes em que foi implementado, também foi responsável pelo fato de que o núcleo urbano de Porto Seguro sofresse profundas transformações, as quais chegaram mesmo a comprometer suas características essenciais de sítio histórico.

Uma das transformações verificadas em Porto Seguro decorreu da expansão urbana desenfreada, a qual possibilitou a proliferação de um conjunto de favelas situadas na periferia da cidade (tais como o favela do Manguezal e os bairros do Baianão e outros) ou em áreas nitidamente turísticas, como os povoados de Arraial D’Ajuda ou de Trancoso. Este processo resultou da atração exercida pelo núcleo turístico em expansão, frente a uma população pauperizada, residente em regiões próximas, dentre as quais destacaram-se, o norte de Minas Gerais e a Zona Cacaueira.

No caso específico da Região Cacaueira, à medida que seu principal sustentáculo econômico – o cacau –, ia aprofundando-se em sua mais grave crise, esta passou a liberar, progressivamente, um intenso contingente populacional que, atraído pela economia do turismo, veio a engrossar o número de habitantes das periferias de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

**Outra conseqüência do desenvolvimento turístico da região foi um processo de ‘captura’ de terras privadas e públicas nos municípios contemplados pelo Programa, por meios legais e ilegais, por grupos econômicos locais ou financiados do exterior, completado por pessoas locais de alto poder aquisitivo. Há casos em que municípios tradicionais já não dispõem de terra nem para instalar serviços públicos e que, de qualquer forma, o crescimento futuro dos povoados está comprometido. Isto estaria impelindo a ocupação, por famílias pobres, de áreas favelizadas. Medidas mitigadoras, tais como a decretação de APAs e a elaboração dos Planos de Referência Urbanístico-Ambiental – PRUAS – foram adotados pelo estado, visando reduzir este impacto.**

Por outra parte, na proposta de implantação da rodovia BA 001, no trecho Porto Seguro-Trancoso – especificamente a passagem pelo vale do rio Buranhaém, o Instituto do Patrimônio Histórico – IPHAN não participou do processo de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, nem do processo decisório do traçado proposto, de bastante impacto no ambiente cultural tradicional tombado.

Um dos trechos mais críticos, em relação ao patrimônio protegido, no traçado proposto, é aquele em que a estrada atravessa o perímetro urbano do Povoado de Vale Verde, a aproximadamente 200 m da Praça do Divino Espírito Santo, caracterizada pelo IPHAN como “zona de valor urbano”. Esta intervenção coloca em risco a integridade de um dos últimos remanescentes de aldeamento jesuítico do século XVI que, por estar afastado do litoral, não sofreu, até o momento, os impactos diretos do turismo, mantendo inalterados os aspectos urbanos, culturais e paisagísticos do período inicial da ocupação de nosso território. Neste sentido, vale ressaltar que foi constituído um Grupo Interinstitucional de Acompanhamento – GIA – de execução desta rodovia, tendo sido feitas algumas alterações, visando preservar preservar os inúmeros sítios arqueológicos ao longo do traçado e os remanescentes de Mata Atlântica em processo de tombamento pelo Patrimônio Mundial e inseridos na Reserva da Biosfera pela UNESCO.

A ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – tem sido bastante firme, no sentido de não permitir a especulação fundiária e a asfixia dos centros tradicionais na área, apesar das inúmeras dificuldades históricas que sempre enfrentou e ainda enfrenta – falta de recursos financeiros e humanos – para poder ampliar o seu poder de controle sobre as áreas históricas. Também o DERBA – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Bahia, entendendo a importância da preservação destes sítios arqueológicos, buscou consultoria especializada junto a Universidade Federal da Bahia.

2.7 Gestão Participativa

A iniciativa do Governo do Estado da Bahia em investir na infra-estrutura da Costa do Descobrimento foi um fator de mobilização das pessoas, que passaram a reivindicar uma participação maior sobre as questões do desenvolvimento local. Foi proposta a essa comunidade a composição de uma parceria para, de forma participativa, formular um modelo de gestão do turismo para a região. Desta forma, foi criado pela SUDETUR, em 1996, o Núcleo de Gestão Participativa, como parte do Componente “Desenvolvimento Institucional”, em uma proposta de gestão colegiada dos diversos agentes econômicos e sociais que interferem no turismo local, criando co-responsabilidade entre os agentes envolvidos[[53]](#footnote-53).

A intenção governamental de investir na região estava visível, pois já tinham sido contratadas as empreiteiras, e os materiais já se encontravam na área. Isso contribuiu para convencer a população sobre a realidade dos investimentos e que uma parceria seria efetivamente implantada, o que despertou a sua curiosidade em relação ao PRODETUR-Ba, no sentido de buscar informações mais precisas sobre o Programa e como ele iria beneficiar a região.

Mas esses mesmos fatores vieram, posteriormente, colocar em dúvida a credibilidade dessa parceria, quando representantes comunitários quiseram participar também do planejamento das obras de infra-estrutura. Esse diálogo não foi aberto pelo Governo, que apenas informava suas decisões à comunidade. Na proposta de criação de um modelo de gestão participativa, foi observada a dificuldade de se implantar um poder mais descentralizado, horizontalizado e flexível, numa sociedade baseada em troca de favores e cuja cultura foi formada historicamente por uma hierarquia forte.

Já frustradas, no passado, com pseudo-propostas de participação efetiva nas decisões, as comunidades locais sentiam que eram procuradas sempre e apenas para referendar ou legitimar decisões já tomadas, num interminável faz-de-conta manipulativo.

Duas questões ocorrem: do lado do Estado, no escalão gerencial, o que existe é uma resistência muito grande em delegar o poder, principalmente no que se refere à transferência da informação como, por exemplo, a disponibilização dos projetos ou a transparência das ações em andamento. Do lado da população local, como de resto na no conjunto da sociedade brasileira, há uma falta de cidadania e o hábito de se limitar a apontar os defeitos. O Estado é visto como paternalista, e a sociedade tende a se submeter a uma situação de poder. Na sociedade civil, as ONGs locais estão extremamente fragilizadas, sem sustentação de grupo e girando apenas em torno de uma ou duas pessoas.

Posteriormente, como uma evolução natural do trabalho realizado a partir do Núcleo de Gestão, foi criado o Conselho Regional de Turismo da Costa do Descobrimento em 1998, mas com uma enorme dificuldade para atuar de forma colegiada pois, quando da definição do presidente, transferiu-se automaticamente para ele toda a responsabilidade. Esse presidente acabou repetindo localmente o mesmo comportamento que se deseja contrapor, a partir da implantação de um novo modelo de gestão, ou seja, assumindo sozinho as decisões. Constata-se que as pessoas competem internamente e não se propõem a trabalhar de forma conjunta.

**Além disso, destaca-se a instalação, em fevereiro de 2000, do Conselho de Turismo da Costa do Descobrimento, uma iniciativa empresarial do Banco do Nordeste que visa reunir, num espaço único, o poder público e a iniciativa privada, bem como diversos representantes da sociedade civil, para discutir as estratégias de desenvolvimento, os projetos selecionados e, ainda, resolver os principais entraves a partir da troca de sugestões e do compromisso coletivo firmado naquele espaço.**

Entretanto, a recente atividade da SUDETUR, apoiando a realização da Oficina de Experiências das ONGs em Pólos Turísticos (com representantes do governo), tem como meta a difusão e troca de experiências entre os vários projetos que visam o desenvolvimento sustentável, com possibilidade de abrir canais de cooperação entre as várias entidades envolvidas no processo, implantação de uma rede de comunicação entre os projetos participantes, objetivando a manutenção de um fluxo constante e permanente troca de informações, estruturas de projetos bem sucedidos, bem como fontes de financiamento.

2.8 Proximidade da Indústria de Celulose

O adensamento de maciços florestais para a indústria de celulose, em áreas de circulação do fluxo turístico, tende a criar uma paisagem repetitiva, cansativa e desagradável, considerando os grandes percursos a que são forçados os visitantes que circulam pela estradas da região. Outro impacto negativo, mas em menor escala, resulta do “efeito psicológico” ocasionado pela co-existência das indústrias de celulose nas proximidades de um centro turístico. A produção de celulose é uma atividade que compromete uma extensa área territorial, monopoliza a propriedade do solo, estabelece-se como uma monocultura nas áreas já plantadas, cria riscos potenciais para o meio ambiente e homogeneíza a paisagem, trazendo reflexos diretos sobre o ambiente turístico desta zona.

2.9 Fragilidade das Comunidades Tradicionais

## Historicamente abandonadas, as comunidades litorâneas são o mais fiel retrato da política do Estado para com os seus cidadãos. Em toda a história da Bahia, pequena tem sido a preocupação das ações governamentais na promoção do desenvolvimento social da região, seja no nível federal, estadual e municipal.

Tal fato materializa-se nas péssimas condições de vida destas comunidades: ausência de condições mínimas de saúde e educação; saneamento básico e, principalmente, informações sobre os seus direitos enquanto cidadãos, conforme visto anteriormente.

Entretanto, este quadro histórico vem-se modificando gradativamente, ressaltando-se as ações do PRODETUR na área de saneamento e do Estado nas questões relativas à educação e saúde.

Igualmente, a ação de empresas que promovem o uso irracional dos recursos naturais no litoral, vem causando inúmeros problemas para as comunidades tradicionais que ocupam a região, em muitos casos há muito tempo. A forma como estes grupos agem é marcada, em muitos casos, pela ilicitude de seus atos, que vão desde a ocupação irregular de terras à coerção psicológica e violência física contra tais populações. As comunidades tradicionais, em sua maioria de pescadores artesanais, que ocupavam estas terras, são o principal alvo dos especuladores, visto que, por razões inerentes à sua própria sobrevivência, alojaram-se em locais nobres do litoral, próximos a riachos, olhos d’água e coqueirais.

As intervenções do turismo e a expansão imobiliária ao longo do litoral vem causando um decréscimo significativo no número de pessoas que se ocupam da pesca pois, com a entrada de um novo mercado, os pescadores tendem a abandonar seu ofício, trocando-o por outro “menos arriscado”. O problema é que têm-se tornado sub-empregados da construção civil, caseiros, vigias ou assumem outras funções.

**A atividade turística, apesar de contribuir significativamente para a geração de emprego e renda vem, por outro lado, provocando impactos negativos a uma parcela das comunidades locais, cuja mão-de-obra não vem sendo absorvida por aquela atividade e que, em virtude disso, terminam marginalizadas e excluídas do processo desenvolvimentista que se verifica na região.**

Por outra parte, o nível de participação da sociedade civil é menor do que deveria ser. Os mecanismos existentes são muito frágeis para viabilizar uma participação mais efetiva nos Conselhos existentes, como o Conselho Estadual de Meio Ambiente e os Conselhos Municipais.

2.10 Percepção dos Benefícios e Problemas Gerados pelo Turismo

Os problemas e os benefícios que o turismo gera são percebidos pelas populações locais[[54]](#footnote-54). Desta forma, 63,5% dos entrevistados informaram que os aspectos mais significativos aportados pelo turismo foram a melhoria no emprego, o desenvolvimento e a renda. Em compensação, os maiores problemas apontados foram as agressões ao meio ambiente (18,7%0 e a marginalização e a violência (10,2%).

2.11 Falta de Envolvimento por Parte das Prefeituras Municipais

A despeito do forte trabalho de conscientização dos agentes públicos e privados que o Banco do Nordeste vem tentando difundir na região, através das reuniões do Farol do Desenvolvimento e dos seus Agentes, ainda vigora uma política paternalista, caracterizada pelo descomprometimento com as questões sociais e ambientais mais emergenciais, tais como a falta de vontade política em definir e implementar planos diretores e de zoneamento.

Corroborando esta pecepção, pesquisa realizada pela SUDETUR[[55]](#footnote-55) aponta um descrédito dos governos municipais junto às comunidades locais: (i) 44% acham que aqueles se sentem ameaçados diante de uma gestão colegiada na região e não tem se preocupado com projetos que afetam a riqueza natural da Costa do Descobrimento; (ii) para 59% dos entrevistados as prefeituras da região não estão se associando em benefício do desenvolvimento regional; e (iii) cerca de 98% dos entrevistados opinam que os governos municipais não apóiam (mas deveriam) as ações do Governo do Estado na região, principalmente no que se refere ao controle do uso e ocupação do solo, seja no nível urbano ou nas Áreas de Proteção Ambiental-APAs, nem acompanha (e deveria) as obras de infraestrutura realizadas pelo Estado e que afetam diretamente a população local.

2.12 Desenvolvimento Institucional

**O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) possui entre os seus componentes principais o chamado Desenvolvimento Institucional (DI), que visa fortalecer os órgãos executores estaduais e municipais através da capacitação dos seus funcionários e fomento às estruturas operacionais. Todavia, entre os projetos selecionados para a Costa do Descobrimento, o referido componente não foi considerado prioritário diante das demais ações a serem implementadas e, atualmente, a ausência de um DI específico é sentida pelos órgãos públicos e agentes locais, que indicam ser esta uma das lacunas mais significativas do Programa destacando-se os seguintes aspectos: (i) a falta de uma estrutura adequada por parte das prefeituras para receber os inúmeros benefícios; (ii) a falta de participação das secretarias municipais no trabalho do CRT; (iii) a fragilidade interna das entidades de classe e falta de sustentabilidade financeira do CRT – sem corpo técnico e sem orçamento próprios; (iv) algumas ONGs são feudos pessoais e formas de ganhar a vida; (v) a omissão das prefeituras junto ao trabalho desenvolvido pelo CRT.**

2.13 Artesanato

A preservação dos valores de tradição cultural aponta para um cerne importante de preocupação com o artesanato. Tão importante quanto isso, tem sido a abertura que a atividade apresenta para a expansão do mercado de trabalho a segmentos populacionais, com a conseqüente criação de oportunidades, ocupação profissional e geração de renda.

Na Costa do Descobrimento a variedade da produção artesanal é muito vasta e variada, considerando que, desde o início, os colonizadores portugueses receberam do artesanato indígena primitivo ricas influências, com destaque para a cerâmica, as cestarias, o trançado e a arte plumária. Das senzalas, os negros repassaram aos brancos a arte de elaborar instrumentos de culto e luta, a ornamentação do vestuário, os adornos e a culinária. O “Levantamento Preliminar do Artesanato da Costa do Descobrimento”, realizado pelo Instituto de Artesanato Visconde de Mauá e o Banco do Nordeste em julho de 2000 dá conta da variedade artesanal encontrada na área da Costa do Descobrimento, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tipos de Artesanato da Costa do Descobrimento

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Municípios** | **Matéria-prima** | **Produtos** | **Observações** |
| Santa Cruz Cabrália | Tecidos e linhas  Argila e tintas  Madeira  Sobras de madeira e subprodutos reciclados de coqueiro  Cipó  Jornal  Flores e folhas naturais  Madeira e tintas  Retalhos de tecido e linhas | Bordados  Cerâmica  Produtos utilitários de madeira  Subprodutos reciclados de coqueiro  Trançado natural  Trançado com jornal  Flores e folhas desidratadas  Miniaturas de embarcações  Fuxico | Associação dos Artesãos e Afins - ASA |
| **Mata da Jaqueira** |  | Artesanato indígena em geral | Reserva Indígena Pataxó |
| Santo Antônio | Madeira  Subprodutos de coqueiro | Gamelas  Berimbaus  Fivelas |  |
| **Guairú** | Piaçava  Bambu  Taboa (palha)  Madeira  Raízes  Embalagens de supermercado  Madeira da praia | Piaçava  Bambu  Esteira  Peças utilitárias de madeira  Peças decorativas de madeira  Artesanato em geral |  |
| Santo André | Fibras de dendê  Fibras de côco | Móveis  Luminárias |  |
| Porto Seguro | | | |
| Arraial D’Ajuda | Bambu  Madeira  Côco de sapucaia  Piaçava  Plantas medicinais  Materiais para pintura | Mensageiros do vento  Remédios naturais  Painéis artísticos |  |
| Itaporanga | Subprodutos do coqueiro  Bambu  Refuros de côco | Artesanato em geral  Papel reciclado | Cooperativa dos Artesãos de Itaporanga |
| Trancoso | Subproduto do coqueiro  Piaçava  Raízes e galhos  Madeira | Móveis  Objetos de decoração  Móveis |  |
| Belmonte | Argila | Telhas e tijolos  Potes gigantes (tipo urnas funerárias)  Vasos para plantas  Réplicas de navios  Miniaturas para decoração  Arranjos de flores  Bordado, crochê e tricô  Bijouterias  Tapeçaria  Ponto de cruz  Mamulengo  Papel vegetal | Técnica dos índios Botocudos |

Fonte: Instituto de Artesanato Visconde de Mauá e o Banco do Nordeste, “Levantamento Preliminar do Artesanato da Costa do Descobrimento”, julho de 2000.

O Instituto Mauá vem desenvolvendo ações de revitalização do artesanato na Costa do Descobrimento, com o trabalho de identificação de artesãos, detecção de problemas, necessidades e perspectivas nas comunidades locais, apoiando empreendimentos em condições de competitividade no mercado, em uma ação conjunta com a Secretaria de Cultura e Turismo/SUDETUR, IEL, Banco do Nordeste, SEBRAE, e a ser desenvolvida através do *Programa de Valorização do Artesanato Baiano*, oportunidade de lançamento do *Crediartesão*.

2.14 Questão Indígena

**O desordenado e rápido processo de crescimento do turismo na região gerou um impacto negativo na luta dos índios para recuperar parte de seus territórios. Em virtude da não-identificação de comunidades indígenas nas áreas objeto de financiamento, na data de aprovação dos projetos pelo PRODETUR/NE, algumas ONGs queixam-se de que o Programa não contemplou a situação indígena no desenho da operação. Todavia, o conhecimento da existência dessas comunidades demandam ações conjuntas dos governos federal e estadual, através dos seus órgãos competentes, no sentido de buscar soluções para o problema e evitar impactos negativos sobre os silvícolas.**

No Município de Santa Cruz Cabrália encontram-se duas destas áreas. A primeira, em Coroa Vermelha, com uma área de 1.450 ha (não demarcados) e cerca de 620 índios da tribo Pataxó e a segunda em Mata Medonha, com 299 há demarcados e 155 Pataxós. A Tabela 22 do Anexo 2 informa a situação dos índios Pataxós, sua área e a situação jurídica da mesma.

Conforme foi mencionado, a problemática indígena na região é complicada, pois envolve o Governo Federal, através da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, pois a área indígena é de competência Federal. Entretanto, a ausência da FUNAI é bastante notada, o que dificulta uma ação entre órgãos de governo de diferentes instâncias.

2.15 Folclore

A pesquisa de campo detectou apenas poucas manifestações folclóricas, apesar de se saber da riqueza do mesmo encontrada em todo o Estado da Bahia, como pode-se observar na tabela abaixo.

Manifestações Folclóricas da Costa do Descobrimento

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Município** | **Folclore** | **Culinária típica** |
| Belmonte | Bandas de música  Conjunto musical  Grupo carnavalesco  Grupos de capoeira  Boi-duro | Doçaria local |
| **Porto Seguro** | Banda de música  Conjuntos musicais  Grupos carnavalescos  Grupos de capoeira  Grupos de dança  Grupos de teatro  Grupos folclóricos  Baile Pastoril  Bicharada  Bumba-Meu-Boi  Cacumbi  Corrida de argolinhas  Puxada do mastro  Surucucu de Patioba  Terno de Reis | Beiju de tapioca  Canjica de milho verde  Mariola  Moqueca de fruta-pão  Sarapatel  Vatapá  Obs: chás indígenas, xaropes fortificantes |
| **Santa Cruz Cabrália** | Chegança  Grupo de teatro |  |

2.16 Drogas e Violência

A questão das drogas na região não é nova – ela está na ordem do dia no mundo todo. Segundo depoimentos colhidos em Porto Seguro, ela é preocupante na área da favela do Manguezal, com grupos de traficantes que vivem na mesma.

Entretanto, parece haver um comércio bem organizado direcionado ao segmento turístico – sobretudo de adolescentes e jovens, mercado majoritário da região de Porto Seguro.

Houve muitas dificuldades em obter informações mais detalhadas sobre esta questão; medo de falar, reticências, omissão e dissimulação do problema[[56]](#footnote-56), o que não dá muita segurança de falar sobre o assunto.

**3. MEDIDAS SOCIOCULTURAIS**

Pesquisa realizada junto à população local em agosto de 1999 quanto às ações que deveriam ser implementadas visando a melhoria da área da Costa do Descobrimento destacou os seguintes itens: ações de geração de emprego e renda (26,4%); investimentos em infraestrutura (26,4%), investimentos em ações sociais (18,8%0 e investimentos em educação (18,3%).

Empresários entrevistados naquele mesmo período[[57]](#footnote-57) sugeriram, dentre outros aspectos, a melhoria dos serviços de limpeza urbana, da segurança pública, das ações na área de saúde a cargo da Prefeitura, a ampliação das opções de lazer noturno, a promoção de maior número de eventos e o fim dos pacotes turísticos, em que as grandes operadoras definem os preços junto a seus fornecedores, quase sempre abaixo daqueles praticados pelo mercado em outros destinos turísticos similares.

A partir da análise de todos os documentos consultados e das entrevistas realizadas com diferentes segmentos da sociedade – civil e governamental –, surgiram as principais medidas sugeridas para a correção de rumo do Programa, que se expressa nos seguintes pontos:

3.1 Canal de Informações

**Aprimorar e difundir os canais de informações existentes e que ligam financiadores, executores e entidades da sociedade civil, a fim de democratizar as principais informações inerentes ao PRODETUR, satisfazendo uma das reivindicações básicas feitas por determinados segmentos sociais.**

3.2 Gestão Participativa

O aprimoramento da cidadania tem sido uma questão freqüentemente presente na pauta de discussões sobre o desenvolvimento local. Não se admitem mais soluções dos problemas de uma determinada região sem a contribuição dos agentes locais. A participação efetiva do cidadão, através das organizações locais, sejam públicas, privadas ou sociais, favorecerá a escolha de um modelo de desenvolvimento mais adequado, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto ambiental[[58]](#footnote-58).

Existem iniciativas agregadoras que impulsionam e fortalecem os mecanismos locais de gestão, ao possibilitar a discussão e promover maior participação democrática no sistema de tomada de decisões. Essas ações permitem fortalecer a articulação entre os diversos atores e movimentos sociais, pois constroem espaços de cooperação e diálogo, além de criar uma representação mais legítima dos interesses locais. Uma estratégia moderna de desenvolvimento começa a introduzir conceitos de escassez, ecologia e valorização do espaço físico, através do resgate da cidadania e de uma gestão pública, democrática e co-responsável.

Embora a idéia de preservação não seja nova, a consciência pública para a real necessidade de cuidar dos recursos naturais e praticar o desenvolvimento sustentável – que pressupõe uma gestão participativa – tem crescido nos últimos anos. Esse desenvolvimento sustentável significa um processo de mudança social, que leva em consideração a sobrevivência adequada das gerações futuras e pressupõe uma coexistência simultânea e harmônica entre crescimento econômico, conservação ambiental, qualidade de vida e justiça social. A gestão participativa visa, essencialmente, democratizar as relações entre o Estado e a sociedade civil, permitir a expressão criativa dos movimentos sociais, identificar os problemas locais como um todo, interpretar os interesses específicos das comunidades e discutir possíveis soluções; ou seja, trata-se de valorizar o conceito de cidadania como força propulsora do desenvolvimento sustentável.

**A proposta de criação de um *Modelo de Gestão e Participação Popular*, que possa ser apresentado e discutido com a sociedade civil organizada acerca do detalhamento e concepção das atividades do PRODETUR, nos espaços disponibilizados para tal discussão (tais como o Conselho de Turismo Integrado e Sustentável do Banco do Nordeste) é ferramenta relevante para a região, pois objetiva fortalecer os grupos sociais para a gestão colegiada. Quanto ao Estado, este tem que ser o grande provedor em termos educacionais e deve centrar seus esforços na melhoria da educação básica.**

Nesse momento, a sociedade civil poderá ter acesso aos diversos mecanismos de acompanhamento e controle do Programa, possibilitando, inclusive, a incorporação de sugestões aos projetos. Outra iniciativa importante é procurar dotar os órgãos envolvidos no programa de autonomia político-administrativa para que possa agir dentro das normas, obedecendo rigorosamente à legislação ambiental em vigor, além de medidas relacionadas a programas de educação comunitária e formal que podem contribuir para uma maior conscientização local, além de se refletir na melhoria da qualidade dos serviços turísticos.

Entretanto, outra questão que se estabelece numa proposta com a comunidade é em relação às formas de articulação entre as várias entidades presentes na região, sejam ela públicas ou privadas. O desafio de conseguir articular estas entidades diz respeito à ausência de instrumentos adequados de avaliação dos projetos executados (ver, a respeito, o item 3.3, a seguir).

**Finalmente, cabe transcrever as seguintes recomendações existentes no documento “Um Modelo de Gestão Para Projetos de Desenvolvimento Sustentável – O Caso da Costa do Descobrimento”, salientando-se que algumas delas já vem sendo implementadas pelo Banco do Nordeste, através de instrumentos disponibilizados por esta instituição: (i) fortalecer, através de programas de capacitação, o potencial técnico e gerencial dos agentes institucionais envolvidos nos processos de desenvolvimento municipal; (ii) estabelecer mecanismos de participação social e comunicação (conselhos municipais, comissões, mesas de negociação, etc.) envolvendo representantes dos vários atores sociais, além dos canais de representação tradicional (Câmara dos Vereadores), como espaços institucionalizados para a expressão e debates de interesses, formulação de políticas sustentáveis e maior transparência; (iii) estimular e fortalecer as articulações dos órgãos públicos federais e estaduais com os municípios, contribuindo para o desenvolvimento de um novo sistema institucional público descentralizado, com maior sensibilidade social, flexibilidade de eficiência, operando próximo às comunidades; (iv) estabelecer e operacionalizar um sistema transparente de informação, que permita a articulação do município como um todo, orientando o planejamento, estimulando o diálogo, a comunicação, a interpretação dos problemas prioritários e a tomada de consciência, como parte de um movimento permanente de interação entre o governo local e os cidadãos, bem como possibilitando o envolvimento da sociedade civil nos processos de gestão da administração pública.**

3.3 Estratégia de Monitoramento e Avaliação

**Difusão dos relatórios consolidados de monitoramento/acompanhamento e avaliação permanentes do Programa, elaborados pelos estados e pelo Banco do Nordeste, por exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apreciados por auditoria externa, cujos objetivos principais são fiscalizar e acompanhar o Programa.**

3.4 Áreas Históricas

As áreas históricas possuem um potencial de desenvolvimento que pode ser ativado, se o poder público municipal trabalhar articuladamente com os atores econômicos locais na direção da revitalização econômica e material dessas áreas. Portanto, que exista uma estratégia clara e explícita de desenvolvimento acordada entre os atores capazes de atuar sobre a economia local: dos empresários, dos trabalhadores e, especialmente, dos políticos e administradores locais. Uma estratégia de gestão que incorpore os agentes privados em projetos de revitalização formulados com clareza de objetivos e construção de visões comuns sobre o futuro da cidade, a formulação de planos locais e a organização de instituições locais multisetoriais de desenvolvimento local, ou seja, uma estratégia multifacetada de desenvolvimento local que valorize os atributos específicos da cidade, em áreas de grande significado simbólico para a população local, conduzidos por lideranças legítimas, pode produzir resultados significativos quanto à abertura de uma nova rota de desenvolvimento econômico e turístico. Para tal, foram apontadas algumas sugestões:

(a) O Programa contemple medidas de incentivo a pessoas economicamente incapacitadas e sua revenda a proprietários privados com capacidade econômica para restaurar e conservar as casas no estilo tradicional, sob a supervisão dos responsáveis pelo patrimônio histórico-cultural da região, recomendadas no Programa de Revitalização do Artesanato, tais como a realização/implantação de oficinas artesanais no Centro Histórico, envolvendo a população local.

(b) A implantação de instrumentos urbanísticos que visem controlar e regulamentar as questões de uso e ocupação do solo nos municípios contemplados pelo Programa, tais como: Planos Diretores, projetos de urbanização de bairros; cadastro de imóveis e estabelecimentos; etc, são ações importantes para minimizar os impactos negativos do desenvolvimento turístico na região.

3. 5 Financiamentos/Investimentos

Recomenda-se que os investimentos a serem realizados em cada momento tenham a perspectiva de um projeto integrado, em que, por exemplo, um projeto de vias litorâneas de ligação – BA-001 – não tenha apenas uma concepção “rodoviarista”, mas devidamente compatibilizada com o uso e a ocupação do solo decorrente, onde estariam previstas a sua capacidade de promover o adensamento urbano: porte e qualificação dos empreendimentos, contingentes de pessoas e o seu significado frente à preservação dos elementos naturais presentes. Enfim, um projeto que, por suas características, não remeta toda a responsabilidade do controle espacial apenas para uma legislação que regule o uso e a ocupação destes novos espaços, e para uma fiscalização que possui inúmeras dificuldades operacionais.

Além do mais, instruir os estados a submeter, com projetos passíveis de financiamento pelo PRODETUR, projetos de qualificação de mão-de-obra em serviços turísticos e desenvolvimento e racionalização de atividades pesqueiras tradicionais. Estas categorias de projetos são permitidas na concepção do PRODETUR, mas os estados não os submetem, limitando-se aos tradicionais projetos de saneamento, estradas e, atualmente, de preservação do patrimônio histórico.

3.6 Geração de Empregos

Para assegurar que a médio e longo prazos as inversões do PRODETUR possam realmente criar empregos para as populações litorâneas pobres, seria interessante que o BID discutisse com os estados a possibilidade de superpor, no âmbito do PRODETUR, um novo projeto que atenda a problemática da promoção social, para viabilizar o aproveitamento do impulso econômico do turismo pelas populações pobres. Um projeto neste sentido deveria contemplar, dentre outros, aspectos referentes à educação, fortalecimento de instituições locais realmente participativas, regularização fundiária, meio ambiente urbano, promoção de microempresas associadas a serviços turísticos e um apoio especial à população indígena.

3.7 Formação/Qualificação Profissional

Diante da constatação da precariedade do nível de educação formal e profissional da população local, é importante uma ação conjunta entre Governos, empresários e ONGs, na busca de mecanismos que venham a incentivar a melhoria das taxas de escolarização e profissionalização envolvendo, neste processo, tanto os mais jovens quanto os adultos, a exemplo da *Escola Brasil*, uma iniciativa em fase de implementação, que pretende, através de uma ação comunitária, atuar neste campo.

A *Escola Brasil Profissional* objetiva atuar como: (i) um núcleo de educação profissional para diferentes níveis, com cursos modulares, independentes e complementares, focados na demanda do mercado de trabalho; (ii) escola complementar à educação de nível médio, podendo ser freqüentada simultaneamente, ou após a conclusão dos estudos do 1º grau. Possui como parceiros do setor público o Ministério da Educação, o Governo do Estado da Bahia, as Prefeituras de Belmonte, Eunápolis, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz Cabrália.

Seu modelo institucional e gerencial é comunitário, com parcerias governamentais, empresariais e entidades da sociedade civil, apontado como caminho para o desenvolvimento sustentado das comunidades, e qualificada como uma organização social. Sua proposta é de desenvolver cursos regulares para a formação de técnicos de nível médio nas áreas de: (i) hotelaria, formando os seguintes profissionais: Técnico de Administração em Meios de Hospedagem;

Técnico de Alimentos e Bebidas e Técnico de Organização de Eventos; (ii) turismo, formando:

Técnico de Lazer; Técnico em Guia Turístico;Técnico em Agenciamento e Operações Turísticas.

A Escola Brasil está propondo cursos básicos, de curta duração, e compostos pelos módulos de:

• Hotelaria

• Turismo

• Lazer

• Informação turística

• Idiomas

• Alimentos & Bebidas.

Outros cursos poderão ser oferecidos para atender a demandas concretas do *trade* turístico na Costa do Descobrimento nas áreas de:

•

Recepção

• Governança

• Línguas

• Marketing e Vendas

• Formação Turística

• Gestão da Hospitalidade

• Outros.

Paralelamente, a pesquisa “Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo na Bahia”, realizada pelo Instituto de Hospitalidade apontou pelo menos cinco temas que merecem articulação entre empresas e escolas, na busca de maior sintonia quanto a: (i) competência dos profissionais para atuar operacionalmente; (ii) necessidades quanto ao domínio de línguas estrangeira e uso da informática; (iii) carga horária dos cursos, compatíveis com a dinâmica de trabalho do setor; (iv) importância do treinamento em serviço e capacitação no próprio local de trabalho; (v) atuação nas suas áreas e comunidades de influência, visando contribuir para a educação fundamental de jovens e adultos, tornando-os pessoas com maior capacidade para absorver o treinamento para o trabalho.

## Empresários da área de turismo entrevistados em pesquisa direta realizada em 1999[[59]](#footnote-59) referem a necessidade de investir em educação para o turismo. É considerada também unânime a necessidade de ser criada uma Escola de Hotelaria e Restauração na área de Porto Seguro, com as seguintes características: (i) a diretoria da Escola, além de representantes da BAHIATURSA e das prefeituras, deverá ter representantes das empresas do setor desde o início, pois antes do término do projeto a Escola deverá passar a depender essencialmente das organizações hoteleiras e turísticas privadas; (ii) o PRODETUR deverá providenciar o planejamento, a infraestrutura inicial, os equipamentos e os custos iniciais de funcionamento da mesma. Estes custos deverão, futuramente, ser levados às empresas beneficiárias, que poderão contribuir diretamente àquela por meio de uma tarifa municipal, cotas voluntárias ou "comprando" os egressos da mesma; (iii) por ser objetivo do projeto, além de prover melhor serviço em hotéis, restaurantes e demais empreendimentos turísticos, a melhoria da qualidade de vida da população local, o acesso à Escola deverá ser reservado com absoluta prioridade à população local – rural e urbana da região; (iv) recomenda-se um ciclo de nível técnico, com dois anos de estudos, que incluam o aprimoramento da educação geral dos estudantes (em especial em temas de história local, geografia universal, inglês, espanhol e meio ambiente). O restante do treinamento deverá ser essencialmente prático; (v) existem na região hotéis e pousadas disponíveis que poderiam servir para criação do núcleo da Escola. Porém, o treinamento em serviço, em hotéis e restaurantes em plena atividade comercial, deverá ser incorporado à formação regular.

A criação do Centro de Estudos Avançados de Turismo – CEAT, de natureza virtual e sem empregados, composto pelos integrantes do fórum, encarregado de fomentar e articular as ações de educação, visa o incremento da qualidade dos serviços do setor. Além de estimular e viabilizar a geração, difusão e aplicação de conhecimentos inovadores, é também propósito do CEAT manter um ambiente aberto à participação de diferentes entidades voltadas para o planejamento, execução e avaliação dos programas na área da Educação para o Turismo. O CEAT, além de atuar em rede, buscará aproximar os empresários, as instituições de ensino e todos os prestadores de serviço na área da educação para o turismo. São objetivos do CEAT: (i) dinamizar a participação das entidades que o compõem, estimulando e viabilizando a geração, difusão e aplicação de conhecimentos inovadores: (ii) desenvolver um Banco de Dados com informações sobre a oferta e demanda de formação e capacitação de pessoas, estudos, pesquisas e projetos referentes ao turismo; (iii) contribuir para a formulação e apreciação de proposições para o estabelecimento de políticas públicas de interesse estratégico para o turismo; (iv) conhecer as ações desenvolvidas em educação para o turismo e proceder ajustes, se for o caso; (v) promover a aproximação entre os currículos das instituições de ensino e as necessidades do turismo; (vi) desenvolver programas de mobilização e conscientização, educação fundamental e profissional, bem como o desenvolvimento das comunidades.

Outro segmento importante diz respeito à necessidade de investimentos na capacitação técnica dos poderes municipais, para garantir a manutenção das intervenções realizadas pelo PRODETUR, além de otimizar a gestão dos serviços públicos municipais[[60]](#footnote-60) (objeto do Componente Desenvolvimento Institucional).

3.8 Conscientização do Segmento Empresarial

Em pesquisa realizada pela SUDETUR[[61]](#footnote-61) cerca de 52% das pessoas entrevistadas opinam que o empresariado não tem consciência da importância de desenvolver projetos de baixo impacto sobre o meio ambiente, garantindo a sustentabilidade e 54% referem que eles não tem se empenhado na construção de um modelo de gestão participativa.

Em função de uma certa fragilidade observada no segmento empresarial, sobretudo no que se refere a uma compreensão mais clara do que seja a atividade turística, o valor da qualidade da mão-de-obra empregada ou, até mesmo, do seu grau de importância nesta atividade essencialmente prestadora de serviços, é imprescindível uma ação de conscientização, sensibilizando-o para atividades voltadas à valorização da qualidade do serviço prestado ao turista.

3.9 Proximidade da Indústria de Celulose

Existe a recomendação de que seja realizado um estudo para regular o comprometimento do solo, os limites da monocultura, o monopólio das terras e uma formatação paisagística da região, que deve oferecer uma ambiência agradável aos seus visitantes, resultando numa convivência “aceitável” com as atividades turísticas e com outras atividades produtivas, numa perspectiva de diversificação econômica regional.

3.10 Questão Indígena

Durante a análise realizada, pôde-se observar que as ações previstas para as populações de reservas indígenas da Costa do Descobrimento tem sido direcionadas apenas àquelas localizadas no sítio histórico da Coroa Vermelha. Diante da importância da cultura indígena para a região, sugere-se uma ampliação das ações, visando o atendimento desse segmento da cultura local, atentando também para os aspectos sociais (saúde, educação, habitação, etc.) dessa população.

Entretanto, apesar das dificuldades enfrentadas e relatadas no trabalho com as comunidades indígenas por parte do Estado e dos municípios por se tratar de áreas sob responsabilidade federal (FUNAI), existem ações pontuais, tais como a desenvolvida pelo SEBRAE. Este levará noções de empreendedorismo aos índios Pataxós de Porto Seguro, que serão alfabetizados e capacitados para o mundo dos negócios. O SEBRAE atuará em parceria com o SENAR e a Federação de Agricultura do Estado da Bahia (FAEB) e a SUDENE, que já desenvolvem um programa de alfabetização de adultos com ênfase na profissionalização dos trabalhadores rurais.

3.11 Serviços de Infraestrutura

## A demanda por serviços públicos também é um fator que exige uma ação municipal mais ampla. Pôde-se observar que os executivos municipais possuem um elevado grau de dependência em relação ao Governo Estadual, o que faz com que este último, além das ações sob sua direta responsabilidade, vem assumindo outras inerentes ao município. Este é o caso da limpeza urbana, bastante solicitada nas localidades cuja população dobra em períodos de alta temporada. Este fato talvez esteja mais em evidência pela presença constante do Estado, que vem realizando um volume significativo de obras integrantes do PRODETUR.

3.12 Artesanato

Especial destaque deve ser dado à atividade desenvolvida pelo Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do Estado da Bahia, órgão executor da política de fomento, preservação, promoção/divulgação e comercialização do artesanato baiano, desenvolvendo ações não só no que tange a cultura, mas, também, como fator estratégico de desenvolvimento regional.

## É necessário somar esforços, formalizando parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, voltados à valorização do artesão e proporcionando-lhe qualificação profissional, ocupação e renda, uma vez que a atividade artesanal é, comprovadamente, absorvedora de mão-de-obra, contribuindo para a fixação das populações locais e melhoria da qualidade de vida nas comunidades.

## As intervenções do MAUÁ sobre o sistema produtivo artesanal são orientadas para a implantação e implementação de associações auto-sustentáveis, em função de um mercado cada vez mais competitivo, através do desenvolvimento de projetos compatíveis com a identidade cultural das localidades e/ou com o modo de vida da população e sua herança cultural. Neste sentido, cabe também registrar a necessidade de criar programas de combate ao trabalho infantil e à prostituição infanto-juvenil.

Já existe um Grupo de Trabalho de Artesanato na Costa do Descobrimento, integrado pelos seguintes organismos e respectivas atribuições: (i) Secretaria de Cultura e Turismo/SUDETUR, encarregada das fontes e da articulação; (ii) Instituto Mauá, tem a seu cargo o ambiente, o contexto, o mercado e a comercialização dos produtos; IEL – Programa Bahia Design, com os processos, produtos, desenvolvimento de pesquisa, embalagem e tecnologia; (iii) Banco do Nordeste, com o financiamento, a multiplicação e a infraestrutura; e (iv) SEBRAE/BA, com as características auditoriais em pontos de venda, transporte, centralização da produção e dos produtos. Este Grupo de Trabalho vem desenvolvendo Oficinas de Criatividade e Desenvolvimento de Produtos Artesanais em Belmonte (oficina de cerâmica tradicional), Santa Cruz Cabrália (oficinas de objetos de artesanato contemporâneo e de técnicas e desenvolvimento de produtos) e em Arraial D’Ajuda (oficina de objetos de artesanato contemporâneo, composto pelos módulos de oficinas de mensageiros do vento e de técnicas e desenvolvimento de produtos).

Como proposta, deve ser referido o “Programa de Revitalização do Artesanato na Costa do Descobrimento”, uma proposta de parceria[[62]](#footnote-62) que objetiva: (i) inserir as atividades artesanais no rol das iniciativas de modernização do setor turismo da região da Costa do Descobrimento, junto aos demais programas que compõem a iniciativa do Pólo Turístico; e (ii) desenvolver ações concretas de revitalização das expressões artesanais presentes no contexto da região, de forma a que estas passem a integrar os fatores de dinamização econômica e de geração de renda para as pessoas que praticam ofícios artesanais.

O Banco do Nordeste, por sua vez, possui vários instrumentos de trabalho e de crédito que já atendem e, talvez, possam vir a atender o segmento de cooperativas e micro-empresários de artesanato. Neste sentido, cabe referir as principais que se encontram operando atualmente:

* CREDIAMIGO – visa fortalecer os microempreendedores da economia informal, oferecendo crédito e capacitação (Programa de Microcrédito do BNB).
* Farol do Desenvolvimento – encaminha soluções para o desenvolvimento local discutidas e viabilizadas em parceria com as comunidades locais.
* Agentes de Desenvolvimento – programa presente em 1.955 municípios do Nordeste do país, norte de Minas Gerais e Espírito Santo.
* Programas de Capacitação – orientações técnicas e gerenciais para o cliente do BNB administrar melhor seu empreendimento.
* Programa Agente Produtivo
* Fundo de Aval – são parcerias que garantem financiamentos para os micro e pequenos empresários.
* Programa Brasil Empreendedor/Setor Informal – programa do Governo Federal, voltado para o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, através da capacitação, crédito e assessoria empresarial. Seu objetivo é contribuir para a geração de renda, criação e manutenção dos postos de trabalho.
* CREDIARTESÃO – a ser lançado, em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo/SUDETUR, IEL, Banco do Nordeste, SEBRAE, através do Programa de Valorização do Artesanato Baiano.

Em resumo, existe uma série de pré-condições favoráveis para a revitalização do artesanato na Costa do Descobrimento – artesanato de boa qualidade pesquisado e mecanismos financeiros já existentes do próprio BNB que poderão dar suporte ao trabalho destes artesãos.

## 

3.13 Violência e Drogas

A questão referente às drogas e a correlata violência é, na verdade, tarefa a cargo das políticas públicas. Sabe-se, entretanto, que o uso, abuso, dependência e trafico, são responsáveis por mais de 80% dos acontecimentos violentos – acidentes automobilísticos, homicídios, assaltos e agressões, dentre outros.

Neste sentido, propõe-se como medidas de políticas públicas: (i) o aprimoramento e a (re)organização institucional formal – policial, judiciário e outros – para o combate ã violência e a drogadição, bem assim ao tráfico de drogas; (ii) a formulação de políticas públicas municipais e parcerias com os governos estadual e federal, bem como com organismos internacionais, com vistas ao tratamento da violência e da drogadição; (iii) a criação e implementação de parcerias com a sociedade civil, visando o combate à violência e o uso de drogas – conselhos tutelares; conselhos municipais; conselhos locais (bairros, distritos, escolas e outros); organismos assistenciais, instituições de saúde e outras; (iv) o desenvolvimento, a implantação e a implementação de programas avaliativos, informativos e educacionais sobre a questão das drogas e suas conseqüências físicas, morais e sociais; (v) o incentivo à criação de grupos anônimos de ajuda para dependentes e familiares; (vi) incentivo e apoio à aplicação de medidas preventivas em relação à drogadição; (vii) identificar as necessidades da comunidade para planejar e implementar ações específicas, gerando o seu comprometimento e envolvimento; (viii) integrar as políticas públicas voltadas à questão das drogas com demais políticas sociais (educação, saúde, saneamento, serviço social, etc); (ix) priorizar a mobilização de instâncias comunitárias já organizadas (clubes de serviços, associações de bairros, igrejas, ONGs, clubes de futebol, sindicatos, grêmios estudantis, associações de pais, de moradores, grupos de ajuda mútua), estimulando a integração com os diversos segmentos sociais; (x) co-responsabilizar a comunidade pela melhoria de sua qualidade de vida; (xi) elaborar, com a participação da comunidade, planos municipais e estaduais de prevenção visando à sistematização das ações;

**4. LIÇÕES APRENDIDAS**

## A forma de intervenção realizada pelo PRODETUR na área da Costa do Descobrimento, percebida através desta avaliação das condições socioculturais das populações locais, leva a refletir sobre algumas questões básicas detectadas.

Em primeiro lugar, cabe destacar os ganhos evidentes que estas populações tiveram em termos de melhoria de suas condições de vida com as ações desenvolvidas pelo Programa, particularmente as referentes à infraestrutura de água, esgoto, melhoramento e construção de rodovias e aeroportos, aspectos cruciais desta região há alguns anos atrás.

**Entretanto, a concepção de intervenção adotada pelo PRODETUR, nesta primeira fase, não permitiu contemplar todos os setores e segmentos sociais envolvidos no processo, frustrando algumas expectativas em relação aos objetivos específicos do Programa. Ações de cunho social, tais como as referentes à educação e formação profissional, saúde e organização comunitária, cujo principal provedor continua sendo o Estado, não puderam ser plenamente atendidas, sobretudo nas comunidades localizadas fora das áreas de expansão turística previstas nos planos macro-estratégicos estaduais.**

Por outra parte, a forma de gestão e implementação das ações do Programa indica vários problemas ocorridos nesta primeira fase, como pôde ser observado durante toda a análise realizada anteriormente. Percebe-se, assim, que grande parte dos problemas de importantes segmentos populacionais destes municípios derivam das condições de pobreza em que estes vivem. Apesar das ações do Programa os terem beneficiado significativamente (abastecimento de água e esgotamento sanitário), as periferias urbanas continuam enfrentando sérios problemas de ordem social.

A presente avaliação mostrou que devem ser observados os seguintes aspectos na implementação de um programa do porte do PRODETUR: (i) o Programa deve ser integrado, no sentido de que todos os seus componentes guardem uma relação entre si, e não sejam isolados dos demais; (ii) as comunidades devem ser sensibilizadas e envolvidas em todo o processo de implementação e gestão do projeto. Neste sentido, deve ser incentivada e apoiada, em uma segunda etapa do Programa, a proposta da SUDETUR, de criação de um modelo de gestão para projetos de desenvolvimento sustentável; (iii) deve haver um canal permanente de informação com a sociedade, informando-a de todas as etapas do Programa; (iv) devem ser negociadas contrapartidas com os governos estaduais e municipais, no sentido de definir e implementar políticas públicas voltadas à erradicação das causas da pobreza (programas de moradia popular, saúde, infraestrutura, educação, qualificação profissional, geração de empregos, etc.); (v) as comunidades visitadas mostraram uma enorme fragilidade, no sentido de não estarem verdadeiramente organizadas para reivindicar seus direitos e necessidades[[63]](#footnote-63), tornando-se imperiosas ações destinadas à organização e fortalecimento da sociedade local; (vi) ainda existe nestas municipalidades a figura do prefeito populista, desvinculado das novas práticas de gestão municipal, voltadas ao atendimento das necessidades sociais, o que se insere igualmente na necessidade de projetos de desenvolvimento institucional para as prefeituras; (vii) finalmente, evidenciou-se que os benefícios gerados pelo Programa foram percebidos apenas por uma parcela da população, justamente porque não ter sido feito um trabalho inicial de sensibilização, o que leva à recomendação de que haja não só uma maior presença por parte dos órgãos executores na região, mas também que sejam desenvolvidas ações específicas em cada municipalidade, objetivando informar e integrar a sociedade local.

**Finalmente, cabe destacar que experiências tais como a formação de consórcios de prefeituras para otimizar recursos públicos para melhorar a qualidade de vida das populações mais carentes, a reconstrução de bairros localizados em áreas de risco ou mesmo a urbanização dos bairros periféricos, tem sido bem sucedidas em outras áreas e já vem sendo discutidas no Conselho de Turismo Integrado e Sustentável organizado pelo Banco do Nordeste.**

**5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BAHIATURSA. *A Estratégia Turística da Bahia – 1991/2005.* Salvador, 2000.

Banco do Nordeste (BNB). *PRODETUR/NE em Ação – Ações estruturantes do turismo no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: BNB, 2000.

Banco do Nordeste (BNB). Revista Econômica do Nordeste – REN. Fortaleza:BNB, 1999 (vol.30, no 01, jan/mar 1999).

Fundação IBGE/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Dimensões das carências municipais – informações municipais (Brasil e Bahia)*. Rio de Janeiro: 1996.

Mendonça Júnior, Érico Pina et alii. *Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico – O Caso da Costa do Descobrimento (Bahia – Brasil)*. Salvador, 2000.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE/Bahia). *Jornal Sebrae*. Salvador: SEBRAE, 2000 (no 90, outubro 2000).

Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (SUDETUR). *Um Modelo de Gestão Para Projetos de Desenvolvimento Sustentável – O Caso da Costa do Descobrimento.* SUDETUR, 2000 (xerox).

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). *Mudanças sócio-demográficas recentes: Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1998. (Série Estudos e Pesquisas no 40).

― *Mudanças sócio-demográficas recentes: Extremo Sul da Bahia - Anexos*. Salvador: SEI, 1998. (Série Estudos e Pesquisas no 40).

― *Bahia: crescimento populacional 1980-1996*. Salvador: SEI, 1998. (Série Estudos e Pesquisas no 39).

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). *Anuário Estatístico da* *Bahia: 1998*. Salvador: SEI, 1998.

― *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999.

― *Celulose e Turismo: Extremo Sul da Bahia*. Salvador: SEI, 1996. (Série Estudos e Pesquisas no28).

Instituto de Hospitalidade. *Demanda por Capacitação Profissional no Setor Turismo na Bahia.* Salvador, 2000.

— *Oferta de Capacitação Profissional no Setor Turismo no Brasil.* Salvador, 2000.

###### 6. ANEXOS

**6.1 PROBLEMAS E SUGESTÕES**

**SEGUNDO ENTIDADES**

**PROBLEMAS E SUGESTÕES SEGUNDO ENTIDADES**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ENTIDADES** | PROBLEMAS | PROPOSIÇÕES |
| **BNB** |  | **Possui inúmeros mecanismos institucionais de fortalecimento de microempreendedores, artesanato, agroindústria, etc.** |
| **SUDETUR** | **Falta da cultura de ouvir a população;**  Não há mobilização social;  Dificuldades na articulação dos órgãos; | **Mudar a mentalidade dos órgãos executores estaduais (DERBA, EMBASA, etc.) e das prefeituras;**  **Propor uma pesquisa e resgate de artesanato indígena;**  **Resgatar as formas de cozinha tradicional.** |
| **IPHAN**  **Porto Seguro** | Falta de zoneamento e plano diretor para Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália decorrente da vontade política das prefeituras;  Fragilidade institucional do IPHAN, em termos de carência de infraestrutura e de técnicos;  Falta de articulação no componente *desenvolvimento institucional* do PRODETUR;  Problemas de manutenção e auto-sustentação do patrimônio histórico recuperado; não existem parcerias;  Não tem sido discutido no município que tipo de turismo se quer e como planejar em cima disso;  Falta de estrutura das prefeituras municipais para receber os benefícios financeiros (falta de desenvolvimento institucional);  Falta de apoio financeiro federal. | Montar parcerias e colegiados com outros órgãos (IBAMA, FUNAI, Prefeituras) para aprovação de projetos;  Propor planos diretores aprovados por parte das prefeituras;  propor ações de desenvolvimento institucional (poderia ser a contrapartida estadual);  Montar uma estrutura de gestão para o turismo cultural;  Propor projetos de sensibilização da comunidade para proteção do patrimônio histórico;  Propor um plano de gerenciamento costeiro na Costa do Descobrimento. |
| CONDER Porto Seguro | Problema de analfabetismo entre os adultos do manguezal;  Falta de organização comunitária;  Alta incidência de doenças infecto-contagiosas, sobretudo entre crianças;  Problema de tráfico de drogas na favela;  Problema de prostituição juvenil. | Incentivar a criação de cooperativas de pescadores;  Realizar cursos de reciclagem;  Realizar cursos de alfabetização de adultos;  Fomentar a organização comunitária (integração das 7 favelas, educação sanitária e ambiental). |
| Conselho Regional de Turismo de Porto Seguro | Falta de participação do executivo municipal e omissão das prefeituras junto ao CRT;  Fragilidade interna das entidades de classe;  Falta de sustentabilidade financeira do CRT;  Falta de uma secretaria executiva do CRT;  Falta de cooordenação nas ações da Agenda 21;  Problemas das barracas quanto ao seu excesso, lixo e barulho;  Problema de violência na cidade (drogas, estupros, etc.);  O turismo na região tem sido de cunho predatório;  Organizações fracas em sua atuação no PRODETUR;  Problema de administração do centro histórico de Porto Seguro;  Falta de entrosamento dos municípios da Costa do Descobrimento. | Fortalecer e organizar internamente a comunidade (associações menores);  Estabelecer parcerias;  Prover o CRT com um gerente técnico para acompanhamento dos projetos;  Transformar o CRT em gestor do desenvolvimento sustentado da Costa do Descobrimento;  Utilizar a Agenda 21 como ferramenta para avaliar e propor ações;  Responsabilizar as prefeituras junto ao trabalho do CRT, disponibilizando um secretário ou auxiliando com uma porcentagem de seu orçamento;  Desenvolver o turismo náutico;  Criar produtos turísticos diferenciados;  Ampliar o produto turístico;  Gerar responsabilidades do atores sociais;  Propor formas de ordenamento do solo;  Desenvolver o turismo de 3a. idade;  Criação de equipamentos de lazer voltados à população local, preservando as peculiaridades locais;  Trabalhar a sustentabilidade do turismo em Porto Seguro;  Trabalhar o fortalecimento do associativismo;  Desenvolver na segunda etapa do PRODETUR atividades de monitoramento do PRODETUR I;  Investir na elaboração de uma pesquisa de opinião junto à comunidade local sobre as ações do PRODETUR;  Investir na área educacional;  Desenvolver ações de desenvolvimento institucional, através de mecanismos de participação municipal na elaboração de projetos;  Ampliação do produto turístico da Costa do Descobrimento. |
| **Associação Brasileira das Agências de Viagem/**  **Associação dos Hoteleiros de Porto Seguro** | Falta de profissionalismo por parte dos guias turísticos;  Omissão da Secretaria de Turismo de Porto Seguro;  Falta de uma diretriz turística para a região;  Devastação e construções irregulares na orla de Porto Seguro;  Falta de fiscalização por parte do IPHAN e da Secretaria de Turismo de Porto Seguro;  Depredação do patrimônio histórico;  Depredação de Coroa Vermelha;  Falta de recursos financeiros na Secretaria de Turismo;  Super oferta de leitos em Porto Seguro;  Problemas de segurança pública (estupros e assaltos a moradores e turistas);  Tráfico de drogas e turismo sexual;  Falta de cursos de qualificação profissional;  Falta de fiscalização quanto à atuação ilegal de agentes de viagem e taxistas;  Falta de regulamentação das atividades desenvolvidas pelas agências de viagem;  Falta de consciência empresarial quanto à necessidade de pessoal qualificado;  Falta de empresários qualificados;  Falta de opções gastronômicas na orla de Porto Seguro;  Sérios problemas na área de saúde (doenças, falta de profissionais e de equipamentos);  Incidência de trabalho infantil. | Ter uma Secretaria de Turismo com funcionamento efetivo (inclusive recursos financeiros);  Explorar o Centro Histórico de Porto Seguro;  Tomar providências em relação à segurança pública;  Realizar cursos de qualificação profissional;  Operacionalizar outros nichos de turismo;  Incentivar o relacionamento entre empresariado e prefeituras;  Fiscalizar os aterros sanitários;  Propor uma Casa de Passagem para os meninos de rua de Porto Seguro;  Aumentar a ocupação hoteleira;  Usar pequenas pousadas como pensões para abrigar alunos de nível médio para cursos a serem criados;  Criar mecanismos de união entre os empresários; |
| **Secretaria de Administração e Finanças de Porto Seguro** | Problema de miséria, sobretudo na periferia urbana (favelas);  Falta capacidade de investimento financeiro municipal. | Criar taxas adicionais (lixo, estacionamento) para financiar a área social. |
| **Secretaria de Turismo de Porto Seguro** | Crescimento urbano desordenado, fruto da imigração cacaueira e do aumento do fluxo turístico, gerando bolsões de pobreza;  Oferta excessiva de mão-de-obra desqualificada;  Prática abusiva de baixos preços praticada pelas pousadas;  Falta de preparo do empresariado para gerir seus negócios;  Elevada sonegação fiscal;  Problema dos ambulantes, gerando lixo, drogas e violência;  Problemas de violência e drogas gerados pelo turismo (sem providências) tomadas. | Propor cursos de qualificação e capacitação da mão-de-obra local;  Apoiar a captação e a promoção do turismo;  Desenvolver medidas contra a violência geradas pelo turismo. |
| **Secretaria de Saúde e Ação Social de Porto Seguro** | Faltam profissionais de especialidades médicas;  Problemas de saúde gerados pela pobreza (diarréia, verminose, desnutrição infantil, mortalidade infantil de 60 por mil);  Grande crescimento das DST/AIDS (decorrente do uso de drogas);  Falta de recursos financeiros para o Programa Sebrae Ideal I e II (capacitação de lideranças para ações de desenvolvimento municipal);  Carência de facilitadores para capacitação de profissionais públicos. | Aparelhar e capacitar a área de vigilância sanitária (carros, pessoal, etc.) para a fiscalização de pousadas, restaurantes, barracas, etc. (há uma carência de cerca de 200 fiscais). |
| **Delegacia de Polícia Civil de Porto Seguro** | Problemas de violência são decorrentes do tráfico de drogas (sobretudo das favelas), gerando o crime de roubo; crimes contra a pessoa são poucos;  Existe algum problema de prostituição infanto-juvenil. | Aumentar o efetivo policial na delegacia (possui um *déficit* de 6 agentes). |
| **Delegacia de Turismo de Porto Seguro** | Falta de pessoal para a delegacia. | Criar médios para o desenvolvimento da atividade da delegacia, com mais pessoal. |
| **Comunidade de Arraial D’Ajuda** | Desmantelamento do Conselho Comunitário pelo processo político;  Receio por parte da população em ligar-se à rede de esgoto com medo das taxas cobradas pela EMBASA (% sobre a taxa de água);  Por Arraial ser considerada área rural faltam-lhe serviços públicos;  Problemas de desnutrição infantil;  Problemas de pobreza (inclusive de infraestrutura) na periferia da cidade;  Problemas nas obras financiadas pelo PRODETUR (esgoto sem recomposição ambiental, desapropriações com valores muito baixos);  Sociedade desmotivada porque não é ouvida pelas autoridades municipais e estaduais;  Problemas de viol6encia (drogas, assaltos, estupros, roubos);  Problemas de saúde mental observados na população (também tem a ver com as drogas). | Humanizar obras (ciclovia do Bairro Santiago ao Centro; ampliação do acostamento de Arraial a Vale Verde; escoamento de águas pluviais pelas obras da BA-001, sobretudo na área urbana);  Urbanizar o Buraco da Gia (vala do Bairro São Pedro), despoluirá o córrego e a praia de Mucugê;  Construir uma escola de 2o. grau com profissionalizante (inclusive ginásio de esportes coberto);  Providenciar a criação de um complexo policial (para polícia civil e militar), com profissionais;  Resgatar e fortalecer a sociedade civil;  Capacitar funcionários públicos para o trabalho com as comunidades locais;  Implantar efetivamente o Parque Central, com a sua ocupação com equipamentos comunitários (cemitério, campo de futebol, EMBASA com poços artesianos, igreja, escolas de 1o. grau creche, forródromo, etc.);  Fazer iluminação pública nos bairros;  Eliminar eletrificação aérea no centro histórico do Arraial, ou seja, fazê-la subterrânea;  Fazer esgotamento sanitário da estrada Balsa x Arraial e bairro adjacente;  Construir: quadras poliesportivas, complexo policial militar e civil (já existe projeto), concha acústica para desenvolvimento artes cênicas e apresentações ao ar livre, ciclovia no restante do trecho Arraial ao povoado de Vale Verde, acostamento para o mesmo trecho acima, creche para crianças de 0 a 7 anos de idade;  Fazer campanha de conscientização turística junto às escolas e ao público em geral;  Fazer campanha de conscientização ecológica para a massa populacional proveniente do sertão e das fazendas de cacau. |
| **Comunidade de Trancoso** | Problemas na área de saúde (faltam médicos, ambulância, posto de saúde com funcionamento precário;  Demasiadas associações (11), mas nenhuma funciona;  Falta de escola de 2o. grau;  Problemas na área de segurança pública (faltam equipamentos e pessoal;  Acabar com os pacotes turísticos;  Problema de excesso de ônibus dentro da cidade;  Freqüência na falta de energia elétrica;  População totalmente desorganizada;  Dificuldades na legalização dos documentos das associações. | Criar um Centro de Apoio ao Turista;  Criar atrativos para a permanência do turista na cidade;  Criar um posto bancário;  Colocar mais viaturas e policiais, sobretudo na alta temporada;  Reestruturar o estacionamento dos ônibus (em local afastado) e a forma de acesso ao centro, através de veículos menores;  Solicitar a colocação de uma sub-estação de energia elétrica e sua manutenção por funcionário permanente da COELBA. |
| **Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália** | Problemas de imigração;  Problemas de expansão urbana (habitação popular e infraestrutura);  Sazonalidade da atividade turística, gerando desemprego na baixa temporada;  Falta de calçamento nas ruas da cidade. | Gerar mais obras através do PRODETUR;  Criar um pólo agro-industrial na periferia com a mão-de-obra desempregada. |
| **Secretaria de Educação de Santa Cruz Cabrália** | Carência de espaço físico (quantitativo e qualitativo);  Problema do analfabetismo adulto;  Faltam cursos de qualificação a nível de 3o. grau (pedagogia e letras);  Falta de incentivo ao pós-ensino médio;  Falta de capacitação do professorado. | Criar espaços físicos (ampliação de unidades existentes e criação de novas);  Capacitar o professorado (em serviço);  Criar cursos de qualificação de 3o. grau a distância. |
| **Secretaria de Bem-Estar Social de Santa Cruz Cabrália** | Carência de serviços de saúde;  Problemas de pobreza, expressos em fluxos migratórios, falta de habitações populares; desemprego na baixa temporada;  Trabalho infantil exposto a drogas e violência. | Construção de creche para educação infantil;  Criação de uma agência (como Departamento da e Secretaria de Bem-Estar Social) encarregada da definição do perfil das necessidades de profissionais . |
| **Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Santa Cruz Cabrália** | Falta de qualificação do pessoal que trabalha na área de turismo. | Criar e capacitar uma guarda ambiental;  Realizar cursos de capacitação profissional (em parceria com SENAC, BAHIATURSA) nas áreas de hotelaria, consciência ambiental,  Formar parcerias com bancos para financiamento a micro empresários;  Desenvolver o associativismo/cooperativismo (maricultura – de caranguejos, pequenos proprietários agrícolas para a produção local de frutas e legumes);  Criar áreas de lazer para a população local;  Compatibilizar a atividade ligada à celulose com a turística, através da plantação de madeiras nobres em zonas limítrofes;  Propor turismo rural, com visitas a fazendas, manguezais, plantação de piaçaba, etc.;  Propor um mecanismo de gestão para obras do patrimônio histórico (manutenção e uso). |
| **Secretaria de Planejamento de Santa Cruz Cabrália** | Faltam projetos de educação ambiental. |  |
| **Associação dos Artesãos de Cabrália** | Falta de apoio financeiro aos projetos da associação;  Falta de qualidade do artesanato;  Descrédito no trabalho da Prefeitura de Cabrália;  Falta de participação no trabalho da associação;  Falta de manutenção dos prédios históricos recuperados em Cabrália. | Trabalhar com crianças carentes;  Conseguir um espaço para exposição no centro de Cabrália, citando-o em roteiro turístico;  Melhorar a qualidade das oficinas de artesanato;  Conseguir o apoio da Prefeitura local;  Fortalecer as associações de artesãos;  Incrementar os cursos e oficinas de artesanato;  Incentivar o trabalho conjunto dos municípios. |
| Prefeitura Municipal de Belmonte | A questão do saneamento ainda é problemática;  Apenas 10% das ruas da cidade se encontram asfaltadas e não dispõem de dragagem de águas pluviais;  Falta rede de esgoto em alguns bairros;  Falta de acompanhamento das obras pelo poder público;  Desemprego do segmento populacional mais jovem;  Faltam creches;  Altíssima incidência de lepra na cidade;  Falta de incentivos para que o empresariado local possa investir porque a cidade está estagnada economicamente;  Falta de cursos profissionalizantes. | Construir lagoas de decantação no PRODETUR II;  Criar mecanismos para financiamento para a restauração de alguns imóveis históricos;  Tomar providências para a construção do porto de barcaças (pela Aracruz Celulose) em APA;  Priorizar obras de infraestrutura na periferia urbana;  Definir formas de acompanhamento das obras por parte do poder público;  Propor a construção de um galpão para o trabalho dos artesãos;  Incentivar e difundir atividades artesanais já existentes;  Montar um sistema de atendimento odontológico para a população;  Incentivar formas de organização e participação popular;  Realizar cursos profissionalizantes para o município. |

**6.2 TABELAS ESTATÍSTICAS**

**6.3 CONCEITOS UTILIZADOS**

AGLOMERADO SUB-NORMAL – (favelas e assemelhados) considerado como um conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos, casas e outras) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

**ANALFABETISMO** – analfabetas são as pessoas que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples – aí incluídas as que aprenderam a ler e escrever, mas que esqueceram, e as que apenas sabem assinar o próprio nome.

**ABASTECIMENTO DE ÁGUA INADEQUADO** – domicílios não servidos por água canalizada, proveniente de rede geral de abastecimento, com distribuição interna para um ou mais cômodos.

**COLETA DE LIXO INADEQUADA** – domicílios que não tinham lixo coletado diretamente por serviço ou empresa, pública ou particular, ou indiretamente – quando o lixo é depositado numa caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço ou empresa pública ou particular.

**DENSIDADE DEMOGRÁFICA** – relação entre a população total e a extensão territorial de um mesmo espaço geográfico.

**DENSIDADE DE MORADORES POR CÔMODO** – relação entre o total de moradores no domicílio e o total de cômodos habitáveis. Considerou-se inadequada uma densidade maior que 1,0 morador por cômodo habitável. Como no Censo Demográfico não se tem à informação sobre a existência de cozinha, para se chegar ao conceito de cômodo habitável adotou-se o seguinte critério: do total de cômodos de cada domicílio retirou-se o número declarado de banheiros; nos casos em que o número de cômodos restantes fosse maior que 1, excluiu-se a cozinha.

**DENSIDADE DE MORADORES POR DORMITÓRIO** – relação entre o total de moradores no domicílio e o total de cômodos utilizados como dormitórios em caráter permanente, ainda que só tivessem essa utilização por falta de acomodações adequadas àquele fim, aí podendo estar incluídos banheiro e cozinha. Considerou-se inadequada uma densidade superior a 2,0 moradores por dormitório.

**DOMICÍLIO** – local de moradia estruturalmente independente, constituído por um ou mais cômodos, com entrada privativa.

**DOMICÍLIOS EM CONDIÇÕES MAIS PRECÁRIAS** – considerados como “condições precárias” aqueles domicílios: (1) onde morassem crianças de 11 a 14 anos analfabetas; e/ou (2) fossem chefiados por mulheres com rendimento de até um salário mínimo; e/ou (3) cuja forma de esgotamento sanitário fosse inexistente, fossa rudimentar, vala negra ou outra forma.

**DOMICÍLIO IMPROVISADO** – aquele não construído para fins residenciais, embora servisse de moradia na data do Censo.

**DOMICÍLIO PARTICULAR** – aqueles que serviam de moradia a uma, duas ou no máximo cinco famílias, mesmo que estivessem localizados em estabelecimento industrial, comercial, ou outros; o prédio em construção onde residiam até cinco pessoas, com laço de parentesco e/ou dependência doméstica.

**DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE** – aquele construído ou considerado para fins residenciais.

**ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO** – foram considerados como tendo esgotamento sanitário inadequado os domicílios cujos aparelhos sanitários não estivessem ligados a uma rede geral de esgoto sanitário ou não possuíssem uma fossa séptica ligada à rede pluvial.

**PESSOA RESIDENTE** – considerou-se como residente a pessoa que morava habitualmente na unidade domiciliar, ainda que estivesse temporariamente ausente e desde que seu afastamento não fosse superior a 12 meses em relação à data da entrevista.

**RAZÃO DE DEPENDÊNCIA** – é a relação entre a população menor de 15 anos, somada à população de mais de 65 anos, e a população de 15 anos a 64 anos:

RD = 

**SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO** - a classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, de acordo com a área de localização da unidade domiciliar, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico de 1991. A situação urbana abrange as cidades, vilas e áreas urbanas isoladas. A situação rural compreende as áreas fora desses limites.

**TAXA DE ANALFABETISMO** – é a relação entre o numero de pessoas analfabetas e o total das pessoas num mesmo grupo etário.

**TAXA DE CRESCIMENTO (GEOMÉTRICA ANUAL) DA POPULAÇÃO** – é o crescimento anual da população em determinado período. Para o período 1980/91, foi adotada como base em 1980, a divisão territorial de 1991.

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (IDE)** - reflete o grau de riqueza alcançado pelo município, através de uma *proxy* da renda municipal aliada a indicadores referentes à infra-estrutura e à cobertura educacional do mesmo município.

Considerou-se que o grau de desenvolvimento econômico do município, bem assim sua potencialidade de crescimento, depende de três fatores principais: renda municipal, condições de infra-estrutura e qualificação de mão-de-obra. Desta forma, foram considerados três grupos distintos de indicadores: o Índice de Renda Municipal (IRM), o Índice de Qualificação de Mão-de-Obra (QMO) e o Índice de Infra-Estrutura (INF).

O IRM resulta da soma das estimativas dos valores agregados setorialmente, não devendo ser considerado mais do que uma *proxy* do PIB municipal a custo de fatores ou renda municipal.

O INF reflete a infra-estrutura local, estratégica para o funcionamento de uma empresa, levando em consideração as facilidades existentes. Utilizou-se como *proxy* uma equação cujas variáveis são compostas pelos seguintes indicadores: a) TEL -Telefone – número de telefones para cada 100 habitantes (é o número de aparelhos telefônicos dividido pelo número de habitantes e multiplicado por 100), representando o grau de acesso aos serviços de telecomunicações; b) EST -Estabelecimentos Comerciais e de Serviços – o número destes estabelecimentos por 1000 habitantes (razão entre o número de empresas comerciais e de serviços para cada 1000 pessoas), reflete a facilidade de acesso a bens e serviços diversos; c) BAN - Bancos – número de estabelecimentos bancários por 1000 habitantes (é o número de agências bancárias existentes no município dividido pelo número de habitantes e multiplicado por 1000), representa a proximidade e facilidade de acesso a serviços financeiros; d) ROD - Rodovias – relação entre a extensão (em Km) de rodovias pavimentadas (locais, estaduais e federais) e a área do município, representando de forma aproximada às facilidades de acesso às matérias primas ou de escoramento de mercadorias; e) EEN - Consumo Total de Energia Elétrica por 100 habitantes: indicador composto pela razão entre o consumo total de energia elétrica e o número de habitantes do município.

O Indicador de Infra-Estrutura (INF) é obtido pela média geométrica dos Indicadores ROD, EEN, TEL, BAN e EST.

O QMO - Índice de Qualificação da Mão-de-Obra: utilizou-se como proxy do nível de qualificação da mão-de-obra, a relação entre a soma do número de matrículas iniciais no primeiro e segundo grau e no ensino profissionalizante, tendo como denominador, a população total do município.

O Índice de Desenvolvimento Econômico é estimado através da aplicação simples da média geométrica entre o IRM, o INF e o QMO.

**ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IDS)** - qualifica os municípios segundo seu nível de desenvolvimento social, a partir de indicadores estimativos da qualidade de vida da população (diversas variáveis ligadas aos níveis de: saúde, saneamento, educação, serviços básicos e renda das famílias).

O IDS é composto pelos Índices do Nível de Saúde (INS), do Nível Educacional (INE), de Oferta de Serviços Básicos (ISB), pela Renda Média dos Chefes de Famílias (RMF).

No Índice do Nível de Saúde utilizou-se como *proxy* a média geométrica dos seguintes indicadores: CDS – Coeficiente entre o número de doenças de notificação compulsória redutíveis através do saneamento básico (febre tifóide, hepatite tipo B, leptospirose e cólera) e redutíveis por imunização (coqueluche, difteria, poliomielite, sarampo, tétano, hepatite-exceto tipo B, febre amarela e tuberculose), dividido por 100.000 habitantes. ISM – participação relativa dos “Óbitos por Sintomas, Sinais e Afecções Mal Definidas” no número total de óbitos. A utilização conjunta desses índices reflete o desempenho dos serviços na área de saúde. O nível de saneamento básico municipal é mensurado através da incidência de “doenças causadas pela ausência de saneamento básico” e pelas informações referentes ao consumo de água tratada, componentes do Índice de Serviços Básicos (IBS). A qualidade dos trabalhos de imunização é mensurada pelo “coeficiente das doenças redutíveis por imunização”. A utilização das informações sobre “óbitos por sintomas mal definidos” caracteriza a deficiência na assistência médica.

O Índice do Nível Educacional – é a relação entre o total de matrículas e a população total do município. Foram consideradas as matrículas iniciais nos seguintes níveis de ensino: Primeiro e Segundo Grau, Nível Superior e Ensino Profissionalizante.

No Índice de Ofertas de Serviços Básicos utilizou-se a informação referente a: Consumo Residencial de Energia Elétrica por 100 habitantes – este indicador é proporcionado pela relação entre o consumo residencial de energia elétrica e a população do município. Consumo de Água Tratada; refere-se às informações de: consumo micro-medido (por medida domiciliar) e estimado de água tratada.

O Índice de Renda Média dos Chefes de Família: utilizaram-se para compor o indicador da a renda média dos chefes de famílias, as informações para cada município, constantes do Censo Demográfico de 1991, atualizadas para 1994 a partir dos dados sobre a variação do consumo de energia elétrica, entre 1991 e 1994.

O cálculo do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) foi elaborado através da aplicação simples da média geométrica entre os inversos do INS, do INE, do ISB e do RMF.

**6.4 SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ASPLAN** – Assessoria de Planejamento

**BAN** – Número de Estabelecimentos Bancários por mil habitantes: integra o INF

**CAG** – Consumo *per capita* de Água Tratada: integra o ISB

**CDS** – Coeficiente de Doenças Transmissíveis de Notificação Compulsória: integra o INS

**CIS** – Centro de Informação de Saúde

**CRT** – Conselho Regional de Turismo da Costa do Descobrimen

**COELBA** – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

**DESED** – Departamento de Desenvolvimento do Sistema Educacional

**DETRAN** – Departamento Estadual de Trânsito

**DIVEP** – Divisão de Vigilância Epidemiológica

**EEN** – Consumo Total de Energia Elétrica por 100 habitantes: integra o INF

**EMBASA** – Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A.

**ENR** – Consumo Residencial *per capita* de Energia Elétrica: integra o ISB

**EST** – Nº. de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços por mil habitantes: integra o INF

**FAEB** – Federação da Agricultura do Estado da Bahia

**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio

## IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDE** – Índice de Desenvolvimento Econômico: formado pelo INF, QMO e IRM

**IDS** – Índice de Desenvolvimento Social: formado pelo INS, INE, ISB e RMF

**IGDS** – Índice Geral de Desenvolvimento Socioeconômico

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INE** – Índice do Nível Educacional: integra o IDS

**INF** – Índice de Infraestrutura: formado pelo TEL, EST, BAN e EEN.

## INS – Índice de Nível de Saúde: integra o IDS

**IRM** – Índice de Renda Municipal: integra o IDE

**ISB** – Índice de Serviços Básicos: integra o IDS

**ISM** – Número Relativo de Óbitos por Sintomas e Afecções Mal Definidas em relação ao Total de Óbitos: integra o INS

**QMO** – Índice de Qualidade da Mão-de-Obra: integra o IDE

**RMF** – Renda Média do Chefe de Família: integra o IDS

**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SEEC** – Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia

**SESAB** – Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**TEL** – Número de Aparelhos Telefônicos por 100 habitantes: integra o INF

**TELEBAHIA** – Telecomunicações da Bahia S.A.

1. Gottschall, Carlota em “O Turismo Transforma o Espaço em Porto Seguro”, Bahia An & Dados, Salvador, CEI, v3,n2, p87-93, set 1993. [↑](#footnote-ref-1)
2. Celulose e Turismo-Extremo Sul da Bahia; Série Estudos e Pesquisas – n. 28 Salvador, fevereiro de 1996 - SEI [↑](#footnote-ref-2)
3. Exploração: quando um pequeno número de turistas descobre um destino; Envolvimento: quando uma presença mais regular de turistas é verificada e empresários locais adaptam as instalações existentes ou constróem novas instalações para acomodar os turistas; Desenvolvimento: quando é estabelecido uma infra-estrutura para o turismo tendo uma aparente definição e um mercado regular estimulado por propagandas, sendo em geral, substituídas as instalações menores e de controle local por instalações maiores não controladas localmente; Consolidação: estágio final do crescimento inicial, já com taxas abaixo das verificadas durante o estágio de desenvolvimento; Estagnação: caracterizado por pequeno ou nenhum crescimento, o nível de capacidade de muitas variáveis foram alcançadas e os problemas relativos ao meio ambiente físico e humano são esperados neste estágio; Declínio: se os níveis de capacidade são excedidos, inicia-se a degradação ambiental, uma redução da atratividade e da competitividade conduzirá a um declínio do número de turistas; Estabilidade: o respeito aos níveis de capacidade máxima mantém constante a qualidade e a atração local; e Rejuvenescimento: em alguns locais onde o capital é suficiente, acontece o re-desenvolvimento, imagem e atratividade podem ser re-estabelecidos ou mudadas drasticamente. [↑](#footnote-ref-3)
4. Investimentos públicos: US$84.375mil (Prodetur/NE) + US$50.289mil (outras fontes) + US$74.749mil (em projeto) = US$209.413mil.

   Investimentos privados: US$1.521.205mil (concluído + em execução + em projeto).

   Investimentos privados / investimentos públicos = 7,264. [↑](#footnote-ref-4)
5. Zancheti, Sílvio M & Lacerda, Norma. Desempenho do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, O Caso do Pólo do Bom Jeses, pág, 19. Recife, 1997 [↑](#footnote-ref-5)
6. Deakon, N. & edwards, J. The Enterprise Culture and the Inner City. Routledge, London, pp.124, 152. 1993. [↑](#footnote-ref-6)
7. Monastério, Francisco. E-mail de 07 de novembro de 2000, e Rodrigues, Maurício. E-mail de 16 de novembro de 2000. [↑](#footnote-ref-7)
8. Bahiatursa. "O Desempenho do Turismo Baiano, 1990-1999". Julho/00. [↑](#footnote-ref-8)
9. FIPE. Caracterização e Dimensionamento do Mercado Doméstico de Turismo no Brasil - Relatório Final. Outubro/98. [↑](#footnote-ref-9)
10. Ibid. [↑](#footnote-ref-10)
11. Mendonça, Érico e outros. "Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico - O Caso da Costa do Descobrimento". (para fluxo de turistas da Costa do Descobrimento). a FIPE, pág.: 71. [↑](#footnote-ref-11)
12. Ibid. [↑](#footnote-ref-12)
13. Bahiatursa. "O Desempenho do Turismo Baiano, 1990-1999". Julho/00. [↑](#footnote-ref-13)
14. Nalberg, Sheila e Vieira, Solange Paiva. Demanda setorial por trabalho: uma aplicação do modelo de geração do emprego. In: IPEA. Pesquisa e Planejamento Econômico. Volume 27, Número 1, Abril/97. [↑](#footnote-ref-14)
15. US$84.375mil \* 1,82 = US$153.563mil. [↑](#footnote-ref-15)
16. Investimentos públicos: US$84.375mil (Prodetur/NE) + US$50.289mil (outras fontes) + US$74.749mil (em projeto) = US$209.413mil.

    Investimentos privados: US$1.521.205mil (concluído + em execução + em projeto).

    Investimentos privados / investimentos públicos = 7,264. [↑](#footnote-ref-16)
17. US$84.375mil (Prodetur/NE) \* 7,264 = US$612.912mil. [↑](#footnote-ref-17)
18. Stynes, Daniel J., Propst, Dennis B., Chang, Wen-Huei and Sun, Ya Yen. [↑](#footnote-ref-18)
19. Frente a limitada informação histórica existente e ao pouco tempo de término das ações do PRODETUR/NE nos municípios da Costa do Descobrimento, é reconhecido o caráter vulnerável dos resultados, para se medir todo seu impacto. Entretanto, considera-se este exercício como um primeiro passo para se medir o impacto do Programa na região, reforçando a necessidade do contínuo monitoramento dos dados para resultados mais consistentes. [↑](#footnote-ref-19)
20. US$84.375mil (Prodetur/NE) + US$50.289mil (outros financiamentos) = US$134.664mil.

    US$84.375mil / US$134.664mil = 62,7%. [↑](#footnote-ref-20)
21. Mendonça Jr, Érico P., Garrido, Inez M. D. A., Vasconcelos, Maria do Socorro M.. *Turismo e Desenvolvimento Sócio-Econômico - O Caso da Costa do Descobrimento*. Bahia. [↑](#footnote-ref-21)
22. Najberg, Sheila, Vieira, Solange Paiva – Pesquisa de Planejamento Econômico, volume 27 – abril/1997, IPEA [↑](#footnote-ref-22)
23. O que resulta, considerando-se as vendas capturadas por categoria, em um multiplicador de 1,97. [↑](#footnote-ref-23)
24. Desempenho do Turismo Baiano – 1990/1999 – Bahiatursa, 07/2000. [↑](#footnote-ref-24)
25. Adotou-se 10% de lucros e 5% de incremento por aluguéis. [↑](#footnote-ref-25)
26. Um exemplo para o item compras: (1.308 \* 0,36) + (1.308 \* 0,15) + (1.481 \* 0,2) = 963 (ver Quadros 12, 21 e 23). [↑](#footnote-ref-26)
27. Assim como ocorreu com a arrecadação estadual de 1996 e a arrecadação municipal em 1995. [↑](#footnote-ref-27)
28. O maior incremento encontra-se na classe residencial, revelando uma taxa de 18,23% ao ano. O fenômeno que justifica a performance da classe residencial é o expressivo aumento do contingente populacional, principalmente em Porto Seguro, verificado nos últimos anos. Este contingente populacional é derivado tanto da crise no setor cacaueiro, que levou a uma migração de trabalhadores rurais de áreas vizinhas para Porto Seguro, fenômeno que se verifica desde a década de 80, quanto a entrada de pessoas provenientes do sudeste do Pais. Estas últimas interessadas em participar do processo de crescimento do turismo local ou mesmo usufruir de suas paisagens paradisíacas. [↑](#footnote-ref-28)
29. Mendonça Jr, Garrido e Vasconcelos em “Turismo e Desenvolvimento Econômico – O Caso da Costa do Descobrimento”. [↑](#footnote-ref-29)
30. Este investimento, embora Prodetur, não está dentro do financiamento Prodetur/BID. [↑](#footnote-ref-30)
31. Mendonça Jr, Garrido e Vasconcelos em “Turismo e Desenvolvimento Econômico – O Caso da Costa do Descobrimento”, Página: 61. [↑](#footnote-ref-31)
32. Gottschall, Carlota em “O Turismo Transforma o Espaço em Porto Seguro”, Bahia An & Dados, Salvador, CEI, v3,n2, p87-93, set 1993. [↑](#footnote-ref-32)
33. Ibid. [↑](#footnote-ref-33)
34. Informação fornecida pelo consultor Henry Beneavides, coordenador do Projeto das Oficinas Criativas. [↑](#footnote-ref-34)
35. Através de uma entrevista realizada com o cacique da aldeia indígena da Mata Medonha, verificou-se que existe um interesse das tribos indígenas em realizar plantações que atendam a demanda turística, embora haja carência de infra-estrutura viária para o escoamento da produção. No ano de 1999, esta aldeia indígena produziu 1.500 unidades de abacaxi, sendo comercializado aproximadamente 50% do total produzido, devido a carência de infra-estrutura viária. [↑](#footnote-ref-35)
36. Gottschall, Carlota em “O Turismo Transforma o Espaço em Porto Seguro”, Bahia An & Dados, Salvador, CEI, v3,n2, p87-93, set 1993. [↑](#footnote-ref-36)
37. A principio a EMBASA deve propor ao usuário a possibilidade de execução das obras na parte interna do imóvel, cobrando para execução desses serviços em até 60 meses. A partir de 2002 as obras na parte interna dos imóveis passam a ser de responsabilidade dos usuários, a exemplo dos demais serviços (energia elétrica, telefone, água) onde a concessionária, seja pública ou privada, não intervém em hipótese alguma. [↑](#footnote-ref-37)
38. *Segundo dados constantes da publicação “Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico – O Caso da Costa do Descobrimento”, 50% dos entrevistados é originário de outros estados; 22% de outros municípios da Bahia e 5,5% de estrangeiros que, totalizados, representam 77,5% de empresários que foram atraídos à Costa do Descobrimento pelas oportunidades de negócios oferecidas na região.* [↑](#footnote-ref-38)
39. *Até dezembro de 1999 cerca de 74% da população prevista pelo PRODETUR (meta de 809 mil habitantes) já havia sido beneficiada com as obras de saneamento.* [↑](#footnote-ref-39)
40. *Para maior detalhamento da posição de cada um dos municípios da Costa do Descobrimento no conjunto e a metodologia utilizada para sua construção, consultar o Anexo 3.*  [↑](#footnote-ref-40)
41. *Segundo dados da BAHIATURSA para 1999, cerca de 54% dos turistas que se destinaram a Porto Seguro eram do sexo feminino com idades entre 18 a 35 anos; 37% possuíam de 36 a 50 e apenas 8% entre 51 a 65 anos; 40% utilizaram o avião, 38% automóvel e 12% ônibus para seu deslocamento.*  [↑](#footnote-ref-41)
42. *Foi-nos referido que existem pousadas que estão oferecendo diárias de até R$ 9,80 (baixa temporada).* [↑](#footnote-ref-42)
43. *O expressivo número de favelas existentes na periferia dos três municípios exemplifica as ainda precárias condições de vida destes segmentos, apesar de ganhos evidentes obtidos com as obras do PRODETUR.*  [↑](#footnote-ref-43)
44. *Na pesquisa de campo realizada em Belmonte foi relatada altíssima incidência de lepra na área.* [↑](#footnote-ref-44)
45. *Apesar de ter sido inaugurado recentemente um moderno hospital público em Porto Seguro, o mesmo possui sérios problemas de falta de profissionais de saúde (médicos, enfermeiras, etc.).*  [↑](#footnote-ref-45)
46. *Publicação “Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico – O Caso da Costa do Descobrimento”.* [↑](#footnote-ref-46)
47. *Segundo dados da publicação “PRODETUR em ação – ações estruturantes do turismo no Nordeste do Brasil”, até dezembro de 1999 o Programa havia gerado 66,3% do total de 3,87 milhões de empregos diretos e indiretos previstos.*  [↑](#footnote-ref-47)
48. *O “Pacto do Sítio do Descobrimento pela Educação”, de outubro de 1997, foi uma iniciativa dos prefeitos dos Municípios de Belmonte, Eunápolis, Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, educadores, representantes de organizações da sociedade civil, formadores de opinião e cidadãos, visando garantir o ingresso, o regresso, a perman6encia e o sucesso de todas as crianças e jovens na escola, com metas de ter todas as criança e adolescentes na escola; reduzir a índices residuais os indicadores de repetência, evasão e analfabetismo;e erradicar o analfabetismo funcional até 2000.*

    [↑](#footnote-ref-48)
49. *Entretanto, dados da pesquisa “Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo na Bahia”, do Instituto de Hospitalidade informam que 62% das empresas da Costa do descobrimento não realizam treinamento para seu pessoas.* [↑](#footnote-ref-49)
50. *Há, no entanto, também a situação de iniciativa de qualificação por parte dos empregados, pois parcela do empresariado não tem interesse na qualificação de seus funcionários, pois podem perdê-los quando qualificados.*

    [↑](#footnote-ref-50)
51. *Promovido pela Secretaria da Cultura e Turismo, através da SUDETUR, cuja secretaria executiva é de responsabilidade do Instituto de Hospitalidade.* [↑](#footnote-ref-51)
52. *Segundo o IPAC, o núcleo da Cidade Alta de Porto Seguro, inventariado como sítio de proteção grau um (GP-1) em face da sua importância histórica e paisagística, possuía em meados do século passado 145 construções, tendo sofrido uma redução significativa no seu acervo, o qual passou a contar, em finais dos anos oitenta, com 48 monumentos, incluindo os edifícios públicos e religiosos.*  [↑](#footnote-ref-52)
53. *Um dos objetivos da SUDETUR era fazer com que o Núcleo de Gestão se tornasse um fórum, visando o bem comum da comunidade, através de um trabalho participativo voltado à melhoria da qualidade turística e ambiental da região.* [↑](#footnote-ref-53)
54. *Publicação “Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico – O Caso da Costa do Descobrimento”.* [↑](#footnote-ref-54)
55. *SUDETUR, in “Um Modelo de Gestão para Projetos de Desenvolvimento Sustentável – O Caso da Costa do Descobrimento”, 2000.*  [↑](#footnote-ref-55)
56. *No caso de Trancoso, notoriamente conhecido como lugar de tráfico e uso, a comunidade local disse que este problema não existe na cidade.* [↑](#footnote-ref-56)
57. *Publicação “Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico – O Caso da Costa do Descobrimento”.* [↑](#footnote-ref-57)
58. *In “Um Modelo de Gestão para Projetos de Desenvolvimento Sustentável – O caso da Costa do Descobrimento” (S. Berenstein, D. Sant’anna e T. Oliveira).*  [↑](#footnote-ref-58)
59. *Publicação “Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico – O Caso da Costa do Descobrimento”.* [↑](#footnote-ref-59)
60. *Neste sentido, vale ressaltar a ação estadual, através da CAR – Companhia de Ação Regional, disponibilizando recursos as Prefeituras Municipais, para a elaboração de planos diretores e outros instrumentos de controle.*  [↑](#footnote-ref-60)
61. *SUDETUR, in “Um Modelo de Gestão para Projetos de Desenvolvimento Sustentável – O Caso da Costa do Descobrimento”, 2000.*  [↑](#footnote-ref-61)
62. *Instituições parceiras: SUDETUR/SCT, Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, Banco do Nordeste, Instituto Euvaldo Lodi/Programa Bahia Design e Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa da Bahia-SEBRAE.*  [↑](#footnote-ref-62)
63. *A maioria das ONGs da região apresenta um componente político em seu trabalho e faz reivindicações pontuais, o que dificulta a sua integração com a sociedade local.* [↑](#footnote-ref-63)